EDIÇÃO ESPECIAL SOB O PATROCÍNIO DA
COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

SERVIÇO DE COMEMORAÇÕES CULTURAIS

História e Tradições
da
Cidade de São Paulo

Volume II

HISTÓRIA E TRADIÇÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO

3 desenhos em côres de *Cândido Portinari*
112 bicos-de-pena de *Clovis Graciano*
170 fotografias e plantas de S. Paulo antigo e moderno

VOLUME I

Prefácio de *Gilberto Freyre*
Nota Preliminar
Introdução — *Cidades-Grandes do Brasil*

1ª Parte — *Arraial de Sertanistas*
(1554 - 1828)

VOLUME II

2ª Parte — *Burgo de Estudantes*
(1828 - 1872)

VOLUME III

3ª Parte — *Metrópole do Café*
(1872 - 1918)

Apêndice — *São Paulo de Agora*
(1918 - 1954)

Bibliografia
Notas sôbre as Gravuras
Índice de Assuntos e de Lugares
Índice de Nomes

LIVRARIA *JOSÉ OLYMPIO* EDITORA

Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 110
São Paulo: Rua dos Gusmões, 100
Belo Horizonte: Rua Curitiba, 482
Recife: Av. Manuel Borba, 23-C
Porto Alegre: Rua dos Andradas, 717

ERNANI SILVA BRUNO

História e Tradições
da
Cidade de São Paulo

VOLUME II

Burgo de Estudantes (1828-1872)

★

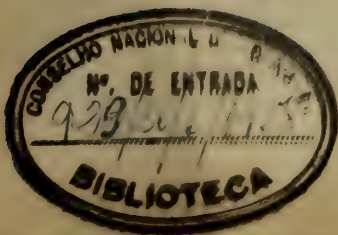
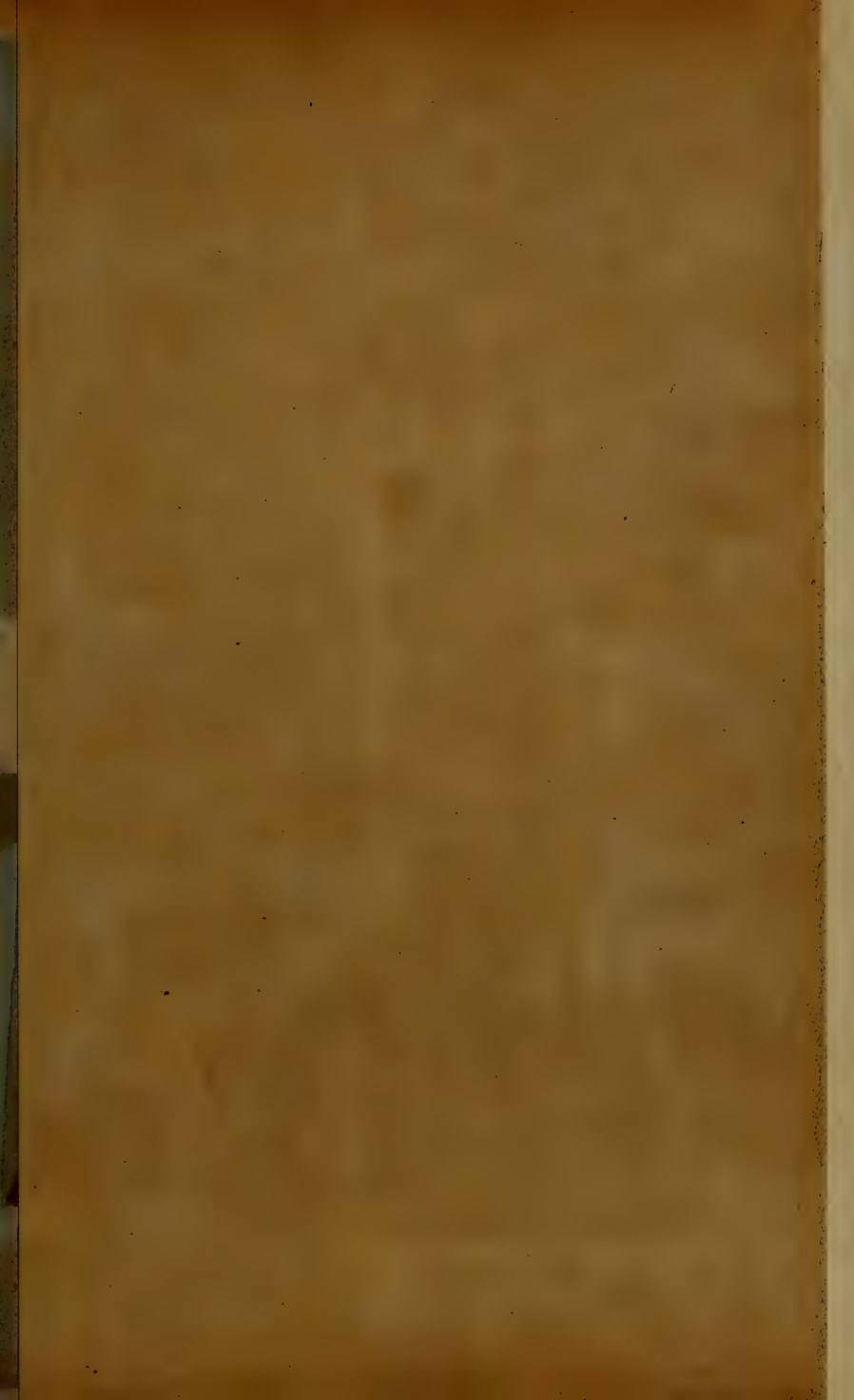
Prefácio de Gilberto Freyre

★

Com 285 ilustrações, fotografias e plantas
Bicos-de-pena de CLOVIS GRACIANO
Desenhos em côres de CÂNDIDO PORTINARI

2.a edição

EDIÇÃO ESPECIAL SOB O PATROCÍNIO DA
COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO
DA CIDADE DE SÃO PAULO
Serviço de Comemorações Culturais

Livraria José Olympio Editôra
Rua do Ouvidor, 110 — Rio de Janeiro — 1954

ÍNDICE GERAL DO VOLUME II

SEGUNDA PARTE

ÍNDICE DE GRAVURAS DO VOLUME II

FORA DO TEXTO

SEGUNDA PARTE

BURGO DE ESTUDANTES

1828 — 1872

Em 1830 São Paulo, apesar de capital de província e distinguida desde 1823 com o título de Imperial Cidade, não passava de uma povoação pobre. Nem a sua região nem a sua província podiam lhe dar elementos de prosperidade e de destaque dentro dos quadros da economia brasileira da época. Circundada de campos estéreis — escreveu Vieira Bueno — inçados de saúva, apenas matizados de capões e restingas, a lavoura circunvizinha limitada à cultura da mandioca e de poucos cereais não lhe oferecia elementos de riqueza. Acontecia a mesma coisa com a indústria pastoril. Só no comércio de animais, pela maior parte trazidos do Rio Grande do Sul — acrescentava êsse cronista — é que alguns paulistas da capital tinham conseguido adquirir fortunas de certo vulto. O comércio de exportação da província, alimentado sòmente pelo açúcar produzido no interior, apenas atravessava a cidade, movimentado pelas tropas de bêstas que passavam para o pôrto de Santos[1]. Não era de estranhar por isso que não houvesse chegado ainda a Piratininga — como observou D'Orbigny nessa época — o luxo europeu no ponto em que êle era encontrado "nas ricas cidades do litoral"[2].

---

[1] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

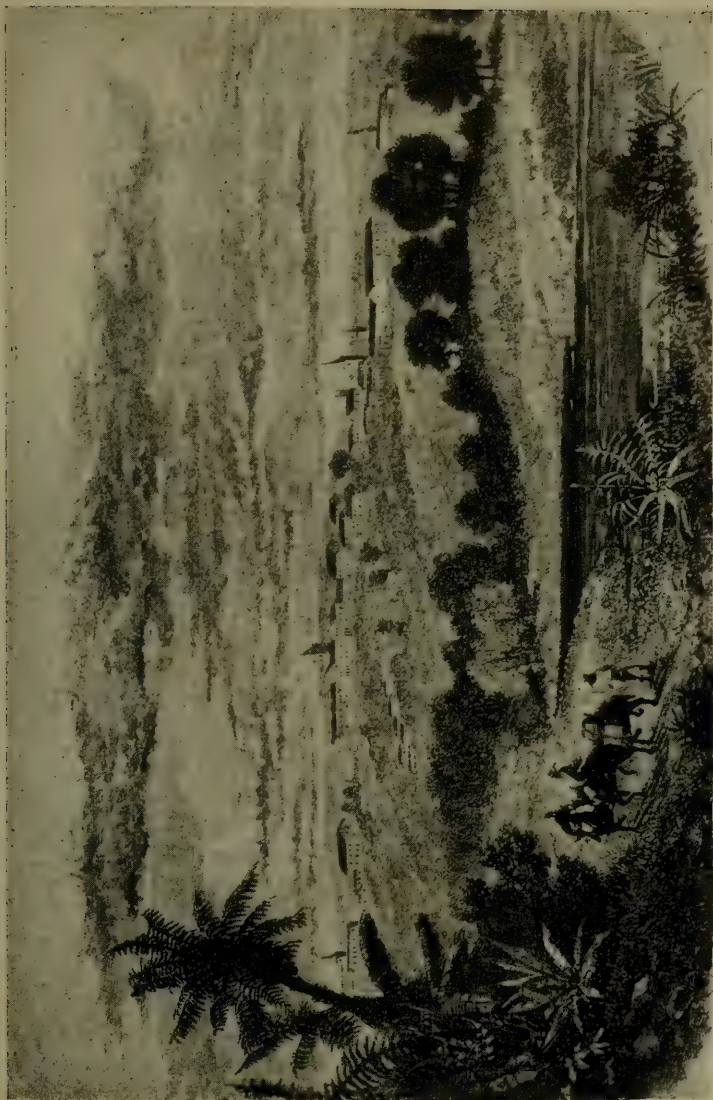
[2] Alcide D'Orbigny, *Voyage dans les deux Amériques,* pag. 179.

A cidade refletia aliás com precisão — no dizer de Teodoro Sampaio — o que ia pela província inteira: algo que estava longe da prosperidade que mais tarde seria condicionada pelo café, embora não fôsse já o torpor que havia caracterizado todo o setecentismo paulista[3].

Sobretudo até meados do século São Paulo não se distanciou por isso quase nada de sua fisionomia colonial, e nem de longe acompanhou a Côrte no desenvolvimento urbano que se seguiu no Rio de Janeiro à fixação da família real portuguêsa, ou algumas cidades do litoral do nordeste, desde os primeiros séculos beneficiadas — quando São Paulo era ainda um arraial quase perdido na bôca do sertão — pela opulência de regiões em que a cana de açúcar se difundira mais e em melhores condições de estabilidade, e pelas facilidades de contacto mais permanente com a Europa ou pelo menos com Portugal. Alguns depoimentos da época são bastante expressivos dessa desigualdade. O romancista Bernardo Guimarães, referindo-se à cidade em meados do oitocentismo — cidade que conhecera bem, nesse tempo, pois viveu nela alguns anos, cursando a sua Academia de Direito — escrevia: "...pôsto que fôsse já, relativamente à época, uma cidade assaz populosa e o núcleo de um grande movimento intelectual, parecia respirar-se ali ainda a aura tradicional dos tempos de Amador Bueno"[4]. Era a "cidade dos mortos" a que se referiu, em um de seus desabafos, um contemporâneo de Bernardo Guimarães: o poeta Álvares de Azevedo. "A cidade ainda não deixou de ser São Paulo, o que

---

[3] Teodoro Sampaio, "São Paulo no século XIX", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* VI, pag. 159.

[4] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 8.

42 — Vista da cidade de São Paulo em 1855, destacando-se as suas igrejas e os seus edifícios conventuais.

(Desenho de Elliot, reproduzido do livro *O Brasil e os Brasileiros*, de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher).

quer dizer muita coisa: tédio e aborrecimento", lamentava-se êle em carta para a família. E em outra: "É para desgostar um homem tôda a sua vida de ver ruínas! Tudo aqui parece velho e centenário"[5]. E mesmo no "Macário", em descrição que sem dúvida é da cidade de São Paulo — apesar da possível deformação romântica — diz um personagem do autor da *Lira dos Vinte Anos*: "Hás de vê-la desenhando no céu suas tôrres escuras e seus casebres tão pretos de noite como de dia, iluminada mas sombria como uma essa de entêrro". "A cidade, colocada na montanha, envôlta de várzeas relvosas, tem ladeiras íngremes e ruas péssimas"[6]. É possível que o poeta — que se sentia em São Paulo como exilado da Côrte, falando sempre em tom amargo das coisas paulistanas em sua correspondência para o Rio — carregasse um pouco nas côres. Mas o seu depoimento, ainda assim, tudo leva a crer que retratasse a fisionomia da cidade piratiningana que só aos poucos ia sendo modificada — inclusive em seus costumes — sob a pressão da existência de um Curso de Direito e da presença de estudantes numerosos do Rio de Janeiro e de outras províncias. Até certo ponto pelo menos a opinião de Álvares de Azevedo representava o modo de sentir de muitos de seus colegas de Academia. Depois de notar, em outra de suas cartas, que a vida em São Paulo era um "bocejar infinito", acrescentava: "Se fôsse só eu que o pensasse dir-se-ia que seria moléstia, mas todos pensam assim". "Não há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedade"[7]. Deve-se notar que a sociedade paulistana estivera reduzida até

[5] Álvares de Azevedo, *Obras Completas*, II, pags. 467 e 531.

[6] Álvares de Azevedo, op. cit., II, pags. 26 e 29.

[7] Álvares de Azevedo, op. cit., II, pag. 493.

a primeira metade do século dezenove — como lembrou Richard N. Morse — a unidades de família, cada qual confinada numa chácara ou sobrado. "A auto-reclusão das famílias da classe mais abastada relegava as ruas e os largos ao domínio das classes mais humildes: escravos que brigavam nos chafarizes, quitandeiras loquazes, tropeiros, tipos populares de bêbados e débeis mentais, e à noitinha mulheres da vida". Isso tudo começou a sofrer o impacto representado pela permanência da classe acadêmica[8]. Antônio de Toledo Piza, referindo-se aos primeiros tempos da Academia de Direito, observou que o pequeno número de estudantes já era bastante então para imprimir certa atividade "às sombrias ruas da vetusta cidade colonial e para dar feição brasileira a uma sociedade composta em boa parte de negociantes portuguêses e franceses, únicos elementos estrangeiros então perceptíveis na capital paulista"[9]. Mas ainda em meados do oitocentismo a diferença entre o desenvolvimento urbano e os costumes da sociedade do Rio e de São Paulo era bem marcada, explicando-se o aborrecimento que a capital da província, como cidade, causava a muitos dos estudantes de sua Academia. Pelo menos àqueles familiarizados com centros de maior desenvolvimento e afeitos a costumes mais requintados. A êsses São Paulo não podia parecer mesmo senão uma aldeia de provincianos embezerrados. Ou — na expressão de Almeida Nogueira — a pequena e atrasada cidade que era o São Paulo das rótulas, das mantilhas e das formigas saúvas[10].

---

[8] Richard N. Morse, *São Paulo — Raízes Oitocentistas da Metrópole*, pag. 459.

[9] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*, IV, pag. 21.

[10] Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 266.

que os acadêmicos às vêzes procuravam ridicularizar nas suas sátiras ou nas suas brincadeiras. Isso resultava em grande parte da pequena relevância do burgo paulistano como centro de negócios, e de sua posição por isso secundária dentro da economia brasileira da época. "São Paulo, como quase tôdas as cidades centrais — observava-se em comentário publicado em 1854 no *Correio Paulistano* — não oferece a seus habitantes senão escassos e acanhados meios de subsistência. Em verdade a nossa população compõe-se de empregados públicos, militares reformados, pouca tropa, artistas que só trabalham para o consumo do lugar, um comércio quase morto, porque é de retalho e finalmente a classe acadêmica: eis aqui uma população consumidora e pouco produtora"[11]. Daí aquela observação do reverendo Fletcher em 1855: a de que havia nesse burgo um ar mais intelectual e menos comercial do que em qualquer outra parte do Brasil que o americano conhecera. "Não se ouvia a palavra "dinheiro" soando constantemente aos ouvidos, como no Rio de Janeiro"[12].

É verdade que exatamente em meados do século dezenove uma porção de fatôres concorreu para que se alterasse o panorama econômico e social do país e mais particularmente ainda o da província de São Paulo. Um dêles, o deslocamento da primazia econômica, das velhas regiões agrícolas do norte para as do centro-sul do Brasil, acompanhado pela decadência da lavoura tradicional da cana de açúcar e o desenvolvimento considerável de uma cultura até então

---

[11] *Correio Paulistano* de 11 de julho de 1854.

[12] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, II, pag. 72.

modesta: a do café[13]. Na província de São Paulo nessa época já era aliás bem visível a substituição do açúcar pela nova lavoura[14]. Na zona de Campinas sobretudo — região de lavradores abastados — muitos fazendeiros abandonavam completamente a antiga cultura, tratando de fazer enormes plantações de café: já se viam ali até destroços de velhos engenhos de cana[15]. A mudança da cultura de açúcar para a de café e chá — dizia-se em um relatório do govêrno da província em 1852 — é uma tendência que os nossos fazendeiros manifestam e se vai operando insensìvelmente; esta tendência provém... não só de ser mais fácil e vantajosa essa cultura do que aquela, como porque é menos sujeita às avarias inerentes ao péssimo estado das nossas vias de comunicação e impossibilidade da rodagem[16]. Êsse desenvolvimento da lavoura cafeeira por sua vez contribuiu para ampliar de forma notável os negócios dos muladeiros, "que iam vendendo muares para abastecer as centenas de tropas que de São Paulo e da província do Rio — escreveu Couto de Magalhães — transportavam para o Rio de Janeiro o café, só mais tarde conduzido pelas estradas de ferro"[17]. Por outro lado, extinto no país o tráfico de africanos — como observou Sebastião Ferreira Soares — a grande soma de capi-

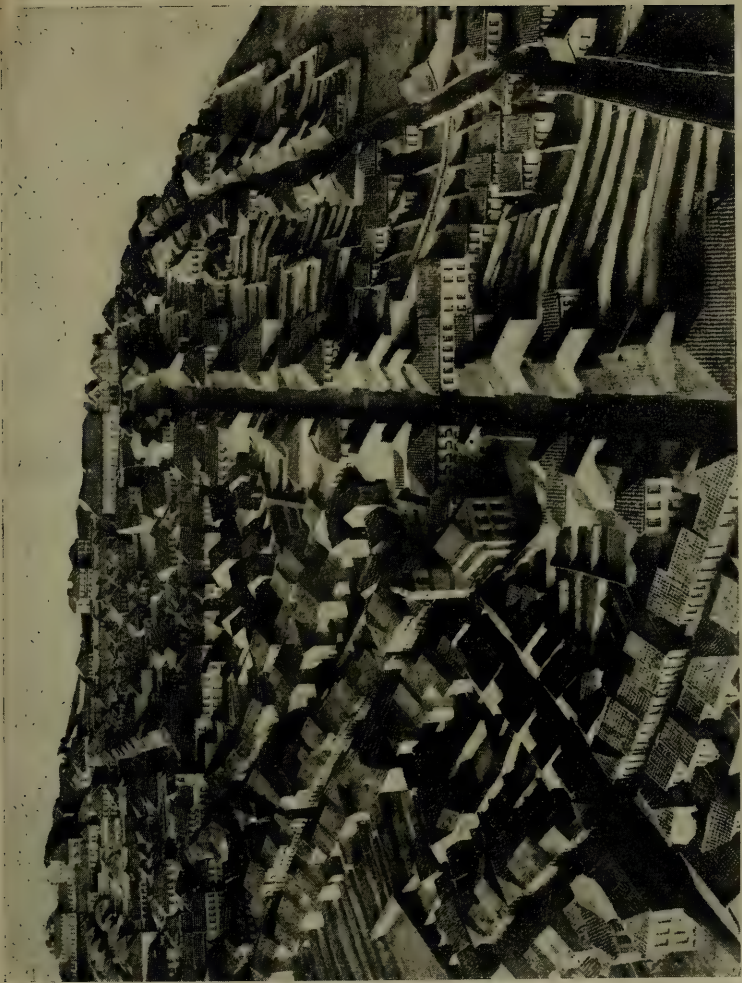
---

[13] Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, pags. 167 e seguintes.

[14] Alphonse Rendu, *Etudes Topografiques, Médicales et Agronomiques sur le Brésil*, pags. 218 e seguintes.

[15] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes*, pags. 68-69.

[16] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*, pag. 36.

[17] Couto de Magalhães, *Viagem ao Araguaia*, pag. 6.

43 — Aspecto das ruas e casas da cidade em 1841.

(Parte da maquete modelada por Henrique Bakkenist, sob a orientação de Afonso de E. Taunay, existente no Museu Paulista).

tais "que nesse anticatólico giro se empregava, refluiu às nossas principais praças comerciais em busca de novo emprêgo"[18]. Surgiram então iniciativas e emprêsas comerciais, financeiras e industriais de tôda espécie. Inclusive, em São Paulo, a primeira estrada de ferro. Articulavam-se dessa forma elementos que iriam conferir à província uma feição diferente e uma posição de relêvo econômico e político muito maior dentro do país.

Mas a repercussão profunda de tôdas essas ocorrências não se faria sentir de forma visível sôbre a cidade de São Paulo até aproximadamente 1870. Viajantes estrangeiros e brasileiros de outras províncias que nesse tempo estiveram em São Paulo embora notassem alguns dêles sinais de vitalidade comercial bem mais acentuados do que aquêles que poderiam ser observados na primeira metade do século, apenas podiam adivinhar o crescimento e a expansão do burgo paulistano, que se delinearia no último quartel do oitocentismo. Tschudi, em 1860, escrevia que os recursos da cidade eram então ainda muito limitados em vista de sua indústria pouco importante e de seu comércio insignificante[19]. O americano Codman achava, cinco anos depois, que mesmo a sua relativa animação comercial seria possìvelmente perdida logo que a estrada de ferro alcançasse o distrito de Campinas[20]. Apenas o inglês Hadfield — em 1868 e em 1870 — viu com olhos mais otimistas a cidade nessa época, sob o ponto de vista de sua signi-

---

[18] Sebastião Ferreira Soares, *Esbôço ou Primeiros Traços da Crise Comercial da Cidade do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1864*, pag. 33.

[19] Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 130.

[20] John Codman, *Ten Months in Brazil,* pag. 70.

ficação econômica. Falou do ruído das rodas dos vagões e dos guizos das mulas pelas ruas como símbolos do seu caráter comercial[21]. Mas era um progresso que mais se adivinhava ainda do que se via. "Não pode haver dúvida — escreveu êle — de que São Paulo está destinado a ir para a frente como capital da província e pivô central das comunicações ferroviárias"[22]. Ferreira de Resende, um observador que conheceu a cidade melhor do que Hadfield — pois contava com a perspectiva histórica: vivera em São Paulo até 1853 e reviu a cidade em 1868 — observou: "...conquanto já então [em 1868] se começasse a dizer que São Paulo estava prosperando muito, eu fui achar a cidade tal qual eu a havia deixado, nada tendo ido ali encontrar de novo senão a estrada de ferro, que não havia muito se tinha construído"[23]. Confirmou essa última observação de Resende outro conhecedor da cidade na época, o cronista Almeida Nogueira, escrevendo que aproximadamente até 1870 a capital da província de São Paulo permaneceu estacionária, não se vendo crescerem de modo perceptível a sua população, a sua riqueza, nem tampouco os melhoramentos materiais de que tanto carecia[24]. "A

---

[21] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 80.

[22] William Hadfield, *Brazil and the River Plate,* pag. 169.

[23] Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pag. 445.

[24] Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 16-17. "No decênio de 1860-1870 — escreveu êsse cronista — assinalavam-se pela ausência entre nós quase todos os melhoramentos materiais que a civilização moderna tem tornado indispensáveis nos grandes centros urbanos. Não tínhamos iluminação suficiente, sistema de canalização de águas, serviço de esgotos, calçamento regular, carros de praça, nem tampouco o vapor, o gás, o gêlo, etc. Não se encontravam na cidade restaurantes, cafés, confeitarias, casas de banhos, bancos, etc.".

44 — A igreja e o mosteiro dos Beneditinos em 1835.
(Quadro de Wasth Rodrigues — Museu Paulista).

capital é paupérrima — dizia um relatório do govêrno provincial em 1872 — de melhoramentos materiais e muito mais de melhoramentos condignos de sua categoria e importância. Falta à cidade regular abastecimento de água potável. Nem ao menos se têm melhorado os terrenos adjacentes ao povoado, onde as águas estagnadas infetam a atmosfera e prejudicam a salubridade pública"[25]. Deve-se assinalar mesmo que até êsse tempo a cidade não se distanciou sob êsse aspecto, de forma decisiva, de outras localidades paulistas: Campinas e Santos eram ainda então cidades da mesma categoria que a capital, sendo que a última delas sonhou até na época em se tornar a sede do govêrno provincial[26]. E no plano nacional — pelo menos do ponto de vista da população — a cidade de São Paulo estava ainda em situação inferior, não apenas ao Rio de Janeiro, Salvador e Recife, como também a Belém do Pará, Fortaleza, Niterói, Pôrto Alegre e Cuiabá[27].

É que São Paulo, no período de 1828 até aproximadamente os anos de 1870 ou 1872, foi sobretudo um burgo de estudantes. Êsse foi o seu caráter mais acentuado, a condição de que derivaram os aspectos mais característicos e mais destacados de sua existência nessa fase de sua história. Foi a Academia de Direito que principalmente arrancou a capital da província do seu sono colonial e foi a presença dos estudantes — observou Morse — que criou condições para que se inserissem em sua existência, alte-

---

[25] *Relatório do presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior em 1872,* pag. 44.

[26] Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista,* pag. 110.

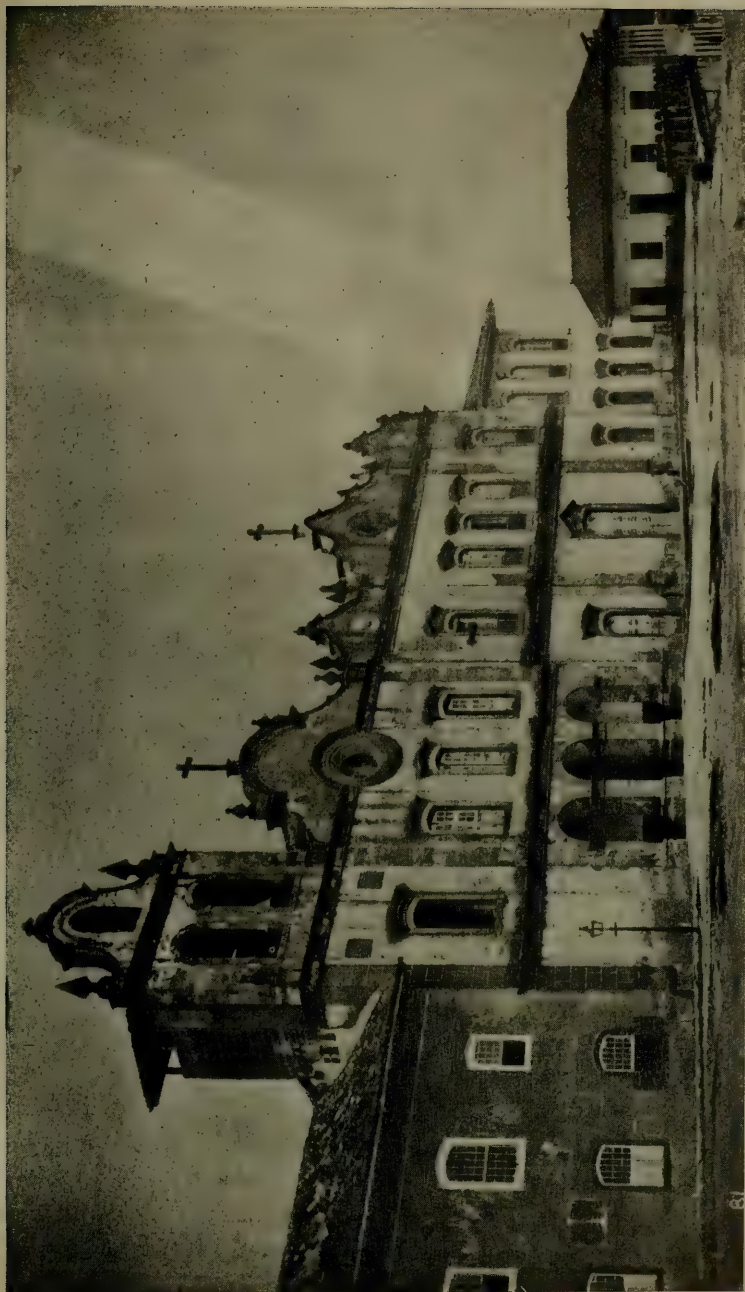
[27] Aureliano Leite, *Pequena História da Casa Verde,* pag. 83.

rando-lhe a estrutura e os costumes tradicionais, os hotéis, as casas de diversão, o teatro e as atividades intelectuais. A vida nas repúblicas — escreveu êsse pesquisador — provocou um rompimento abrupto do austero código do sobrado e da família. "Os estudantes introduziram novas modas no vestuário. As caçadas, a natação, o flêrte, as bebidas, as orgias, e o hábito de se reunirem para discussão e divertimento levaram a vida para as ruas, ao ar livre, criaram a necessidade de tavernas e livrarias, e inauguraram o sentimento da comunidade. E com êsses, como com todos os estudantes, surgiu uma impetuosa e penetrante rajada de ceticismo: tradições, costumes, tabus, foram agudamente analisados pelos olhos da mocidade"[28]. "Teve tradições essa Paulicéia — escreveu já neste século um visitante — onde se formaram vates e brilharam mancebos estudiosos. Tradições idênticas às de tôdas as cidades de estudantes, histórias, partidas, casos..."[29]. Por outro lado foi a Academia de Direito um fator de prosperidade geral para a cidade e mesmo para a província. O viajante Tschudi achou um absurdo que se pensasse em 1860 em transferir de São Paulo o seu Curso Jurídico, tamanhas haviam de ser para a povoação as conseqüências desastrosas dessa medida[30]. E a própria Câmara Municipal reconhecia a situação, pois em 1861, constando que a Academia seria transferida para a Côrte ou para Petrópolis, cogitou de pedir a conservação da Faculdade em São Paulo "embora

---

[28] Richard N. Morse, op. cit., pag. 462.

[29] Manuel de Sousa Pinto, *Terra Moça — Impressões Brasileiras,* pags. 340-341.

[30] Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 130.

45 — As igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira dos Franciscanos em tôrno de 1870.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

criassem outra em Petrópolis ou na Côrte", "contanto que para o aumento da Côrte ou de Petrópolis não se aniquilasse uma província..."[31].

Vários depoimentos da época revelam o caráter de burgo de estudantes que foi o de São Paulo aproximadamente de 1828 a 1870-72. Quando os estudantes da Faculdade de Direito saíam para férias — observava em 1860 Zaluar — interrompia-se a vida por assim dizer fictícia da cidade, e ela recaía "no seu estado habitual de sonolência"[32]. Conhecendo a cidade em 1865, na época das férias escolares, o americano Codman observou que ela estava triste porque muitos acadêmicos tinham-se ausentado para suas localidades ou províncias[33]. É claro que muitas casas ficavam mesmo fechadas durante êsse período de férias[34]. O tom de animação quem dava à "velha cidade", segundo Hadfield, era a presença de perto de mil estudantes[35]. É que a Faculdade de Direito — na observação de Teodoro Sampaio — era a nota dominante na modesta sociedade da capital da província[36]. Os moços estudantes — escreveu outro cronista — monopolizavam os carinhos da cidade. "Coimbra do Brasil, as tradições lusas refloriam

---

[31] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVII, pags. 55-56.

[32] Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* pags. 136-137.

[33] John Codman, op. cit., pags. 70-71.

[34] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LVIII, pag. 49.

[35] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 80.

[36] Teodoro Sampaio, "Discurso no Aniversário do Instituto Histórico em 1901", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* VI, pag. 572.

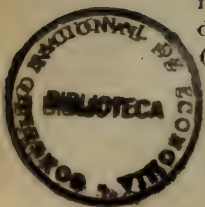
aqui, na feia catadura dos mestres e na irrefreada desenvoltura dos escolares"[37]. Moreira Pinto evocando em 1900 a povoação que conhecera em tôrno de 1870 notou: "São Paulo era uma cidade onde dominava soberana e despòticamente o estudante, e só êle"[38]. Mais claro e mais positivo ainda foi nesse sentido o depoimento de Zaluar, que em 1860 escrevia na sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*: "Os habitantes da cidade e os cursistas da Academia são dois corpos que não se combinam senão produzindo um precipitado monstruoso. No entanto, apesar de tôda a diversidade de pensamentos, de hábitos, de costumes, que caracteriza os dois ramos da população da cidade, é esta uma das condições infalíveis de sua prosperidade. Tirem a Academia, de São Paulo, e êsse grande centro morrerá inanido. Sem lavoura e sem indústrias em grande escala, a capital da província, deixando de ser o que é, deixará de existir"[39].

Um burgo que em função da presença dos estudantes se enriqueceu de casas em que êles estabeleceram as suas repúblicas, em largos, em ruas e até

---

[37] Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, pag. 429.

[38] Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900,* pags. 7, 8 e 9.

[39] Emílio Zaluar, op. cit., pag. 142. "A antiga cidade dos Jesuítas — escreveu ainda o autor da *Peregrinação* — deve ser considerada debaixo de dois pontos de vista diversos. A capital da província e a Faculdade de Direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o estacionarismo e a ação, a desconfiança de uns e a expansão muitas vêzes libertina de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada na população permanente e as audaciosas tentativas de progresso encarnadas na população transitória e flutuante". (Zaluar, op. cit., pag. 137).

em caminhos que animaram com os seus passeios e as suas troças, desenvolvendo novas representações da existência coletiva no velho cenário que as pedras tortas do calçamento, as taipas rudes e as misteriosas rótulas compunham. Burgo que por causa dêles ampliou o seu comércio e passou a contar com hotéis, cafés, confeitarias e uma porção de divertimentos até então desconhecidos. E que se enobrece com o reflexo das atividades artísticas e intelectuais condicionadas pela escola estabelecida no velho convento franciscano.

I — OS SOBRADOS E OS BALCÕES

O ressurgimento econômico da capitania de São Paulo a partir de fins do setecentismo e o estabelecimento de um Curso Jurídico na capital da província em 1828 condicionaram até certo ponto uma fase nova na história da casa paulistana. Embora persistisse como sistema de construção dominante e mesmo quase exclusivo o da taipa de pilão, tanto para os sobrados mais fidalgos da zona central como para as casas mais modestas, tanto para as sedes de chácaras como para os edifícios religiosos — não se alterando em essência o tipo rotineiro das edificações coloniais — as novas condições de existência urbana deram margem a um senso mais desenvolvido do duradouro, do confortável e às vêzes do requintado, que imprimiu alguns traços novos à habitação piratiningana. Mas de modo geral alguns elementos tradicionais — como o colorido das fachadas e o uso das rótulas nas janelas

— resistiram durante muito mais tempo que em cidades brasileiras mais desenvolvidas e abertas, na época, ao contacto com o resto do mundo. O próprio arranjo e a própria arrumação dos interiores se mostraram ainda nesta fase mais modestos que os de outras cidades brasileiras. O que era compensado talvez pela beleza dos jardins particulares, sobretudo nas grandes chácaras das imediações.

Deve-se observar que houve, a partir de 1828, aumentos contínuos na população da cidade, além do seu crescimento normal. Não apenas determinados êsses aumentos pela afluência de estudantes de fora e de escravos de família que muitas vêzes acompanhavam êsses moços durante o seu Curso de Direito, como também pela fixação cada vez mais freqüente — e registrada em 1839 pelo reverendo Kidder — de fazendeiros na capital da província, pois de São Paulo podiam orientar melhor os seus negócios e controlar a passagem do seu açúcar, serra-abaixo, a caminho do mercado[1]. Êsse crescimento bem dizer anormal da população é claro que exigiu não só reformas a adaptações em muitas moradias como a construção de edifícios novos em proporção até então desconhecida. Muitas casas antigas passaram a ser ocupadas também por repúblicas de estudantes, ao mesmo tempo que algumas chácaras dos arredores serviram de residências para outros novos moradores da cidade: professôres da Academia ou fazendeiros. Entretanto alguns fazendeiros abastados passaram a habitar, como as famílias paulistanas de mais recursos, os pavimentos superiores dos sobradões que se ostentavam nas ruas principais de São Paulo. Na maioria dos edifícios de dois pavimentos — à seme-

[1] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, I, pag. 191.

46 — Casas com amplos beirais na rua Direita em 1870. Aos fundos a igreja de Santo Antônio.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

lhança aliás do que ocorria nas outras cidades do Brasil e em grande parte das hispano-americanas — só o de cima era utilizado para moradia, servindo o térreo para loja ou mesmo para estábulo ou cocheira. No andar de cima viam-se as sacadas de rótula, e êsses — segundo observação de Kidder — eram os lugares preferidos por homens e mulheres para espiarem a rua ou assistirem à passagem das procissões[2]. Êsses sobrados no entanto — como escreveu Vieira Bueno evocando o 1830 paulistano — se concentravam quase todos em algumas ruas centrais. Em sua grande maioria as casas da cidade eram térreas, destituídas de elegância, "sem arquitetura" e mesmo feias — na opinião dêsse cronista — por causa dos beirais projetados sôbre a rua[3].

Ao sistema da taipa de pilão e a essa cobertura das casas com telhados amplos referiu-se também o viajante Kidder. Conquanto fôsse razoável essa precaução — escreveu êle — sabia-se de muros de taipa que permaneceram intactos durante mais de um século sem qualquer espécie de cobertura[4]. A côr da pintura das fachadas, notou o pastor americano que variava entre o branco, o amarelo-palha e o rosa-pálido, contrastando de forma agradável com o vermelho dos telhados[5]. De acôrdo com as notas de outro viajante estrangeiro alguns anos depois — Greene Arnold, no ano de 1847 — eram pintadas de branco ou de amarelo as edificações paulistanas. As casas de dois pavimentos, do centro, exibiam em geral ge-

---

[2] D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 189.

[3] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

[4] D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 189.

[5] D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 189.

losias ou postigos pintados de verde[6]. Até certo ponto êsse colorido das fachadas talvez representasse no tempo algo de caracterìsticamente regional, em face de outra observação de Kidder, que percorrera quase tôdas as províncias brasileiras: a de que as casas caiadas de branco davam um tom uniforme às cidades do país[7]. Foi do pastor americano também a observação de que quase tôdas as casas paulistanas eram edificadas de forma a deixar uma área interna que servia para arejar os dormitórios, sistema que êle achou indispensável em São Paulo sobretudo tendo em vista o costume generalizado de se manterem fechadas, com fôlhas pesadas, as janelas que davam para a rua[8]. Em construções de mais recursos, às vêzes patios espaçosos. Ian de Almeida Prado lembrou, em trabalho sôbre a arquitetura paulistana, que o palacete do brigadeiro Rafael Tobias, na rua que teve depois o seu nome, possuía nos fundos um pátio interessante: todo rodeado de varandas, com escadas comunicando com todos os andares. Um ar de habitação espanhola[9].

Entretanto embora a taipa fôsse de modo geral um material duradouro — como reconheceu Kidder — em certas circunstâncias parece que êle não resistia bem à ação das águas. Depois da enchente grande que houve na cidade em 1850 um certo G. Wyzewski dirigiu ao poder municipal um ofício sugerindo o modo por que deviam ser edificadas as casas de maneira a se vencer "todo e qualquer contraste das águas plu-

---

[6] Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur (1847-1848)*, pag. 104.

[7] D. P. Kidder, op. cit., II, pag. 126.

[8] D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 189.

[9] Ian de Almeida Prado, "São Paulo Antigo e sua Arquitetura", *Ilustração Brasileira*, setembro de 1929.

47 — Edificações de taipa, com beirais, na rua de São Francisco, em 1860.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

viais". Êsse ofício dizia que na execução da taipa se tivesse mais cuidado; que seu uso fôsse reservado apenas para os muros dos cercados; e que se fôsse empregado em casas, estas deveriam ter alicerces de alvenaria com tijolos ou pedras que chegassem "até o terreno vivo, e feitos conforme os preceitos da arte"; finalmente, que se a casa fôsse de sobrado, o pavimento térreo se construísse de tijolos ou de pedra e cal[10]. Essa sugestão, que visava a transformação dos métodos de construção e dos materiais usados tradicionalmente na cidade, partia provàvelmente de um estrangeiro. Aliás entre os nove pedreiros e mestres de obra mencionados pelo *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* quatro tinham sobrenomes estrangeiros: Carlos Zapp, Cristiano Frank, Cristiano Seechrist e João Beck[11]. Mesmo no entanto supondo-se que alguns dêsses mestres de obra quisessem romper com as práticas rotineiras — aceitando os conselhos do tal Wyzewski — encontrariam resistências difíceis de vencer. Em 1857 havia na cidade nove pequenas fábricas de telhas e de tijolos[12]. Mas não se fazia uso de tijolos senão para ladrilhar, e a primeira grande fábrica só se inaugurou parece que no

---

[10] Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* I, pags. 167 e seguintes.

[11] *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* pag. 152. Tudo leva a crer que o G. Wyzewski do documento citado seja o engenheiro polaco Cristino Wyzenski, que o presidente da província em 1848 dizia em seu relatório ter chegado há pouco tempo à cidade e de que tinha boas informações, relativas aos seus conhecimentos profissionais e à sua prática de mais de doze anos em trabalhos de pontes e estradas na França. *(Anais da Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo,* 1848-1849, pag. 130).

[12] *Almanaque* citado, pags. 149-151.

ano de 1859, no Bom Retiro[13]. Ainda para construção do grande edifício do Seminário Episcopal (de 1855 a 1860),[14] como não houvesse indústria de tijolos que pudesse fazer o fornecimento necessário, as paredes foram levantadas pelo sistema da taipa[15]. Pelos mesmos motivos eram ainda nesse tempo feitas de taipa certas casas solarengas da cidade, de dimensões incomuns e ostentando requintes de ornamentação. Como a das irmãs Rendon, na travessa do Colégio (rua Anchieta), com suas sacadas de ferro forjado e seus beirais com telhas vidradas de calha como ornamento[16]. Outras já exibindo como apêndice as enormes gerin-

---

[13] Ezéchias Galvão da Fontoura, *Vida do Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio J. de Melo, Bispo de São Paulo,* pag. 87.

[14] Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,* II, pag. 166.

[15] Ezéchias Galvão da Fontoura, "História do Seminário" (álbum do 1.º qüinquagenário do Seminário Episcopal de São Paulo), pag. 128. No Rio de Janeiro sabe-se que desde o começo do século fundaram-se várias fábricas de tijolos, em conseqüência sobretudo da presença da Côrte portuguêsa, passando a ter mercado garantido a produção dessas indústrias. (J. B. Debret, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,* I, pag. 257). Em meados do século, na cidade paulista de Piracicaba, a construção de uma casa tôda de tijolos ainda produziu sensação. "Ajuntava-se gente — contou Almeida Nogueira — para observar como se levantavam paredes sem esteios ou pilares, nem mesmo nos ângulos. E, sôbre se tais paredes cairiam ou não, faziam-se apostas." Tantas foram as críticas, acrescentou êsse cronista, que o dono da casa perdeu a paciência e acabou mandando afixar sôbre os andaimes um letreiro com êstes dizeres: "O dono desta obra não tem que dar satisfações a ninguém". (A. Nogueira, *A Academia de São Paulo,* VII, pags. 35-36.)

[16] Aureliano Leite, *Pequena História da Casa Verde,* pag. 23.

48 — Numerosas casas com rótulas, por volta de 1860, na rua do Quartel (11 de Agosto).
(Arquivo do Departamento de Cultura).

gonças de ferro para colocação dos primeiros lampiões de rua. E tôdas elas, com seus beirais e suas goteiras pendentes, dando ao conjunto — no depoimento do reverendo Fletcher em 1855 — "um pitoresco suíço"[17]. Êsse "pitoresco suíço" todavia se ostentava com prejuízo da boa conservação das paredes e do bem-estar dos transeuntes que passassem por perto das casas em dias de chuva. A ponto de se ter proposto na Câmara alguns anos depois — em 1859 — a obrigação, para os proprietários, de colocarem canos de fôlha nas beiradas de suas casas, descendo até ao nível das calçadas[18].

O interior dessas casas paulistanas, até meados do oitocentismo, era de modo geral ainda bastante modesto e desprovido de requintes. A mobília da sala de visitas — escreveu Kidder — variava de conformidade com o maior ou menor luxo da casa, mas o que se encontrava em tôdas elas era um sofá com assento de palhinha e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas, que partindo de cada extremidade da primeira peça se projetavam em direção ao meio do aposento. Quando havia visitas, as senhoras se sentavam no sofá e os homens nas cadeiras[19]. "O gôsto do luxo europeu — escrevera D'Orbigny alguns anos antes — não chegou ainda a São Paulo como se encontra nas ricas cidades do litoral. Ali se prefere a propriedade à elegância, o confortável antigo às formas cambiantes da moda"[20].

---

[17] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros*, II, pag. 72.

[18] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, LV, pag. 54.

[19] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, I, pags. 189-191.

[20] Alcide d'Orbigny, *Voyage dans les deux Amériques*, pag. 179.

Muito menos êsse luxo poderia ter chegado à maioria das casas de estudantes, para as quais vendiam mas principalmente alugavam móveis dois sujeitos muito populares na cidade: Nhô Quito e Martiniano Rubim César[21]. Muitas das repúblicas de acadêmicos aliás faziam economia até de cadeiras. Pois não devia ser a única de seu tipo a casinha alugada em 1863 a um estudante, no largo de São Bento, que tinha em cada lado da janela, no interior da sala, amplo assento feito na própria taipa da parede[22].

Feitas de taipa eram também as sedes de chácaras antigas existentes nos bairros ou nas imediações da cidade, algumas se destacando pelas suas dimensões, outras por certos traços de requinte mais acentuados talvez em geral do que aquêles que se exibiam nos sobradões da área central. A sede da chácara de Rendon, na Vila Buarque, tinha doze janelas de frente. As chácaras da Moóca se requintavam particularmente por seus muros, com leões de louça por cima. e seus portões de ferro batido, todos cheios de arabescos caprichosos — obras-primas quase sempre do serralheiro Carlos Plaster[23]. Por êsse Carlos Plaster parece ter sido feito entre outros o portão da casa do Marquês de Três Rios, na rua do Carmo esquina de Santa Teresa, onde morou o fidalgo Dom Tomás de Molina. Portão de ferro imponente e gradil bem trabalhado teve também a chácara da Figueira[24].

---

21 Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros,* 1.ª série, pags. 105-106.

22 Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* VIII, pag. 231.

23 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 16, e Afonso Schmidt, "Carlos Plaster", *Jornal de São Paulo.*

24 Everardo Valim Pereira de Sousa, "A Paulicéia há sessenta anos", *Rev. do Arquivo Municipal,* CXI, pag. 55.

Nas chácaras ou casas de campo maiores e mais afastadas do centro havia às vêzes belos jardins, como aquêle de Baumann, descrito no comêço do século por Saint-Hilaire. Ou como aquêle a que se referiu Bernardo Guimarães em uma de suas novelas focalizando São Paulo em 1845: "O jardim era notável, não só pela profusão e imensa variedade de flôres raras e formosas que o cobriam, como principalmente pela aprazível posição em que se achava colocado, como um belvedere. Consistia em uma área quadrada de cêrca de dez metros de face, dividida em canteiros dispostos com arte e agradável simetria. Dois bonitos caramanchões, cobertos de trepadeiras, ornavam-lhe os ângulos, como dois torreões de verdura e flôres"[25]. Para muitas famílias abastadas de fazendeiros, então fixadas na cidade, essas chácaras e casas de campo representavam um fenômeno de meia urbanização. O paulista da roça — que desde os tempos coloniais quando tinha casa na cidade era só para passar domingos ou dias de festa — urbanizava-se, mudando-se para a capital da província. Mas em certos casos conservava o seu resto de homem rural, morando em chácaras, onde havia árvores e passarinhos, e as casas se esparramavam à vontade como no sítio. Isso porém ao lado de outra tendência: a de fazendeiros ricos que se urbanizando montavam casas mais requintadamente urbanas que as dos antigos moradores da cidade.

De taipa eram também, em meados do século dezenove, os edifícios religiosos, e por isso com freqüência continuavam reclamando consertos ou reformas, como nos primeiros séculos. Em 1830 consertava-se a tôrre da igreja da Misericórdia, atingida por um raio, e um leitor escrevia ao jornal *O Farol Paulis-*

---

[25] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 18.

tano sugerindo que o templo fôsse munido de um "condutor elétrico"[26]. De 1839 a 1849 passou essa igreja por novos consertos, e em 1869-1871 ainda por outros, reconstruindo-se a sua tôrre[27]. De 1844 data o curioso enxêrto arquitetônico feito na igreja do convento da Luz, querendo-se que êle ficasse com a frente para a avenida Tiradentes[28]. De 1845 a 1850 fizeram-se reparos na igreja da Sé Catedral[29]. Outros templos nessa época também já revelavam sinais de ruínas: o de São Bento, o de São Gonçalo e até o da Boa Morte, então relativamente novo[30]. Em 1868, enumerando as igrejas e capelas da cidade, Joaquim Ferreira Moutinho — o autor do *Itinerário de Viagem de Cuiabá a São Paulo* — falava que além das dos conventos de São Bento, do Carmo, de São Francisco, da Luz e do recolhimento de Santa Teresa, havia as da Sé, de São Pedro, do Colégio, Terceira do Carmo, Boa Morte, dos Remédios, de São Gonçalo, Terceira de São Francisco, Santo Antônio, da Misericórdia, do Rosário, de Santa Ifigênia e da Consolação, afora outras que se levantavam nos arrabaldes[31]. Quase tôdas, filiais da freguesia da Sé: a do convento do Carmo e a da Ordem Terceira do Carmo, a do convento de São Francisco e a da Ordem Terceira de São Francisco, a do convento de

---

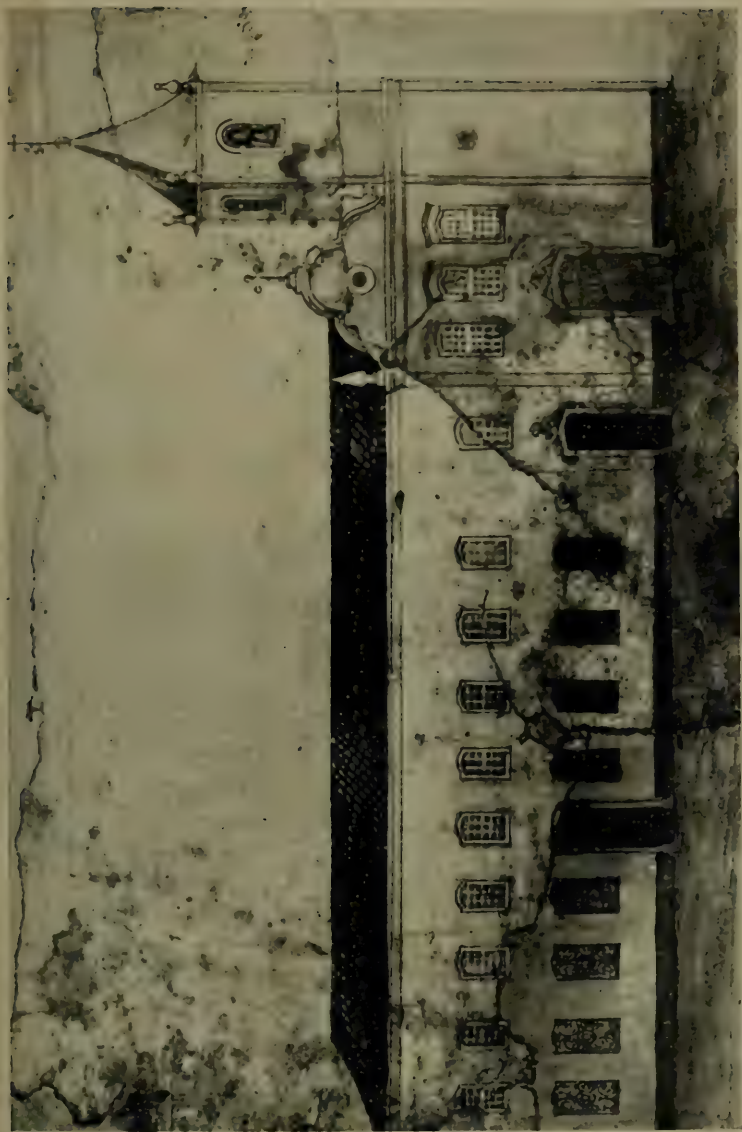
[26] *O Farol Paulistano*, n.º 412, de 6 de novembro de 1830.

[27] Francisco Martins de Almeida, *1.º Relatório sôbre a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de São Paulo*, págs. 19 a 21.

[28] Nuto Santana, op. cit., III, pag. 259.

[29] *Almanaque* cit., pag. 193.

[30] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, I, pag. 115 e II, pags. 39-46.

[31] Joaquim Ferreira Moutinho, *Itinerário de Viagem de Cuiabá a São Paulo*, pag. 81.

49 — Mosteiro e igreja de São Bento em 1847.
(Desenho de Miguel Arcanjo Benício Dutra — Museu Paulista).

São Bento, a do recolhimento de Santa Teresa, a do Bom Jesus do Colégio, a de São Pedro, a da Misericórdia, a de Santo Antônio, a de São Gonçalo, a de Nossa Senhora dos Remédios, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora da Boa Morte, a capela do Cemitério e ainda a de Nossa Senhora da Glória, esta última já em ruínas. Filiais da freguesia de Santa Ifigênia, apenas a de Nossa Senhora da Consolação e o recolhimento de Nossa Senhora da Luz da Divina Providência. Da freguesia do Brás, só a capela do Belém[32]. Como eram muitas, as do centro se acotovelavam em uma área pequena. Suas tôrres e cúpulas se destacavam e davam à cidade em 1847, segundo o viajante Greene Arnold, formosa perspectiva[33]. E ao conjunto urbano, já em 1855, aspecto mais imponente que o de localidades de população muito maior.

Mas essa impressão, segundo o reverendo Fletcher, era dada especialmente pelos seus edifícios conventuais[34], que nesse período passaram também por muitas reformas e adaptações. O de São Bento foi ampliado e todo reconstruído em 1860[35], uma parte do edifício tendo sido ornamentada — segundo Hadfield — com gôsto notável[36]. Talvez tivesse perdido então o aspecto sombrio e algo ruinoso que ostentava, sobretudo na tôrre de sua igreja, em 1847, quando foi examinado, por determinação da Câmara, pelo engenheiro militar José Jacques da Costa Ouriques. Ou-

---

[32] *Almanaque* cit., pags. 114-115.

[33] Samuel Greene Arnold, op. cit., pag. 103.

[34] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pag. 67.

[35] Gastão Moreira, "A Abadia de São Bento em São Paulo", *Ilustração Brasileira* de novembro de 1922.

[36] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868*, pag. 68.

riques achou que o edifício não ameaçava ruína, escrevendo no entanto: "A tôrre é exteriormente sombria, sem elegância, é um pensamento pesado; ao vê-la senti também como que uma proximidade de desmoronamento; mas a análise prova o contrário"[37]. O antigo convento dos Jesuítas continuou sofrendo reformas para se adaptar à necessidade de instalação de muitas repartições do govêrno, entre as quais a Assembléia Provincial, o Tesouro e o Correio Geral. No andar térreo da parte ocupada pela Assembléia — escreveu Antônio Egídio Martins — existia um salão ou portaria em que aquartelava a guarda da pessoa do presidente. Ao lado direito dêsse salão uma escada velha dava acesso ao recinto, à secretaria e às galerias da Assembléia, e também à tôrre e ao côro da igreja do Colégio. As galerias — contou ainda o cronista — eram durante o dia muito escuras e de noite, quando havia sessão, os seus freqüentadores sofriam com a falta de luz na escada e nos corredores[38]. Também o convento dos Franciscanos, depois da primeira adaptação para que nêle se instalasse a Academia, passou por outras modificações. Para o aumento das salas de aula a para a instalação da secretaria, da biblioteca e de outras dependências. As principais dessas reformas foram a destruição das celas existentes no pavimento superior e a abertura do largo de São Francisco, primitivamente quintal do convento[39]. Mas a frente do edifício "permaneceu por dezenas de anos com a sua humilde e feia aparência antiga — notou Vieira Bueno — com seu telhado de beirada larga, com suas pequenas janelas" e tendo por

---

[37] Citado por Nuto Santana, op. cit., II, pags. 148-150.

[38] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 46 e II, pags. 22-23.

[39] Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 17-18.

50 — A igreja de São Pedro, no largo da Sé, cêrca de 1860.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

única entrada a antiga portaria do convento, no vestíbulo da igreja[40]. A função primitiva do edifício (habitação coletiva destinada à vida monástica) mostrou Ricardo Severo que lhe dera essa feição característica: longa fachada de dois pisos, com filas de janelas repartidas de conformidade com as celas internas, ao lado da capela com sua tôrre: "como elementos decorativos apenas, aparentes, os quadros construtivos das janelas, de madeira lisa com o lintel arqueado, coberto por diminuta arquivolta e como coroamento dêste homogêneo frontispício horizontal uma cimalha corrida formando com o largo beiral saliente o entablamento terminal do desataviado edifício"[41]. O arco do seu portal era no entanto lavrado em belo mármore italiano, "coisa infelizmente difícil de se perceber — escreveu Tschudi em 1860 — por causa da camada de óleo de côr amarela suja de que vivia recoberto"[42]. E ainda o convento dos Carmelitas passou por novas reformas em meados do século dezenove, época em que se colocaram as sacadas de ferro nas suas janelas de frente. Essa foi uma realização de frei Antônio Inácio do Coração de Jesus e Melo, quando prior[43]. O mesmo que acabòu tràgicamente: estrangulado por dois escravos em 1859[44]. Mas apesar de tôdas essas reformas — ou talvez mesmo em conseqüência delas — eram êsses conventos,

---

40 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

41 Ricardo Severo, "A Casa da Faculdade de Direito de São Paulo (1643-1937)", *Rev. da Faculdade de Direito,* vol. XXXIV, fascículo I, pag. 11.

42 Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 131.

43 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 80.

44 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 80.

no depoimento de Tschudi, construídos com admirável irregularidade, não tendo nem sequer as janelas de uma mesma fila a mesma altura. Edifícios em forma de quartel — escreveu êsse visitante da cidade — e sem o menor bom gôsto[45].

As casas de dois e principalmente as de mais de dois pavimentos — apesar de haver então na cidade velhos sobrados que no silêncio da noite, como notou um observador em 1862, se revestiam de um manto lúgubre e misterioso[46] — parecem ter tomado impulso mais notável a partir de meados do século, e já em 1849 a Câmara confeccionava uma postura a fim de que os prédios a ser construídos de então em diante tivessem um padrão que regulasse suas alturas para que conservassem "a beleza da igualdade"[47]. Talvez quisessem os oficiais da Câmara acabar com aquêle aspecto evocado por Dona Maria Pais de Barros: o de um vasto casarão, no centro da cidade, em muitas ruas, como "conta disjuntiva" naquele "sombrio rosário" de casas baixas e pequenas[48]. Sabe-se que nessa época havia em certos trechos centrais casas tão pequenas e insignificantes — sobretudo no local onde se abriu o largo do Rosário — que por cima delas, de rua para rua, se avistavam as imagens conduzidas em charola por ocasião da procissão de Cinzas[49]. Episódio no entanto significativo do prestígio dos grandes sobrados nessa época foi contado por Antônio Egídio Martins. Um comerciante — Domingos de Paiva Azevedo — a propósito da construção de um

---

[45] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pag. 132.

[46] Teodomiro Alves Pereira, *Vida Acadêmica,* II, pag. 35.

[47] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pags. 131 e 181.

[48] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pag. 12.

[49] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 84.

51 — A igreja de Santa Ifigênia em meados do século dezenove.
(Quadro de Wasth Rodrigues — Museu Paulista).

sobrado de Antônio Cavalheiro e Silva, perguntou: "Está fazendo o seu sobradão? — Estou sim, isso é para quem tem ânimo. — Ah, é para quem tem ânimo? Pois vais ver um outro, de três andares" — teria respondido Paiva. O de três andares ficou acabado em 1854, na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a do Tesouro[50].

Os sobrados dêsse tempo em São Paulo — alguns com janelas adornadas de pequenos e bonitos balcões, revelando, disse Tschudi, arquitetura de bom gôsto[51] — podem ser apreciados através das estampas sugestivas de Militão e de outros fotógrafos primitivos da cidade, ostentando sempre seus amplos beirais e, apesar de suas particularidades, uma uniformidade impressionante. Foram descritos, com abundância de detalhes técnicos, por Wasth Rodrigues. Havia os que tinham sacadas de ferro abraçando tôdas as janelas, com esteios para as luminárias. Começando como simples ganchos nos batentes onde se penduravam lanternas com velas ou tigelas de azeite, mostrou êsse pesquisador e desenhista que os suportes tomaram grande desenvolvimento no oitocentismo, tornando-se um adôrno requintado nas fachadas das casas urbanas[52]. Havia por outro lado os sobrados que possuíam seu último andar em forma de água-furtada. E os que tinham telhados com quatro águas e quatro águas-furtadas dispostas em forma de cruz. Ou então sobradinhos com as janelas de cima tocando no beiral. Tipo de janela comum em São Paulo — segundo Wasth — como também em Minas e no Rio, era com vidros em caixilho fixo na metade superior e duas

---

50 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 24.

51 Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pag. 133.

52 José Wasth Rodrigues, *Documentário Arquitetônico,* II, comentário à estampa 25.

fôlhas de rótula em baixo. E também as ombreiras de madeira com vêrga arqueada e rematada de moldura. Um elemento por êle considerado característico da arquitetura paulistana foi o muxarabiê como proteção de rótula sobreposta e apoiada ao balcão também de rótula[53]. Balcões à maneira espanhola, escreveu o viajante Houssay que davam um toque de originalidade às casas paulistanas[54]. Nas suas notas sôbre moradores antigos da cidade, Antônio Egídio Martins era difícil falar de uma casa que não fôsse "de janelas de rótula" ou "de sacadas de rótula"[55] — janelas que uma postura proibia, já em 1855, que se abrissem para fora[56]. Tanto casas térreas como de sobrado. E que no entanto aparecem ainda com muita freqüência — às vêzes escancaradas atrevidamente sôbre os passeios estreitos — nas velhas gravuras que restaram de algumas ruas paulistanas em 1860. Já em 1854, diante de um projeto para que se acabassem com as rótulas na cidade, e ante a defesa que muitos faziam delas, achando que eram muito cômodas, o jornal *O Constitucional* escrevia: "Cômodas em que sentido? Para ocultarem-se as famílias, as vidraças cobertas com "esteiras da China", nas janelas baixas, como se pratica em Santos e no Rio de Janeiro, produzem o mesmo efeito. E ocultarem-se de quê? Somos nós um povo de cucas? Demais vai aí grave questão de moralidade: é bom refletir sôbre o estímulo de tudo que se esconde". "De resto —

---

[53] José Wasth Rodrigues, op. cit., I.

[54] Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo,* pag. 72.

[55] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pags. 82, 93, 146, e II, pags. 41, 44, 65, 71, 72, 73, 74, 86, 90 e 162.

[56] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 85.

52 — Sobradões na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a rua do Tesouro (antiga das Casinhas), edificados em 1852 e 1854.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

acrescentava o jornal — é fora de dúvida que muito melhora de aspecto a capital da província com a providência projetada, e que os perigos das abalroadas nas janelas desaparecem, e quem sabe que influência exercerá nos nossos costumes?"[57] As rótulas eram numerosas em São Paulo todavia ainda em 1865, e êsse foi um dos motivos pelos quais a cidade nessa ocasião não agradou muito ao Visconde de Taunay. As rótulas iam-se fechando — escreveu êle — "sucessivamente, com um bater tão característico, à medida que os transeuntes vinham se chegando para mais perto, e prestes se entreabriam depois da passagem, esguichando-se atrás delas as cabeças da curiosidade e do mexerico"[58].

Ainda nessa época, mesmo quando no pavimento térreo dêsses sobrados funcionavam casas de negócio, lojas de calçados, oficinas de ourives ou mesmo quitandas ou talhos de carne, no andar de cima instalavam-se residências mais ou menos aristocráticas. Nas crônicas de Almeida Nogueira relativas ao período de 1869 a 1873 focalizam-se cenas em que aparecem senhoras, na sacada de seus sobrados da rua da Imperatriz, em cujos peitoris, escreveu Cerqueira

---

[57] Citado por Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 123.

[58] Visconde de Taunay, *Memórias,* pag. 149. No Rio as gelosias desapareceram alguns anos depois da chegada de Dom João VI (Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* pag. 25) e em Recife na mesma época estavam sendo substituídas (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil,* pag. 257), mas ainda em meados do século elas se conservavam em edifícios antigos do distrito recifense de São Pedro (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pag. 252) e em Belém do Pará eram ainda mais comuns que as vidraças. (D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* II, pag. 163).

Mendes, dentro de caixotes envoltos em papel recortado, floriam malvas e cravinas[59]. Ou visitas de estudantes da Academia a sobrados "onde eram recebidos com tôda a distinção"[60]. Outros sobrados ou casas térreas de residência, nas proximidades do centro, contavam porém com maior espaço, ocupando por vêzes áreas enormes, com cavalariças no quintal, poço, lavadouros e alojamentos para escravos, como a residência da família Brotero, edificada em 1840[61]. Ou a da família Pais de Barros, em cujo pavimento térreo havia os cômodos reservados para os empregados da casa[62]. Também dispunham de espaço maior e ostentavam arquitetura mais aristocrática que as residências antigas os palacetes que na segunda metade do século dezenove começaram a ser edificados por fazendeiros enriquecidos que se transferiam do interior para a capital da província, localizando-se em geral nas vizinhanças da Estação da Inglêsa. Foram erguidos ali — segundo Ian de Almeida Prado — além do palacete da família Pais de Barros, o do Barão de Piracicaba e o do Conde do Pinhal. Muitas dessas novas casas urbanas se inspiravam, segundo êsse pesquisador, no classicismo italiano dos séculos dezesseis e dezessete. Contrastavam com as velhas casas acaçapadas da tradição portuguêsa as linhas severas e o aspecto monumental dessas residências do bairro da Luz. Algumas delas ostentando fachadas quase tôdas revestidas de azulejo. E colocadas quase sempre no fundo de jardins, o que ressaltava a sua imponência de solares. Nas áreas mais modestas da cidade, deli-

---

59 Cerqueira Mendes, *Figuras Antigas,* pag. 17.

60 Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 298.

61 Frederico de Barros Brotero, *Traços Biográficos do Conselheiro José Maria de Avelar Brotero,* pag. 4.

62 Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 23.

53 — Sobrado de três andares, na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a rua do Tesouro (das Casinhas), no período de 1860-1870.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

neava-se o chalèzinho ladeado de portão, com pilastras encimadas por cães ou leões de faiança portuguêsa. "Era quando se construía a São Paulo Railway", escreveu Almeida Prado[63].

Também os jardins particulares ou os terraços ajardinados dentro da zona urbana parece que começaram então a firmar o seu prestígio — de que é um reflexo êste anúncio publicado em 1860 pelo *Correio Paulistano*: "Se algum senhor desta cidade quiser dar a fazer qualquer jardim ou recreio pitoresco feito no último gôsto, assim como qualquer terraço ajardinado com caramanchões tecidos de jasmins do Cabo e também feito com letras com o nome do proprietário, os canteiros em volta de lírios do Japão do mais lindo gôsto possível..." podia escrever para o anunciante, que se declarava conhecedor tão perfeito de sua arte de jardineiro a ponto "de fazer dar uma só roseira cinco diferentes qualidades de rosas, como Baronesa, Aurora, Eugênio Sue, Duque de Aumale e Príncipe Alberto"[64].

Mas mesmo as residências de gente màis abastada eram de noite pouco iluminadas. Na correspondência de Álvares de Azevedo, de São Paulo para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1844 e 1850, encontram-se observações que revelam detalhes da pobreza da iluminação das casas paulistanas nesses meados do oitocentismo. Em uma de suas cartas o estudante pedia que lhe mandassem da Côrte vidros pequenos, que servissem no seu candeeiro; quatro anos depois fazia um pedido igual: o vidro de seu candeeiro tinha se quebrado, e êsse era um artigo que não se

---

[63] Ian de Almeida Prado, op. cit.

[64] *Correio Paulistano* de 25 de maio de 1860.

encontrava aqui, "nesta santa terrinha"[65]. Era todavia principalmente por meio de candeeiros de azeite que se iluminavam as casas. Mas também por meio de velas. Velas que as escravas punham nos quartos, na hora de arrumar as camas, ou que eram postas em altos castiçais de prata, iluminando a mesa em que tomavam chá as famílias nas residências mais aristocráticas[66]. As velas de espermacete, em meados do século, já representavam um progresso, segundo o cronista Almeida Nogueira, sôbre as de cêra, as de sebo ou "as lúgubres candeias de azeite"[67].

---

[65] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pags. 451 e seguintes.

[66] Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 24.

[67] Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 115.

II — SOB A LUZ DO AZEITE

Pode-se dizer que em São Paulo, como em outras cidades brasileiras segundo Gilberto Freyre, foi no século dezenove que mais acentuadamente começaram a despontar sinais do prestígio crescente da rua em face da antiga prepotência da casa particular — casa que nos primeiros séculos se instalara nas áreas urbanas com o mesmo à-vontade com que se esparramava na zona rural[1]. Em São Paulo, sobretudo a partir de meados do oitocentismo. É verdade que desde um século antes tivera a povoação um arruador, para evitar que continuassem sendo feitos os traçados extremamente irregulares dos primeiros tempos. E que desde os últimos anos do setecentismo pudera contar a cidade, em alguns de seus logradouros, com uma

[1] Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos,* 1.ª edição, pags. 17 e seguintes e 57 e seguintes.

rude pavimentação, e com covões para onde devia ser levado o lixo, antes atirado por todos os cantos. Também é certo que no comêço do oitocentismo já se cogitava da nomenclatura oficial das vias públicas, e que São Paulo podia contar com a existência de um grande Jardim Público, embora afastado de sua área central. Foi no entanto a partir de meados do século dezenove que a rua e o largo paulistanos se beneficiaram de uma porção de medidas mais amplas, do seu poder municipal, valorizando-se consideràvelmente. Proibiu-se que as casas tivessem canos que despejassem sujeiras para as vias públicas, ou rótulas de portas e janelas que se abrissem para fora. Que houvesse moirões em certos largos ou ruas, onde se amarravam cavalos. Que certos artífices trabalhassem ao ar livre, atravancando os passeios. Determinou-se que os muros fôssem caiados e tivessem cobertura de telhas. Criou-se um serviço de limpeza contando com carroças que recolhessem o lixo das casas pobres. Começaram a ser tomadas medidas, na Câmara, para que tivessem melhor traçado e melhor nivelamento os pequenos largos que vinham dos tempos coloniais. Para que se macadamizassem algumas ruas centrais, substituindo-se a antiga pavimentação feita de grandes pedras irregulares. Para que se arborizassem alguns largos e algumas ruas. E para que se iluminassem algumas ruas, ainda que pobremente, por meio de lampiões de azeite. Tudo isso contribuiu para que a rua paulistana — prestigiada também nessa época pela presença bastante viva dos estudantes de muitas partes do país — fôsse ganhando feição menos primitiva que aquela que pudera exibir até o comêço do século dezenove.

Os depoimentos de alguns viajantes estrangeiros revelam o que eram as ruas paulistanas de 1828 até

meados do século passado. Sôbre a pavimentação delas na terceira década do oitocentismo, por exemplo, o reverendo Kidder entrou em detalhes, dizendo que era feita com uma rocha ferruginosa parecida com a pedra arenosa vermelha, porém com mais fragmentos de quartzo. Acrescentou o viajante americano que as ruas eram acanhadas e que deviam ter sido desenhadas sem obediência a qualquer plano geral[2]. Sabe-se que em 1829 os poderes municipais haviam procurado impedir que se continuasse edificando, dentro dos limites do rocio, sem se formar um plano geral de alinhamento de ruas e de praças[3]. Mas evidentemente Kidder se referia ao conjunto da velha cidade, que vinha dos tempos coloniais com tôdas as suas irregularidades. A respeito da largura das ruas paulistanas deve-se lembrar que Saint-Hilaire — que depois de Kidder publicou o seu estudo sôbre a província de São Paulo — escreveu: "Kidder afirma que as ruas são estreitas. Spix e Martius afirmam que as mesmas são muito largas. Eu creio que a verdade está entre essas duas afirmativas"[4]. Vagas referências essas, que esclarecem muito pouco a questão, uma vez que não se sabe qual o tipo de cidade que êsses cronistas tomaram para base de suas comparações. Mais inteligente foi o depoimento do viajante americano Greene Arnold, que visitando a cidade em 1847 observou que suas ruas "eram largas para o Brasil, e pavimentadas com grandes pedras"[5]. A verdade é

---

[2] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 188.

[3] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 397.

[4] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de S. Paulo,* pag. 173.

[5] Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur, (1847-1848),* pag. 104.

que quase todos êsses viajantes parece terem sido um tanto generosos pelo menos com relação à limpeza das ruas. Basta a gente lembrar que a do Carmo — que era uma rua importante, entrada da cidade para os que procediam do Rio de Janeiro — sempre viveu esburacada pelas rodas dos carros de boi e enlameada pelas enxurradas[6]. Que em 1833, de pontos dos mais centrais (a rua da Quitanda e o beco da Lapa) foram retiradas certa vez trinta e seis carradas de estrume[7]. E que em 1834 havia um pântano permanente na praça da Alegria, na rua que atravessava a de São João[8].

Em sua memória sôbre a cidade de São Paulo Francisco Assis Vieira Bueno falou que o seu calçamento era péssimo, feito de pedras não aparelhadas e além disso de qualidade má para a sua aplicação por serem de forma irregular e sem nenhuma resistência[9]. A razão era não haver outra qualidade de pedra na vizinhança da cidade e faltarem estradas e meios de transporte para que fôsse trazida pedra melhor de outras partes[10]. Já era uma luta fazer com que os proprietários calçassem as testadas de suas casas e terrenos nos lugares em que o leito da rua tinha sido pavimentado pela Câmara. Em 1829, o caso dos mo-

---

[6] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, pag. 57.

[7] Nuto Santana, op. cit., II, pag. 57.

[8] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 379-380. Mas essa era na época uma situação comum a tôdas as cidades brasileiras, escrevendo o viajante inglês George Gardner que mesmo nas capitais de província era a chuva "o único varredor" que conservava as ruas sofrìvelmente limpas, quando construídas em declive. (George Gardner, *Viagens no Brasil,* pag. 65).

[9] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[10] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

sobrado de Antônio Cavalheiro e Silva, perguntou: "Está fazendo o seu sobradão? — Estou sim, isso é para quem tem ânimo. — Ah, é para quem tem ânimo? Pois vais ver um outro, de três andares" — teria respondido Paiva. O de três andares ficou acabado em 1854, na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a do Tesouro[50].

Os sobrados dêsse tempo em São Paulo — alguns com janelas adornadas de pequenos e bonitos balcões, revelando, disse Tschudi, arquitetura de bom gôsto[51] — podem ser apreciados através das estampas sugestivas de Militão e de outros fotógrafos primitivos da cidade, ostentando sempre seus amplos beirais e, apesar de suas particularidades, uma uniformidade impressionante. Foram descritos, com abundância de detalhes técnicos, por Wasth Rodrigues. Havia os que tinham sacadas de ferro abraçando tôdas as janelas, com esteios para as luminárias. Começando como simples ganchos nos batentes onde se penduravam lanternas com velas ou tigelas de azeite, mostrou êsse pesquisador e desenhista que os suportes tomaram grande desenvolvimento no oitocentismo, tornando-se um adôrno requintado nas fachadas das casas urbanas[52]. Havia por outro lado os sobrados que possuíam seu último andar em forma de água-furtada. E os que tinham telhados com quatro águas e quatro águas-furtadas dispostas em forma de cruz. Ou então sobradinhos com as janelas de cima tocando no beiral. Tipo de janela comum em São Paulo — segundo Wasth — como também em Minas e no Rio, era com vidros em caixilho fixo na metade superior e duas

---

[50] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 24.

[51] Citado por Afonso de E. Taunay, op. cit., pag. 133.

[52] José Wasth Rodrigues, *Documentário Arquitetônico,* II, comentário à estampa 25.

fôlhas de rótula em baixo. E também as ombreiras de madeira com vêrga arqueada e rematada de moldura. Um elemento por êle considerado característico da arquitetura paulistana foi o muxarabiê como proteção de rótula sobreposta e apoiada ao balcão também de rótula[53]. Balcões à maneira espanhola, escreveu o viajante Houssay que davam um toque de originalidade às casas paulistanas[54]. Nas suas notas sôbre moradores antigos da cidade, Antônio Egídio Martins era difícil falar de uma casa que não fôsse "de janelas de rótula" ou "de sacadas de rótula"[55] — janelas que uma postura proibia, já em 1855, que se abrissem para fora[56]. Tanto casas térreas como de sobrado. E que no entanto aparecem ainda com muita freqüência — às vêzes escancaradas atrevidamente sôbre os passeios estreitos — nas velhas gravuras que restaram de algumas ruas paulistanas em 1860. Já em 1854, diante de um projeto para que se acabassem com as rótulas na cidade, e ante a defesa que muitos faziam delas, achando que eram muito cômodas, o jornal *O Constitucional* escrevia: "Cômodas em que sentido? Para ocultarem-se as famílias, as vidraças cobertas com "esteiras da China", nas janelas baixas, como se pratica em Santos e no Rio de Janeiro, produzem o mesmo efeito. E ocultarem-se de quê? Somos nós um povo de cucas? Demais vai aí grave questão de moralidade: é bom refletir sôbre o estímulo de tudo que se esconde". "De resto —

---

[53] José Wasth Rodrigues, op. cit., I.

[54] Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo*, pag. 72.

[55] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pags. 82, 93, 146, e II, pags. 41, 44, 65, 71, 72, 73, 74, 86, 90 e 162.

[56] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLI, pag. 85.

52 — Sobradões na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a rua do Tesouro (antiga das Casinhas), edificados em 1852 e 1854.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

acrescentava o jornal — é fora de dúvida que muito melhora de aspecto a capital da província com a providência projetada, e que os perigos das abalroadas nas janelas desaparecem, e quem sabe que influência exercerá nos nossos costumes?"[57] As rótulas eram numerosas em São Paulo todavia ainda em 1865, e êsse foi um dos motivos pelos quais a cidade nessa ocasião não agradou muito ao Visconde de Taunay. As rótulas iam-se fechando — escreveu êle — "sucessivamente, com um bater tão característico, à medida que os transeuntes vinham se chegando para mais perto, e prestes se entreabriam depois da passagem, esguichando-se atrás delas as cabeças da curiosidade e do mexerico"[58].

Ainda nessa época, mesmo quando no pavimento térreo dêsses sobrados funcionavam casas de negócio, lojas de calçados, oficinas de ourives ou mesmo quitandas ou talhos de carne, no andar de cima instalavam-se residências mais ou menos aristocráticas. Nas crônicas de Almeida Nogueira relativas ao período de 1869 a 1873 focalizam-se cenas em que aparecem senhoras, na sacada de seus sobrados da rua da Imperatriz, em cujos peitoris, escreveu Cerqueira

---

[57] Citado por Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 123.

[58] Visconde de Taunay, *Memórias,* pag. 149. No Rio as gelosias desapareceram alguns anos depois da chegada de Dom João VI (Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* pag. 25) e em Recife na mesma época estavam sendo substituídas (Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil,* pag. 257), mas ainda em meados do século elas se conservavam em edifícios antigos do distrito recifense de São Pedro (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pag. 252) e em Belém do Pará eram ainda mais comuns que as vidraças. (D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* II, pag. 163).

Mendes, dentro de caixotes envoltos em papel recortado, floriam malvas e cravinas[59]. Ou visitas de estudantes da Academia a sobrados "onde eram recebidos com tôda a distinção"[60]. Outros sobrados ou casas térreas de residência, nas proximidades do centro, contavam porém com maior espaço, ocupando por vêzes áreas enormes, com cavalariças no quintal, poço, lavadouros e alojamentos para escravos, como a residência da família Brotero, edificada em 1840[61]. Ou a da família Pais de Barros, em cujo pavimento térreo havia os cômodos reservados para os empregados da casa[62]. Também dispunham de espaço maior e ostentavam arquitetura mais aristocrática que as residências antigas os palacetes que na segunda metade do século dezenove começaram a ser edificados por fazendeiros enriquecidos que se transferiam do interior para a capital da província, localizando-se em geral nas vizinhanças da Estação da Inglêsa. Foram erguidos ali — segundo Ian de Almeida Prado — além do palacete da família Pais de Barros, o do Barão de Piracicaba e o do Conde do Pinhal. Muitas dessas novas casas urbanas se inspiravam, segundo êsse pesquisador, no classicismo italiano dos séculos dezesseis e dezessete. Contrastavam com as velhas casas acaçapadas da tradição portuguêsa as linhas severas e o aspecto monumental dessas residências do bairro da Luz. Algumas delas ostentando fachadas quase tôdas revestidas de azulejo. E colocadas quase sempre no fundo de jardins, o que ressaltava a sua imponência de solares. Nas áreas mais modestas da cidade, deli-

---

[59] Cerqueira Mendes, *Figuras Antigas,* pag. 17.

[60] Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 298.

[61] Frederico de Barros Brotero, *Traços Biográficos do Conselheiro José Maria de Avelar Brotero,* pag. 4.

[62] Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 23.

53 — Sobrado de três andares, na esquina da rua da Imperatriz (15 de Novembro) com a rua do Tesouro (das Casinhas), no período de 1860-1870.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

neava-se o chalèzinho ladeado de portão, com pilastras encimadas por cães ou leões de faiança portuguêsa. "Era quando se construía a São Paulo Railway", escreveu Almeida Prado[63].

Também os jardins particulares ou os terraços ajardinados dentro da zona urbana parece que começaram então a firmar o seu prestígio — de que é um reflexo êste anúncio publicado em 1860 pelo *Correio Paulistano*: "Se algum senhor desta cidade quiser dar a fazer qualquer jardim ou recreio pitoresco feito no último gôsto, assim como qualquer terraço ajardinado com caramanchões tecidos de jasmins do Cabo e também feito com letras com o nome do proprietário, os canteiros em volta de lírios do Japão do mais lindo gôsto possível..." podia escrever para o anunciante, que se declarava conhecedor tão perfeito de sua arte de jardineiro a ponto "de fazer dar uma só roseira cinco diferentes qualidades de rosas, como Baronesa, Aurora, Eugênio Sue, Duque de Aumale e Príncipe Alberto"[64].

Mas mesmo as residências de gente mais abastada eram de noite pouco iluminadas. Na correspondência de Álvares de Azevedo, de São Paulo para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1844 e 1850, encontram-se observações que revelam detalhes da pobreza da iluminação das casas paulistanas nesses meados do oitocentismo. Em uma de suas cartas o estudante pedia que lhe mandassem da Côrte vidros pequenos, que servissem no seu candeeiro; quatro anos depois fazia um pedido igual: o vidro de seu candeeiro tinha se quebrado, e êsse era um artigo que não se

[63] Ian de Almeida Prado, op. cit.

[64] *Correio Paulistano* de 25 de maio de 1860.

encontrava aqui, "nesta santa terrinha"[65]. Era todavia principalmente por meio de candeeiros de azeite que se iluminavam as casas. Mas também por meio de velas. Velas que as escravas punham nos quartos, na hora de arrumar as camas, ou que eram postas em altos castiçais de prata, iluminando a mesa em que tomavam chá as famílias nas residências mais aristocráticas[66]. As velas de espermacete, em meados do século, já representavam um progresso, segundo o cronista Almeida Nogueira, sôbre as de cêra, as de sebo ou "as lúgubres candeias de azeite"[67].

[65] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pags. 451 e seguintes.

[66] Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 24.

[67] Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 115.

II — SOB A LUZ DO AZEITE

Pode-se dizer que em São Paulo, como em outras cidades brasileiras segundo Gilberto Freyre, foi no século dezenove que mais acentuadamente começaram a despontar sinais do prestígio crescente da rua em face da antiga prepotência da casa particular — casa que nos primeiros séculos se instalara nas áreas urbanas com o mesmo à-vontade com que se esparramava na zona rural[1]. Em São Paulo, sobretudo a partir de meados do oitocentismo. É verdade que desde um século antes tivera a povoação um arruador, para evitar que continuassem sendo feitos os traçados extremamente irregulares dos primeiros tempos. E que desde os últimos anos do setecentismo pudera contar a cidade, em alguns de seus logradouros, com uma

---

[1] Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos,* 1.ª edição, pags. 17 e seguintes e 57 e seguintes.

rude pavimentação, e com covões para onde devia ser levado o lixo, antes atirado por todos os cantos. Também é certo que no comêço do oitocentismo já se cogitava da nomenclatura oficial das vias públicas, e que São Paulo podia contar com a existência de um grande Jardim Público, embora afastado de sua área central. Foi no entanto a partir de meados do século dezenove que a rua e o largo paulistanos se beneficiaram de uma porção de medidas mais amplas, do seu poder municipal, valorizando-se consideràvelmente. Proibiu-se que as casas tivessem canos que despejassem sujeiras para as vias públicas, ou rótulas de portas e janelas que se abrissem para fora. Que houvesse moirões em certos largos ou ruas, onde se amarravam cavalos. Que certos artífices trabalhassem ao ar livre, atravancando os passeios. Determinou-se que os muros fôssem caiados e tivessem cobertura de telhas. Criou-se um serviço de limpeza contando com carroças que recolhessem o lixo das casas pobres. Começaram a ser tomadas medidas, na Câmara, para que tivessem melhor traçado e melhor nivelamento os pequenos largos que vinham dos tempos coloniais. Para que se macadamizassem algumas ruas centrais, substituindo-se a antiga pavimentação feita de grandes pedras irregulares. Para que se arborizassem alguns largos e algumas ruas. E para que se iluminassem algumas ruas, ainda que pobremente, por meio de lampiões de azeite. Tudo isso contribuiu para que a rua paulistana — prestigiada também nessa época pela presença bastante viva dos estudantes de muitas partes do país — fôsse ganhando feição menos primitiva que aquela que pudera exibir até o comêço do século dezenove.

Os depoimentos de alguns viajantes estrangeiros revelam o que eram as ruas paulistanas de 1828 até

meados do século passado. Sôbre a pavimentação delas na terceira década do oitocentismo, por exemplo, o reverendo Kidder entrou em detalhes, dizendo que era feita com uma rocha ferruginosa parecida com a pedra arenosa vermelha, porém com mais fragmentos de quartzo. Acrescentou o viajante americano que as ruas eram acanhadas e que deviam ter sido desenhadas sem obediência a qualquer plano geral[2]. Sabe-se que em 1829 os poderes municipais haviam procurado impedir que se continuasse edificando, dentro dos limites do rocio, sem se formar um plano geral de alinhamento de ruas e de praças[3]. Mas evidentemente Kidder se referia ao conjunto da velha cidade, que vinha dos tempos coloniais com tôdas as suas irregularidades. A respeito da largura das ruas paulistanas deve-se lembrar que Saint-Hilaire — que depois de Kidder publicou o seu estudo sôbre a província de São Paulo — escreveu: "Kidder afirma que as ruas são estreitas. Spix e Martius afirmam que as mesmas são muito largas. Eu creio que a verdade está entre essas duas afirmativas"[4]. Vagas referências essas, que esclarecem muito pouco a questão, uma vez que não se sabe qual o tipo de cidade que êsses cronistas tomaram para base de suas comparações. Mais inteligente foi o depoimento do viajante americano Greene Arnold, que visitando a cidade em 1847 observou que suas ruas "eram largas para o Brasil, e pavimentadas com grandes pedras"[5]. A verdade é

---

[2] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 188.

[3] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 397.

[4] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de S. Paulo,* pag. 173.

[5] Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur, (1847-1848),* pag. 104.

que quase todos êsses viajantes parece terem sido um tanto generosos pelo menos com relação à limpeza das ruas. Basta a gente lembrar que a do Carmo — que era uma rua importante, entrada da cidade para os que procediam do Rio de Janeiro — sempre viveu esburacada pelas rodas dos carros de boi e enlameada pelas enxurradas[6]. Que em 1833, de pontos dos mais centrais (a rua da Quitanda e o beco da Lapa) foram retiradas certa vez trinta e seis carradas de estrume[7]. E que em 1834 havia um pântano permanente na praça da Alegria, na rua que atravessava a de São João[8].

Em sua memória sôbre a cidade de São Paulo Francisco Assis Vieira Bueno falou que o seu calçamento era péssimo, feito de pedras não aparelhadas e além disso de qualidade má para a sua aplicação por serem de forma irregular e sem nenhuma resistência[9]. A razão era não haver outra qualidade de pedra na vizinhança da cidade e faltarem estradas e meios de transporte para que fôsse trazida pedra melhor de outras partes[10]. Já era uma luta fazer com que os proprietários calçassem as testadas de suas casas e terrenos nos lugares em que o leito da rua tinha sido pavimentado pela Câmara. Em 1829, o caso dos mo-

---

[6] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, pag. 57.

[7] Nuto Santana, op. cit., II, pag. 57.

[8] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 379-380. Mas essa era na época uma situação comum a tôdas as cidades brasileiras, escrevendo o viajante inglês George Gardner que mesmo nas capitais de província era a chuva "o único varredor" que conservava as ruas sofrìvelmente limpas, quando construídas em declive. (George Gardner, *Viagens no Brasil,* pag. 65).

[9] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[10] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

54 — Pavimentação feita com grandes pedras irregulares, nas ladeiras do Piques, 1860. (Arquivo do Departamento de Cultura).

radores residentes na área compreendida pelo pátio de São Bento, as pontes do Marechal e do Lorena, o pátio do Pelourinho, as pontes da Tabatingüera e do Carmo, a rua de Santa Teresa, o pátio do Colégio e as ruas do Rosário e Boa Vista[11]. Em 1835 cogitava a Câmara de mandar fazer nas ruas do Ouvidor e Boa Vista calçadas "pelo método das estradas de alguns países": feitas com pedregulhos, segundo se indicava em um artigo publicado no jornal *O Farol Paulistano*[12]. Empreendimento que na rua Boa Vista não pôde ser realizado porque as casas ali ficavam "abaixo do nível da rua"[13]. Muito expressivo sôbre a pavimentação das ruas de São Paulo nessa época foi também o depoimento do Barão de Paranapiacaba, referindo-se particularmente ao tempo em tôrno do ano de 1839: "O centro da cidade estava calçado. Mas que calçamento, Santo Deus! Eram pontaletes eriçados, desiguais, espécies de bôcas-de-lôbo a descoberto"[14]. Nessa época — ainda segundo o Barão — do Lavapés ao largo de São Gonçalo percorria-se uma ladeira de terreno avermelhado e cheio de boqueirões[15].

Outro que não se cansou de se lamentar e protestar contra a pavimentação das ruas paulistanas — o que mostra a inferioridade delas, na época, em relação às da Côrte — foi o poeta Álvares de Azevedo.

---

[11] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 428-429.

[12] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVIII, pag. 165.

[13] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIX, pag. 24.

[14] Citado em *Obras Completas,* de Álvares de Azevedo, II, pag. 461.

[15] Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* III, pags. 3-4.

"... Esta vida tediosa da mal ladrilhada São Paulo" — "... é só andar pelas ruas dando topadas nas pedras" — "o silêncio das ruas só é quebrado pelo ruído das bêstas sapateando no ladrilho das ruas..." — "para poupar-nos o trabalho de andar quebrando os pés pelas "macias" calçadas de São Paulo" — eram frases que a todo momento apareciam nas cartas (de 1844 a 1850) mandadas para o Rio pelo autor da *Lira dos Vinte Anos*[16]. E um seu personagem — o Satã do "Macário" — chega a dizer falando das ruas de São Paulo: "As calçadas do inferno são mil vêzes melhores"[17]. Também Fagundes Varela, em uma sátira intitulada "A Terra da Promissão", fêz uma alusão desfavorável ao calçamento da cidade

> "................. *onde as beatas*
> *Em sombrias mantilhas envolvidas,*
> *Nas ruas mal calçadas se abalroam*
> *De rosário na mão...*"[18]

Entretanto não se podia ainda fazer coisa melhor. Em 1845 o presidente da província Lima e Silva explicava em prosa no seu relatório: "Não foi possível aperfeiçoar bastante o sistema de calçamento adotado antigamente, pelas razões capitais da falta de operários especializados, ferramentas indispensáveis e da má qualidade das pedras"[19]. Sabe-se que ainda nessa época nem sempre havia passeios para os pedestres e

---

[16] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pags. 461, 493 e 496.

[17] Álvares de Azevedo, op. cit., II, pag. 27.

[18] Citado por Pessanha Póvoa, *Anos Acadêmicos,* pag. 227.

[19] Citado por Auguste de Saint-Hilaire, op. cit., pag.174.

que as sarjetas ficavam no meio das ruas[20]. Em 1847 o fiscal da cidade avisava à Câmara que os donos de casas do pátio do Pelourinho estavam fazendo com imperfeições as calçadas de suas testadas, pois em alguns lugares elas tinham mais de três palmos sôbre o nível do pátio[21]. E dois anos depois expunha o mau estado em que se achavam as calçadas do aterrado do Carmo, por onde os animais desciam para beber[22]. "Conheceis o péssimo estado das calçadas desta capital — dizia em 1852 em seu relatório, referindo-se à pavimentação do leito das ruas, o presidente da província Nabuco de Araújo — e quanto eu pudesse dizer seria menos do que realidade é: um projeto se apresenta para substituição delas por um novo sistema, que consiste em calçar com pedras de cantaria convenientemente resistentes e próprias para se não esboroarem, formando essas pedras quadrilaterais de um palmo mais ou menos de grossura, e nunca menos de dois palmos de largura e três de comprimento ligeiramente preparadas e colocadas sôbre leito de areia ou cascalho"[23]. Mas se essas eram em meados do século as deficiências da pavimentação nas áreas mais povoadas da cidade — as suas ruas centrais e os pátios adjacentes — é fácil de calcular o que aconteceria com as outras. Muitas com longos trechos de quintais fechados por muros de taipas[24]. Como a dos Bambus

---

[20] Everardo Valim Pereira de Sousa, "Reminiscências", *Primeiro Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado*, pags. 200-201.

[21] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 136.

[22] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 114.

[23] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pag. 51.

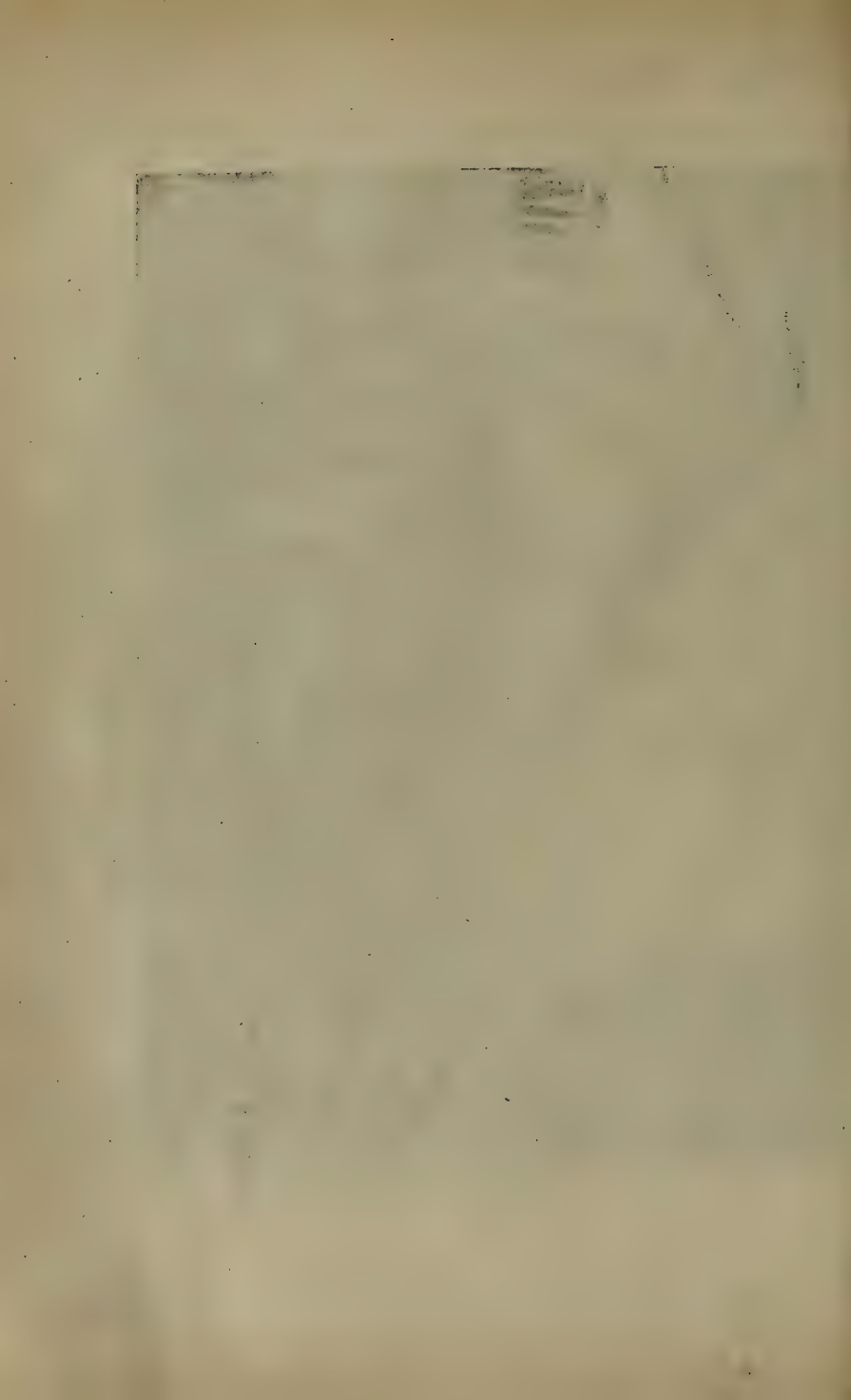
[24] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

(trecho da Visconde do Rio Branco) que ganhara êsse nome por causa das bonitas touceiras de bambus que havia dentro de alguns de seus quintais: a parte menos central dessa rua — na evocação de Ferreira de Resende — "era de uma extensão por assim dizer indefinida; possuía um número muito pequeno de casas, as quais se achavam tôdas de um único lado"[25]. E tinha intermináveis taipas não rebocadas, segundo Almeida Nogueira, com interrupções "que davam acesso a vastos terrenos em campo ou em lagoa". Como a dos Timbiras, "então pantanosa e em mato"[26], em 1862 ainda aludindo Teodomiro Alves Pereira, o autor da *Vida Acadêmica,* a um dos "inúmeros aterros lamosos" que povoavam a Paulicéia[27]. Ou como a própria rua de Santa Ifigênia, "também quase intransitável"[28]. Aliás todo êsse arrabalde na época — na descrição de Bernardo Guimarães — "era formado de quintais sem dono, cercados de taipas velhas e arruinadas, abandonadas às formigas e aos tatus"[29].

Em 1857 o poder municipal mandava que os donos de terrenos em ruas da cidade fechassem essas testadas com muros rebocados, caiados e cobertos de telhas[30]. Medidas como essa revelavam já um prestígio maior da rua em face dos particulares. Aliás nessa época, através de outras determinações, a Câmara procurava defender a via pública dos possíveis excessos ou descuidos de moradores. Já em 1830 estabeleciam-se penas para moradores que em suas casas tivessem canos que desaguassem imundícies para a rua. De-

---

25 Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pag. 259.
26 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 140.
27 Teodomiro Alves Pereira, *Vida Acadêmica,* II, pag. 13.
28 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 140.
29 Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 15.
30 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 112.

55 — Calçadas estreitíssimas, na rua Direita, no período 1865-1870.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

terminação nem sempre obedecida, sabendo-se que em 1836 um cidadão mandou a um fiscal da Câmara um pacote contendo suas calças brancas e um par de sapatos que haviam ficado inutilizados por causa de ter êle se "empantanado" em frente à casa de um dêsses moradores rebeldes[31]. Por outro lado em 1837 concordara o poder municipal com uma solicitação de João da Conceição Maldonado no sentido de se colocarem dois moirões unidos à parede de uma casa de ferrar no largo do Curso Jurídico, desde que êsses moirões fôssem mesmo unidos à parede e não estorvassem o trânsito[32]. Mas dois anos depois foram arrancados daquele largo todos os moirões[33]. E em 1846 mandava-se que um morador tirasse os frades de pedra afixados na frente de sua casa[34]. Também sinais de valorização da via pública. Posturas aprovadas alguns anos mais tarde pelo poder municipal revelavam preocupações semelhantes em defesa dos direitos da rua. Em 1853 proibindo-se que se amarrassem animais nas esquinas e batentes das portas das casas da Sé e de Santa Ifigênia[35]. Em 1855 estabelecendo-se que as rótulas de portas, meias-portas e janelas não se abrissem para fora[36]. Em 1857 não permitindo que oficiais de alfaiate, sapateiro e outros ofícios trabalhassem nas portas dos prédios ou nos passeios, colocando aí bancos ou outras coisas que

---

31 Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pags. 259-260.

32 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXX, pag. 61.

33 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXII, pag. 94.

34 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 7.

35 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 69.

36 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 85.

pudessem ofender o trânsito[37]. Pois na alfaiataria do francês Pedro Bourgad, por exemplo, era costume até certa época, quando fazia calor, os empregados trabalharem na rua, sentados em um banco de madeira[38].

Também revelava o prestígio crescente da rua paulistana em meados do século passado a preocupação pelas denominações dos logradouros públicos e pela numeração das casas, procurando-se acabar com a balbúrdia de nomes e a vagueza de indicações que vinham dos tempos coloniais. Essas preocupações se refletiram em atas da Câmara em 1846[39], em 1855, quando se determinou que fôsse feita de novo a numeração dos prédios, em ordem alternada, dos dois lados[40], e em 1865, quando se insistia nessa numeração alternada, "pelo sistema da Côrte"[41]. Ainda nesse último ano — em 1865 — alterava a municipalidade as denominações de muitas ruas, ladeiras, travessas, becos: a da América passou a se chamar do Paraíso; a do Acu, do Seminário das Educandas; a de Santo Elesbão, da Aurora; a Bela, dos Timbiras; a do Meio, Amador Bueno; a do Campo Redondo, dos Guaianases; a Estreita, do Bom Retiro; a de Trás do Carmo, dos Carmelitas; a de Trás do Quartel, do Trem; a de

---

37 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 106.

38 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II; pag. 48. Provàvelmente restos de um costume que parece ter sido em época anterior comum a outras cidades brasileiras. No começo do oitocentismo, na Bahia, Von Martius se referiu a mulatos que ocupados com o ofício de alfaiate enchiam certa rua sentados em pequenos tamboretes. (Von Martius, *Através da Bahia,* pag. 91).

39 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 19.

40 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 84.

41 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LI, pag. 50.

Trás da Sé, de Santa Teresa; a de Santa Teresa, do Carmo; a do Cônego Leão, da Liberdade; a de Trás da Cadeia, da Cadeia; a do Rêgo, de Santa Cruz; a das Casinhas, do Palácio; a de Baixo, 25 de Março até a projetada praça do Mercado, e daí até a ladeira do Carmo, do Mercado; a da Freira, Senador Feijó; a da Casa Santa, do Riachuelo; a do Mata Fome unida à da Alegria, do Ipiranga; o beco do Quartel, do Teatro; o do Inferno, travessa do Comércio; o das Sete Casas, da Caixa Dágua; o da Casa Santa, da Faculdade de Direito; o do Sapo, travessa do Seminário; a ladeira do Bexiga, de Santo Amaro; a de Santo Antônio, Doutor Falcão; a da Ponte do Acu, São João; as travessas das ruas Constituição e Bom Retiro, Episcopal; a do Jardim, rua do Jardim[42].

Renovavam-se também em meados do século as medidas tendentes a conservar limpas as ruas da cidade. Em 1854 propunha um vereador que para comodidade da limpeza urbana se comprassem uma carroça e uma bêsta que poderiam ficar a cargo de dois africanos livres[43]. No ano seguinte já tinha a Câmara carroças para a limpeza dos lixos das casas "de pessoas notòriamente pobres"[44]. Na mesma ocasião dividiu-se a parte central e mais populosa da cidade em quatro distritos, cada um servido por uma dessas

---

[42] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, III, pag. 543. Não teve a municipalidade paulistana, nessa ocasião, o critério seguro que tivera em 1831, quando a sua Comissão Permanente, diante de uma proposta para que se substituíssem certos nomes tradicionais de logradouros públicos, como os dos largos do Rosário, de São Francisco e de São Gonçalo, se manifestou contrária, "pela dificuldade que de ordinário se encontrava o povo de deixar as antigas e arraigadas denominações". (*Atas da Câmara*, XXVI, pag. 70).

[43] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XL, pag. 201.

[44] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLI, pag. 188.

carroças, que começavam o seu serviço às seis horas da manhã, devendo por isso os moradores depositar o lixo de suas casas "em cêstos, caixões ou gamelas junto à porta da rua"[45]. Assim se evitava que muita porcaria fôsse atirada no leito da rua, como até então muitas vêzes se fizera. Começou-se a fiscalizar também com mais rigor o que se determinara há muito tempo sôbre os locais em que se devia fazer o despejo. Em 1865 foi prêso o escravo João, do Conselheiro T. — dizia-se discretamente nas atas da Câmara — porque estava fazendo despejo no beco da rua de São José[46]. E também a escrava Benedita, do tenente-coronel Antônio J. O. da Fonseca, que fazia o mesmo na ponte do Piques[47]. O viajante Hadfield, passando em 1870 por São Paulo — que conhecera dois anos antes — achou a cidade e suas ruas notàvelmente limpas[48].

Mas sôbre essas ruas paulistanas em meados do oitocentismo é interessante também o depoimento do reverendo Fletcher, embora semelhante ao de Kidder: vias públicas pavimentadas com um conglomerado ferruginoso muito parecido com o velho arenito vermelho, aproximando-se da "breccia". Ruas estreitas e não delineadas de acôrdo com qualquer sistema ou plano geral[49]. De fato, apenas se esboçavam então preocupa-

---

[45] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 162. Semelhantemente ao que já se fazia na Côrte, onde os quarteirões estavam entregues a fiscais que tinham a seu serviço carroças, guardas e africanos livres, sendo varridas as ruas e o lixo carregado para os mangues da Cidade Nova. (Charles Ribeyrolles, *Brasil Pitoresco,* I, pag. 153).

[46] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LI, pag. 51.

[47] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LI, pag. 39.

[48] William Hadfield, *Brazil and the River Plate (1870-1876),* pag. 169.

[49] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros,* II, pag. 70.

56 — Rua da Boa Morte (do Carmo) em 1870, com janelas de rótulas escancaradas sôbre os passeios, contrariando posturas municipais.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

ções mais constantes em relação às ruas, ao seu traçado, à sua largura e mesmo à sua estética. Em 1848 procurara-se alargar a rua que corria sôbre o paredão do Piques até a esquina do beco de São Luís[50]. No ano seguinte um parecer da Comissão Permanente da Câmara sôbre o projeto de abertura de uma rua em prolongamento da Casa Santa até o Bexiga dizia que "a beleza resultante da reta não sobressairia nessa rua, pois tendo de acompanhar o rebaixamento do terreno desde o portão de São Francisco até o Bexiga, ela nunca poderia ser vista de um extremo ao outro". Mas não se tratava só de um problema de estética: a rua ficaria um despenhadeiro[51]. Por outro lado em 1854 propunha-se na Câmara que nunca tivesse menos de seis braças de largura rua nova que se abrisse em qualquer ponto das três freguesias da cidade[52]. E no ano seguinte, que se fechasse uma rua por ser sumamente estreita e tortuosa e por isso "contrária às condições de uma regular circulação e às exigências da salubridade pública"[53]. Mas alguns traçados terrìvelmente irregulares persistiam em muitas ruas centrais, como se pode ver em algumas estampas da cidade feitas no período de 1860 a 1870.

Relativamente ao calçamento das ruas na época em que Fletcher estêve na cidade, sabe-se que em 1854-1855, diante de uma proposta de pavimentação feita pelo engenheiro José Porfírio de Lima, a Comissão Permanente da Câmara se declarou sem os

---

[50] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 28.

[51] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 171.

[52] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 128

[53] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 102.

conhecimentos necessários para dar parecer e sugeriu que se consultasse a administração das obras públicas da Côrte[54]. Na mesma ocasião — ainda em 1855 — sabe-se de uma solicitação do poder municipal ao govêrno da província, de um adiantamento de pelo menos cinco contos de réis para que fôssem feitos os "passeios" de proprietários pobres ou dos que desejassem encarregar a Câmara de fazer as suas testadas na rua Direita, visto que tinham mandado macadamizar essa rua[55]. Os donos de casas da rua Direita ou de outras que fôssem novamente calçadas — determinava a Câmara — seriam obrigados a calçar as suas testadas com lajes de Itu ou pedras de cantaria lavrada[56]. Essas lajes deviam ter a largura de seis palmos ou a que fôsse necessária para cobrir o espaço entre a parede e a guarnição externa. E não se admitia diferença alguma na altura do lajedo entre um prédio e outro[57]. Mas no próprio ano de 1855 surgiu na Câmara opinião contrária à macadamização da rua Direita, que representava na época, para a cidade, uma novidade. Propôs um vereador que se determinasse outro sistema de pavimentação, visto que aquêle que se projetava fazer (a cargo do francês Marcelino Gerard) pioraria a situação daquela rua, fazendo com que ela se tornasse um depósito permanente de pó em tempo sêco e de lama em tempo chuvoso. E que ficaria inferior ao calçamento que se desmanchara, pois para que fôsse duradouro o calçamento pelo sistema "macadam" seria preciso abolir o uso dos carros de

---

54 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XL, pag. 74 e XLI, pag. 35.

55 José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 546.

56 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 64.

57 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pags. 196-197.

eixo fixo[58]. O fato porém é que nessa época, segundo um cronista, o estado do calçamento "era de tal maneira lastimoso que as próprias estradas de comunicação com os povos marítimos e com as terras sertanejas eram superiores a algumas das principais vias públicas do centro"[59]. Era aliás o que se dizia em um relatório do govêrno da província em 1855, quando o presidente José Antônio Saraiva confessava significativamente: "O estado das calçadas é o mais desgraçado que é possível imaginar"[60]. Sabe-se no entanto que nesse tempo foi consertada e macadamizada, com esgotos laterais calçados de pedra — tendo sido o serviço executado por trabalhadores portuguêses e alemães sob a direção do engenheiro Rath — a rua da Glória[61]. Em 1857, em vista do estado em geral ruinoso das ruas centrais, propunha-se que a pavimentação fôsse feita pelo modo sugerido pelo empresário Martin d'Estadens, com as alterações feitas pelo engenheiro William Elliot[62]. Finalmente em 1858 resolvia-se adotar "o sistema perfeito de Mackadam" para calçamento das vias públicas paulistanas[63]. De alguns anos depois — de 1862 — conhecem-se referências a um orçamento "da despesa para

---

[58] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 105.

[59] Alberto Sousa, *Memória Histórica sôbre o Correio Paulistano,* pag. 12.

[60] *Relatório do presidente da província José Antônio Saraiva em 1855,* pag. 33.

[61] *Relatório do vice-presidente da província Antônio Roberto d'Almeida em 1856,* pags. 29-30.

[62] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 138.

[63] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 30. Possìvelmente se inspiraram os administradores da cidade no exemplo do Rio de Janeiro, onde alguns anos antes fôra

melhoramento de diversas ruas da cidade, inclusive o largo de São Gonçalo, pelo sistema e abaulamento a pedregulho, guias de cantaria e esgotos calçados de pedra a tição"[64]. Mas ainda em 1865 o Visconde de Taunay, em carta para a família, falava que as ruas paulistanas, embora limpas, eram mal calçadas[65]. Crítica com que não concordou o inglês Hadfield três anos depois: para êle as ruas da cidade, pavimentadas com material semelhante ao "macadam", tinham calçadas bem feitas, de grandes lajes, "muito superiores às da Côrte"[66]. Realmente, não era rigorosamente o MacAdam que se empregava nessa época na pavimentação das ruas de São Paulo, "mas um arremêdo dêsse bom sistema — dizia-se em um relatório de 1866 — constando êle da acumulação de grossas camadas de terra salpicadas de pequena porção de pedregulho"[67]. Em 1870 o *Correio Paulistano* destacava a necessidade de que se fizesse com capricho a pavimentação que se projetava para a rua do Miguel Carlos (trecho da Florêncio de Abreu), escrevendo: "A importância daquela rua autoriza esta exigência tanto mais que recentemente se acaba de fazer obra de igual natureza... o primoroso atêrro da rua dos Bambus, feito com pedregulho de superior qualidade

---

substituído nas ruas centrais o calçamento primitivo por outro que tornara certos logradouros cariocas (naquele tempo, fluminenses) — no dizer do reverendo Fletcher — comparáveis aos de Viena e de Londres. (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pag. 18).

[64] Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pag. 306.

[65] Citado por Vanderlei Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado,* pag. 85.

[66] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 67.

[67] *Relatório do presidente da província Joaquim Floriano de Toledo em 1866,* pag. 25.

e com tal esmêro que emparelha aquela rua agora com as melhores do centro da capital". O atêrro da Miguel Carlos pedia — segundo êsse jornal — "esmêro ao menos igual", pela sua importância e afluência de trânsito, visto que a dos Bambus era apenas uma rua de subúrbio, "freqüentada quase exclusivamente pelos moradores de algumas chácaras ali situadas"[68].

Sôbre a largura das vias públicas da cidade em meados do oitocentismo existe uma referência relativa a 1862, verificando-se que havia ruas com a largura de sessenta palmos: a da Casa Santa (Riachuelo), a ladeira do Ouvidor e a ladeira de São João; de cinqüenta e cinco palmos, a do Ouvidor (José Bonifácio); de quarenta e cinco, a de São João e a do Quartel (Onze de Agôsto); de quarenta, a da Quitanda, a do Jôgo da Bola (Benjamin Constant) e a da Freira (Senador Feijó) e a travessa de Santa Teresa; entre trinta e trinta e oito, a do Príncipe (Quintino Bocaiúva), a da Esperança (desaparecida com a demolição de vários quarteirões, para ampliação do largo da Sé, no comêço do século atual), a de Santa Teresa, a do Trem (Anita Garibaldi) e a travessa do Quartel[69]. É claro que mais estreitos eram os becos, tão comuns na cidade ainda nessa época — como sobrevivências das caprichosas azinhagas coloniais — e quase sempre batizados com nomes pitorescos, muitos dêles substituídos em 1865: o do Inferno, decerto porque nêle se alinhavam os botequins em que as rixas e as bordoadas eram coisa de todos os dias; o do Sapo, na baixada alagadiça do Acu; ou o dos Cornos, nas proximidades do matadouro, que tinha êsse nome por-

[68] *Correio Paulistano* de 12 de janeiro de 1870.
[69] Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pag. 305.

que nêle se depositavam os chifres dos animais sacrificados[70].

Da mesma forma que as ruas, também os largos se valorizaram nessa fase da história da cidade. Em 1828 a cidade possuía, além dos pátios e das praças que vinham dos tempos coloniais — e alguns mesmos da era mais primitiva da povoação — como o da Sé, o do Colégio, o de São Bento, o do Rosário, o do Carmo, o de São Gonçalo e o da Misericórdia, os que passaram à categoria de logradouros urbanos possìvelmente no começo do século dezenove, como o dos Curros (depois largo Sete de Abril e mais tarde praça da República), o do Arouche e o do Zunega (Paissandu) e uma pequena parte dos que seriam depois os largos de São Francisco e do Pelourinho (Sete de Setembro, incorporado recentemente à praça João Mendes). Uma ata de 1829 mencionava já o do Pelourinho[71]. O próprio largo de São Francisco todavia passou a existir de fato desde quando se estabeleceu na cidade o Curso Jurídico. Pelo menos foi então ampliado. Francisco de Assis Vieira Bueno escreveu que primitivamente a frente do convento de São Francisco ficava dentro de um quintal que tomava quase todo o espaço depois ocupado pelo largo. "Não sei precisamente — escreveu êle — quando foi que o largo de São Francisco veio a ficar descortinado pela demolição dessas tranqueiras. Conjeturo que foi por ocasião da adaptação do convento para a instalação da Faculdade, pois quando a aula de latim foi removida do palácio (no pátio do Colégio) para a Faculdade, por ter ficado

---

[70] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* I, pag. 241.

[71] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 428-429.

57 — Rua da Esperança (que desapareceria em virtude da ampliação do largo da Sé) no período 1860-1870.

(Coleção Paulo Florençano).

pertencente ao Curso Anexo, já o largo estava desafogado"[72]. Reclamava o bem público — dizia uma proposta apresentada à Câmara Municipal no ano de 1829 (um ano depois de instalada a Academia de São Paulo) — que se aproveitasse todo o terreno contíguo à cidade, abrindo-se ruas e praças, em vista do aumento da população da cidade, sobretudo por causa da chegada de estudantes para a Faculdade. E nesse caso estava "o terreno devoluto exterior ao edifício do Curso Jurídico"[73]. Um documento do mesmo ano dizia que sempre fôra preocupação da municipalidade abrir praças e conservar as poucas que existiam na cidade[74].

A partir de meados do oitocentismo — como ocorrera em geral com as ruas — foi que passaram no entanto a ser mais freqüentes as preocupações do poder municipal com referência às praças e aos largos paulistanos. Em 1849 indicava um vereador que se examinasse a possibilidade de se tornar mais limpo, mais plano e mais bonito o largo do Tanque do Zunega (Paissandu)[75]. Em 1855 requeria-se que se mandasse fazer por um engenheiro inglês (sinal decerto da importância que se dava ao empreendimento) o nivelamento dos largos da Sé e do Palácio (pátio do Colégio), os mais importantes da cidade[76]. Na mesma ocasião — no ano seguinte — já se pensava no plano de uma grande praça nos fundos do quintal do palácio

[72] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[73] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 450.

[74] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 13.

[75] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 147.

[76] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 84.

do govêrno, que fôsse terminar nas margens do Tamanduateí — plano de que devia ser encarregado o engenheiro Carlos Rath[77]. Logo em seguida cuidou-se de ampliar e melhorar o aspecto do largo de São Bento, então triste e nu — escreveu Dona Maria Pais de Barros — com ervas daninhas vicejando pelo chão, e sendo às vêzes capinado por escravos de particulares[78]. Em 1857 pedia-se ao Abade de São Bento que por ocasião da reedificação do muro do quintal do convento êle fôsse recuado para que a praça ficasse mais ampla[79]. Em 1864 a Câmara resolveu desapropriar umas casinhas pegadas à igreja de Nossa Senhora dos Remédios a fim de ser melhor esquadrejado o largo do Pelourinho"[80]. A praça, escreveu José Jacinto Ribeiro que se chamaria da Alegria, mas alguns anos depois passou a se denominar largo Sete de Setembro[81]. Essa foi uma das alterações de denominações de largos feitas em 1865. Houve outras. O largo do Bexiga passou a se chamar do Riachuelo; o dos Curros, Sete de Abril; o do Tanque do Arouche, Campo do Arouche; o do Zunega, do Paissandu; o Campo Redondo, dos Guaianases; o do Brás, praça da Concórdia[82].

Jardim Público só houve um nessa fase da existência da cidade: o da Luz. Nada justificava — escreveu Francisco de Assis Vieira Bueno — a sua denominação primitiva de Jardim Botânico, "pois era

---

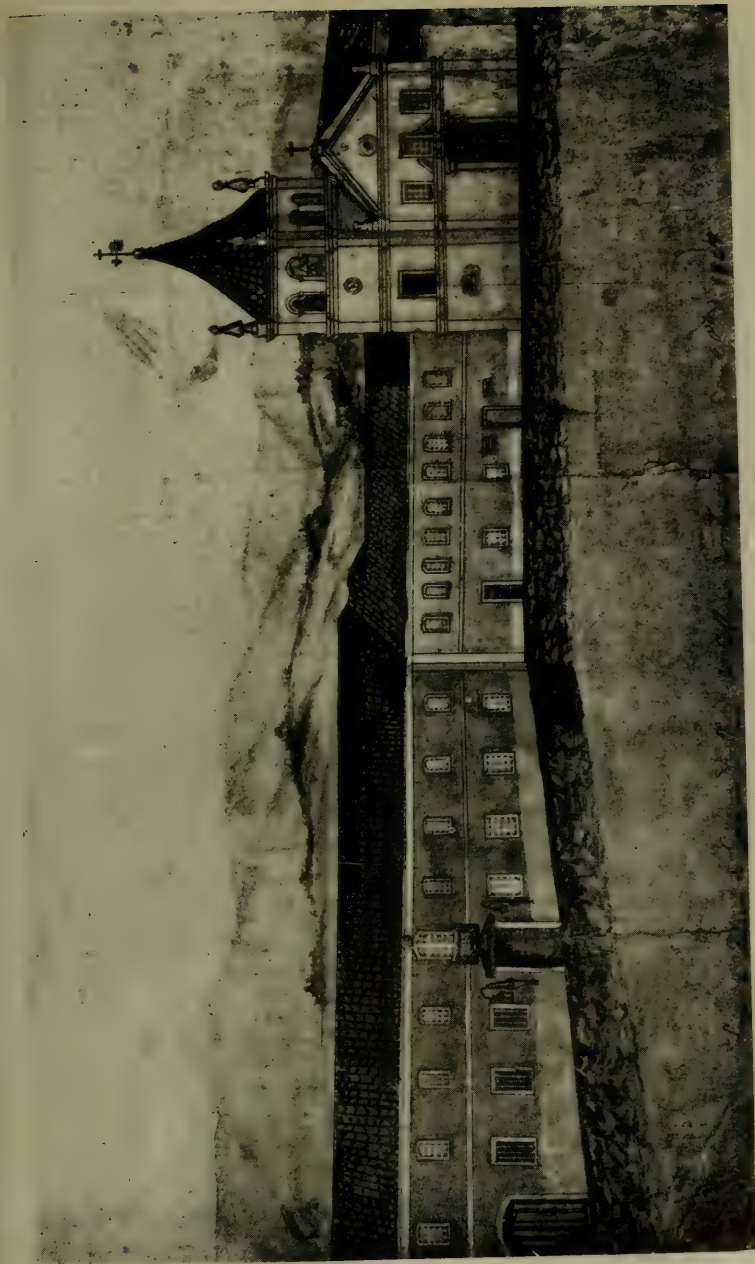
[77] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLII, pag. 26.

[78] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pag. 34.

[79] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 163.

[80] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L, pag. 118.

[81] José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 229.

[82] José Jacinto Ribeiro, op. cit., III, pag. 543.

58 — O pátio do Colégio em 1847.
(Desenho de Miguel Arcanjo Benício Dutra — Museu Paulista).

arborizado com plantas corriqueiras de nossas matas", e de ornamentação tinha apenas o seu grande lago central e as duas estátuas representando Vênus e Adônis[83]. Parece que não foi a princípio levado muito a sério êsse parque do bairro da Luz. No ano de 1830 o presidente da província Almeida Tôrres, indo ver como êle estava, ficou espantado. Tinha virado pastagem: cavalos e bois de carro estavam ali soltos, pastando à vontade dentro dêle[84]. E quando o viajante Kidder estêve na cidade, nove anos mais tarde, observou mesmo que o parque ainda se achava um tanto abandonado. Mas achou o visitante que o seu plano geral era de muito bom gôsto, contando êle com bonitas alamêdas curvilíneas bem arborizadas[85]. Entretanto não havia sido esquecido. Em 1835 o presidente da província Rafael Tobias dizia, dirigindo-se à Assembléia Legislativa Provincial, em seu relatório: "Continua-se a trabalhar no Jardim estabelecido nesta cidade; ainda que seja uma despesa que mais toca ao agradável do que ao útil, não se pode dispensar, uma vez que êle já serve de recreio aos cidadãos em certos dias, e não é conveniente abandonar uma obra começada, perdendo-se o que está feito"[86]. Em 1838 deixou de ser chamado Jardim Botânico para ser denominado simplesmente Jardim Público[87], como se as autoridades tivessem se conpenetrado das mesmas razões de Vieira Bueno. Mas continuava figurando, com seus problemas — como aconteceria aliás du-

---

[83] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[84] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 138.

[85] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 191.

[86] *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1836),* pag. 17.

[87] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 139.

rante todo o decorrer do século passado — nos relatórios dos governos da província. No ano de 1844 o governador Sousa Melo escrevia a respeito dêle: "Desenhado sôbre um terreno vasto e perfeitamente unido, ornado com deliciosas aléias de árvores tanto exóticas quanto indígenas, e de grande variedade de arbustos e de flôres, o Jardim Público oferece aos habitantes de nossa capital um lugar de descanso, onde os mesmos se acostumam a sentir todo o valor das belezas da natureza"[88]. O viajante Greene Arnold, nesse tempo, escreveu que o Jardim paulistano era grande mas incompleto, embora formosamente projetado com um lago em forma de Cruz de Malta no centro[89]. Nessa época ou pouco depois estavam a serviço do parque um feitor e cêrca de oito africanos livres como empregados[90]. Em 1852, além de uma grade de ferro colocada na sua frente, foi enriquecido não só com uma coleção de sementes de cinqüenta qualidades e cento e vinte e duas mudas de plantas exóticas e indígenas, como também com uma coleção de novas plantas e flôres compradas no Rio de Janeiro[91]. Mas ainda em 1855 estavam cultivadas apenas três quartas partes de sua área, não sendo possível consertar a restante "a fim de se tornarem simétricas as suas disposições", por falta de recursos[92]. Bernardo Guimarães, em um de seus romances, pôs estas referências desfavoráveis ao Jardim paulistano nessa época, na

---

88 *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1844-1845)*, pag. 83.

89 Samuel Greene Arnold, op. cit., pag. 104.

90 *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, pag. 85.

91 *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*, pag. 32.

92 *Relatório do presidente da província José Antônio Saraiva em 1855*, pag. 29.

bôca de um personagem é verdade que insatisfeito de tudo: "Deixemos êsse recanto que não inspira prazer nem melancolia, saudade nem esperança; deixemos êsse lago lodoso e pútrido, essa mísera aléia de oliveiras que não dão flor nem fruto, essas palmeiras raquíticas..."[93]

O Jardim Público da Luz foi desfalcado de parte de suas terras em 1860. O capitão Antônio Bernardo Quartim, então seu inspetor, cumprindo ordens do govêrno, fêz entrega à Companhia Inglêsa de vinte braças de terreno da frente ao fundo, para ser construída ali a estação da estrada de ferro. Essa concessão — escreveu Antônio Egídio Martins — prejudicou muito a simetria do velho logradouro, modificando a disposição de suas ruas e forçando a destruição de enorme quantidade de arvoredos[94]. Nessa época — em 1862 — o viajante Houssay achou que êle se chamava impròpriamente Jardim Público: "Jamais encontrei alguém ali que não fôsse o seu velho jardineiro alemão"[95]. Conspirava contra o Jardim Público — como se dizia em um relatório de 1866 — o fato de que êle fôra feito sôbre uma área que se ressentia de esterilidade e não podia ser regada convenientemente. Além disso não dispunha de trabalhos de arte e embelezamento que atraíssem a concorrência da população[96]. Entretanto foi melhorado alguns anos depois. Em 1869 o govêrno da província fêz reconstruir as paredes de seu lago e cimentar tôda a sua superfície superior. Levantar o extremo do

---

[93] Bernardo Guimarães, op. cit., pag. 11.

[94] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pags. 142-143.

[95] Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo,* pag. 5.

[96] *Relatório do presidente da província João da Silva Carrão em 1866, pag.* 21.

encanamento que despejava sôbre êle, substituindo-se o cano bruto de pedra por uma cabeça de leão. Reconstruir a escada, que ficou transformada no centro em pequena cascata, desdobrando-se sôbre um tanque também reconstruído e em cujos lados foram edificados dois assentos de tijolos. E reconstruir os pedestais das estátuas[97]. Na mesma ocasião foi construído no centro do lago uma ilha sôbre a qual se colocou uma casinha rústica para servir de abrigo às aves aquáticas. Consertaram-se as grades e o portão de ferro. Levantou-se em diversos pontos o muro que fechava o logradouro, para impedir a sua invasão por bichos[98]. Por bichos e também por malfeitores, que ali entravam de noite carregando às vêzes plantas preciosas[99].

De meados do oitocentismo dataram também preocupações do poder municipal com relação à arborização de ruas e praças da cidade. Em 1845 propunha-se que nas entradas de Santos, Brás, Luz e Tabatingüera se mandassem plantar árvores de pronto crescimento e grande ramagem, a distâncias convenientes, fazendo-se o mesmo no Campo dos Curros: formando-se no centro dêle um quadrado de árvores que ficassem a sessenta palmos das propriedades que havia em volta[100]. Três anos depois estabeleciam-se multas para as pessoas que de qualquer modo danificassem as árvores plantadas nas ruas, praças e aterrados[101]. Para plantar nas margens do aterrado do Carmo e

---

[97] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 140.

[98] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 140.

[99] *Relatório do presidente da província Antônio Cândido da Rocha em 1870,* pag. 47.

[100] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXV, pags. 203-204.

[101] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 32.

em outros lugares, a Câmara recomendava em 1861 que os fiscais da cidade tivessem muito cuidado com as mudas das figueiras arrancadas da Luz para construção da estrada de ferro[102]. Talvez nem sempre se fizessem essas primeiras tentativas de arborização sem resistência. Ainda em 1858 uma comissão da Câmara alegava que não devia ser feita a plantação de árvores projetada para a rua do Piques porque muitos dos proprietários se opunham a ela, com o fundamento de que embaraçava a vista de suas casas e dava lugar a acidentes desagradáveis[103]. Mas em 1869 a Câmara aprovava indicação importante relativa à arborização dos largos principais e de uma rua da cidade. "Sendo um embelezamento adotado hoje em quase tôdas as cidades a arborização das praças, largos e ruas espaçosas, concorrendo também para a salubridade pública", dizia-se em uma ata dêsse ano, propunha-se que se plantassem árvores nos largos do Carmo, do Palácio, de São Bento, de São Francisco, e rua do Rosário (Quinze de Novembro) entre Boa Vista e travessa da Quitanda. Árvores de boa qualidade — acrescentava-se — plantadas com intervalos não menores de vinte palmos[104].

---

102 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 87.

103 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 20.

104 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LV, pags. 262-263. A arborização dos largos devia na época ser quase uma novidade na própria Côrte. Ainda em 1858 o viajante Charles Ribeyrolles, no Rio, estranhava que o largo do Paço fôsse um lugar árido e calcinante, sem qualquer arbusto; que no largo do Rocio vegetassem apenas algumas plantas enfezadas e que o Campo da Aclamação — podendo comportar dois "squares" londrinos — fôsse desnudo como um deserto africano. (Charles Ribeyrolles, op. cit., I, pag. 154).

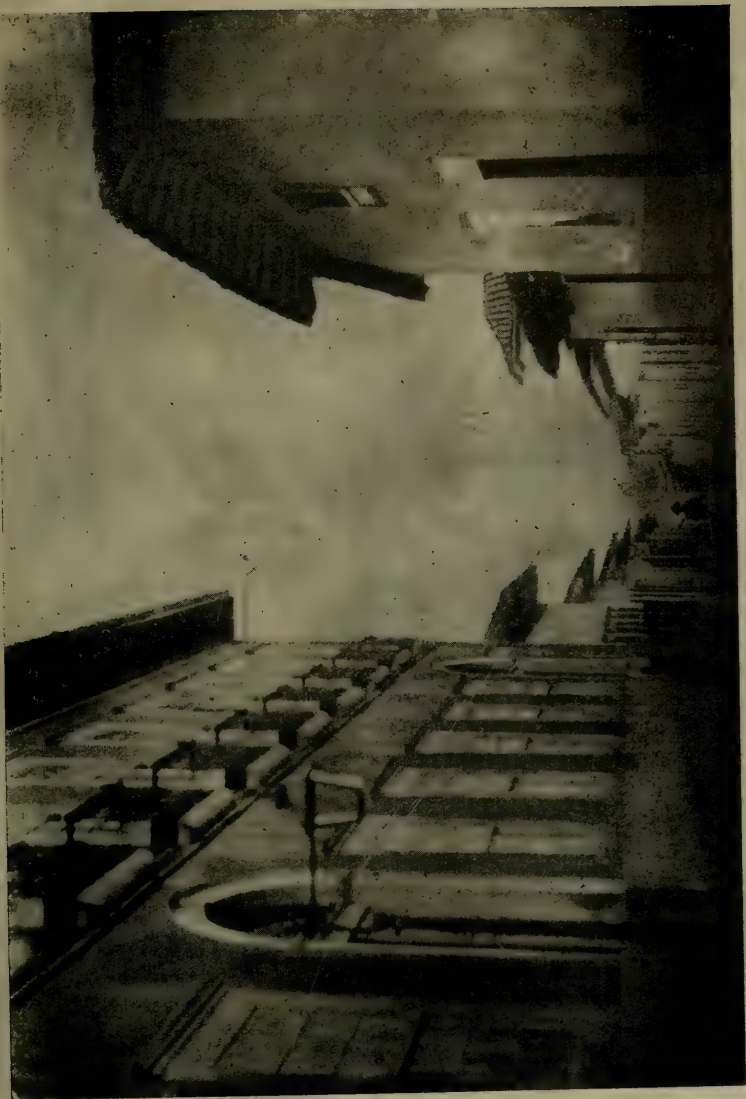
Foi por outro lado no período de 1828 a 1872 que essas ruas e êsses largos paulistanos tiveram os seus primeiros ensaios de iluminação. Em 1829 o govêrno da província punha à disposição da Câmara vinte e quatro lampiões "que já se achavam colocados nas vias públicas e mais alguns, que estavam sendo concluídos no Trem Nacional"[105]. Mas logo em seguida o procurador da Câmara acusava ter recebido apenas oito dêsses lampiões[106]. O problema era acima de tudo de carência de recursos. E resolveu-se no mesmo ano que enquanto a Câmara não tivesse um rendimento especial para a iluminação pública, o fiscal entrasse em entendimentos com alguns moradores da cidade para ver se êles queriam se encarregar de conservar os combustores acesos[107]. Foi então — segundo Nuto Santana — que cinco lampiões de vidros encardidos, com maus pavios alimentados com azeite ruim — às vêzes o de mamona, outras vêzes o de peixe — foram pendurados nas paredes de alguns edifícios. E os próprios moradores dessas casas eram encarregados de acender, limpar e conservar êsses primeiros combustores[108] cujo aspecto Francisco de Assis Vieira Bueno fixou assim: "Uma enorme geringonça de ferro, pregada na parede de uma esquina, estendia por cima da rua um longo braço em cuja extremidade estava pendurado um lampião". A luz dêles — ainda de acôrdo com a evocação de Vieira Bueno — difundia uma claridade mortiça que só alu-

---

105 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 390.

106 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 163.

107 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 486.

108 Nuto Santana, op. cit., III, pag. 21.

59 — Lampião preso à porta da casa dos Barões de Tatuí, na rua Nova de São José (Líbero Badaró).
(Arquivo do Departamento de Cultura).

miava um pequeno espaço, projetando longas sombras movediças quando o vento balançava os lampiões: "As noites eram pois trevosas, quando não havia lua, acontecendo algumas vêzes pisar-se em sapos que ocultos durante o dia nos quintais, de noite vinham para a rua tratar da vida, saindo pelos canos de esgôto das águas pluviais. Miríades dêsses batráquios povoavam o Anhangabaú e do outro lado o Tamanduateí e os charcos de suas várzeas, e quem nas noites de calor estacionasse nas pontes do Lorena, do Acu e do Carmo, ouvia a sua tristonha e variegada orquestra, não sem encanto para quem é propenso à melancolia"[109]. Em 1830 sabe-se que o edifício da Cadeia Pública tinha quatro dêsses lampiões de azeite do lado de fora, dois no largo da Cadeia e dois para o lado da rua do Rêgo. Não se acendiam também nas noites de lua. Dentro do prédio candeeiros de cobre consumiam azeite de peixe, que era transportado de Santos em barris carregados em lombo de burro. Também do litoral, em caixotes, procediam os vidros para êsses candeeiros[110].

Mas essa iluminação precária não satisfazia à Câmara, cujas atas de 1835 e 1836 revelam que o assunto estava sempre em foco embora não houvesse recursos para fazer coisa melhor[111]. Nem a Lei do Orçamento designava quantia alguma para a iluminação pública — dizia-se em uma ata — "como se tem feito em outras províncias"[112]. Afinal em 1840 o govêrno determinou que êsse serviço de iluminação pública da cidade fôsse feito por meio de cento e um

---

[109] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[110] Nuto Santana, op. cit., II, pags. 84-85.

[111] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVIII, pag. 16.

[112] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIX, pag. 55.

lampiões de quatro luzes — o que a Comissão Permanente da Câmara ainda achava insuficiente[113]. Já no ano seguinte as autoridades da província ordenavam a entrega à Câmara dos lampiões que tinham vindo do Rio "com seus competentes ferros" para serem colocados nos lugares indicados, ou podendo o poder municipal propor as alterações convenientes[114]. Resolveu-se que se mandasse comprar também no Rio de Janeiro oito pipas de azeite tendo em vista um anúncio do *Jornal do Comércio*, de um artigo bom à venda na Praia do Peixe[115]. Estabeleceu por outro lado o poder municipal, como condições para arrematação do serviço de colocação de lampiões, que êles fôssem colocados "em pés direitos de canela legítima, com grossura de gêmeo em quadra de vinte palmos de largura"[116]. Começaram então os pedidos de moradores para que fôssem removidos para outros lugares os lampiões colocados em suas propriedades. Entre êsses pedidos as atas da Câmara mencionam o do cônego Joaquim Carlos de Carvalho, da rua de Santa Teresa[117]; o do coronel José Joaquim César de Cerqueira, da rua das Flôres[118];

---

[113] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pags. 29-30 e 42-43.

[114] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pag. 144.

[115] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pag. 190.

[116] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pag. 159.

[117] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pag. 180.

[118] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pags. 185-186.

60 — Rua da Tabatinguera em 1860, vendo-se um lampião preso a uma parede. (Arquivo do Departamento de Cultura).

o de dona Ana Joaquina Josefa de Abelho Forte[119], e o de Inácio Joaquim da Silva. O pedido dêste último trazia a explicação dos demais: queria que o govêrno ordenasse a mudança do lampião para outro lugar pelos danos que êle fazia à parede de frente de sua casa na rua de São José[120]. Também pelo receio de ladrões. Em 1842 o cônego Joaquim Carlos explicava ao govêrno que a colocação de um lampião na esquina de sua casa punha em risco os objetos da Fábrica da Sé Catedral que estavam sob a sua guarda, "por facilitar a subida de ladrões pelos ferros para as janelas"[121]. E assim andaram os primeiros lampiões paulistanos de um lado para outro. O designado para a casa do cônego Joaquim Carlos e depois para a esquina do convento de Santa Teresa, o presidente da província acabou mandando que fôsse pendurado na mesma esquina, mas em um poste de madeira[122].

Afinal depois de tôdas essas mudanças — e de um ofício do administrador da iluminação pública fazendo ver que não eram apropriados pavios de fio de algodão torcido, mas sim uns pavios chatos que havia no Rio de Janeiro[123] — foi dado início ao serviço no dia 27 de abril de 1842 "com alguns pequenos transtornos" que seriam remediados com a expe-

---

[119] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 53.

[120] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 111.

[121] Citado por Nuto Santana, op. cit., III, pag. 178.

[122] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 6.

[123] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pags. 32-33.

riência[124]. Entre êsses transtornos notava-se por exemplo que havia demora em acender os lampiões, falta de limpeza em alguns e que outros apareciam acesos ainda de manhã[125]. Além disso caiu logo o da portaria de São Francisco e foi preciso que êle fôsse de novo colocado com ganchos de ferro "ou de qualquer maneira que seja mais segura"[126]. Por outro lado ocorrências de momento influíram nessa iluminação das ruas em seus primeiros tempos. Em 1842 — por causa da chamada Revolução Liberal — o govêrno da província mandou que a Câmara fizesse conservar a iluminação por tôda a noite "durante o estado perigoso da Capital"[127]. E em 1846 um vereador sugeriu que se oficiasse ao govêrno da província para mandar colocar seis lampiões na freguesia do Brás, pois a Imperatriz, em visita a São Paulo, devia se hospedar na chácara de Dona Gertrudes[128].

Sabe-se que no ano seguinte — em 1847 — a Câmara Municipal de São Paulo fêz um contrato com Afonso Milliet — que desde há alguns anos tinha uma fábrica de gás hidrogênio na cidade — pelo qual a iluminação das ruas passava a ser feita a gás hidrogênio líquido durante cinco anos, por meio de cento e sessenta lampiões. Cada um dêles precisava ter quatro orifícios luminosos e a luz devia ser mantida à noite tôda, menos nas horas em que a lua estivesse

---

124 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 55.

125 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 60.

126 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 85.

127 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIV, pag. 70.

128 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXVI, pag. 19

61 — Rua da Imperatriz (Quinze de Novembro), à noite, em 1862.
(Quadro de Wasth Rodrigues — Museu Paulista).

aparecendo[129]. Dêsse tempo conhece-se uma impressão — é verdade que excessivamente "literária" — do aspecto noturno da cidade, deixada por Álvares de Azevedo. O poeta, voltando do bota-fora de um amigo que viajara para Santos, havia cruzado a baixada da Glória, a caminho da cidade, já de noite: "Além, lá longe, se levantava a cidade negra; e os lampiões, abalados pela ventania, pareciam êsses meteoros efêmeros que se levantam dos paludes..."[130]. Mas era realmente uma luz efêmera e fraca a dos lampiões paulistanos dêsse tempo. Em 1853 referiam-se ainda as atas da Câmara ao mau estado da iluminação[131]. No ano seguinte uma nota publicada no *Correio Paulistano* — fazendo referência a pessoas que andavam "às marradas pelo escuro" — acentuava a precariedade da iluminação das ruas paulistanas nessa época, lembrando o caso de um viajante que procedente de Santos "andou a noite inteira perdido pela cidade sem achar saída", não podendo prosseguir, senão no dia seguinte, sua viagem no rumo de Jundiaí[132]. E em um relatório do govêrno provincial dêsse tempo — em 1856 — fazia-se referência ainda à grande distância em que se colocavam um do outro os lampiões, "de modo que apesar de darem êles boa luz", ficavam largos espaços no escuro, o que

---

[129] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 179-180. Sabe-se que nesse mesmo ano de 1847 rejeitou-se no Rio de Janeiro uma proposta no sentido de que a cidade fôsse iluminada por meio de gás hidrogênio líquido, dizendo-se que o sistema era conhecido na Europa para usos domésticos, mas não para iluminação pública devido aos perigos que podia acarretar. (C. J. Dunlop, *Apontamentos para a história da iluminação da cidade do Rio de Janeiro,* pag. 7).

[130] Álvares de Azevedo, op. cit., II, pag. 476.

[131] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 94.

[132] *Correio Paulistano* d° 28 de junho de 1854.

se fazia ainda mais sensível em certas ruas[133]. Em 1860 já existiam todavia uns duzentos lampiões para iluminação das vias públicas de São Paulo. Muitos — como a gente pode ver em gravuras da época — ainda presos nas paredes das casas pelas tais geringonças; outros, colocados no alto de acanhados postes de madeira; e também alguns — por certo os mais recentes — em cima de postes de ferro de feitura mais elegante. Postes que desde há alguns anos os poderes municipais procuravam defender de certos abusos de moradores ou de tropeiros. Conhece-se uma recomendação da Câmara em 1852 proibindo que cavaleiros ou condutores de tropas deixassem seus animais atados a êsses postes de lampião de rua[134]. Mas com todos êsses cuidados a iluminação era pobre no centro e quase inexistente nos bairros, disso dando bem uma idéia a evocação feita por Afonso Schmidt falando do sobrado que havia na esquina da praça João Mendes com a antiga rua da Fôrca (Liberdade). Os paulistanos que vinham do Quebra-Bunda ou mesmo da Pólvora costumavam deixar ali as lanternas de que se serviam. Tôdas as noites a entrada do sobrado ficava cheia delas. E o dono da casa deixava na porta uma lata de azeite e uma caixa de "joncopingues": quem quisesse podia se servir à vontade[135]. Mesmo as ruas do centro — e não apenas essas que conduziam aos arrabaldes — eram mal alumiadas, e em 1862 anotava Teodomiro Alves Pereira na sua *Vida Acadêmica* que era frouxo, baço e enfraquecido o clarão dos lampiões paulistanos,

---

133 *Relatório do vice-presidente da província Antônio Roberto d'Almeida em 1856*, pag. 21.

134 Citado por Nuto Santana, op. cit., IV, pag. 83.

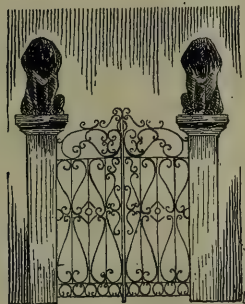
135 Afonso Schmidt, "Ainda São Paulo em 1860", *A Tribuna*, Santos.

sobretudo nas noites de neblina[136]. Foi nesse tempo que Camilo Bourroul propôs iluminar São Paulo com azeite resinoso fotogênico, pelo espaço de dez anos[137]. Em 1863, no entanto, o govêrno da província contratou com Francisco Taques Alvim e José Dutton a iluminação a gás da cidade[138]. Melhoramento que só viria porém em 1872.

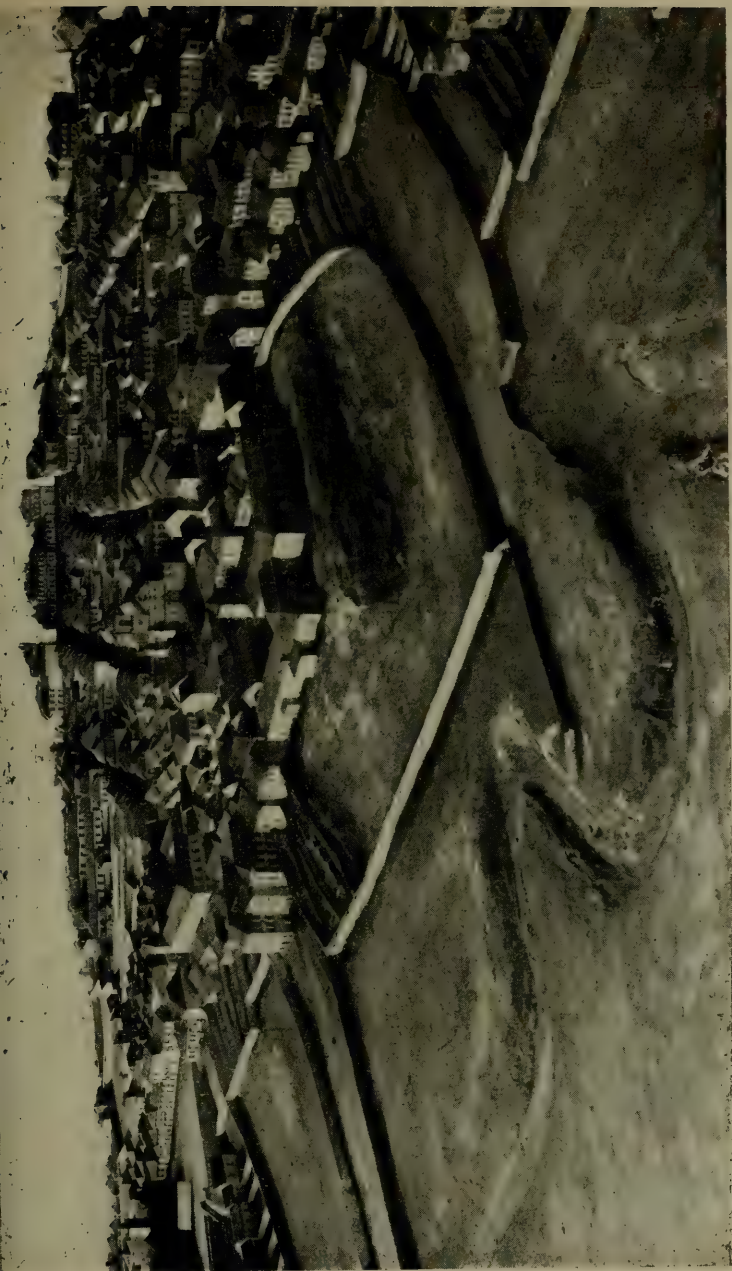
136 Teodomiro Alves Pereira, op. cit., II, pag. 35.

137 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 181 e seguintes.

138 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 59.

III — NO RETIRO DAS CHÁCARAS

Ainda que tìmidamente e de forma bastante irregular cresceu a área da cidade de São Paulo no período de 1828 a 1872 em conseqüência das repercussões que sôbre a existência da capital da província tiveram o pequeno ressurgimento econômico do antigo "país dos paulistas", a partir de fins do setecentismo, e o estabelecimento da Academia de Direito. O núcleo urbano, que pouco ultrapassava no comêço do século dezenove os limites do "triângulo" tradicional, foi se ampliando em algumas direções, forçando o recuo das chácaras e dos matagais que dominavam até então certas zonas circunvizinhas. O acréscimo de população impôs então o retalhamento das terras de algumas dessas chácaras para formação de ruas e de largos ou edificação de casas. Ganharam ao mesmo tempo feição mais acentuadamente

urbana bairros que até o comêço do oitocentismo se caracterizavam antes de mais nada com áreas tomadas só pelos sítios e as casas de campo. Êsse crescimento da área da cidade se acentuou mais particularmente ainda a partir de meados do século passado, quando o poder municipal já era forçado a fazer pressão sôbre particulares no sentido de que fôssem imediatamente aproveitadas as terras abandonadas existentes dentro do rocio "da meia légua". Ruas novas se abriram então em várias zonas da cidade ao mesmo tempo que se tornava mais compacto o seu núcleo central. Abriu-se a rua Vinte e Cinco de Março, sôbre locais em parte ocupados antes pelo leito do Tamanduateí. Desenhou-se a rua General Carneiro comunicando a várzea dêsse rio com a zona central da povoação. Esboçou-se o desenvolvimento do bairro do Brás. E do outro lado da cidade abriu-se a rua Formosa comunicando o Acu com o Piques. Como êsse crescimento urbano foi no entanto muito irregular, desenvolvendo-se apenas em algumas direções, restaram zonas de matagais e de chácaras às vêzes quase encostadas ao próprio núcleo central da cidade. No Chá e em outras áreas muito próximas ao centro, por exemplo, ainda na segunda metade do oitocentismo se caçavam perdizes, cabritos e até pobres escravos fugidos que se aquilombavam em suas barrocas.

Apesar disso foi sensível a transformação da área urbana e da área semi-rural da cidade durante o período compreendido pelo segundo e o terceiro quartéis do século dezenove. Evocando o 1830 paulistano escreveu Francisco de Assis Vieira Bueno que o corpo mais compacto da cidade ocupava longitudinalmente o planalto da colina cuja escarpa descambava a leste para o Tamanduateí e ao poente para o Anhangabaú, acabando para o sul no largo da

62 — Aspecto da cidade de São Paulo em 1841.

(Parte da maquete modelada por Henrique Bakkenist, sob a orientação de Afonso de E. Taunay, existente no Museu Paulista).

chácara dos Inglêses (largo São Paulo), no cemitério (em tôrno da capela dos Aflitos) e no campo da Fôrca (largo da Liberdade) e para o norte no convento de São Bento. "Fora dessa área havia sòmente esgalhos muito irregulares, formando arrabaldes desigualmente povoados ao poente e ao norte"[1]. Estavam ainda cobertos de mato e de capoeiras — escreveu o mesmo cronista — todo o terreno compreendido entre o Tamanduateí e a rua da Tabatingüera, a margem esquerda dêsse rio, da ponte do Carmo para baixo e, do outro lado da cidade, tôda a área de terreno mais tarde chamada Morro do Chá[2]. Mas precisamente nessa época evocada por Vieira Bueno — e sobretudo por causa do acréscimo de população decorrente da instalação do Curso Jurídico — a cidade tendia a se estender sôbre algumas dessas áreas cobertas de matagais e a retalhar em ruas e praças públicas os terrenos de algumas chácaras que ainda se esparramavam em suas imediações. Em algumas atas da Câmara, no ano de 1829, já se refletia essa tendência[3]. Entretanto ainda na terceira década do século passado — em 1836 — o presidente da província dirigiu um ofício à Câmara Municipal dizendo: "Tendo a Assembléia Provincial resolvido que a Câmara desta cidade seja ouvida sôbre a conveniência da alienação dos terrenos que estão como depósitos insalubres do lado esquerdo das descidas das pontes do Carmo e do Acu, com obrigação de deixar-se nesta última um portão para a servidão

---

[1] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[2] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[3] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 397 e 450.

pública, junto à primeira casa da rua Nova de São José, se parecer conveniente, ordeno que informe a tal respeito"[4]. Na ponte do Acu — popularmente conhecida pelo nome de "ponte do cisqueiro" — observou José Jacinto Ribeiro que foi efetivamente colocado o portão separando a cidade do campo. Campo onde hoje — escrevia em fins do século o autor da *Cronologia* — estão situadas as ricas freguesias de Santa Ifigênia, Santa Cecília, Consolação[5]. Tôda a chamada Cidade Nova.

Os largos de São Bento, do Carmo e a ladeira — reafirmava Martim Francisco referindo-se aproximadamente a 1840 — eram o fim da cidade e o comêço dos arrabaldes. "Nestes raras vêzes duas casas avizinhavam-se por completo. Os muros abusavam do direito de não pagar impôsto". Fora da cidade, só a Consolação, caminho dos viajantes que demandavam Itu e Campinas ou dali chegavam — acrescentava êle — revelava alguns traços de vida própria[6]. Dá bem uma idéia da pequenez da cidade em meados do oitocentismo — em vista de seu crescimento de depois — a frase dita por um personagem do drama de Paulo Eiró, *Sangue Limpo*: "...e de São Bento à Cruz Preta não é um pulo". "O trecho nos mostra — comentou José A. Gonçalves — que os antigos paulistanos não tinham o hábito de andar a pé: consideravam uma caminhada penosa ir de São Bento (rua ou largo) à rua da Cruz Preta (Quintino Bocaiúva)"[7]. Evidentemente porque na época o trajeto (provàvelmen-

---

[4] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, I, pag. 418.

[5] José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 418.

[6] Citado por Estêvão Leão Bourroul, *Hércules Florence*, pags. 11-12.

[7] Paulo Eiró, *Sangue Limpo*, pag. 64, e José A. Gonçalves, "Notas ao drama Sangue Limpo", pag. 106.

63 — A sede da Chácara da Tabatinguera em 1862.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

te do largo de São Bento à rua Quintino Bocaiúva) equivalia a atravessar a cidade (ou a sua zona povoada mais densamente) quase de um extremo ao outro. Entretanto particularmente nas vizinhanças da metade do século o desenvolvimento da população reclamava novas terras para edificação, e o aproveitamento das áreas mais próximas do núcleo urbano. Em 1846 a Câmara resolveu que se avisasse a tôdas as pessoas que tivessem terrenos dentro da "meia légua" e que se achassem abandonados, de que perderiam os seus direitos em relação a essas terras se elas não fôssem edificadas ou cultivadas no prazo de três meses[8].

Nesse tempo a zona do Carmo reafirmava a sua tradição de área fidalga, por certo fortalecida pela situação da rua do Carmo: entrada da cidade para os que procediam do Rio de Janeiro, com as comunicações se tornando mais freqüentes. Moravam nela famílias importantes de São Paulo. E também o "Matemático", personagem curioso cujo prestígio, na observação de Nuto Santana, deve ter nascido do fato de ser então um dos poucos conhecedores da ciência dos números na cidade. Emprestou seu nome à rua da Tabatingüera, que chegou a ser conhecida como Rua do Matemático[9]. Local sem prestígio era ali perto a várzea do Carmo: destinava-se ao despejo das imundícies. Ainda em 1859 a municipalidade mandava que se fizesse o atêrro e o calçamento do beco do Colégio para facilitar a descida dos que precisavam de carregar lixo para a várzea[10]. Mas nesse mesmo ano a Câmara procedia à demarcação da rua que se resolvera abrir da Ponte do Carmo ao pôrto de São

---

[8] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 80.

[9] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* V, pag. 97.

[10] Nuto Santana, op. cit., III, pag. 87.

Bento, pela margem esquerda do rio: a futura rua Vinte e Cinco de Março[11]. Alguns anos antes abrira-se uma rua através do quintal do palácio, dando para o Tamanduateí: a General Carneiro[12]. "Quando Ferreira de Meneses, Varela e Castro Alves — escrevia em 1890 o jornalista Eugênio Leonel — decantavam em noites claras as belezas do céu paulista", junto do legendário Tamanduateí, sua margem esquerda era quase deserta: algumas casas na ladeira da Tabatingüera e nada mais. A rua do Hospício não existia. Só havia ali, além do casebre que depois lhe deu o nome, uma montanha de saibro. "Também desabitada era ainda a parte compreendida entre o recolhimento dos loucos e a rua dos Carmelitas"[13].

Foi também só a partir de meados do século passado que começou a se desenvolver o bairro do Brás, conhecido antes por diversos nomes — escreveu Nuto Santana — sendo que o que absorveu os outros foi o de José Brás, reconstrutor da capelinha do lugar[14]. Sempre sitiado pelas cheias do Tietê e do Tamanduateí foi durante muito tempo apenas a estrada de São Paulo para a Penha — observou Afonso A. de Freitas — com a chácara da Figueira em um extremo e a do Tatuapé no outro[15]. O longo caminho do aterrado, que partia em direção a êle, se desdobrava através da várzea como uma gigantesca "boa" na comparação do Barão de Paranapiacaba evocando

---

[11] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXVII, pag. 140.

[12] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo*, I, pags. 131-132.

[13] Eugênio Leonel, *Notas a Lápis*, pags. 20-21.

[14] Nuto Santana, op. cit., II, pags. 294-295.

[15] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, pags. 16-17.

04 — Chácara Charpe, Mauá oŭ do Campo Redondo, por volta de 1870, com sua bela casa de dois pavimentos.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

São Paulo em 1839[16]. Mas visto do Carmo o bairro do Brás — a sugestão foi de Bernardo Guimarães em um de seus romances — era encantador: "A capela de São Brás, com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas pela planície, exalam um perfume idílico que enleva a imaginação"[17]. Em 1846 cogitava-se já de mandar levantar uma planta topográfica dêsse bairro e da várzea do Carmo, compreendendo tôdas as pontes, cercados e propriedades, ruas, aguadas, brejos, alagadiços, pedreiras, caminhos, quintais, chácaras — a fim de que com base nesse trabalho a Câmara pudesse mandar demarcar arruamentos e praças[18]. Muitas casas começaram a se edificar em seguida à margem da estrada da Penha. Salientava-se na Câmara em 1857 a necessidade ou a conveniência de se aperfeiçoar a estrada até a freguesia da Penha, de modo que servisse para trânsito fácil e seguro de seges e outros veículos semelhantes[19]. A construção da estrada nova — empreendimento que estava quase concluído em 1864, segundo relatório do vice-presidente da província — prometia que "em

---

[16] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* III, pag. 4.

[17] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 12.

[18] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 54. "Planta topográfica — dizia-se nas atas — da vargem do Carmo e Brás, principiando fronteiro ao Pavilhão, seguindo pelo leito do Tamanduateí por êle abaixo ao Tietê e por êste acima a confrontar as divisas da Freguesia do Brás com as da Penha", "reservando-se as aguadas, pedreiras e terrenos montuosos para suas terras, quando cavadas, serem aplicadas aos entulhos da vargem e construção de edifícios a bem público e então conceder-se cartas de datas para aumento e beleza do Município."

[19] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 150.

futuro não remoto ficará uma rua até a igreja da Penha, muito concorrida pela grande devoção de fiéis"[20]. Mas ainda no ano seguinte dizia-se, nas atas da Câmara, que a povoação do Brás não era numerosa nem industriosa[21]. E na mesma época — segundo evocação de Alfredo Moreira Pinto, em 1900, relembrando seus tempos de estudante em São Paulo mais de trinta anos antes — o Brás, a Moóca e o Pari eram povoados insignificantes, com algumas casas de sapé que medrosamente se erguiam no meio de matagais espessos. E a várzea do Carmo lugar escolhido para caçadas de cabritos[22]. Como antes fôra local de caçadas de frangos-d'água[23].

Também outros bairros se mantinham desertos e silenciosos em meados do oitocentismo: a Estrada Vergueiro, os Campos Elíseos e o próprio Chá, no centro da cidade, e só em 1855, em terrenos da chácara do Cadete Santos, foi que a Câmara mandou abrir a rua Formosa, "rua que continuando a do hospital — dizia em 1853 o jornal *O Compilador* — pela margem esquerda do Anhangabaú, em terreno do senhor comendador Santos Silva, vá sair ao lado da ponte do Lorena, onde indicar a reta, a fim de comunicar mais cômodamente o Acu com o Piques"[24]. Era uma necessidade premente na época, e o *Correio Paulistano* assinalava: "... êsse lugar de grandes transações do mercado [o Piques], ponto de chegada de grandes tropas que vêm do sul e interior da província, acha-

---

20 Citado por Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 31.

21 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LI, pag. 141.

22 Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900,* pags. 7, 8 e 9.

23 Almeida Nogueira, op. cit., VII, pag. 130.

24 Citado por Afonso A. de Freitas, *A Imprensa Periódica de São Paulo,* pag. 118.

65 — Chácara Bresser, no Brás, em torno de 1860, ostentando muros cobertos de telhas. (Arquivo do Departamento de Cultura).

se separado de uma bela porção da cidade, igualmente povoada e concorrida, por um terreno estéril e inútil. Queremos dizer que o habitante do Piques que quiser ir para o lado da Luz, isto é, a freguesia de Santa Ifigênia, ou há de atravessar êsse desfiladeiro escabroso que se chama rua Nova de São José ou de galgar êsse penhasco que se chama ladeira da rua da Palha"[25]. Nos próprios campos do Bexiga, abrangendo tôdas as terras localizadas entre a rua da Consolação e a rua de Santo Amaro, ainda em 1870 se caçavam veados, perdizes e até escravos fugidos[26]. Grandes chácaras circundavam, por êsse lado, a cidade[27]. Por êsse e pelos outros. Uma das chácaras paulistanas da primeira metade do século dezenove — essa distante do centro, porém — o reverendo Kidder visitou quando estêve em São Paulo: a do coronel Anastácio — Anastácio de Freitas Trancoso — com a sua plantação de chá. Foi dela que se originou o bairro do Anastácio[28].

Outras ficavam muito mais próximas do centro. Morando em 1847 em uma chácara da rua dos Bambus (trecho da Visconde do Rio Branco) dizia em carta ao pai o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira: "A casa onde moro é excelente e a chácara muito bem plantada de horta e jardim, árvores frutíferas, água dentro, etc., porém como está fora da cidade e as estradas não são calçadas, acontece que quando

[25] *Correio Paulistano* de 18 de julho de 1854.

[26] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, pag. 11.

[27] Antônio de Góis Nobre, *Esbôço Histórico da Real e Benemérita Sociedade Portuguêsa de Beneficência em São Paulo*, I, pags. 16 e 23.

[28] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, I, pag. 207.

chove fica tudo intransitável. Não se vê um só vestígio de gente. Ontem vi um cabrito na rua. Hoje nem isso. Apenas ouço o cantar dos pássaros e o chiar das cigarras"[29]. Um ambiente perfeitamente rural. Do outro lado da cidade a chácara da Glória, além do córrego Cambuci, em 1852 já estava em ruínas; "o prédio com as paredes descobertas — escreveu o viajante Június — a pleno ar, metade caídas, e as da antiga capela, que parecia ser a peça mais importante daquela casa, apresentando aos olhos do visitante os restos ou pedaços dos grandes quadros nela pintados"[30]. Ainda outras chácaras ficavam quase encostadas ao núcleo urbano central. Em 1848, quando se procedeu à demarcação e ao alinhamento de terrenos suficientes para o alargamento da rua que corria sôbre o paredão do Piques até a esquina do beco de São Luís, falava-se em entendimentos com os donos das "chácaras contíguas"[31]. Em 1860 Zaluar escrevia na sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*: "Entramos em São Paulo pelo lugar chamado Brás. É um dos arrabaldes mais belos e concorridos, notável pelas suas chácaras onde residem muitas famílias abastadas"[32]. Com casas-grandes abarracadas "ao gôsto paulista", como escreveu José de Alencar em um de seus romances, descrevendo uma chácara extensa que ficava "em um dos mais pitorescos arrabaldes da capital de São Paulo": o Brás[33].

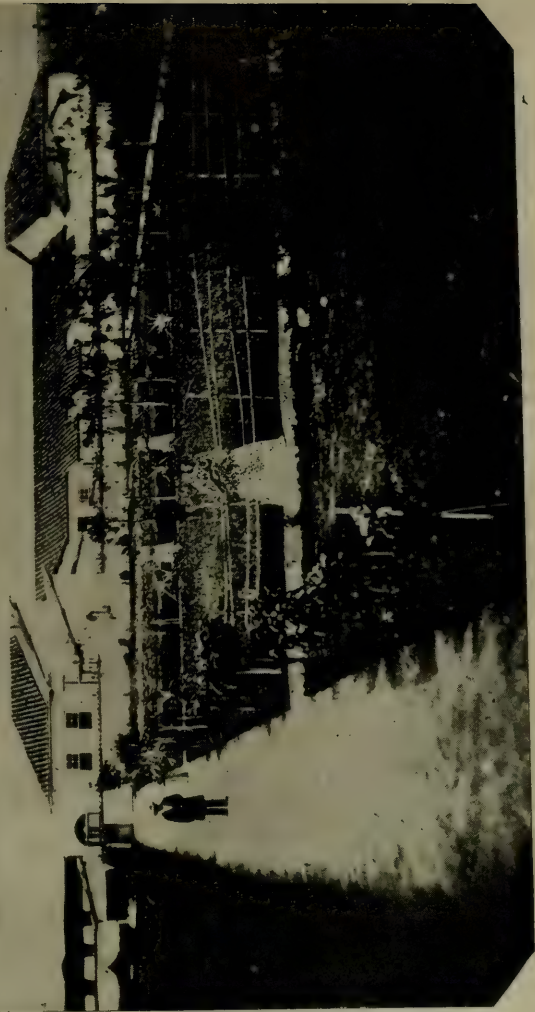
---

[29] Albino José Barbosa de Oliveira, *Memórias de um Magistrado do Império*, pags. 182-183.

[30] Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem*, pags. 140-141.

[31] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXVII, pag. 28.

[32] Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, pag. 136.

[33] José de Alencar, *Sonhos d'Ouro*, II, pag. 233.

66 — Um aspecto da Chácara Loskiel, na rua do Brás (Rangel Pestana), cêrca de 1860. (Arquivo do Departamento de Cultura).

Talvez ainda então chácaras enormes como aquelas a que muitos anos antes se referia um anúncio do jornal *O Farol Paulistano*. Ficavam na freguesia "do senhor Bom Jesus do Brás", com muitas terras e até mato virgem, "pasto para alguns animais e bom curral de gado, fechado"[34].

As chácaras todavia foram se desmanchando, sobretudo a partir de meados do oitocentismo, com a expansão da cidade em várias direções e a urbanização de algumas zonas suburbanas. Em áreas onde antes só havia chácaras, com as suas plantações de hortaliças, de frutas e de chá, foram se desenhando ruas. É verdade que ruas ainda com jeito mais de estradas: com casas muito isoladas umas das outras, habitadas por gente pobre ou servindo de sede para repúblicas de estudantes. Algumas delas Ferreira de Resende retratou nas suas memórias (1849-1855): a da Palha (Sete de Abril), a dos Bambus (trecho da Visconde do Rio Branco) e a que passava pelos fundos da igreja de Santa Ifigênia (trecho da futura avenida Ipiranga)[35], tôdas à esquerda do Anhangabaú. Em 1856 dizia-se na Câmara que a suspensão da distribuição de terras urbanas, desde 1854, tinha sido muito prejudicial ao progresso e engrandecimento da cidade porque era incalculável o número de edifícios que teriam sido construídos em seus arrabaldes se não tivesse sido a Câmara privada daquele direito. Dizia-se ainda que como em breve se estabeleceria a estrada de ferro na província, era preciso ceder ao povo os terrenos reclamados para edificações, pois com a ferrovia haveria afluência muito maior de gente. "É cer-

---

[34] *O Farol Paulistano*, n.º 410, de 2 de novembro de 1830.

[35] Ferreira de Resende, *Minhas Recordações*, pags. 252, 258 e 259.

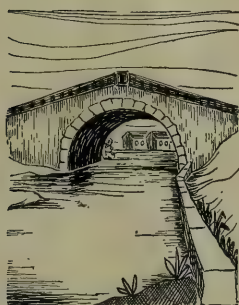
to que os terrenos compreendidos nos limites marcados na doação feita por Martim Afonso não são, e menos serão daqui a alguns anos, suficientes para as necessidades dos habitantes da cidade, e por isso pede a Câmara que além dêsses se lhe concedam os que forem precisos para perfazerem uma légua em redor da cidade, considerando como ponto central o largo da Sé[36]. É que ainda no período da existência da cidade decorrido entre os anos de 1828 e 1872 mantiveram-se de pé, com tôdas as suas terras, muitas chácaras localizadas nos bairros de Santa Ifigênia, do Bom Retiro, do Brás, da Consolação, da Liberdade, do Cambuci, da Moóca, do Pari, da Barra Funda, da Água Branca, de Higienópolis, da Vila Buarque. Em tôrno de 1860 ainda apareciam no *Correio Paulistano* anúncios como êste, de uma chácara para se vender na rua da Tabatingüera: "Vende-se uma rica chácara com boa casa de sobrado construída tôda de novo com pilares de tijolos, sita na rua da Tabatingüera ... a qual tem muitos e bons arvoredos, de diversas qualidades, como peras, maçãs, ameixas, grandes parreiras, etc., plantações de chá, capim e um grande pasto para animais, riquíssima água dentro"[37]. Outras se tornaram famosas pelos seus donos ou pela sua localização e foram fixadas pelos primeiros fotógrafos paulistanos. A de Rendon, na Vila Buarque, por exemplo. A das Palmeiras, na zona em que se abriu mais tarde a Avenida Angélica. A Charpe, Mauá ou do Campo Redondo, nos Campos Elíseos, de que se conhece uma fotografia de 1870: uma casa de dois pavimentos, pi-

---

[36] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pags. 198-199.

[37] *Correio Paulistano* de 27 de março de 1860.

toresca e ampla, esparramada entre belas árvores. O sítio do Carvalho, na Barra Funda. A da Tabatingüera, na Glória, cuja casa baixa e acolhedora, com grandes abas, uma estampa de 1862 permite conhecer em sua feição dêsse tempo. A do Sertório, no futuro bairro do Paraíso. E as chácaras Bresser e Loskiel, no Brás, com seus muros de taipa cobertos de telhas sinuosas.

IV — CARRUAGENS E PONTES DE PEDRA

Na fase da existência da cidade balizada pelos anos de 1828 e 1872 acentuou-se de modo geral a tendência que se observara dos primeiros séculos coloniais ao setecentismo: ao passo que o transporte fluvial tendia a se reduzir, em conseqüência de sucessivos e morosos trabalhos de retificação das correntes de água — em 1849 desaparecendo mesmo a navegação no Tamanduateí por causa da retificação feita segundo o projeto Bresser — as comunicações por terra foram se intensificando até a instalação do primeiro caminho de ferro da província em meados do século dezenove. Com o crescimento do comércio, sobretudo de açúcar, ganharam movimento notável êsses caminhos que irradiavam da cidade, e cresceram de importância os ranchos, as hospedarias e as pastagens da beira dêles. Com o acréscimo de população e o

movimento maior de viajantes — entre os quais já estudantes de várias partes do Brasil — criaram-se até emprêsas de transporte que se encarregavam da condução de passageiros entre Santos e São Paulo pelo velho Caminho do Mar. Caminho que — tal como ocorrera em fins do setecentismo — passou por uma porção de reformas e melhoramentos que fizeram parecer o "doce caminho" a que se referira Frei Gaspar da Madre de Deus uma picada perigosa como o diabo. Nas próprias ruas da cidade a movimentação constante de tropas de burro e também de carros de boi criaram problemas de trânsito que tiveram de ser enfrentados pelo poder municipal, embora as carruagens ainda em meados do século fôssem tão raras que ainda chamavam a atenção, e só em 1865 aparecessem os carros de aluguel com ponto de estacionamento no largo da Sé. Nesse tempo o funcionamento da Inglêsa — a primeira estrada de ferro — marcou o começo da decadência das tropas, dos caminhos e até de povoações e bairros que a êsse movimento primitivo deviam a sua vitalidade.

Pois o desenvolvimento de muitas zonas da cidade e seus arredores tinha sido condicionado, desde o comêço do século, em parte pelos caminhos antigos, como foi em seguida pelo caminho de ferro. É evidente que nos pontos por que passavam essas vias de ligação as atividades comerciais se condensavam dando origem a pequenos núcleos de população, às vêzes em tôrno dos próprios ranchos ou pousos. A planta de São Paulo de 1800-1870, de Afonso A. de Freitas, assinalava a existência de um pouso ou rancho um pouco além da ponte do Ferrão, na futura avenida Rangel Pestana. De outro no Lavapés, à margem da estrada de Santos. De outro no Bexiga, e de outro ainda no Guaré. Existiu também — escreveu Nuto

Santana — um no Tatuapé, adiante do Belém, um pouco antes da Penha[1]. O do Bexiga e o do Lavapés observou Vieira Bueno que eram os mais freqüentados por serem os procurados pelas tropas que passavam para Santos. O pasto do primeiro dêsses ranchos era "o do vasto, escalvado e acidentado campo do Bexiga" e o do segundo ficava na morraria localizada no Cambuci, por detrás do ponto em que se abriu a rua Tamandaré[2]. Havia ainda o rancho da Água Branca, "extraordinàriamente cômodo para os viajantes", segundo Saint-Hilaire[3].

Permaneciam no entanto os caminhos que irradiavam da cidade como no comêço do século ou mesmo na era setecentista. A estrada de São Paulo para Jundiaí, por exemplo — dizia-se em um relatório de 1852, do govêrno da província — "pôsto que tenha sido melhorado com os atalhos do Monjolinho, Juqueri e Taipas, ainda bem longe está de ser sofrível: êsses mesmos atalhos ainda não estão perfeitos como devem ser porque apenas com a largura de quinze a trinta palmos êles não podem dar passagem fácil e cômoda ao avultado número de tropas que efetivamente transitam por aquela direção"[4]. O Caminho do Mar foi provàvelmente o que sofreu maiores transformações. Na terceira década do oitocentismo foi descrito por Kidder, que subiu de Santos por êle. Era ainda o "doce caminho" da referência de Frei Gaspar em

---

[1] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* I, pag. 40.

[2] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[3] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo,* pag. 164.

[4] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pag. 64.

carta ao governador Lorena. Antes de entrar na cidade pelo largo do Pelourinho (Sete de Setembro) passou Kidder pelo Hospital da Misericórdia, na antiga chácara dos Inglêses (largo São Paulo), "lindamente colocado fora da cidade, em um lugar descampado"[5]. Era um sobradão alto e vistoso a sede da chácara, e perto dêle, do outro lado do caminho, ficava o cemitério formado em volta da capela de Nossa Senhora dos Aflitos. Antes de atingir a chácara dos Inglêses o viajante passou por outros lugares bastante conhecidos na época. Um dêles, o cruzamento do riacho Lavapés, cujo nome como se sabe se originou do fato de marcar o local onde os roceiros lavavam os pés para entrarem na cidade. Sabe-se que quando eram viajantes ilustres os que transitavam pelo Caminho do Mar em direção a São Paulo — particularmente governadores ou bispos — a sua aproximação se anunciava por acenos, rojões e outros sinais dados por pessoas que ficavam na estrada e eram observadas por vigias do alto da tôrre da igreja da Boa Morte[6]. O templo da rua do Carmo, por sua posição, dominava tôda a baixada que se estendia a leste e ao sul da cidade. Em 1841 o brigadeiro Tobias verificou que era impossível a adaptação do velho Caminho do Mar para veículos. Mas fêz algumas reformas na estrada, abrindo uma nova picada. Em viagem que fêz nesse ano para Santos, contou Vieira Bueno que ainda desceu a serra pela "estrada antiga" mas que na volta já pôde subir pela picada da "estrada da Maioridade, que se estava abrindo por iniciativa de Rafael Tobias". "Quando por alguma aberta avistava algum trecho da

---

[5] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 251.

[6] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pag. 46.

67 — Ponte e Serra do Cubatão e Caminho do Mar em meados do século passado.

(Desenho de uma senhora alemã residente na época em Limeira, e reproduzido do livro *O Brasil e os Brasileiros*, de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher).

calçada da estrada velha — escreveu Bueno — parecia-me um paredão a pique, tão íngreme era ela"[7]. Oferecia aliás constantes perigos essa estrada antiga, "aberta de tempos imemoriais", segundo o Barão de Paranapiacaba referindo-se à mesma época[8]. A êsses dois caminhos da serra se referiu também, alguns anos depois — em 1847 — o viajante Greene Arnold, escrevendo: "o antigo está pavimentado e é melhor para o tempo chuvoso, embora seja muito empinado. O novo é pavimentado só em certos trechos e em outros macadamizado; é mais largo e menos empinado, mas está terrìvelmente destroçado pelas chuvas"[9]. Árvores caídas e terra desmoronada ou profundos barrancos com torrentes de água dificultavam o trânsito por êle. Às vêzes os cavalos se atolavam até a barriga[10]. Também observou a diferença notável entre o caminho antigo e o novo, em meados do século, o reverendo Fletcher. "Graças a uma previdente engenharia — observou o viajante americano — as subidas não são tão íngremes e com grandes despesas tôda a estrada foi macadamizada". Mas mesmo assim a subida era demasiadamente forte "para veículos pesadamente carregados"[11]. O que não impedia que por êsse caminho transitassem por mês, em tôrno de 1858, além de cêrca de vinte e cinco mil bêstas, mais de duzentos carros[12]. O movimento fôra se tornando

---

[7] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia,* pag. 13.

[8] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* III, pag. 3.

[9] Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur (1847-1848),* pag. 107.

[10] Samuel Greene Arnold, op. cit., pags. 101-102.

[11] D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros,* II, pag. 61.

[12] *Relatório do presidente da província José Joaquim Fernandes Tôrres em 1858,* pags. 26-27.

cada vez mais intenso ao se aproximar a metade do oitocentismo como conseqüência do crescimento das atividades econômicas da província, sabendo-se que o escoamento de sua produção se fazia sobretudo pelo pôrto de Santos. Em 1848 estabelecera-se mesmo no Zanzalá um registro verificador, que servia de barreira filial da do Cubatão[13]. Mas apesar de ter passado o caminho, ainda mais tarde, por novos melhoramentos, feitos por iniciativa de Vergueiro em 1862 e em 1864[14], continuou a velha estrada de ligação entre o planalto e a marinha a ser um caminho terrível. Em seu livro *Viagens de Outrora* descreveu o Visconde de Taunay o que era então uma excursão por êle: "A estrada do Cubatão pareceu-nos o caminho do paraíso como o descrevem as velhas crônicas da Idade Média. Caro amigo, desejamos aos nossos inimigos o trânsito contínuo por ela, em carroças sem molas, com maus animais. Não há suplício comparável. Ora o carro, com dolorosos gemidos, eleva-se às nuvens e galga alturas imensas, ora submerge-se e parece entranhar-se nas profundezas da terra, e sempre tangenciando precipícios insondáveis e sempre sujeito a inclinações pavorosas"[15].

Logo depois, porém, em 1867, com o estabelecimento da estrada de ferro desde Santos até Jundiaí, passando pela capital da província, ficaram quase abandonados o Caminho do Mar e o caminho para oeste. Diminuiu o movimento que faziam antes por êles os tropeiros e os negociantes dos quatro cantos da província. E isso determinou a decadência momentânea de locais como o Ipiranga, São Bernardo,

---

[13] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, III, pag. 415.

[14] *Almanaque de "O Estado de São Paulo"*, 1940, pags. 162 e seguintes.

[15] Visconde de Taunay, *Viagens de Outrora*, pags. 90-91.

69 — A cidade de São Paulo vista do Caminho da Penha em 1854.
(Reprodução do quadro de J. V. Adams, existente no Museu Paulista, e baseado no desenho de Elliot).

a Freguesia do Ó[16]. Nesta freguesia, alguns anos antes — em 1845 — pedia-se que a Câmara de São Paulo tomasse medidas contra os abusos de vários indivíduos que estragavam os caminhos e estradas "com repetidas caças de tatus e abelhas" e destacava-se a necessidade de se descortinarem as matas que ocultavam "os caminhos de mão comum"[17]. São Bernardo, antes da construção do caminho de ferro ligando Santos a São Paulo, era ponto de passagem forçada dos viajantes, muitos dos quais, segundo Henrique Raffard, se relacionavam com o abastado alferes Francisco Martins Bonilha, dono da única casa de sobrado existente então naquela freguesia. Depois de obsequiar e reter às vêzes os viajantes em sua casa o alferes Bonilha lhes dava recomendações (para os que se dirigiam a São Paulo) a seu genro[18]. Êsse como outros locais perderam por isso muito de sua vitalidade em benefício de outros lugares colocados na passagem dos trilhos do caminho de ferro. Entre êstes últimos o próprio ponto de partida dos trens em São Paulo. "Sendo o lugar da estação da estrada de ferro aquêle para a qual afluem todos hoje, não apenas por passeio como mesmo por negócio — dizia em 1866 uma proposta apresentada ao poder municipal — proponho que se mande colocar ali alguns bancos junto à grade e ao redor da árvore que ali existe, assim como arborizar o mesmo local"[19].

---

[16] Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem*, pags. 63 e 134.

[17] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXV, pags. 128-129.

[18] Henrique Raffard, "Alguns Dias na Paulicéia", *Rev. do Inst. Hist., Geog. e Etnog. Brasileiro*, vol. LV, II, pag. 159.

[19] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, LIII, pag. 114.

Não só pelos caminhos como pelas ruas da cidade transitavam, no período de 1828 a 1872, as tropas de burro, os carros de boi e os cavaleiros. Dentro do núcleo urbano e em seus arredores, ainda algumas carruagens, as diligências e raras cadeirinhas. O uso da cadeirinha, carregada por dois ou quatro escravos arreados com luxo, ou do bangüê tirado por duas bêstas ajaezadas, para transporte de senhoras ricas, Toledo Piza escreveu que durou aproximadamente até 1850[20]. Dona Maria Pais de Barros, evocando época um pouco posterior, escreveu que ao contrário do que acontecia no Rio e na Bahia, eram muito raras as cadeirinhas na cidade de São Paulo[21]. O grande movimento — sobretudo nas estradas — era o representado pelas viagens de tropas de burros e cavaleiros. Para a viagem de Santos a São Paulo utilizavam-se em geral bêstas manhosas — como escreveu o Barão de Paranapiacaba — que derreavam os viajantes. Êstes se apeavam para se compor um pouco na margem do riacho Lavapés, entrando limpos e arranjados na cidade[22]. Referindo-se à época em tôrno de 1862 Couto de Magalhães escreveu que para essa viagem se tomavam animais, quase sempre burros, que cavalgados por imperitos e entregues depois à incúria dos escravos negros, ficavam terrìvelmente manhosos[23].

---

[20] N. da R. em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XXXII, pag. 146.

[21] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pag. 13.

[22] Citado por Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 3.

[23] Parece que os escravos negros eram proverbialmente, no Brasil, maus tratadores dêsses animais. "Os belos cavalos importados do Cabo da Boa Esperança — observou Fletcher — ficam logo avariados nas mãos de um prêto." Por isso os proprietários que mostravam cuidado pelos seus cavalos, no Rio de Janeiro, se esforçavam por contratar inglêses para empregados de suas cavalariças. (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., I, pag. 102).

69 — A primeira Estação da Estrada de Ferro Inglesa, no ano de 1867.
(Gravura reproduzida do album *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno*, 1905).

Nesses animais subia-se a serra, "aquelas rampas alcantiladas do Paranapiacaba muitas vêzes por noite velha". Grande parte dos viajantes — acrescentou aquêle escritor — estudantes do Rio ou das províncias marítimas sem prática alguma de andar a cavalo, não podia suportar de uma assentada a viagem de Santos a São Paulo, pelo que pernoitava no Alto da Serra, ou na pousada de um alemão, chamada Zanzalar, ou em outra, chamada do Rio Grande, ou ainda em outra, chamada Ponto Alto. "As estradas alvejavam — observou ainda Couto de Magalhães, referindo-se ao Caminho do Mar e ao do Rio de Janeiro — com as inúmeras ossadas de burros que as orlavam de lado a lado"[24]. Essa viagem descrita por Couto de Magalhães é que tinha de ser feita na época, pelo menos duas vêzes por ano, segundo Almeida Nogueira, por muitos estudantes de fora que cursavam a Academia de Direito de São Paulo[25]. Para atender a êsse movimento chegaram a se organizar mesmo emprêsas de transporte que se incumbiam do serviço de passageiros e suas bagagens. Três eram as mais importantes delas, com sede em São Paulo e correspondentes em Santos e pelo caminho. Alugavam animais, bangüês, cargueiros, camaradas[26]. Os empresários — escreveu Nogueira — eram Antônio Joaquim de Assis Emílio, estabelecido na rua do Imperador e tendo correspondente no ponto das Caveiras, no Alto da Serra; Aurélio Joaquim de Sousa Fernandes, da rua do Comércio, com correspondente em Ponto Alto; e Joaquim Pereira da Silva, com correspondente no Rio Grande[27].

---

[24] Couto de Magalhães, *Viagem ao Araguaia,* pags. 5, 6 e 8.

[25] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 159.

[26] Almeida Nogueira, op. cit. VI, pag. 159.

[27] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 159.

Havia também emprêsas, estabelecidas na cidade, que alugavam animais para todos os pontos da província, "com camaradas ou sem êles", como dizia um anúncio publicado em 1854 no *Correio Paulistano*[28]. É que o movimento de cavaleiros e sobretudo de tropas de carga que faziam as ligações comerciais entre vários pontos do interior, São Paulo e o pôrto de Santos fôra se tornando cada vez mais intenso no oitocentismo, particularmente no Caminho do Mar. Em 1865 o Visconde de Taunay, viajando por êsse último caminho em direção à cidade de São Paulo, observou que eram inúmeras as tropas de animais de carga que "de contínuo por êle desciam e subiam a transportar o muito café exportado já pela província"[29]. Como acontecera, até há alguns anos antes, principalmente com o açúcar. Também então as tropas de bêstas atravessavam as ruas paulistanas a caminho do litoral. E havia já nesse tempo, nas entradas da cidade, hospedarias com um pátio anexo, em que as cargas podiam ser arreadas, e com a estacaria precisa para a amarração dos animais que, depois de comida a sua ração de milho, ficavam soltos pelo pasto[30].

Essas tropas e êsses cavaleiros criavam decerto muitos problemas de trânsito e de estacionamento nas ruas, como se pode verificar pela leitura de várias das atas da Câmara Municipal relativas a meados do século passado. Em 1852 recomendava o poder municipal que as tropas de animais de carga, quando atravessassem carregadas as vias públicas, fôssem conduzidas a passo lento, em lotes que não excedessem de dez animais, e levadas pelo centro das ruas em

---

[28] *Correio Paulistano* de 17 de outubro de 1854.

[29] Visconde de Taunay, *Memórias*, pag. 140.

[30] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", cit.

uma única linha. E proibindo que se largassem cavalos soltos pelas ruas ou então atados a portas, a janelas, a lampiões, atrapalhando o trânsito[31]. No ano seguinte apresentava-se na Câmara um projeto de postura proibindo o uso de se amarrarem animais nas esquinas e nos batentes das portas das casas nas freguesias da Sé e de Santa Ifigênia, para que ficasse livre o trânsito pelas calçadas[32]. Mas é claro que nem sempre eram obedecidas essas posturas. Pelo contrário, as notas aparecidas na época em jornais paulistanos revelam que os abusos se repetiam a todo momento. Um comentário publicado no *Correio Paulistano* em 1854 mostrava que não havia dia em que não se vissem muitas ruas, "mesmo as mais públicas", obstruídas de carros e de animais por todos os cantos. "É raro o dia em que não sejamos testemunhas — escrevia-se então — das disparadas de bêstas pelas ruas, levando de rastos cangalhas ou cargas aos trambolhões pelo meio do povo, com grande risco de vida das pessoas que trabalham"[33]. Alguns anos depois — em 1861 — pedia a municipalidade auxílio ao govêrno da província para o prolongamento da rua da Casa Santa (do Riachuelo) até o largo do Bexiga, que podia se considerar continuação da estrada de Campinas para Santos, "evitando assim que as tropas transitem pelo centro da cidade"[34]. Uma tentativa para diminuir a intensidade do tráfego de cargueiros na parte central, que dava margem a tantas reclamações. Mas o movimento de tropas continuou sendo feito pelas ruas paulistanas. Com seus guizos, e car-

---

[31] Citado por Nuto Santana, op. cit., IV, pags. 71 e 83.
[32] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XL, pag. 69.
[33] *Correio Paulistano* de 7 de Julho de 1854.
[34] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLVII, pag. 105.

regadas com "os produtos do país", elas davam à cidade em 1868 — como escreveu o viajante William Hadfield — um ar de atividade intensa[35]. No Piques particularmente era tão freqüente êsse movimento de tropas que houve, em meados do século passado, um estabelecimento de fazendas a varejo que tomou o nome de Loja dos Tropeiros[36]. Daí também a importância considerável que tiveram na época — como observou Veiga Miranda ao estudar o tempo em que viveu na cidade de São Paulo o poeta Álvares de Azevedo — as forjas para ferrar animais e os veterinários rústicos, "sangradores que curavam ajoiamentos e tiravam travagens", rasgavam fleimões, tosquiavam muares[37]. Tschudi, quando estêve em São Paulo, em 1860, se referiu a um caso extraordinário. Recomendaram a êsse visitante que levasse a um ferrador do largo de São Francisco uma mula atacada de afecção catarral. O ferrador derramou sôbre o animal algumas garrafas de aguardente muito forte e lhe deitou fogo, decerto sob os olhos espantados do suíço. A mula "ardeu em chama azul — assinalou Tschudi — e começou a pular loucamente". Mas abafado o fogo em cobertores de lã, o animal andou durante uma hora e ficou completamente curado[38]. Sabe-se que nos primeiros tempos de funcionamento da estrada de ferro, as tropas de mulas representaram elemento adverso à prosperidade da ferrovia. Aliás

---

[35] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868*, pags. 69-70.

[36] Antônio de Góis Nobre, *Esbôço Histórico da Real e Benemérita Sociedade Portuguêsa de Beneficência em São Paulo*, I, pags. 16 e 23.

[37] Veiga Miranda, *Álvares de Azevedo*, pag. 22.

[38] Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios*, pag. 68.

70 — Cavalos e bestas de carga presos a portas, na rua de São Bento, em 1860. (Arquivo do Departamento de Cultura).

não podia deixar de ser assim, observou o cronista Almeida Nogueira: os fazendeiros e os "arreadores", — e mesmo as emprêsas que na capital da província alugavam êsses animais para viagens em qualquer ponto do interior — não poderiam se desfazer, de uma hora para outra, dessas suas tropas que representavam capital avultado. Pelo contrário, tratavam essas emprêsas, êsses arreadores e êsses fazendeiros, de manter os seus cargueiros no mesmo serviço que anteriormente faziam, por preços diminutos, movendo concorrência séria à Inglêsa[39].

Entretanto movimento intenso nas ruas e nos caminhos paulistanos foi nesse tempo também o dos carros de boi. Parece que raramente ocorria o que em 1830 aconteceu em Santo Amaro: não haver nenhum dêsses veículos "em exercício" pela falta de bois, que "andavam morrendo de carrapatos"[40]. Em 1832 a Câmara tomava medidas sôbre o estacionamento dêsses carros na cidade. Depois de serem carregados ou descarregados de gêneros, não atrapalhassem o trânsito: só podiam se demorar nos logradouros mais espaçosos, os largos do Carmo, de São Gonçalo, de São Francisco e de São Bento[41]. Os carros de Santo Amaro, vindos pela rua da Casa Santa (do Riachuelo) ou pelo Piques, estacionavam nos largos de São Gonçalo ou de São Francisco. Os que entravam pelas pontes do Carmo e da Tabatingüera, no largo do Carmo. Os que cruzavam as pontes do Acu e da Constituição, no largo de São Bento. E havia ainda

---

39 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 127.

40 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 129.

41 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pag. 422.

os que vinham do lado de Pinheiros ou do Ó e Santana e se destinavam à freguesia de Santa Ifigênia. Êsses, depois de descarregados, podiam estacionar nos largos de Santa Ifigênia, do Tanque do Zunega (Paissandu) ou no da Consolação[42]. No ano de 1854 pedia-se que os fiscais estivessem atentos aos carreiros que continuavam fazendo do largo do Capim (do Ouvidor) paradeiro de carros[43]. Mas além do estacionamento havia, em relação aos carros de boi, o problema do ruído que êles faziam. Já em 1849 pensava-se na Câmara Municipal em proibir que os carros de boi "chiassem" quando em trânsito pelas ruas da cidade[44]. Mas nada foi feito e ainda em 1866 o jornal humorístico *Cabrião* noticiava irônicamente que "os harmoniosos carros continuavam a fazer as delícias das ruas da capital"[45]. Parece que pelo menos até o ano seguinte os carros de boi trafegaram pela zona urbana da mesma forma por que circulavam pelas estradas dos sítios e das fazendas: puxados por grandes juntas vagarosas, embaladas pela música dos eixos em que se prendiam as rodas maciças. Só naquele ano — em 1867 — a Câmara Municipal editou uma postura proibindo que êles chiassem trafegando pela cidade.

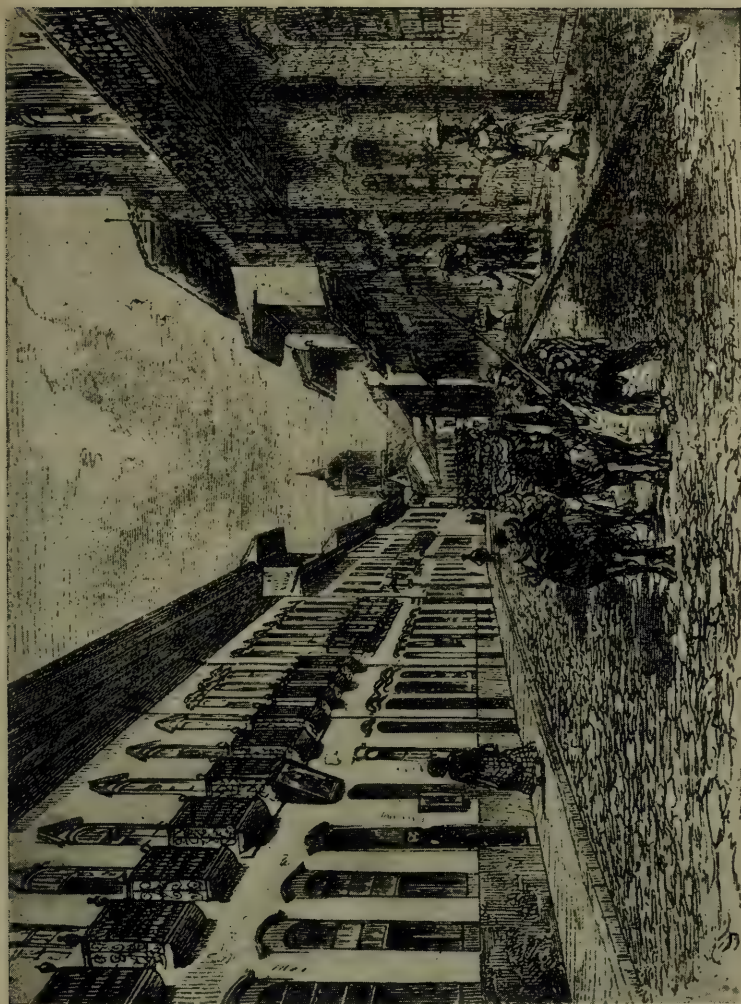
Mas os carreiros não se conformaram logo com a proibição, pedindo a suspensão da postura. A Câmara manteve o que dispusera sôbre o assunto considerando que o "chio" causava incômodos à população e que podia desaparecer — ensinavam os homens do govêrno aos que lidavam com os bois — desde que

---

42 Nuto Santana, op. cit., IV, pags. 70-71.

43 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 227.

44 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 131.

45 *Cabrião* (jornal), n.º 3, 1866.

71 — Carro de bois transitando pela rua Direita provavelmente em tôrno de 1870.
(Reprodução de desenho estampado no livro *Al Brasile,* de Alfonso Lomonaco).

fôssem untados os carros com qualquer gordura ou matéria oleosa: sabão ou azeite[46]. Também como na roça os carros de boi eram por vêzes utilizados no transporte de gente. Êles e as carroças. Isso particularmente nos dias de festa na igrejinha da Penha: oito de setembro. As diligências puxadas por quatro animais, que partiam do mercado velho da rua Vinte e Cinco de Março, depois de meados do século, não davam conta do recado. Muita gente ia a pé ou a cavalo. Ou então em carros de boi cobertos de colchas ou em carroças enfeitadas com folhagens[47].

Carros de praça, Almeida Nogueira, referindo-se ao período de 1843 a 1847, escreveu que ainda não existiam, e mesmo cocheira para aluguel de carruagens havia apenas a do Califórnia, na esquina da rua com a travessa do Carmo. Poucas famílias abastadas possuíam carruagens[48]. Segundo Martim Francisco, existiam nesse tempo apenas duas carruagens, a da Marquesa de Santos e a do bispo, puxadas por parelhas de burros e guiadas por escravos pretos, de chapéus altos e paletós quase sempre verdes com botões amarelos[49]. Mas em 1850, além da do bispo e a da Marquesa, podiam ser lembradas as carruagens do Barão de Limeira e dos brigadeiros Rafael Tobias e Gavião Peixoto. As librés dos cocheiros tinham enfeites de côres vivas, dominando o amarelo, o azul e o vermelho, respectivamente, nas dos cativos do brigadeiro Tobias, de Peixoto e do Barão. Segundo um observador da cidade nessa ocasião o rodar de uma sege era coisa que ainda chamava a atenção.

---

[46] Citado por José Jacinto Ribeiro, op. cit., III, pag. 529.

[47] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 68.

[48] Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 101.

[49] Citado por Estêvão Leão Bourroul, *Hércules Florence*, pag. 13.

Aparecia gente nas janelas para ver de quem era o "trem" que passava[50]. Conhece-se no entanto dessa época uma postura municipal proibindo tôda e qualquer qualidade de transporte de rotação de andar "a galope ou trote largo" pelas ruas da cidade[51]. E em 1857 já se falava na Câmara na conveniência de se aperfeiçoar a estrada da freguesia da Penha de modo que prestasse trânsito fácil e seguro "a seges e outros veículos semelhantes"[52]. Nesse tempo havia ainda apenas uma casa que alugava carruagens[53], e duas fábricas de seges na cidade[54]. Do aumento dêsses veículos pelas ruas parece significativo o que se dizia alguns anos depois — em 1861 — nas atas da Câmara: que todos os carros e tílburis que trafegassem pelas ruas deviam ser guiados "por cocheiros mestres aprovados e matriculados na polícia" e durante a noite, a partir da hora em que se acendiam os lampiões, com duas lanternas acesas[55].

Em 1865 — em parte decerto como resultado de uma pavimentação melhor das ruas centrais da ci-

---

50 Június, op. cit.

51 Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pag. 243.

52 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 150.

53 *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* pags. 144-150.

54 *Almanaque* cit., pags. 149-151.

55 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVII, pag. 153. Mas São Paulo estava longe, em matéria de carruagens, de outras cidades brasileiras na mesma época. Sabe-se por exemplo que em Belém do Pará quase na mesma ocasião — segundo as notas de Fletcher e depois as de Bates — havia cerca de cinqüenta carruagens fabricadas em Newark e em Boston, além dos leves cabriolés de fabricação local. (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pag. 296, e Henry Walter Bates, *O Naturalista no Rio Amazonas,* II, pag. 394.)

dade, que começou a ser feita em 1858[56] — apareceram os primeiros carros de praça, sendo o serviço explorado pelo italiano Donato Severino[57]. Estacionavam no largo da Sé êsses primeiros carros e tílburis de aluguel, e os seus preços eram menores quando o trajeto se fazia "dentro de pontes". Precisamente no ano do aparecimento dos carros de aluguel na cidade houve um desastre com o trem inaugural da via férrea Inglêsa e isso deu margem a versinhos citados por Afonso A. de Freitas, uma das estrofes dizendo assim:

Seguro morreu de velho;
Quem avisa amigo é:
Quem quiser dar bons passeios
Tem carrinhos — sem receios
Bem baratos lá na Sé[58].

Reservaram-se depois também outros locais para estacionamento de carros de aluguel: os largos de São Francisco, de São Gonçalo, de São Bento e o pátio do Colégio[59]. Os "limites da tabela", para a qual havia preços fixos, eram as chácaras do capitão Benjamim, na estrada de Santo Amaro e do conselheiro Falcão, na Moóca; as igrejas do Brás, da Luz e da Consolação; o Campo Redondo, o largo do Arouche,

---

[56] No Rio de Janeiro o viajante Castelnau explicava a existência do pequeno número de carros de praça e de carruagens de procedência européia pela terrível pavimentação das ruas. (Citado por Afonso de E. Taunay, *Rio de Janeiro de Antanho,* pag. 225).

[57] Nardi Filho, "Carros de Praça", *O Estado de São Paulo* de 9 de fevereiro de 1938.

[58] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 106.

[59] Afonso A. de Freitas, op. cit., pag. 23.

o Morro Vermelho e o Lavapés[60]. O viajante Hadfield, em 1868, viu na cidade "seges e tílburis" em constante movimento[61]. E mais ou menos dessa época existe a lembrança do aparecimento do trole em São Paulo[62]. Bem representativa da importância que as carruagens tiveram nesse tempo na cidade é uma gravura que se conhece, do largo de São Francisco em 1865, em que aparece um ferrador exercendo as suas funções: ferrando o animal de um tílburi diante de uma casa térrea — naturalmente uma cocheira — em cuja fachada clara se vêem pintados dois cavalos, cada um de um lado da alta porta central[63]. Nessa época já davam trabalho considerável as carruagens. Um ofício do chefe de polícia à municipalidade em 1868 falava na reprodução de fatos que punham em perigo ou sobressaltavam as pessoas nas ruas: veículos de aluguel que se abalroavam, que atropelavam gente e que corriam desabaladamente mesmo nas ruas mais estreitas — pelo que era preciso planificar o trânsito (indicando-se as ruas para subidas e descidas dos veículos) por meio de sinais, "como se praticava na Côrte e em outras províncias"[64]. No mesmo ano determinava o poder municipal que o ensino dos animais destinados à condução de seges, carros e tílburis, e também a aprendizagem dos cocheiros, fôssem feitos ùnicamente nos campos dos Curros, na várzea do Carmo e na estrada da Glória[65].

---

[60] Afonso A. de Freitas, op. cit., pag. 22.

[61] William Hadfield, op. cit., pags. 69-70.

[62] Citado por Aluísio de Almeida, "O trole e suas ori gens", *O Estado de São Paulo* de 19 de janeiro de 1947.

[63] *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* (álbum), pag. 54.

[64] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LIV, pag. 20.

[65] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LIV, pag. 56.

72 — Ferrador e tílburi, no largo de São Francisco, em 1865.
(Gravura reproduzida do album *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno*, 1905).

É que nessa época já circulavam pelas ruas paulistanas, além de mais de quatrocentas carroças de carga e sessenta e duas de pipas de água, quarenta carros particulares e setenta e sete de aluguel, dos quais cinqüenta de quatro rodas, vinte e dois tílburis e cinco diligências[66]. Estas últimas haviam surgido em 1866, com o estabelecimento do tráfego da Inglêsa. Anunciava nesse ano um jornal: "Diligências para o bairro da Luz. Partirá todos os dias do largo da Sé para a estação do caminho de ferro da Luz uma diligência, e a mesma fará suas viagens regulares por todo o dia. As partidas da Luz para a cidade esperam o trem de ferro quando o mesmo tiver de chegar". Êsse serviço foi desbancado em 1872 — escreveu Afonso A. de Freitas — pelo estabelecimento das linhas de bondes[67].

Entretanto, de 1830 até meados do século passado, alguns rios continuaram servindo de meios de comunicação, completando a rêde formada na região de São Paulo pelos caminhos de tropas e de carros. A navegação chegou a ser bastante ativa, sobretudo no Tamanduateí e também no Tietê. No extremo do beco dos Barbas (ladeira Pôrto Geral) havia um pôrto onde atracavam as canoas que conduziam mercadorias das roças ribeirinhas e das olarias da fazenda de São Bernardo[68]. Era o pôrto mais importante do Tamanduateí, e vivia por isso cheio de tropas, de mercadores e de escravos[69]. "Lá em baixo, à margem da

[66] *Relatório da Repartição de Polícia da Província de São Paulo em 1871,* pags. 40-41.

[67] Afonso A. de Freitas, "A cidade de São Paulo no ano de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* XXIII, pag. 131.

[68] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 64.

[69] Nuto Santana, op. cit., I, pag. 130.

caudal — escreveu Nuto Santana — existia um barracão onde se resguardavam as mercadorias da canícula e das intempéries". Abaixo dêsse Pôrto Geral, na altura da foz do Anhangabaú, ficava o pôrto da Figueira, localizando-se ainda para baixo o do coronel Paula Gomes. Aquêle entretanto que em valor comercial vinha logo depois do Pôrto Geral era o da Tabatingüera, preferido para as mercadorias destinadas às suas proximidades ou que tivessem por êsse lado condução mais fácil[70]. Essa navegação no Tamanduateí era todavia dificultada pelos bancos de areia e pela sujeira. Em 1839 avultavam ao longo do rio — observou ainda Nuto Santana — em alguns pontos da várzea, capoeiras que eram freqüentemente roçadas. Entre o Pôrto Geral de São Bento e a ponte do Carmo notavam-se numerosos bancos de areia que atrapalhavam a passagem das embarcações. Era o que participava à Câmara em 1847 o fiscal da cidade[71]. E para baixo, em longo trecho, abundavam "aguapés e outras esterqueiras"[72]. Entretanto, com todos êsses obstáculos, a navegação se fêz até o ano de 1849, quando da retificação do Tamanduateí. No Tietê, além da navegação por canoas ou pequenos barcos de transporte de areia, de telha e de outros produtos, houve em 1861 uma tentativa para navegação com barcos a vapor. "São navegáveis no município — dizia-se em uma ata da Câmara no ano seguinte — os rios Tietê e dos Pinheiros" "e para sua navegação está organizada uma companhia denominada Dois de

---

[70] Nuto Santana, op. cit., I, pags. 130-131.

[71] Nuto Santana, op. cit., I, pag. 132 e *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 131.

[72] Nuto Santana, op. cit., I, pag. 132.

Dezembro, cujos estatutos já foram aprovados"[73]. Realmente essa emprêsa obteve nesse ano privilégio para navegar com barcos a vapor em alguns rios da província: o Pinheiros, no trecho até a estrada para Santos, e o Tietê, de São Paulo até Mogi. Mas depois de feitas algumas explorações a emprêsa deixou de ir por diante[74]. Dez anos mais tarde — em 1872 — o proprietário da Olaria do Bom Retiro, na Luz, pedia consentimento à Câmara para abrir na várzea uma vala por onde pudesse entrar o seu vaporzinho "Progresso" e atracar naquele estabelecimento, pois a distância a que êle ficava do Tietê dificultava o abastecimento de combustíveis e acessórios[75]. Aliás houve modificações, no decorrer do século passado, no leito do velho Anhembi, nas proximidades de São Paulo. "Contam pessoas idosas — escreveu-se nas notas à edição definitiva de *Os Guaianás,* de Couto de Magalhães — que a uns dez ou quinze metros para baixo da atual Ponte Grande, que então não existia, havia um extenso banco de areia que permitia a passagem pelo rio, de uma margem a outra, de carros de boi carregados de lenha, madeira, pedras, etc., que eram conduzidas da Serra. Referem ainda essas pessoas que o canal atual do rio não é o antigo hoje denominado Tietê-qüera, isto é, Tietê Velho". O canal que existiu depois e que partindo da Ponte Grande e deixando à margem direita o Tietê-qüera vai até o lugar chamado Coroa, foi aberto depois de

---

73 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVIII, pag. 10.

74 Adolfo Augusto Pinto, *História da Viação Pública de São Paulo,* pag. 298.

75 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LVIII, pag. 153.

1842, "por um senhor Teixeira ou Teixeirão, como era conhecido, o qual empregou nessa obra grande número de escravos"[76].

Mas as enchentes dos rios paulistanos foi que sobretudo deram trabalho na época. Em 1838 já se falava na Câmara no dessecamento da várzea do Carmo como um dos problemas da cidade que reclamavam logo uma solução[77]. Durante seis meses por ano — confessava em discurso de 1844 o presidente da província Sousa Melo — a cidade ficava por assim dizer no meio de uma lagoa formada pelas enchentes do Tamanduateí e também do Tietê[78]. O primeiro dêsses rios corria ainda pelos terrenos depois ocupados pela rua Vinte e Cinco de Março, descrevendo sete voltas desde a ponte do Carmo até a rampa e o gradil da rua da Constituição (Florêncio de Abreu)[79]. Para Bernardo Guimarães — que descreveu a várzea nessa época — só de longe a paisagem agradava. Um dos personagens de um romance dêle dizia assim: "E aquêle comprido e monótono caminho do aterrado entre os charcos do Tamanduateí, exalando infectos miasmas de maresia, transposto o qual essas planícies, que de longe pareciam vastas e aprazíveis, vistas de perto não são mais do que áridas e acanhadas charnecas entre ribeirões estéreis, onde não murmura um regato, não sussurra um arvoredo, não canta um passarinho ... Terra de águas mortas e de formiga

[76] Notas à edição definitiva de *Os Guaianás* de Couto de Magalhães, pags. 131-132.

[77] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXI, pags. 58-59.

[78] *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1844-1845),* pag. 59.

[79] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 62.

saúva, campos sem relvas e sem flôres..."[80]. Ao contrário de outro romancista — José de Alencar — que viveu nessa época na cidade e mais tarde se referiu, em um de seus romances, às "paisagens que se desdobravam pelas lindas várzeas de São Paulo"[81]. Só em 1849 foi feita a retificação do Tamanduatei segundo o projeto Bresser. A corrente foi afastada — escreveu Afonso A. de Freitas — do sopé da montanha, e foram cortadas diversas curvas, nas baixadas de São Bento, para a formação de uma rua que seria a Vinte e Cinco de Março. O canal aberto para substituir êsse trecho do rio cortou a Avenida Tiradentes, edificando-se ali a Ponte Pequena[82]. A cidade, além de ganhar uma rua, se beneficiou assim com o esgotamento relativo da parte extrema da várzea do Pari, mas ainda segundo Freitas as inundações continuaram fazendo sentir os seus efeitos mais ao sul, nas várzeas de São Bento, do Carmo e mesmo do Cambuci[83]. Nessa época também o Anhangabaú — o velho córrego das Almas — dava trabalho. Em 1850, por ocasião de um temporal bastante violento, transbordaram os tanques Reúno e do Bexiga, cresceram as águas do Anhangabaú, desabou a ponte da Abdicação. Houve inundações, casas destruídas, gente morreu afogada[84]. Mas vários anos antes — em 1837 — o problema havia sido apresentado à Câmara, deliberando-se então que se fizesse um orça-

---

80 Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 12.

81 José de Alencar, *Sonhos d'Ouro,* I, pag. 57.

82 Afonso A. de Freitas, *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico, Bibliográfico e Etnográfico, Ilustrado de São Paulo,* pag. 78.

83 Afonso A. de Freitas, op. cit., pag. 78.

84 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 95, e José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 29.

mento para limpeza do córrego e aumento de suas margens nos lugares em que estivessem tão estreitas que embaraçassem o curso das águas[85]. Algum tempo depois da enchente grande — isto é, em 1856 — a municipalidade teve de mandar desobstruir o Anhangabaú[86]. E em 1862 propunha-se que se mandasse examinar o rio desde a ponte do Piques até a do Miguel Carlos, para se ver o melhoramento que podia ser feito em seu leito, para que por ocasião das grandes enchentes não houvesse inundação dos quintais ribeirinhos[87].

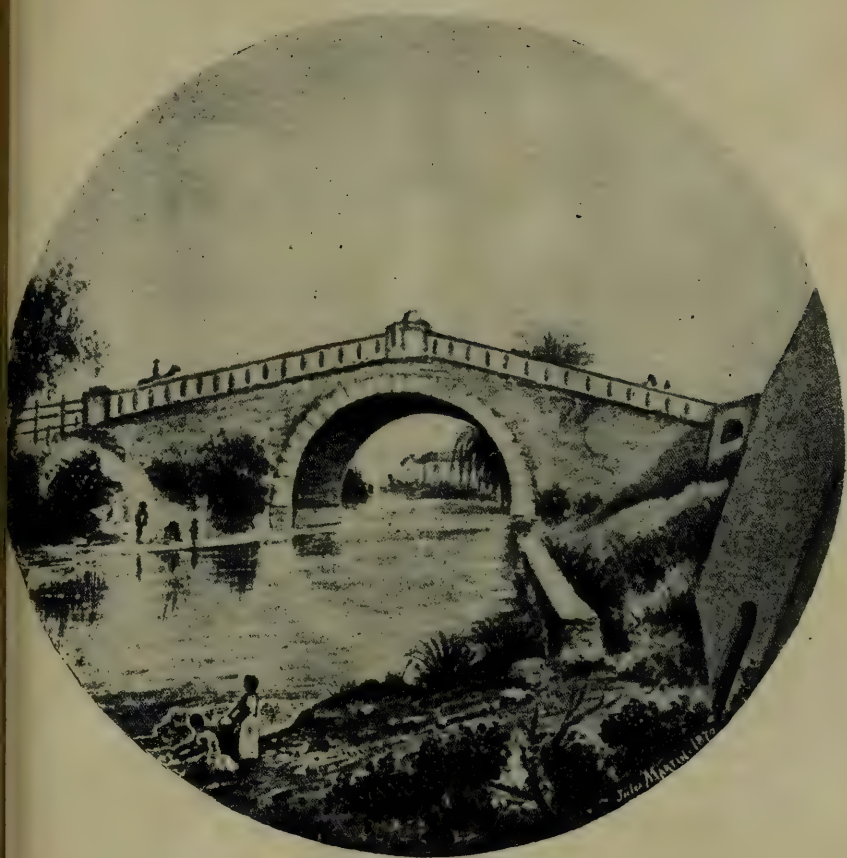
As pontes lançadas sôbre êsses rios continuaram a ser quase que as mesmas do comêço do século dezenove ou de fins do setecentismo. Muito lentamente foram se fazendo nelas algumas reformas e raros melhoramentos — ao mesmo tempo que se refletiam nas atas da Câmara medidas do poder municipal para defender por vêzes essas edificações do abuso de particulares. No Piques, além da do Lorena — descrita por Saint-Hilaire — havia a da Limpeza, na rua que depois se chamou da Assembléia, no trecho em que o rio foi conhecido pelo nome de ribeirão da Limpeza porque passava pelo matadouro do Humaitá; e a ponte chamada do Bexiga ou de Antônio Manuel, no local onde hoje começa a ladeira de Santo Amaro[88]. Por certo ao lado do pouso do Bexiga. Em 1829 foi feito para ela um atêrro novo, e dois anos depois consertado o seu paredão, sendo utilizado no serviço — como era comum ainda nesse tempo — o trabalho de

---

[85] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXX, pag. 130.

[86] Afonso A. de Freitas, op. cit., pag. 78.

[87] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLVIII, pag. 218.

[88] Nuto Santana, op. cit., I, pags. 209-210.

73 — A antiga ponte do Carmo, e lavadeiras trabalhando.
(Gravura reproduzida do album *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno*, 1905).

galés. Foi nessa ocasião — em 1831 — que a ponte do Marechal, no Acu, passou a ser chamada de Ponte da Abdicação[89]. Em 1829 ainda determinava a Câmara que a sobra das carradas de pedra da retificação das calçadas das ruas se fôsse depositando na rua da Constituição, sôbre o morro que descia para a ponte (provàvelmente a do Miguel Carlos), a fim de que se fizesse concluir de pedra, como já estava resolvido, essa edificação — "essa tão interessante ponte", dizia-se nas atas — que convidaria a que se edificassem casas naquela rua, dando uma entrada mais curta da Luz para a cidade[90]. Em seu Quadro Estatístico da Província de São Paulo, que se refere ao ano de 1836, Daniel Pedro Muller escreveu que havia no ribeiro Anhangabaú três pontes de alvenaria (com certeza já a de Miguel Carlos, além das do Lorena e da Abdicação); e no Tamanduateí uma de alvenaria (a do Ferrão) e uma de madeira[91]. A da Abdicação, alguns anos mais tarde — em 1850 — caiu e foi arrastada pela torrente[92]. G. Wyzewski, endereçando um ofício ao poder municipal, achava que a causa da enchente no Anhangabaú estava na insuficiência dos vãos de suas pontes, "tanto que depois da queda da ponte do Acu o nível das águas abaixou imediatamente". Acrescentava êsse técnico — parece tratar-se de um engenheiro polaco então recentemente chegado à cidade — que não se devia permitir por isso mesmo que os moradores marginais estabelecessem sôbre o córrego pequenas pontes de madeira, baixas, pois elas

---

[89] Nuto Santana, op. cit., III, pag. 149.

[90] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXIV, pag. 333.

[91] Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio de um Quadro Estatístico da Província*, pag. 49.

[92] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 95.

formavam numerosos obstáculos ao curso do rio, produzindo as inundações[93]. Encarregado de fazer construir no lugar da ponte da Abdicação outra ponte pequena, mas que desse "boa passagem a pessoas a pé", um vereador sugeriu que ela fôsse feita com segurança, tendo onze palmos de largura e devendo ser estivada com pranchões de madeira de lei[94]. Reparada em 1852, segundo plano do engenheiro H. Bastide, de alvenaria, com abóbada de tijolo e construída sôbre estacadas, por causa do terreno lodoso, com os cantos e encontros de cantaria[95], a ponte da Abdicação continuou servindo de ligação entre as duas porções centrais e mais importantes da cidade: as freguesias da Sé e de Santa Ifigênia. Incumbido de fazer os parapeitos dessa ponte em 1853, Martin d'Estadens pediu à Câmara, em vista da dificuldade de obter tijolos, que lhe concedesse fazer aquêles parapeitos de pedra[96]. Na mesma época fizeram-se consertos importantes na Ponte Grande sôbre o Tietê, que estava com o assoalho quase todo podre, mostrando grandes buracos que tornavam perigosa a passagem por ela, além de estar com o parapeito todo danificado, tendo chegado — como se dizia em um relatório do govêrno provincial — "ao último recurso da resistência"[97]. E logo depois resolveu a municipalidade que se encarregasse um dos "engenheiros inglêses" — William Elliot ou John Cameron, então empregados nas Obras

---

[93] Citado por Nuto Santana, op. cit., I, pag. 168.

[94] Nuto Santana, op. cit., I, pags. 166-167.

[95] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*, pag. 59.

[96] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XL, pag. 59.

[97] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*, pag. 60.

Públicas[98] — de dar o plano e orçamento de uma ponte de madeira com cabeceiras de pedra, no Tamanduateí, no lugar do Fonseca, no fim da ladeira da Tabatingüera[99]. Em 1866 no entanto contava a cidade, além dessas velhas pontes consertadas ou reformadas, com duas pontes de ferro sôbre encontros e pilares de pedra: a de Santana, sôbre o Tietê, e a do rio Pinheiros, na estrada para Sorocaba[100], esta última importada de Londres por intermédio de João Jacques Aubertin[101]. As pontes centrais paulistanas foram quase tôdas, durante meados do século, pontos de aglomeração de gente que trabalhava: em 1848 a Câmara impunha multas às pessoas que estendessem roupas nas suas guardas[102]. Mas as pontes eram também ponto de reunião de gente que apenas fazia horas. Antônio Egídio Martins contou que muitos negociantes da rua da Imperatriz — tôdas as tardes, depois de fechadas as suas lojas — costumavam dar sua chegadinha ao local da ponte do Mercado Velho[103]. Quem sabe se por causa das pernas das lavadeiras que trabalhavam naquele ponto do Tamanduateí.

---

98 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 84.

99 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 79.

100 *Relatório do presidente da província Joaquim Floriano de Toledo em 1866,* pag. 25.

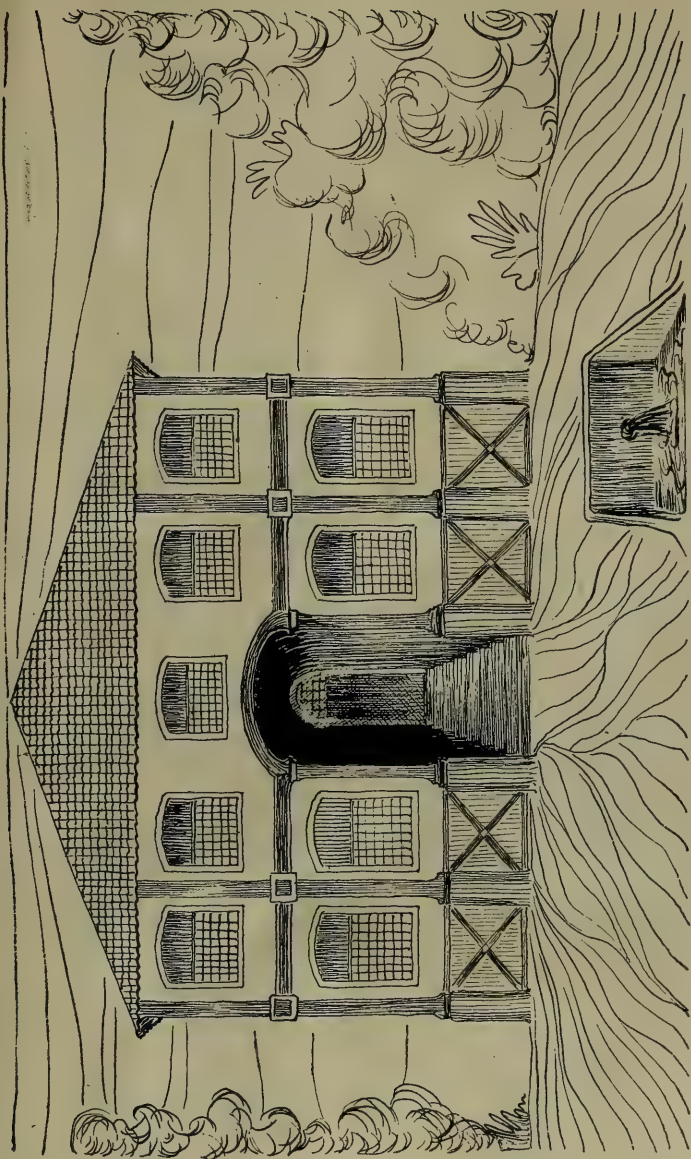
101 *Relatório do presidente da província João Crispiniano Soares* em 1865, pag. 69.

102 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 32.

103 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 148.

V — SAÚVA E CHAFARIZES

Depoimentos relativos ao primeiro quartel do século dezenove mostram que nessa época a alimentação do morador da cidade de São Paulo devia contar com possibilidades muito melhores do que aquelas que ocorriam no setecentismo. Em parte porque desde fins do século dezoito tudo indica que começassem a se desenvolver, na região da cidade, sítios de lavoura e de criação. Ainda assim no entanto não era sempre regular o abastecimento em meados do século passado. Embora se plantassem e se colhessem gêneros no distrito paulistano, ainda era indispensável a contribuição dos sítios de lavoura e de criação de outros municípios vizinhos e até de regiões distantes como a zona de Franca ou certas localidades da província de Minas Gerais. As mercadorias por isso às vêzes rareavam

ou encareciam. Não só em conseqüência da ação de atravessadores e monopolistas, como pelo receio dos tropeiros, muitas vêzes, que diante das epidemias de bexigas em São Paulo retornavam antes de chegar à cidade. A própria carne às vêzes faltava para o abastecimento, ou era fornecida aos moradores em condições inferiores por causa da falta de higiene no matadouro e nos açougues. Em parte como conseqüência disso tudo, em meados do século passado as refeições do paulistano eram em geral, segundo depoimento de um observador, na época, modestas e parcas. É verdade que essa dieta se completava, como desde os primeiros séculos, com os produtos da pesca — embora raramente se pudesse comer peixe de mar — e da caça: às vêzes até bichos estranhos que os índios haviam ensinado a comer. E também com frutas, sobretudo jabuticabas, abundantes nas chácaras e mesmo em quase todos os quintais da cidade. E ainda com doces e quitutes, feitos em casa e vendidos em tabuleiros pelas ruas. Sem falar na saúva torrada — cujo valor nutritivo provàvelmente ainda não foi estudado... — consumida ainda em meados do século dezenove inclusive por pessoas de famílias importantes. O pão de trigo — cuja tradição primitiva parecia ter se perdido — começou a ser mais conhecido de novo a partir de 1840. Consumo abundante ainda o de chá, qualquer botequim tendo o seu caixote de chá da Índia, embora o produto local fôsse também regularmente apreciado. De bebidas, a aguardente, a garapa, os vinhos portuguêses e espanhóis, as cervejas de fabricação local e algumas inglêsas e, mais para crianças, a caramuru e a gengibirra. O abastecimento de água — apesar dos esforços do poder municipal, mandando construir novos chafarizes e caixas-d'água, pouco se modificou em relação ao que

74 — A bica do Acu e a casa do Brigadeiro Tobias.

(Desenho de Clovis Graciano baseado em gravura estampada no *Prospecto do Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estátístico, Biográfico, Bibliográfico ilustrado de São Paulo*, de Afonso A. de Freitas).

se fazia desde fins do século anterior. Os chafarizes viviam danificados, às vêzes em conseqüência de brigas entre escravos e carroceiros. A água era infiltrada de sujeira e quase sempre faltava por causa dos encanamentos deficientes, feitos em condições defeituosas de nivelamento. Os moradores eram em sua maioria forçados a comprar água em barris, vendida de porta em porta pelos aguadeiros.

Sem dúvida o acréscimo repentino de população — determinado pela fundação do Curso Jurídico — agravou até de início os problemas de abastecimento de água ou de gêneros na cidade. Embora na terceira década do oitocentismo — segundo o Quadro Estatístico de Daniel Pedro Muller — na cidade de São Paulo e seu distrito já se plantasse e se colhesse "para alimento de seus habitantes" era ainda indispensável para o seu abastecimento de gêneros a contribuição dos sítios de lavoura e criação de localidades como Bragança, Atibaia, Nazaré[1]. Dessas localidades e dos sítios vizinhos da cidade mandavam-se para o consumo de seus moradores o arroz, o feijão, o milho e outros mantimentos, inclusive o toicinho e a carne de porco salgada[2]. Às vêzes até a carne faltava. Em 1829, como se verifica pela leitura de várias atas da Câmara, faltava carne para o consumo público da cidade, oficiando então o poder municipal às câmaras de Bragança e Atibaia, e propondo-se que em vista "da extraordinária carestia de víveres" se pusessem capitães do mato nas entradas da cidade para

[1] Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio de um Quadro Estatístico da Província,* pag. 25.

[2] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

evitar que os gêneros fôssem desviados por atravessadores[3]. Sofria assim o abastecimento sempre que por qualquer motivo os cargueiros não chegavam a São Paulo. Como em 1853, quando se insistia para que fôsse consertada a Ponte Grande da Freguesia da Conceição dos Guarulhos, medida que provàvelmente faria cessar "em grande parte a carestia de gêneros de primeira necessidade"[4]. Ferreira de Resende, em suas memórias, assinalou essa grande carestia que se observou na cidade precisamente no ano de 1853. O toicinho, por exemplo, passou de oitenta ou cem réis a libra para oitocentos e até mil. Passada a crise — notou Resende — baixaram de novo os preços, mas sem que chegassem ao nível anterior[5]. Outras vêzes acontecia que gêneros de muito longe — de Minas ou da zona de Franca — deixavam de chegar ao mercado paulistano porque os tropeiros, apavorados com a epidemia de bexigas — como andou acontecendo em 1858 — vendiam seus produtos em Campinas mesmo, e dali retornavam[6].

Em parte talvez em conseqüência dessa irregularidade no abastecimento — marcada por freqüentes elevações nos preços dos gêneros de primeira necessidade (embora outros fatôres pudessem ter concorrido no mesmo sentido) — o fato é que em meados do século passado as refeições de um modo geral em São Paulo — segundo Almeida Nogueira, baseado em informações dadas por pessoas que viveram na época na cidade — eram parcas, modestas e frugais: de

---

3 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 183-184.

4 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 77.

5 Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pag. 279.

6 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVI, pag. 116.

oito às nove, o almôço; de duas da tarde às três, o jantar, e à noite ordinàriamente chá com pão e biscoitos ou bolachas. Em algumas casas ceias de garfo, mas ligeiras[7]. Como em tôdas as dêsse tempo — confirmou Dona Maria Pais de Barros em sua evocação — as refeições eram servidas cedo. Almoçava-se às nove horas; às duas em ponto era servido o jantar; às oito, já noite, "o mulato Joaquim trazia uma grande bandeja com xícaras de chá que ia passando a tôda a família instalada em volta da mesa". Com pratos de torradas, biscoitos e pão-de-ló[8]. Os pratos principais no almôço e no jantar — ainda de acôrdo com a informação dada a Almeida Nogueira — eram a sopa (não muito generalizada ainda), o cozido, o feijão e o arroz, ervas — "a couve, a saborosa couve, era na época o prato predileto do paulistano", como escreveu Veiga Miranda[9] — carne ensopada, ou antes, afogada e assada, de vaca, porco ou carneiro, não raro de galinha. Nos dias festivos, peru recheado, leitoa, empadas, "tudo à antiga moda paulista". À sobremesa, doces de batata ou de figo ou arroz de leite[10].

A carne, que ainda em 1830 era vendida em um único açougue e recebida do curral do Conselho, na beira da estrada de Santo Amaro (pouco acima do largo do Bexiga), onde não havia preocupações de higiene, sendo as reses abatidas e sangradas sôbre um chão de terra revolvida[11], foi depois melhorando em limpeza e provàvelmente em qualidade. Aliás

---

[7] Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*, VIII, pag. 100.

[8] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes*, pag. 24.

[9] Veiga Miranda, *Álvares de Azevedo*, pag. 84.

[10] Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 100.

[11] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

desde essa época cuidou o poder municipal de remediar "a esterelidade de nossos campos" para que êles se tornassem capazes de sustentar com fartura e abundância os animais, "promovendo-se a plantação de giesta pela maneira recomendada no opúsculo do conselheiro Vellozo"[12]. E em 1864 já se realizava na cidade um concurso de bois gordos, carneiros e porcos, com prêmios instituídos por alguns cidadãos inglêses[13]. Entretanto ainda se refletiam em meados do século passado, nas atas da Câmara, reclamações sôbre a falta de limpeza da carne vendida à população, por causa do desleixo em que vivia o matadouro, e da falta de higiene dos cepos nos açougues[14]. O poder municipal determinava que o transporte da carne, do matadouro para a cidade, se fizesse em carros; que a carne não fôsse cortada, nos açougues, a não ser com faca e serrote; que os cepos para o talho seriam substituídos por balcões de tábuas limpas, lavadas todos os dias; e que a mercadoria devia ser pendurada nas portas ou nas paredes dos açougues sôbre panos brancos de linho ou de algodão[15]. Mas a própria situação do matadouro era considerada "contrária ao bem público", pois êle ficava em posição vizinha e sobranceira à cidade, na direção dos ventos dominantes, "que acarretavam sôbre a povoação tôdas as exalações pútridas" que dali se elevavam[16]. O fato porém é que com tôdas as dificuldades que se observavam

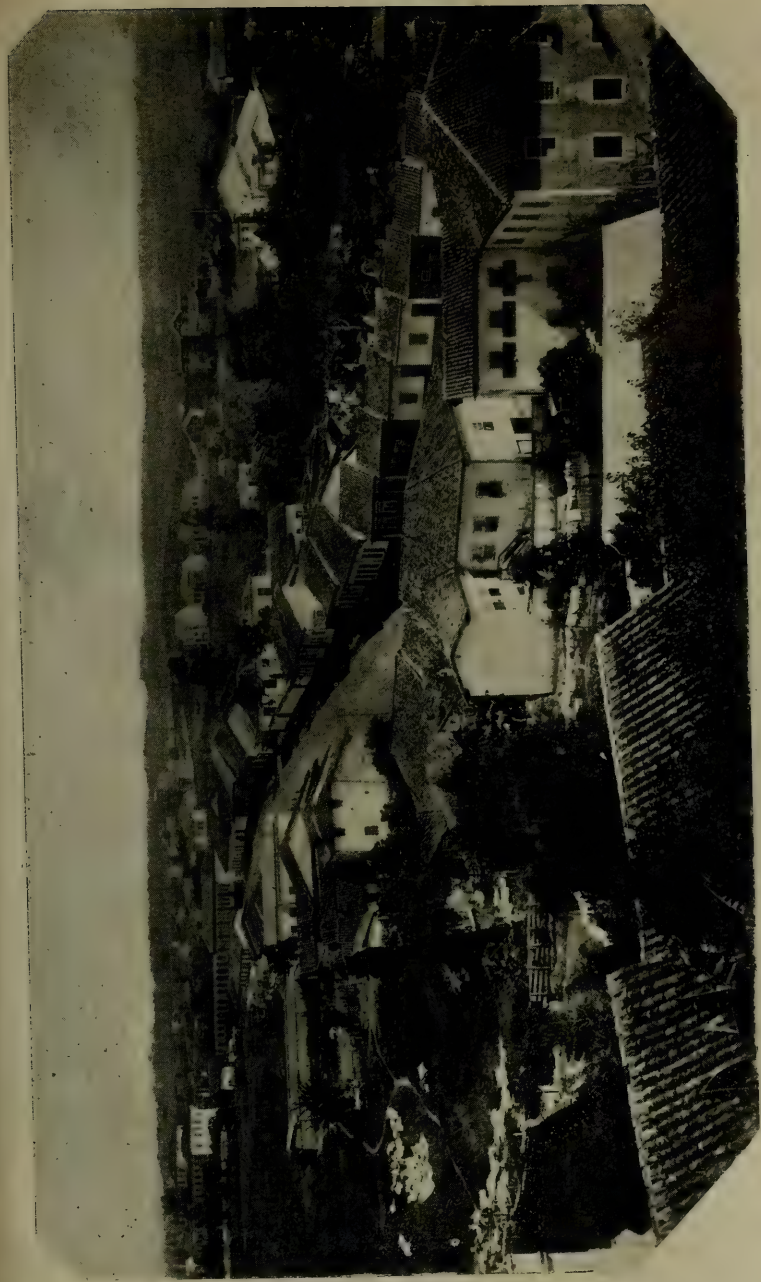
---

[12] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 312-313.

[13] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L, pag. 174.

[14] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 334.

[15] Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* IV, pag. 289.

[16] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 201.

75 — Campos do Bexiga e rua de Santo Amaro, onde se localizava o Curral do Conselho em meados do século dezenove.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

na distribuição da carne, e da sua qualidade ou limpeza por vêzes bastante duvidosas, em meados do século o tradicional picadinho — em que tôdas as cozinheiras paulistanas se mostravam peritas — era prato obrigatório pelo menos no almôço das repúblicas de estudantes[17]. Almôço que, segundo Almeida Nogueira, se compunha em geral de ovos estrelados, arroz, chá de cartucho e pão com manteiga[18]. A manteiga, como o leite, eram bons nessa época na cidade, e se obtinham fàcilmente, o que não ocorria, segundo o viajante Hadfield, em outras cidades brasileiras, por causa do clima[19]. O jantar das casas de acadêmicos incluía sopa, feijão, arroz, um prato de ensopado e outro de carne frita ou assada. Nas repúblicas mais fidalgas serviam-se doces — melado, banana frita ou batata em calda[20].

---

[17] Dêsse picadinho famoso nas repúblicas paulistanas de estudantes, o cronista Almeida Nogueira publicou em seu livro esta receita, de Tia Silvana: "Toma-se um quilo de alcatra ou filé, carne de primeira, lava-se, enxuga-se bem, bate-se, corta-se em pedacinhos pouco maiores que um dado; refoga-se com cebola picada; deita-se-lhe depois um copo de água quente, um buquê de cebolas em rama, salsa e uma fôlha de louro; ajuntam-se alguns pedacinhos de toicinho fresco, sal e pimenta, e deixa-se ferver a fogo brando até que a carne fique bem cozida, tendo-se o cuidado de aumentar a água sempre que venha a secar. Ajunte-se em tempo batata picada, que não deve ficar muito cozida. Nada de engrossar o caldo: ao contrário, deve ser abundante e bastante aquoso. Serve-se em prato de tampa". Êsse caldo — observou o cronista — era o melhor da festa. "Os estudantes mineiros comiam-no com farinha, e os rio-grandenses também; os fluminenses, com pão; e os paulistas e paulistanos, com arroz. Alguns bebiam-no com colher". (Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 213).

[18] Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 213.

[19] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 69.

[20] Almeida Nogueira, op. cit., III, pags. 213-214.

Entretanto a alimentação dos moradores da cidade se completava nesse tempo com alguns produtos da pesca e da caça. Havia mesmo na época sujeitos que se dedicavam com paixão às caçadas de tôda espécie, não apenas nas vizinhanças da cidade — onde havia campos e matas ainda em abundância — como em locais distantes. Um dêsses caçadores apaixonados, o estudante de Direito Martinho Contagem, que costumava às vêzes presentear colegas com veados, pacas e perdizes[21]. O mesmo podendo se dizer de outro estudante da Academia, o paulista Antônio Gomes dos Reis Júnior, que levou muitos anos para concluir o seu curso de Direito porque tanto no tempo das aulas como durante as férias não queria saber de outra vida: era só andar caçando nas vizinhanças da cidade[22]. Ou ainda o fluminense José Manuel Freire Júnior[23]. Êsses e outros talvez fôssem como Couto de Magalhães: capazes de comer tatus, lagartos, cobras e morcegos, e outras coisas[24] que provàvelmente o indígena, desde os primeiros séculos, ensinara a gente de São Paulo a comer. A pesca ainda era às vêzes perturbada, na cidade e suas imediações — como nos tempos coloniais — por abusos inclusive de pescadores. Em 1848 vários pescadores de profissão, das freguesias de Santa Ifigênia, do Brás e do Ó, pediam à Câmara que tomasse medidas contra o abuso cometido por sujeitos pouco peritos na pesca, que fechavam as barras de modo que o peixe não podia voltar ao leito dos rios "e assim continuar o

---

21 Almeida Nogueira, op. cit., I, pags. 245-246.

22 Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 188.

23 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pags. 223-226.

24 Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 177.

abastecimento dêle à povoação da capital"[25]. Peixe de mar é que raramente se comia então em São Paulo. Os habitantes da cidade tinham de se contentar com bagres e lambaris do Tietê — escreveu Dona Maria Pais de Barros — a não ser em dias fora do comum, por ocasião de algum casamento em família abastada. Recordou essa cronista que para uma dessas festas o peixe foi transportado de Santos na cabeça de um escravo, que viajou a pé a noite tôda[26]. Mas o peixe de rio — o lambari do Tietê sobretudo — era abundante e muito mais barato do que a carne. Por isso mesmo era talvez alimento considerado secundário, e Ferreira de Resende contou nas suas memórias a vergonha que passou em certo dia, nos seus tempos de estudante em São Paulo, por ter sido forçado a apresentar em sua casa um almôço sem carne e só com peixe — sem que fôsse sexta-feira — a um colega rico que tinha ido lhe fazer visita[27]. Depois da ligação por estrada de ferro do litoral com o planalto foi que alguns italianos organizaram o comércio de peixe fresco do mar, que êles iam buscar em Santos e entregavam no mesmo dia aos consumidores, introduzindo-se dessa forma na dieta da população paulistana o peixe de mar e o camarão[28].

Por outro lado as frutas de diversas espécies eram abundantes nos arredores da cidade e mesmo em quase todos os seus quintais. Na segunda metade do século passado havia ainda nos arrabaldes paulistanos mais de uma chácara onde mediante a entrada de dez tostões "podia-se comer jabuticabas até não

[25] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 57.

[26] Maria Pais de Barros, op. cit., pags. 57 e 118.

[27] Ferreira de Resende, op. cit., pag. 265.

[28] Június. *Em São Paulo — Notas de Viagem,* pag. 55.

querer mais", escreveu Lúcio de Mendonça evocando seu tempo de estudante em São Paulo[29]. Também se completava a dieta da população com os doces e com tôda espécie de quitutes preparados em muitas casas e negociados nas ruas, em frente das igrejas e do teatro, pelas caipiras e pelas negras quitandeiras. Caipiras e negras — as da rua das Casinhas e outras — que também vendiam ainda saúva-fêmea torrada. Deve-se recordar que o personagem de uma comédia de Martins Pena nessa época — Marcelo — tipo em que se procurou fixar o paulista, é chamado, por outro personagem, de "papa-formigas"[30], o que é bem significativo. "Quando eu era rapaz se comia em São Paulo — escreveu Couto de Magalhães, que nascera em 1837[31] — tanajura ou içá nas melhores famílias, vendidas em tabuleiros pelas ruas". Mais tarde a saúva só era consumida, entre essas famílias, às escondidas — acrescentou êsse escritor — e isso depois que o poeta estudante Júlio Amando de Castro. em pleno teatro de gala, pois era um Sete de Setembro, bateu palmas e recitou:

"Comendo içá, comendo cambuquira,
vive a afamada gente paulistana..."[32]

Entre os quitutes podiam ser lembrados o cuscuz de camarão de água-doce ou de bagre, o milho verde, a pamonha, a moqueca de piquira. Os pastéis de farinha de milho ou de trigo, os bolos de milho socado ou mandioca-puba, as empadas de piquira ou de lambari e os pedaços de quindungo: amendoim torra-

---

29 Lúcio de Mendonça, *Horas do Bom Tempo,* pag. 75.
30 Martins Pena, *Teatro Cômico,* pags. 199 e seguintes.
31 Citado por Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 232.
32 Couto de Magalhães, *Viagem ao Araguaia,* pag. 18.

do e socado, com pimenta cumari e sal[33]. E ainda os tarecos, como eram chamados os sequilhos doces que se fabricavam em meados do século em quase tôdas as padarias da cidade[34]. Só a partir de 1840 aproximadamente — segundo uma nota de Jules Martin confirmando depoimento de Hércules Florence em 1825[35] — começou a ser bem conhecido na cidade o pão de trigo[36]. Quem sabe se por influência — influência recente, pois talvez se tivesse perdido a tradição do pão de trigo primitivo em Piratininga — de Miguel Mugnani, também chamado Miguel Padeiro, que dez anos depois parece que era um dos únicos franceses que viviam na cidade[37]. Ou então de um dos outros padeiros estabelecidos em São Paulo — todos provàvelmente estrangeiros: Rafael Ascoli, João Pedro Schwindt, Reine Vildien e Jacó Heiderich[38].

O chá — cujo uso se deveu no século dezenove, no Brasil, "à predominância da influência inglêsa", segundo Sigaud[39] — foi bastante consumido no oitocentismo paulistano. Tôda a gente estava afeita ao uso do chá — observou Francisco de Assis Vieira Bueno referindo-se aos anos em tôrno de 1830 — bàratíssimo porque era importado diretamente da Ásia pelo comércio português. Qualquer botequim tinha o seu

---

[33] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pag. 54.

[34] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 74.

[35] Hércules Florence, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas,* pag. 6.

[36] *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno* (álbum), pag. 20.

[37] Június, op. cit.

[38] "Aurora Paulistana", cit. por Afonso A. de Freitas. *A Imprensa Periódica de São Paulo,* pag. 105.

[39] J. F. X. Sigaud, *Du Climat et des Maladies du Brésil,* pag. 93.

caixote de chá da Índia, e um cartucho dava para um bule. Além disso também já se fazia um chá bem regular, acrescentava Vieira Bueno, na chácara do Arouche[40]. O marechal José Arouche de Toledo Rendon foi de fato o primeiro cultivador de chá na cidade, e em 1833 publicou a sua conhecida "Memória" sôbre a cultura e a colheita dêsse produto[41]. Em sua chácara do morro do Chá dizem que chegou a ter cinqüenta e quatro mil arbustos produzindo cêrca de duzentas arrôbas por ano[42]. O Quadro Estatístico de Daniel Pedro Muller em 1836 registrava que "começava a ser de grande interêsse" a cultura do chá no distrito da cidade de São Paulo[43]. De fato alguns anos depois — em 1851 — o próprio govêrno da província fêz imprimir e distribuir gratuitamente um folheto em que se reuniram as "memórias" de Arouche de Toledo Rendon, de Fernando Pereira de Vasconcelos e de J. G. Houssaye, sôbre a plantação, o cultivo e o fabrico do chá[44]. Outro cultivador dêsse produto na época foi o inglês John Rudge, que comprou uma fazenda entre a cidade e Santo Amaro, fazendo ali uma plantação de chá da Índia, que provàvelmente trouxera da cultura do naturalista Frei Leandro, do Jardim Botânico da Côrte. Certa vez

---

40 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

41 José Arouche de Toledo Rendon, "Memória sôbre a plantação e cultura do chá e sua preparação até ficar em estado de entrar no comércio", *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo,* XLIV, pag. 217.

42 Afonso de E. Taunay, "A miragem do chá", *Mensário do "Jornal do Comércio",* Rio, tomo VI, vol. III, junho de 1939, pag. 790.

43 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 25.

44 Aureliano Leite, "Breve história do chá", *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,* n.º 76, dezembro de 1940, pag. 151.

êsse inglês mandou chá de sua plantação a uns parentes do Rio de Janeiro. Preparado delicadamente, cada fôlha tendo sido enrolada com muito cuidado pelos escravos — escreveu o reverendo J. C. Fletcher — o chá era apresentado em pequenos invólucros chineses, e tinha todo o aspecto do estrangeiro. Tão bom quanto o da Índia. Resultado: os funcionários da Alfândega pensaram que fôsse contrabando[45]. Os estabelecimentos mais notáveis de chá — ainda na primeira metade do século passado — foram além dêsses os de Diogo Antônio Feijó, de Anastácio de Freitas Trancoso e de José Manuel da Luz. Entretanto, na época da viagem do reverendo Kidder — em 1839 — o chá paulistano ainda não era considerado de qualidade igual à dos melhores tipos chineses, nem a produção local era ainda considerada suficiente para suprir o consumo interno, além de ser o seu custo superior ao do importado de Cantão. Mas os capitalistas interessados em seu plantio — notou o visitante norte-americano — tinham esperanças de reduzir o custo da produção e aperfeiçoar a qualidade do produto, para poderem competir com os chás orientais[46]. Em pequenas quantidades o chá foi depois cultivado em quase tôdas as chácaras da cidade[47], e em 1848 o poeta Álvares de Azevedo mandava para seus pais, no Rio de Janeiro, "uma caixa de chá da nobre Paulicéia"[48]. Nessa época o chá paulistano — vendido a vintém o cartucho — provinha em geral dos sítios do Morumbi, do Tremembé

---

45 D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros,* II, pag. 133.

46 D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pags. 208-209.

47 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 239.

48 Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pag. 462.

e de outros arredores como a Penha, o Brás, o Pacaembu, o Campo Redondo[49]. Em 1847 o viajante Samuel Greene Arnold se referiu a grandes plantações de chá ("a verdadeira planta da China") nas proximidades de São Bernardo[50]. Ficava aliás na freguesia de São Bernardo a maior fábrica de chá da província: a de Bonilha de Toledo, que empregava cêrca de quarenta escravos[51]. Escravos que muitas vêzes decerto se especializavam nesse ofício. De meados do século passado conhece-se um anúncio publicado no jornal *O Ipiranga,* dizendo: "Compra-se

---

49 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 213.

50 Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur (1847-1848),* pag. 103.

51 *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* pags. 147-148. O processo de cultura e preparo do chá, na região de São Paulo — segundo as notas do reverendo Fletcher — diferia pouco do adotado na China. "O chá — escreveu êle — é plantado de semente que, conservada em açúcar escuro, pode ser transportada para qualquer parte do país. Essas pequenas mudas de chá são plantadas em canteiros e depois, como se fêz com o cafeeiro, são transportadas para o campo e colocadas a cinco pés de distância umas das outras. Os arbustos são conservados em terreno bem limpo pela enxada ou pelo arado que, embora de introdução recente, tem em algumas plantações dado excelentes resultados. Não se deixa que os arbustos tenham a altura superior a quatro pés; e as fôlhas são consideradas em condições de serem colhidas, no terceiro ano de plantio. A cultura, a colheita e a preparação do chá não são difíceis, e as crianças são aproveitadas e eficientemente empregadas nas várias operações de seu preparo para o mercado. O maquinismo usado é muito simples, consistindo em: 1) Cestas, onde se depositam as fôlhas quando colhidas; 2) Utensílios vasados de madeira, nos quais são revolvidas; 3) Fornos abertos, ou grandes panelões metálicos, nos quais o chá é sêco por meio de um fogo colocado em baixo. As mulheres e as crianças reúnem as fôlhas e carregam-nas para os fornos, onde os escra-

um prêto, mestre torrador de chá; para tratar, na chácara que foi do Capitão Amaral"[52]. Em 1862 o viajante Frédéric Houssay se referia ainda à importância da cultura do chá nos arredores de São Paulo[53]. E por volta de 1870 se viam arbustos copiosos e espessos dessa planta no bairro que teve o nome de Chá[54]: provàvelmente o que restava da velha plantação de Rendon. O que não quer dizer que em certas casas não houvesse ainda, como em outros tempos, o chá verde da Inglaterra[55].

O uso da aguardente continuou bastante generalizado nesse tempo, em São Paulo como em quase tôdas as partes do Brasil. Da cana crioula que se cultivava no município da cidade fazia-se em maior escala a aguardente, e em menor o açúcar e o melaço, dizia-se em uma ata da Câmara Municipal em 1861[56]. E ainda mais expressivo era um documento de dois anos depois, dizendo que a cultura mais importante do município de São Paulo era a da cana, de que todos os lavradores faziam aguardentes de todos os graus e rapaduras, não fazendo açúcar porque o preço da aguardente e das rapaduras era mais vantajoso[57].

---

vos estão empenhados em manter o fogo, revolvendo, comprimindo e mexendo o chá — cujas operações se fazem antes de empacotá-lo em caixas para o consumo interno ou para exportação para as províncias vizinhas". (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, op. cit., II, pags. 131-132.)

[52] Citado por Afonso A. de Freitas, *A Imprensa Periódica de São Paulo,* pag. 96.

[53] Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo,* pag. 78.

[54] Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 269.

[55] Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 60.

[56] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVII, pags. 235-236.

[57] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIX, pags. 49-50.

É que a aguardente tinha admiradores e entusiastas entre elementos de tôdas as camadas da sociedade. Afonso A. de Freitas parece não ter tido razão quando escreveu: "O consumo da aguardente de cana como elemento de gôzo dá-se exclusivamente entre as classes populares mais inferiores de São Paulo"[58]. Vieira Bueno observou que a maior parte da gente gostava mesmo mais da "branca" que do vinho, sobretudo da caninha do Ó, "apreciada até por muitos graúdos"[59]. E Antônio Egídio Martins falou de um armazém de secos e molhados que existiu na cidade — o armazém de Joaquim Bafejador, morto em 1880 — famoso porque tinha uma sala reservada onde em certa hora do dia "cavalheiros da alta aristocracia" iam tomar seus cálices de caninha do Ó[60]. A freguesia de Nossa Senhora do Ó, com suas culturas extensas de cana caiana, sabe-se que foi o lugar de produção da arguardente havida como a melhor de São Paulo[61].

Também o consumo da garapa era nessa época generalizado entre os moradores da cidade. Houve um vendedor dessa bebida e de melado, no comêço do século dezenove, que se tornou figura popular: o Cacório, que andava pelas ruas apenas com uma camisola e ceroulas de algodão[62]. Em 1839 Kidder viu vendedoras ambulantes de garapa com grandes potes

---

[58] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* I, pag. 72.

[59] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

[60] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 86.

[61] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* I, pag. 72.

[62] Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, pag. 328.

76 — O chafariz da Misericórdia ou do Tebas (construido em fins do século dezoito) e a igreja da Misericórdia em tôrno de 1870.

(Coleção Paulo Florençano).

de barro na cabeça[63]. E sabe-se de uma casa que vendia garapa, em meados do século passado, no local em que começou a se formar o bairro das Perdizes: a casa de Joaquim Alves[64].

Consumiam-se também vinhos portuguêses e espanhóis, embarcados no Pôrto ou em Tarragona, ou mesmo vinhos de outras procedências, vindos às vêzes de Nova Iorque, como se verifica pelo quadro de importações da província em 1836, que figura no trabalho do marechal Daniel Pedro Muller[65]. Vinhos que entretanto se encontravam apenas em festas oficiais ou nas de padres, devendo ser bebidas inferiores a essas aquelas que se serviam nos primeiros restaurantes que houve em São Paulo ou nos botequins freqüentados pelos primeiros estudantes da Academia de Direito: o do português Chico Ilhéus, que tinha um pequeno armazém no largo da Sé, e o do Maneco Vira-Copos[66]. Êsses vinhos — que se serviam em grandes copos de vidro — eram no entanto bons e baratos, no dizer de Vieira Bueno[67]. Nesse tempo as famílias paulistanas não faziam uso diário do vinho nas refeições. Os que mais apareciam, nos dias festivos — ou quando se queria obsequiar alguma visita ou algum hóspede — eram vinhos portuguêses "do Pôrto" ou "de Lisboa", as únicas marcas ou desig-

---

63 D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 252.

64 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 133. O nome de Perdizes, dado ao bairro, se originou do fato de que êsse Joaquim Alves era padrasto de uma mulher que criava em seu quintal grande quantidade de perdizes. (Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 133).

65 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 228.

66 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pags. 116-117, e Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 328.

67 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

nações então conhecidas. Vinhos que por sinal eram bastante alcoólicos. O de Lisboa, tinto e muito adocicado[68]. Mas a partir de meados do século dezenove a lavoura da vinha, que existira nos séculos dezesseis e dezessete e que desaparecera durante o dezoito, começou a reviver, segundo Azevedo Marques, não com a vinha européia, que tendia a se extinguir na província, mas com a vinha americana, que produzia com fertilidade admirável"[69]. O pioneiro dêsses empreendimentos — as culturas de vinha nos arredores da cidade para fabrico de vinho — foi, segundo relatório do presidente da província em 1872, o húngaro Hugo Thermacis: mas ainda com uva portuguêsa. Veio para São Paulo já em idade avançada êsse Thermacis ou Thermasis, e plantou as únicas espécies de uva tão conhecidas na cidade e trazidas de Portugal: as designadas popularmente pelos nomes de Moscatel e de Bastarda. Thermacis morreu logo depois sem que tivesse conseguido resultado compensador para o seu esfôrço[70]. Alguns anos mais tarde foi que começou a aparecer — ainda segundo Azevedo Marques — a uva americana chamada Isabela, que se espalhou com muita rapidez. Mas ninguém pensou em se utilizar dela para fabrico de vinho antes do paulista Joaquim Xavier Pinheiro, sujeito curioso e empreendedor que fêz os seus primeiros ensaios em Mogi das Cruzes. Animado com os resultados que conseguira Xavier Pinheiro mudou-as para um sítio que tinha nas proximidades da cidade de São Paulo

---

[68] Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 109-110 e VIII, pag. 100.

[69] Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo,* II, pag. 195.

[70] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 67.

e é por isso considerado o introdutor dessa indústria nela[71].

A cerveja consumida mais comumente em meados do oitocentismo pelos moradores de São Paulo era a da Penha cujo primeiro depósito na cidade foi a cervejaria "O Corvo", do alemão Henrique Schomburg[72]. Mas isso já depois de 1840, pois até essa época não havia ainda na cidade nenhuma fábrica de cerveja, nem o uso dessa bebida tinha ainda entrado nos hábitos da população. Em 1857 já havia duas fábricas[73]. Vulgarizaram-se em seguida entre os paulistanos duas cervejas inglêsas: a "Tenent" e a "Bess" — ou "Bass", como escreveu Bernardo Guimarães[74] — esta última vendida em botijas louçadas que depois serviam para acondicionar outras bebidas, populares nessa época em São Paulo[75]. Uma dessas bebidas, a chamada "caramuru", feita de milho socado, gengibre, açúcar mascavo e água. Outra, a gengibirra — "que quando abre logo espirra" — feita de farinha de milho, gengibre, casca de limão e água, e vendida a oitenta réis a garrafa ou botija louçada. Eram bebidas particularmente preferidas pelas crianças[76].

O abastecimento de água nunca chegou a ser satisfatório. Os chafarizes — como nos tempos primitivos as fontes — eram locais de aglomeração de gente, que precisavam por isso de ser policiados pois as brigas e as desordens eram freqüentes em tôrno dêles. Em meados do século sabe-se, pelas atas da

---

[71] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 67.

[72] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 95.

[73] *Almanaque* de 1857, cit., pags. 149-151.

[74] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 294.

[75] Június, op. cit., e Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 109-110.

[76] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 74.

Câmara, que um vereador pedia medidas da municipalidade no sentido de que fôsse postada uma sentinela no "largo do chafariz" — certamente o da Misericórdia — "para evitar as desordens — dizia-se nas atas — que pode causar o crescido número de escravos que se ali reúnem a tomar água"[77]. Claro que nos outros chafarizes que depois se edificaram ocorria a mesma coisa. Em 1863 falava-se na Câmara na necessidade de ser colocado um lampião de iluminação no chafariz de Miguel Carlos para que o local pudesse ser policiado melhor[78].

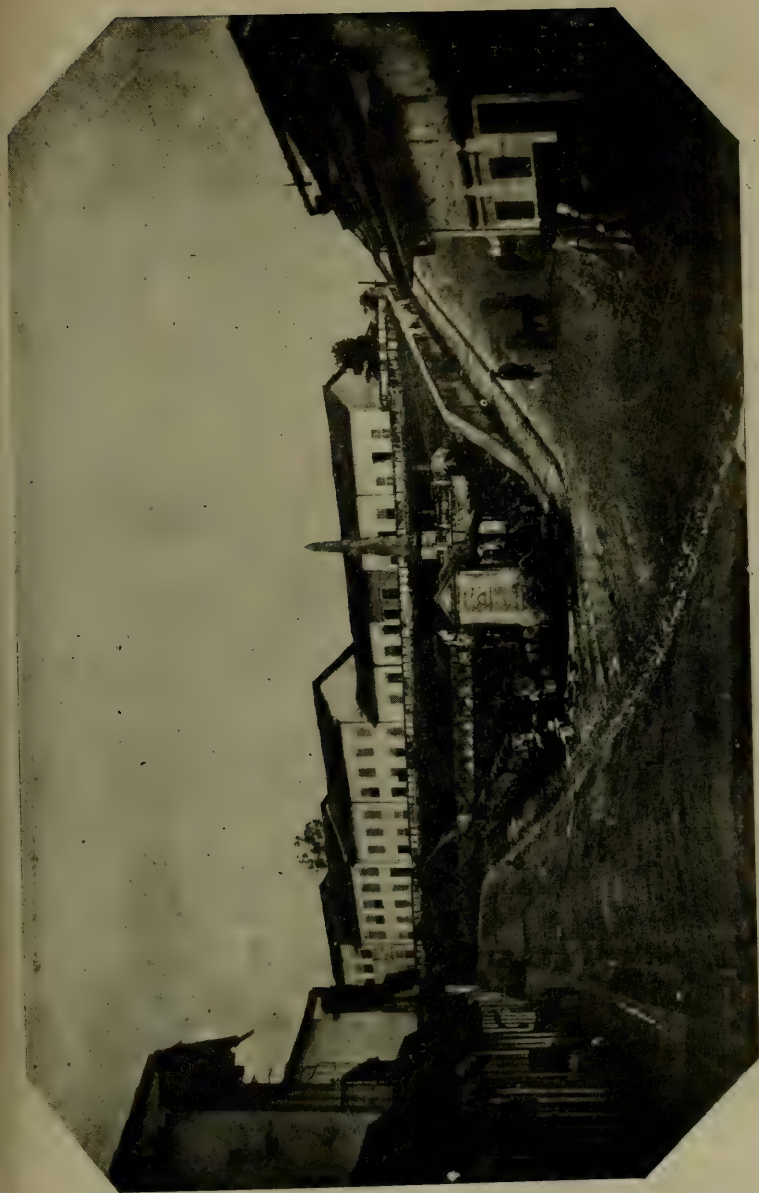
Mas essas desordens nem sempre podiam ser atribuídas só aos negros. Pois resultavam freqüentemente da reação de cativos aos abusos dos aguadeiros. Conhece-se o ofício de um fiscal da cidade em 1864 pedindo providências das autoridades contra êsses abusos que se davam em vários chafarizes. Os aguadeiros não apenas praticavam estragos, mas impediam também que os escravos e outras pessoas se servissem de água enquanto não estivessem cheias as pipas dêles[79]. O fato é que dêsses desentendimentos as vítimas principais eram os próprios chafarizes. Que viviam danificados ou mesmo arrebentados. Em 1831 a Comissão Permanente da municipalidade se referia aos "desmanchos continuados" que sempre apareciam nos chafarizes[80]. E em 1861 sabe-se que se achava desmanchada a torneira colocada na praça

---

[77] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXV, pag. 12.

[78] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIX, pag. 270.

[79] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L, pag. 137.

[80] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pags. 87-88.

77 — O chafariz e a pirâmide do Piques em 1860.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

da Liberdade, que fornecia água para todo o bairro da Pólvora[81].

Mas não era sempre que êsses desmanchos e estragos resultavam de brigas ou desordens nos locais dos chafarizes. As torneiras e os canos muitas vêzes eram furtados, ou quebrados de propósito. Do chafariz da Liberdade — assinalava uma vereança de 1834 — tinham sido arrancados vários canos ou bicas de fôlha[82]. Outras vêzes a coisa ainda era mais grave. Em 1866-1867, quando faltou água mais uma vez, contou Afonso A. de Freitas que o jornal *Diabo-Coxo*, "um pouco por espírito, um pouco por maldade, invocando a passagem bíblica do fornecimento de água aos israelitas no deserto, aconselhou aos sedentos paulistanos a aplicarem o mesmo processo do profeta, tocando os chafarizes da Paulicéia com varas ou varapaus: o resultado foi a quase redução a cacos dos poucos marcos fontanários que possuíamos"[83].

Mas para o abastecimento de água êsses desmanchos representavam apesar de tudo coisa menos grave do que a sujeira que freqüentemente se infiltrava no líquido servido aos moradores pelos chafarizes. Em 1833 pedia-se na Câmara que o fiscal informasse qual o motivo de aparecerem imundícies no chafariz do Piques[84]. Em 1845 era o presidente da província quem recomendava à Câmara a confecção de uma postura proibindo a lavagem de roupa no Tanque

---

[81] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLVII, pag. 50.

[82] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXVII, pag. 402.

[83] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, pags. 27-28.

[84] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXVII, pag. 261.

Reúno "por se conhecer potável a água" que êle encerrava "e poder por isso ser aproveitável ao público". Postura que foi logo confeccionada e aprovada[85]. Aliás as águas do Tanque de Santa Teresa — localizado quase à margem do caminho de Santo Amaro, ao sul do Tanque do Matadouro — e do Tanque Municipal, que serviam aos chafarizes, eram abastecidas por vertentes do morro do Caaguaçu, onde fiscalização era coisa que não havia. Muita gente tomava banho ou lavava roupa nessas águas. Às vêzes aparecia até bicho morto boiando nelas[86].

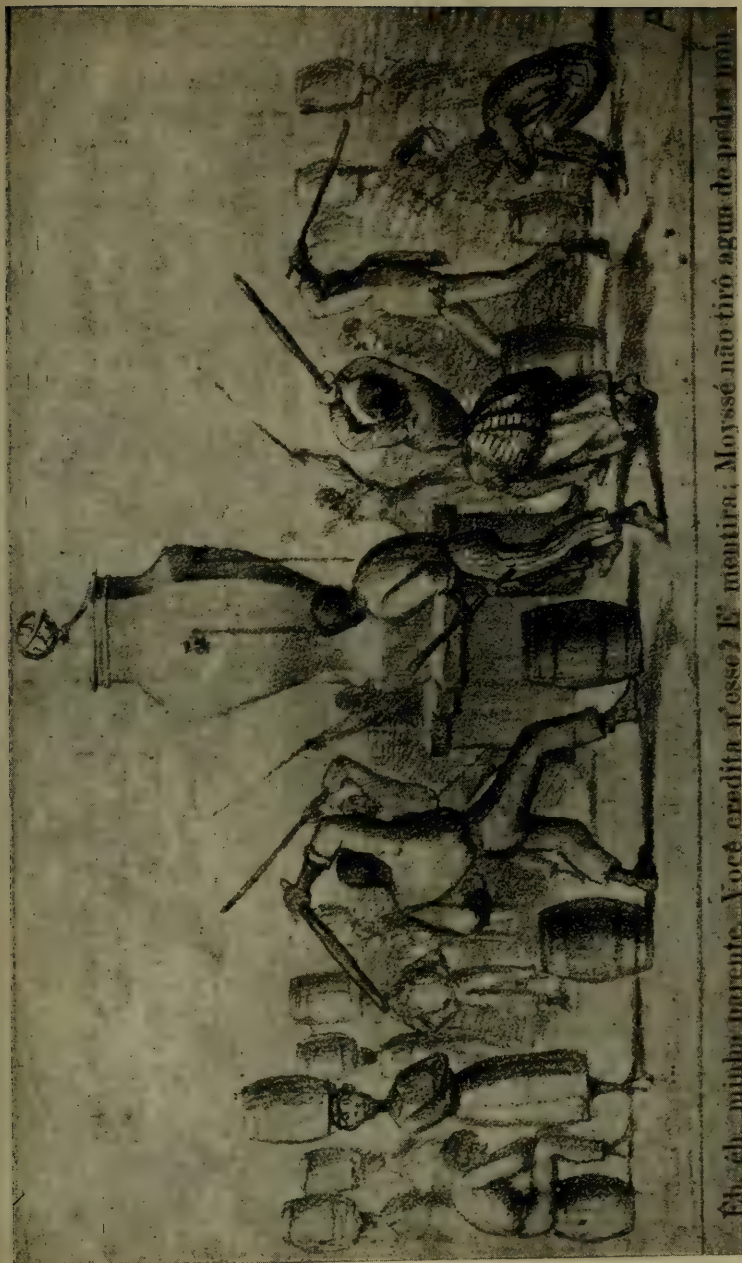
Mas a própria insuficiência de água para as necessidades dos moradores era um problema que não podia se resolver de forma satisfatória. Em 1834 falava-se mais uma vez na falta de água que se notava nos chafarizes[87]. Em meados do século, a mesma coisa. Em 1852 o próprio relatório do presidente da província assinalava que se tornava cada dia mais sensível na cidade a escassez de água potável e que o encanamento contratado com Afonso Milliet não só não abastecia a Cidade Nova e os arrabaldes paulistanos, como não podia nem mesmo remediar a situação do abastecimento na zona central[88]. Em 1854 a imprensa fazia ver que os moradores de todo o bairro do Piques — do Curro e da Consolação — viviam em penúria completa de água potável. "A pobreza dêsses lugares — escrevia o *Correio Paulistano* — sofre privações consideráveis. A única água que

---

85 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXV, pags. 152 e 172.

86 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 5.

87 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 519-520.

88 *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pags. 52-53.

78 — Charge de Ângelo Agostini referente à falta de água nos chafarizes paulistanos. (Desenho publicado em 1866 no jornal *Diabo Coxo*).

ali há é a de um canal aberto em certo lugar por onde os moradores vão apanhar água com cuias"[89]. Em 1858 o poder municipal representava ao govêrno da província sôbre a irregularidade que se observava nas bicas de água. Em alguns dias, antes do escurecer, elas já não forneciam mais água, e outras vêzes só jorravam das sete às oito da manhã[90]. Sofria a cidade de falta sensível de boa água potável, escrevia ainda em 1860 o viajante Tschudi, observando também que nenhuma bela fonte adornava as suas ruas[91]. Em 1868 dizia-se que como o chafariz da Liberdade quase sempre se achava em "estado de sêca", a fonte do Moringuinho era o único recurso para os moradores. E nessa fonte muitos escravos iam se abastecer de água para os seus senhores. Senhores, muitas vêzes, do centro da cidade[92]. Ficava o Moringuinho nas imediações da futura rua Jaceguai. Ainda recorriam os moradores a outras fontes de serventia pública: a do Tanque do Zunega, a do Chá e a dos Ingléses[93].

Entre as causas da insuficiência do abastecimento deve-se observar em primeiro lugar que os encanamentos que conduziam água para os chafarizes eram construídos de forma que uma porção dela se extraviava, por causa do desmoronamento dos terre-

---

[89] *Correio Paulistano* de 27 de outubro de 1854.

[90] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 55.

[91] Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 133. Ao contrário do que ocorria, por exemplo, em Vila Rica, onde o viajante inglês George Gardner observou que quase havia um chafariz em cada rua. (George Gardner, *Viagens no Brasil,* pag. 424).

[92] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LIV, pag. 81.

[93] Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 108.

nos laterais. Em meados do século mostrou o presidente da província, marechal Lima e Silva, a necessidade de se fazer um encanamento coberto e de pedra para o chafariz do Piques, a fim de evitar que isso ocorresse[94]. Afonso A. de Freitas escreveu que os tubos eram feitos de papelão e revestidos de asfalto e o líquido — segundo um relatório entregue em 1869 ao barão de Itaúna pelo inspetor geral das obras públicas — "rompia o chamado betume no espaço médio entre o tubo e os cabeços de ferro, devido à imperfeição e pouca vigilância empregada na oficina"[95]. Além do material deficiente com que eram feitos os tubos, parece que êsses encanamentos nem sempre obedeciam a um nivelamento conveniente — como declarava na Câmara em 1834 um fiscal da cidade. Observou êsse fiscal ainda — como causas da insuficiência de água nos chafarizes — o entupimento dêles em muitos lugares e às vêzes a existência de formigueiros enormes por onde a água se escoava[96]. Entretanto de um modo geral contribuíam ainda para que houvesse pouca água nos chafarizes os cortes de madeira e mesmo a derrubada de matas por particulares, nas cabeceiras dos mananciais que abasteciam as fontes[97] — abusos que se repetiam ainda pelo menos em 1864[98].

---

94 Citado por Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 139.

95 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 25.

96 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 530-531.

97 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 170.

98 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L, pag. 154.

Em diferentes épocas as autoridades municipais procuraram remediar a situação ou diminuir os seus efeitos, da forma que fôsse possível dentro dos seus recursos de técnica e de dinheiro. Já em 1829 resolvia a municipalidade que se fizesse vir ao pátio de São Francisco — por meio de um bicame de pedra — "a água que foi dos religiosos — escrevia-se nas atas — de maneira que o povo já se possa utilizar dela, e que ulteriormente se havia de deliberar sôbre a fatura do necessário chafariz"[99]. Aliás o povo também se utilizava à vontade da água existente em um terreno do recolhimento da Luz — como se verifica em um documento de 1849[100]. Ainda na primeira metade do século passado resolveu-se que fôsse conservado o pequeno chafariz da rua da Pólvora, tapando-se quando houvesse falta de água nos da cidade[101]. E destacava-se a necessidade de melhoramento dos aquedutos que forneciam água. Também nesse tempo se cogitou na Câmara de uma comissão que auxiliada por um engenheiro examinasse a possibilidade do aproveitamento de algumas vertentes do Tanque do Zunega (largo do Paissandu) com o fim de se fazer uma fonte ali[102]. Em 1847 tratou-se de edificar mais um chafariz, na vertente denominada Miguel Carlos, "com água perene", vinte braças abai-

---

99 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 327.

100 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pags. 218-219.

101 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXX, pag. 75.

102 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 147.

xo da bica existente no local[103]. Só então talvez resolveu a Câmara dar ouvidos à proposta feita em 1845 por um vereador para que se fizesse ali um bom chafariz, considerando-se que a fonte do Miguel Carlos era "a primeira que fornecia água para tôda a cidade, pela sua riquíssima qualidade"[104]. Sabe-se que a essa bica do Miguel Carlos, alguns anos mais tarde, um grupo de estudantes brincalhões, munindo-se de jarros, bacias, baldes e outros vasilhames, costumava ir buscar água, de noite, improvisando curioso cortejo em que figuravam sujeitos mais ou menos em trajes de Adão: uns em fraldas de camisa, outros em ceroulas e de cartola[105].

De 1854 conhece-se uma portaria do govêrno da província para que a municipalidade indicasse os lugares onde deveriam ser colocados os chafarizes ou as bicas mandados vir por Afonso Milliet por conta da província[106]. Chafarizes que o govêrno, alguns anos depois, daria ordem para que ficassem abertos desde o amanhecer até às três horas da tarde, e das cinco às dez da noite[107]. Nessa época o govêrno da província determinou a realização de novas obras sob a administração do engenheiro inglês William Elliot[108]. Outro engenheiro inglês, John Cameron, foi encarregado de comprar tubos de ferro fundido no Rio de Janeiro para as novas canalizações[109]. Mas êsse en-

---

103 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 135.

104 Citado por Nuto Santana, op. cit., III, pags. 192-193.

105 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pags. 214-215.

106 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 140.

107 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 64.

108 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 4.

109 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 4.

79 — Romaria noturna de estudantes, em trajes menores, à bica do Miguel Carlos.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

canamento por tubos de ferro, de que se esperava grande melhoramento, não ofereceu outra vantagem além de ser um aparelhamento mais seguro e menos sujeito a desmanchos e consertos. Porque a quantidade de água potável com que a população da cidade pôde contar continuou sendo a mesma proporcionada pelos velhos tubos[110]. Alguns anos depois — em 1858 — embora houvesse disseminados por vários pontos da cidade nada menos de catorze chafarizes novos, êles eram tão mal fornecidos — assinalava-se em um relatório do govêrno provincial — que uma grande parte da população se via obrigada a recorrer às águas impuras do Tamanduateí[111]. Quase na mesma época, sendo a caixa-d'água existente insuficiente para conter o volume de líquido necessário, construiu-se outra na rua da Cruz Preta. Foi edificada essa nova caixa-d'água por operários alemães: ficava em um subterrâneo, com duas torneiras nas paredes dos fundos. A porta de entrada era iluminada a querosene — segundo a descrição de Antônio Egídio Martins — e do lado da rua das Sete Casas ficava sempre uma sentinela do Corpo Municipal[112]. Para efetivação dos novos empreendimentos o engenheiro Elliot pretendeu demolir o chafariz do largo da Misericórdia, edificado em fins do século dezoito. O poder municipal se apressou a defender a construção, representando ao govêrno da província no sentido de que êle era um monumento antigo e aformoseava o local em

---

110 *Relatório do presidente da província José Antônio Saraiva em 1855,* pag. 32.

111 *Relatório do presidente da província Fernandes Tôrres em 1858,* pag. 35.

112 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 6.

que fôra edificado, convindo a sua conservação "como uma memória dos tempos passados"[113].

A nova caixa-d'água da rua da Cruz Preta passou depois a fornecer para mais três chafarizes, êsses construídos no ano de 1864: o do largo do Pelourinho (Sete de Setembro), o do largo de São Gonçalo (João Mendes) e o do largo de São Bento[114]. Observando-se que as águas do Tanque de Santa Teresa não eram suficientes para abastecer o reservatório, foram feitos alguns anos depois — em 1869 — os trabalhos precisos para que êle fôsse abastecido também pelas do Tanque Municipal. Nesse mesmo ano de 1869, quando se fizeram melhoramentos no Jardim Público da Luz, foi levantado um chafariz bonito e sólido diante do seu velho gradil e do seu portão: dava água por oito torneiras colocadas nas suas quatro faces[115].

Entretanto, desde alguns anos antes estavam o poder municipal e o provincial empenhados em procurar uma solução mais completa para o velho problema da falta de água na cidade. Em 1861 dizia-se nas atas da Câmara que a municipalidade estava "cada vez mais compenetrada da necessidade de se abastecer a cidade de quantidade suficiente de água potável canalizada da Cantareira, única fonte abundante existente nas condições mais favoráveis" e que isso devia ser feito por um sistema seguro e perfeito, tanto acêrca da estrutura dos tubos como da limpeza interna dêles, "merecendo especial recomendação o sistema

---

113 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 68.

114 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 24.

115 Nuto Santana, op. cit., IV, pag. 134.

80 — Carroças-pipas, de venda de água, abastecendo-se no Tamanduateí.

(Desenho de Ângelo Agostini, publicado no jornal *Cabrião*, em 1866, e reproduzido do *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo*, de Afonso A. de Freitas).

chamado "Chameroy", com as paredes internas dos tubos revestidas de uma camada de betume de porcelana vitrificada"[116]. Em 1863 o govêrno da província comissionou o engenheiro inglês James Brunless para estudar um plano geral de abastecimento. Auxiliado por seus colegas Hooper e Daniel Makinson Fox, Brunless estudou o assunto e apresentou um relatório em que dizia ser preferida, para o abastecimento, a água do ribeirão da Pedra Branca, na serra da Cantareira, cuja boa qualidade fôra atestada pelo farmacêutico Gustavo Schaumann. A utilização da água da Cantareira também foi proposta, no mesmo ano, por outro especialista que estudara o problema, o engenheiro Charles Romieu[117]. Entretanto, êsse aproveitamento teria de esperar ainda alguns anos para a sua efetivação. Enquanto isso os moradores continuavam tendo que recorrer à água do Tamanduateí ou a comprar o líquido em barris, das pipas ambulantes, o que vinha a dar na mesma. "É verdade que por aí rolam pipas soberbas — escrevia em 1866 um jornal paulistano — que se propõem matar nossa sêde, todavia, apesar dessa virtude evangélica que tanto as honra por fora, por dentro nada são senão o Tamanduateí, com a diferença de ser a dinheiro e mais prejudicial à saúde, porque passa pelo lôdo e pelas imundícies intestinas das pipas..."[118]. Pois a cidade tinha menos água potável ainda nesse

---

[116] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVII, pags. 33-34.

[117] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo,* I, pags. 58-59.

[118] Citado por Afonso A. de Freitas, op. cit., I, pags. 61-62.

tempo — observava o presidente da província Homem de Melo em seu relatório de 1864 — do que nos tempos coloniais: "o chafariz da Misericórdia, construído em 1792, se não satisfazia plenamente a todos os reclamos da população (naquela época remota) aliviava-a ao menos de maiores privações"[119].

[119] *Relatório do presidente da província Homem de Melo em 1864,* pag. 28.

VI — LOJAS, FÁBRICAS, HOTÉIS

A condição de burgo de estudantes que o antigo arraial de Piratininga conseguiu no fim da segunda década do oitocentismo não podia deixar de se refletir bastante na ampliação e às vêzes na transformação de seu aparelhamento de comércio e de indústria — sobretudo a partir de meados do século dezenove — sem que no entanto êsse desenvolvimento se processasse a ponto de caracterizar São Paulo, até aproximadamente 1870, como cidade predominantemente comercial ou industrial.

A distribuição de gêneros continuou sendo feita principalmente através das Casinhas, por trás de cujas tôscas paredes de taipa se cometiam aliás abusos sem conta — embora desde 1829 se preocupasse o poder municipal em criar locais mais espaçosos e mais

adequados, que servissem de mercado central, chegando-se mesmo a edificar para isso (é verdade que como solução conscientemente bem provisória) um barracão no pátio do Carmo. Mas os quitutes continuaram sendo em geral negociados em pequenos tabuleiros de madeira, por negras que estacionavam nas calçadas da igreja da Misericórdia. O peixe, nas escadas do templo do Carmo. A madeira, cortada ou serrada, em feiras que se faziam no largo de São Francisco, no da Liberdade e no dos Curros. Só nas vizinhanças de 1870 se edificou no cruzamento das ruas Vinte e Cinco de Março e General Carneiro, na beira do Tamanduateí, um mercado para o qual os antigos vendedores das Casinhas não tiveram dúvida em transportar a sua desordem e a sua sujeira.

As hospedarias, essas evoluíram dos pequenos e imundos quartinhos contíguos, de uma porta só, perto de um pasto, para alguns hotéis modestos, em meados do século, passando pelas estalagens dos franceses Charles e Fontaine, que só davam hospedagem para quem tivesse carta de recomendação. Mas a freqüência mesmo a êsses primeiros restaurantes tinha algo de comprometedor. Hotéis mais confortáveis e algumas pensões só se estabeleceram depois que o funcionamento dos trens da Inglêsa fêz crescer o movimento de viajantes. O mesmo acontecendo com as confeitarias e os cafés.

As lojas principais, quase tôdas pertencentes a estrangeiros — quando não a portuguêses, eram de franceses ou de alemães — ficavam em geral nas ruas do Rosário, Direita e da Quitanda. Mas como a sua variedade de mercadorias não podia se comparar, até meados do século, com as da Côrte, muita coisa tinha de ser encomendada pelos moradores no Rio de Janeiro. Na segunda metade do oitocentismo

algumas dessas lojas — sobretudo as de modas, em mãos de franceses e de francesas — se aparelharam melhor, particularmente em relação a artigos de luxo. Entretanto sabe-se que ainda em 1870 o comércio paulistano acusava alguma indistinção, com grande mistura de ramos nos mesmos estabelecimentos, e ao lado das lojas elegantes das francesas, na rua Direita, ou das outras, menos discretas, em que se ostentavam panos e bugigangas pendurados pelas portas — como se pode ver em algumas gravuras da época — funcionavam talhos de carne verde e tendas de ferreiros.

As indústrias revelaram pequeno desenvolvimento, até meados do século dezenove, sôbre o que tinham sido as atividades fabris — quase sempre caseiras — durante os tempos coloniais na cidade e em seus arredores. Foram se estabelecendo fábricas rudimentares e pequenas oficinas artesanais. De velas, de licores e cervejas, de tecidos e chapéus, curtumes, tendas de seleiros e de fabricantes de arreios, de cangalhas, de estribos de prata. Várias delas não passando todavia de apêndices de casas comerciais.

Em geral na primeira metade do século passado as vendas e quitandas de São Paulo deviam ter para negociar o queijo e o doce, a erva-mate e o melado, o fumo e a aguardente, o couro e a lenha, as vassouras de cipó. E ainda certos produtos que se importavam e de que há indicações no Quadro Estatístico organizado pelo marechal Daniel Pedro Muller: a carne-sêca, a farinha, o sal, o bacalhau, o vinho. E mais o sabão, o breu, a pólvora e as velas de sebo[1]. Isso além dos mantimentos fornecidos pelos sítios vizinhos e pelos

---

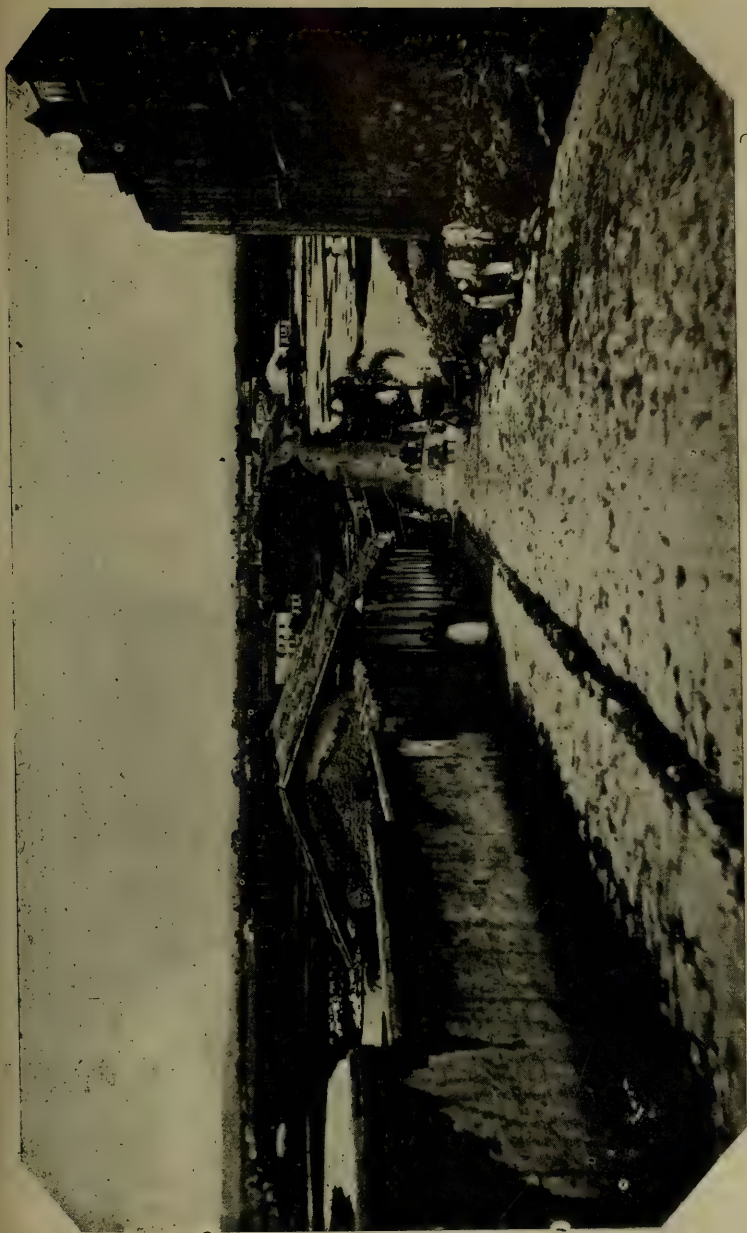
[1] Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio de um Quadro Estatístico da Província*, pag. 228.

dos outros municípios, e que se vendiam nas Casinhas. Nessas Casinhas notavam-se contudo abusos contínuos. Sujeitos que não eram de fora da cidade, e muito menos lavradores, se aboletavam ali para fazer os seus negócios. Monopolistas e atravessadores, na maior parte das vêzes, contra os quais se pediam providências à Câmara já em 1829[2]. Em 1833 aprovou-se mesmo um parecer ordenando-se ao fiscal da cidade que fizesse retirar das Casinhas as pessoas que tivessem residência fixa nelas, não consentindo que de então em diante ninguém ficasse ali por mais tempo do que o necessário para a venda dos gêneros[3]. Em compensação, mercadores e quitandeiros transbordavam da rua das Casinhas e da rua do Cotovêlo (da Quitanda) para a rua do Comércio (Álvares Penteado), o largo da Misericórdia e o largo de São Bento. Em todos os lugares onde havia ajuntamento de povo estacionavam quitandeiros e vendedores. Até no pátio do Colégio. E no local hoje ocupado pela praça Antônio Prado, nas pequenas casas que havia junto da igreja do Rosário, viviam casais de africanos livres que ajudados por escravas crioulas tinham casas de quitanda[4].

Já em 1829 se focalizava, entre as autoridades municipais, o problema da escolha de lugares mais espaçosos e adequados para o comércio abastecedor da cidade. Propunha-se a criação de uma praça de víveres onde se estabelecessem barracas "para cômodo das vivandeiras" e que as Casinhas tivessem um pátio

[2] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 334.

[3] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pag. 107.

[4] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pag. 83.

81 — As chamadas Casinhas (mercado), à esquerda de quem descia a ladeira do Carmo, em 1860.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

para o tráfico dos condutores e seus animais[5]. E seis anos mais tarde — em 1835 — tendo sido aumentadas as rendas da Câmara Municipal, pensou ela em mandar construir, junto de uns terrenos que ficavam ao lado das descidas das pontes do Carmo e do Acu, casinhas para a venda de peixe e abrigo das quitandeiras[6]. Nessa época parece ter sido edificado para mercado provisório, no pátio do Carmo, um barracão coberto "na altura de vinte palmos, com espigões para o pátio e beco, o fundo tapado", e cinco portas sem fôlhas, com claros iguais, na frente da rua do Carmo[7]. Em 1838 resolveu-se que essa praça do Carmo ficaria reservada "para nela se venderem em feira ou mercado público os gêneros do país", em todos os dias úteis, das sete horas ao meio-dia, podendo os donos ou condutores das mercadorias, em caso de necessidade, se recolherem ao barracão da Câmara, vendendo aí seus produtos ao povo[8]. Em 1845 afinal decidiu o govêrno da província construir um edifício para mercado público da cidade[9]. E em postura de 1853 estabelecia que ficava criada em São Paulo uma praça de mercado provisòriamente estabelecida no pátio do Carmo e denominada — um tanto demagògicamente — Mercado do Bem Público[10]. Mas êsse mercado

---

[5] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pag. 449.

[6] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVIII, pag. 89.

[7] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIX, pag. 93.

[8] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXI, pags. 148, 149 e 163.

[9] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXV, pag. 125.

[10] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 108.

funcionou durante muito pouco tempo — escreveu José Jacinto Ribeiro — pois logo em seguida o barracão foi entregue pelo govêrno ao capitão Antônio Bernardo Quartim (empresário da construção do novo teatro — o São José) para servir de depósito dos materiais destinados à edificação[11].

Veio em seguida a época das barracas para as quitandeiras. Um projeto de postura de 1857 permitia que essas vendedoras estacionassem nos largos do Carmo, da Misericórdia, de São Bento, de São Francisco e de São Gonçalo — neste último em frente ao oitão do teatro que se edificava — usando toldos ou barracas de pano portáteis, que deviam ser desarmados logo que elas se retirassem[12]. Indicou mesmo um vereador que se mandassem fazer doze pequenas barracas — que comportassem quatro pessoas cada uma — para serem colocadas na praça do Carmo e no largo de São Bento, servindo de abrigo e dando sombra aos vendedores de peixes e hortaliças. Essas barracas seriam colocadas nesses locais às sete da manhã e retiradas às quatro da tarde[13]. Todavia parece que não deu resultados bons essa história de barraquinhas. Em 1858 o fiscal da cidade se queixava de que não era possível fazer com que as quitandeiras utilizassem barracas: elas diziam que não sabiam armar os toldos e que além disso, sendo cativas, não era sempre que podiam comparecer aos largos com suas quitandas[14]. As barracas do largo de São

---

[11] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* I, pag. 78.

[12] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 115.

[13] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 150.

[14] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pags. 76-77.

82 — Negros e negras, com tabuleiros, nas planícies do Ipiranga, em 1855.
(Desenho do livro *O Brasil e os Brasileiros*, de Daniel P. Kidder e James C. Fletcher).

Bento não chegaram nem a ser colocadas — informava o fiscal — não só por causa do mau tempo, como por não ser êsse lugar freqüentado por quitandeiras[15].

Nesse tempo quitutes de tôda espécie eram vendidos em pequenos tabuleiros de madeira — forrados com toalhas brancas e alumiados de noite por velas de sebo — pelas escravas de certas famílias, que estacionavam nas escadas de pedra que havia diante da igreja da Misericóridia[16]. Seus pregões decerto ecoavam docemente — quase como cantiga de ninar — dentro da silenciosa noite paulistana. Dos mil e um serviços dos negros pelas ruas sabe-se que tiravam partido seus donos remediados ou endinheirados. Em 1830 por exemplo as muito conhecidas Meninas da Casa Verde, irmãs do marechal José Arouche de Toledo Rendon — que tinham trinta e nove escravos entre homens e mulheres — "viviam de jornais de escravos, de aluguéis de casas e da lavoura de sua chácara". E Nuto Santana, pesquisando listas de recenseamento dessa época, encontrou uma porção de referências a pessoas que viviam "de fiar algodão e dos jornais de seus escravos" ou "de seu negócio e jornais de escravos"[17]. No jornal *O Farol Paulistano* apareciam então anúncios como êste: "Quem quiser comprar uma escrava de Nação Moçambique (13 a 14 anos) e já remedeia para cozinhar, lavar roupa e vender quitanda..."[18] Até moços de outras

---

[15] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 9.

[16] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 82.

[17] Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* IV, pags. 31 e seguintes.

[18] *O Farol Paulistano,* n.º 410, de 2 de novembro de 1830.

partes do Brasil, que estudavam Direito na Academia de São Paulo e contavam com a mesada mandada pelos pais, arranjavam às vêzes essa espécie de "bico" — que era um negro ou uma negra trabalhando para êles. Ferreira de Resende, que estudou na cidade em meados do século, escreveu que a sua mesada era de vinte e cinco mil réis, quando a da maioria de seus colegas era de quarenta, chegando alguns a ter oitenta. "E só de certo tempo em diante — acrescentou nas suas memórias — quando me dispus a pôr ao ganho uma escrava que tinha comigo e que de ordinário me dava um jornal de quatrocentos réis, é que a minha mesada chegou ou pouco altrapassou de uns trinta mil réis"[39].

Da mesma forma que para os negociantes de cereais e as negras quituteiras, havia locais determinados para a venda do peixe aos consumidores. As calçadas da igreja do Carmo foram por muito tempo uma espécie de mercado de peixe da cidade. Suas vendedoras, quase sempre moradoras do Pari — e que se vestiam, segundo a descrição detalhada de Antônio Egídio Martins, com saias curtas, um xale pequeno ou baeta azul, andando descalças — estacionavam naquele ponto enquanto não houve em São Paulo um mercado[20]. Deve-se observar que a localização das Casinhas da rua do Tesouro e principalmente das do

---

[19] Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pag. 279. O serviço dos "negros de ganho", em São Paulo como em outras cidades brasileiras nessa época, era tão rápido e barato — notou o reverendo Fletcher referindo-se ao que observara no Rio de Janeiro — que um criado branco raramente se dispunha a carregar um embrulho por menor que fôsse, e se consideraria ofendido se lhe recusassem um escravo para carregar por exemplo uma melancia ou uma peça de chita. (D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros,* I, pag. 149).

[20] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 54.

83 — Quitandeiras de peixe estacionadas na frente da igreja do Carmo em 1854.
(Gravura reproduzida do album *São Paulo Antigo e São Paulo Moderno,* 1905)

Buracão, como também do mercado de peixe nas escadas do Carmo, obedeceu a fatôres por assim dizer geográficos. O Tamanduateí, além de fornecer a maior parte dos peixes negociados na cidade, era até meados do século o caminho pelo qual se conduziam para São Paulo as produções de muitas roças dos arredores. Comuns nesse tempo eram também as feiras de madeiras. Em 1856 a Câmara recomendava ao fiscal que comparecesse muito cedo ao largo de São Francisco para fazer alinhar e colocar metòdicamente os carros de madeiras que para ali afluíam, separando os "de serra" dos "de machado" e assegurando que ficasse livre o trânsito no largo e nos lugares adjacentes[21]. Essa feira de madeiras passou a ser feita depois no largo da Liberdade e em 1863 propôs-se na Câmara que ela fôsse removida para o dos Curros, porque o primeiro dêsses locais não oferecia comodidade, nem tinha capacidade para comportar um número elevado de carros[22].

Mas desde 1860 aproximadamente acentuava-se a necessidade de uma verdadeira praça de mercado em São Paulo. A construção da estrada de ferro — a Inglêsa — tornava urgente a criação de um centro geral para a compra e venda de comestíveis na cidade. Isso se dizia em uma ata de 1861[23]. Dois anos antes aliás a municipalidade contratara com Frederico Reimann a edificação de um mercado na rua Municipal (depois João Alfredo e em seguida General Carneiro)

---

[21] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLII, pag. 77.

[22] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 10.

[23] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLVII, pag. 132.

esquina de Vinte e Cinco de Março[24]. Em ofício de 1866, entrando em detalhes sôbre o edifício dêsse mercado, escrevia o empresário que diante da opinião de um engenheiro — de que ficaria de aspecto muito monótono a frente do prédio, se fôsse lisa, na extensão de seiscentos palmos — mandara fazer trinta e quatro cunhais e seus respectivos capitéis, e uma moldura em baixo da cimalha[25]. E no mesmo ano se pensava na confecção de um regulamento para essa nova praça de mercado, sugerindo-se que êle fôsse inspirado no regulamento do mercado de Campinas, que vinha apresentando resultados bons[26]. A essa "praça de mercado ùltimamente construída" não se esqueceu de fazer referência em 1868 um visitante da cidade, Joaquim Moutinho, no seu *Itinerário de Viagem de Cuiabá a São Paulo*[27]. Nem, no mesmo ano, o inglês William Hadfield, referindo-se ao "extenso e novo mercado público"[28]. Mas parece que para êsse local os antigos vendedores das Casinhas levaram a sua sujeira e a sua desordem. Já no próprio ano da construção do mercado o seu administrador oficiava à Câmara queixando-se de que alguns inquilinos promoviam ajuntamentos de negros que faziam algazarra e de outros que atrapalhavam o trânsito, espalhando na frente de seus compartimentos caixões, galinheiros, barricas e jacás[29]. Também os animais faziam es-

---

[24] José Jacinto Ribeiro, op. cit., II, pag. 133.

[25] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LII, pag. 118.

[26] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LII, pag. 164.

[27] Joaquim Ferreira Moutinho, *Itinerário de Viagem de Cuiabá a São Paulo,* pag. 81.

[28] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 67.

[29] Nuto Santana, op. cit., III, pag. 182.

84 — A ladeira General Carneiro (1860), onde se localizou o mercado velho de São Paulo.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

tragos no mercado novo. E em 1869 o administrador dêle foi autorizado pela Câmara a contratar uma pessoa que fizesse vinte ou trinta estacas para se fincarem dentro do seu pátio, para se amarrarem os burros e cavalos que ali permaneciam durante a venda dos mantimentos, quebrando por vêzes as próprias grades e fazendo outros desmanchos[30].

Por outro lado em 1830 em matéria de hospedaria só havia ainda na cidade as albergarias para tropeiros: fileiras de quartos contíguos, de uma porta só, com um pasto junto. Segundo Vieira Bueno, não existiam outras porque os viajantes procedentes do interior eram poucos, e os do exterior menos ainda. Êsses raros visitantes da cidade se contentavam com a hospitalidade particular. E pelos mesmos motivos não havia restaurantes[31]. Entretanto poucos anos mais tarde um visitante, o reverendo D. P. Kidder, contou que se dirigiu para o único prédio onde era possível conseguir hospedagem na cidade e que ali se instalou "com confôrto". A hospedaria estava debaixo da direção de um francês, Charles, casado com uma portuguêsa. Êsse Charles tinha por costume não receber, porém, quem não tivesse carta de apresentação. Os companheiros de Kidder, por causa disso, tiveram de passar a noite em uma casa miserável e suja, onde chovia tanto como na rua[32]. E assim foi mais ou menos até a metade do século. Ainda em 1847 o americano Samuel Greene Arnold escrevia que havia na

---

30 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LV, pag. 138.

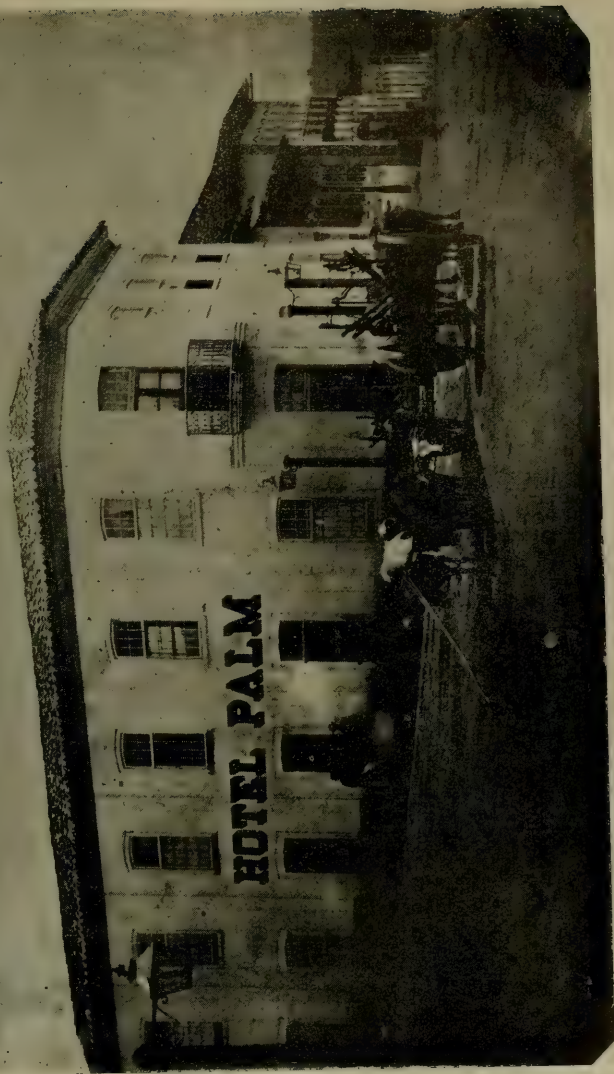
31 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3.

32 D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 182.

cidade uma única pousada: "pequeno estabelecimento"[33]. Hotéis pròpriamente não existiam, funcionando na cidade apenas dois restaurantes que em geral não davam hospedagem. Sabe-se que durante êsse tempo, em São Paulo como em outras cidades brasileiras, as casas comerciais fizeram as vêzes de hotéis, hospedando seus fregueses do interior[34]. E em 1850 os estudantes da Academia, quando iam cear em um dos dois restaurantes paulistanos, ou mesmo apenas tomar um copo de cerveja da Penha ou de água com

---

[33] Samuel Greene Arnold, *Viaje por América del Sur (1847-1848)*, pag. 103.

[34] Mesmo no Rio de Janeiro, segundo o reverendo Kidder, era surpreendente a escassez de hospedarias e casas de pasto. "Existem alguns hotéis franceses e italianos — escreveu êle — com restaurantes e quartos para alugar, que são sustentados principalmente pelos numerosos estrangeiros em trânsito ou residindo temporàriamente no lugar. Entretanto para servir os viajantes nacionais há sòmente oito ou dez estalagens em tôda a cidade, cuja população monta a duzentos mil habitantes, sendo que poucas delas excedem os limites de uma casa de família comum. Não se pode compreender como se acomodam os inúmeros visitantes que de todos os recantos do Império afluem para a capital. O que se presume é que recorram largamente à hospitalidade particular, para o que muitas vêzes trazem cartas de apresentação." (D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 71). "Uma das grandes desvantagens de quem viaja no Brasil — escreveu por sua vez George Gardner, que percorreu o país de 1836 a 1840 — é a dificuldade de obter acomodações. Porque em nenhuma cidade ou vila dêste vasto Império, exceto no Rio, Bahia e em um ou outro distrito de mineração, se encontra uma estalagem de qualquer espécie, e as poucas que há pertencem a estrangeiros." Os brasileiros, quando viajavam, levavam sempre criados, provisões, apetrechos de cozinha e camas. (George Gardner, *Viagens no Brasil*, pag. 94). Ao viajante Agassiz contaram, alguns anos depois, o caso de uma senhora abastada do interior que viajando para a cidade a fim de se demorar algumas semanas fêz-se acompanhar de

85 — O Hotel Palm (antigo Hotel dos Viajantes), por volta de 1870.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

açúcar — notou um observador — precisam usar de muita cautela, porque "ir a uma casa dessas não era então ato que recomendasse o freguês à estima pública: trazia um não sei quê de desconsideração"[35]. Os sociólogos de agora diriam que êsse era um padrão de comportamento perigoso de se contrariar. Além de desmoralizadas — ou em conseqüência mesmo dessa condição — eram mal aparelhadas de tudo as pobres casas de pasto dêsses dois franceses que foram os pais dos hoteleiros da cidade. Para um jantar de trinta amigos, em dia de colação de grau — notou o mesmo observador: o viajante Június — era preciso oito dias antes ir falar com as Lessas, na rua da Boa Vista, para fazerem os doces; com a família de André da Silva, no largo da Cadeia, para os assados; e com o Godinho, para preparar "as línguas do Rio Grande e o afamado leite-creme"[36].

Só em tôrno de 1854 parece que começaram a aparecer os primeiros hotéis "que davam hospedagem" sem carta de recomendação: o Hotel Paulistano, de Adolfo Dusser, na rua de São Bento esquina da ladeira do Acu; o Hotel do Comércio, de Hilário Magro, na rua da Fundição (Floriano Peixoto) esquina do pátio do Colégio, pegado ao Teatro da Ópera; o Hotel da Providência, de Madame Lagarde, com bilhares, nà rua do Comércio; e o melhor de todos êles, o Hotel Universal, do francês Lefebre, também no pátio do Colégio, onde começaram a se

---

uma tropa de trinta e uma bêstas de carga conduzindo tôda a bagagem imaginável, sem contar as provisões de tôda a espécie, e uma comitiva de vinte e cinco criados. Luís e Elisabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil,* pag. 82) Era como se a casa tôda fôsse andando com ela por êsse mundo de Deus.

[35] Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem,* pag. 114.

[36] Június, op. cit., pag. 58.

fazer ceias alegres de aristocratas[37]. Quase da mesma época era o Hotel das Quatro Nações, que alguns anos depois, sob a direção de José Maragliano, passaria a se chamar Hotel de Itália e mais tarde Hotel de França[38]. Em 1857 fundou-se o chamado Recreio Paulistano. E deve ainda ser lembrado o Hotel Palm, que aparece em uma gravura dêsse tempo bastante conhecida: um sobradinho no largo do Capim (do Ouvidor), com suas três portas diante das quais estão parados dois carros de boi. Era o antigo Hotel dos Viajantes, que em 1860 passou para a propriedade de Carlos Palm[39]. O movimento dêsse hotel, como dos demais da época, não devia ser dos menores a julgar por uma observação de Emílio Zaluar em 1860: a de que as hospedarias de São Paulo viviam apinhadas de viajantes[40]. Aliás, quase que só forasteiros podiam ainda freqüentar êsses primeiros hotéis paulistanos, sem muito risco de desmoralização, a não ser talvez em ceias discretas. Aquêle em que o francês Frédéric Houssay se hospedou em 1862 estava povoado de negociantes estrangeiros "que falavam tôdas as línguas"[41]. Mas "a vida coletiva dos hotéis — observou Afonso A. de Freitas — feria a suscetibilidade da população com o aspecto de uma promiscuidade perigosa e intolerável". Mulher que freqüentasse hotel então caía logo na bôca do mundo[42].

---

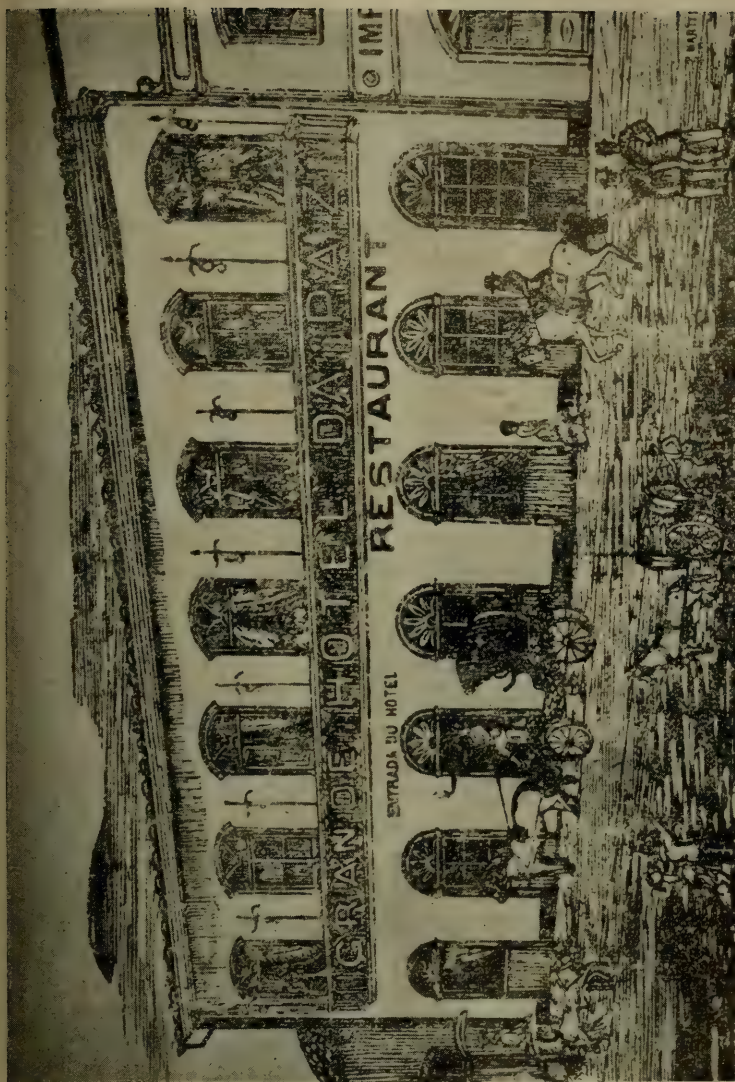
37 Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, pag. 466.

38 Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* IV, pag. 293.

39 *Correio Paulistano* de 7 de julho de 1860.

40 Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* pag. 137.

41 Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo,* pag. 5.

42 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pags. 64-66.

86 — O Grande Hotel da Paz, na rua de São Bento.

(Reprodução de gravura publicada no n.º 23 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*).

Com o estabelecimento da Estrada de Ferro Inglêsa a situação mudou um pouco. Não apenas quanto aos edifícios em que passaram a funcionar algumas hospedarias, e ao confôrto que elas podiam dar aos seus hóspedes, como quanto ao conceito que a população passou a fazer das pessoas que freqüentavam um hotel. Apareceram estabelecimentos maiores e melhores, como o Hotel da Europa e o do Globo, além de uma porção de pensões[43]. Em 1865, hospedando-se no Hotel de França — dirigido pelo francês Planel — o Visconde de Taunay achou que as refeições eram ótimas, o serviço excelente e a limpeza perfeita. Era um centro freqüentado — escreveu êle — "por tudo quanto São Paulo tinha de melhor no pessoal masculino"[44]. Ao Hotel da Europa se referiu no mesmo ano um viajante norte-americano, dizendo que êle não era inferior a qualquer outro que conhecera no Brasil, sendo mesmo superior ao da capital do país. A mesa era boa e abundante e o vinho — "como em todos os hotéis franceses" — estava presente sempre e a qualquer hora[45].

Os cafés é que eram ainda na metade do século quase inexistentes ou muito primitivos. O de Maria Punga contava com seis cadeiras, uma ou duas mesas pequenas e em rigor uma dúzia de xícaras, na observação minuciosa de Almeida Nogueira[46]. Ficando em frente à Academia de Direito êsse estabelecimento era freqüentado de preferência por estudantes, e a freguesia servida na varanda. Mas também atendia a

---

[43] Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 411.

[44] Visconde de Taunay, *Memórias*, pag. 149.

[45] John Codman, *Ten Months in Brazil*, pag. 69.

[46] Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 131.

negociantes e empregados no comércio[47]. Entretanto no ano de 1860 já havia na cidade quatro confeitarias: a de Jacó Loskiell e a de Pereira Júnior, na rua do Comércio; a de Gaspar Leonard, na rua Direita; e a de Rodovalho & Irmão, na antiga rua do Imperador[48]. Cafés melhores, como cervejarias e outros lugares de reunião, ao lado de restaurantes e hotéis superiores, só apareceram depois de 1867, quando foi inaugurado todo o tráfego da antiga São Paulo Railway.

A relação das coisas importadas no comêço do século passado (de acôrdo com o Quadro Estatístico de Muller) pode dar uma idéia de algo do que vendiam as lojas de São Paulo: calçados (procedentes de Tarragona), fazendas (do Pôrto, de Nova Iorque e de portos nacionais), quinquilharias (também do Pôrto), louças, ferragens e vidros (de Nova Iorque e de portos nacionais) e pólvora, vela, sabão[49]. Nessa época — terceira e quarta décadas do oitocentismo — o comércio se concentrava, segundo depoimento do Barão de Paranapiacaba, nas ruas do Rosário, Direita e da Quitanda[50]. Alguns anos depois — em meados do século — as cinqüenta lojas de fazendas existentes na cidade, segundo o *Almanaque* de 1857, ficavam quase tôdas ainda nessas três ruas e nas de São Bento, de Santa Teresa e no largo da Sé. Uma ou outra ainda no Piques, no largo de São Francisco, na rua do Príncipe e na rua Alegre[51]. Mas havia também os

---

47 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 131, e Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 76.

48 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 169-170.

49 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 228.

50 Citado por Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 4.

51 *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, pags. 137-138.

lojistas provisórios, como em 1830 o francês Jacques Couvrechet, que em anúncio no jornal *O Farol Paulistano* participava ter chegado à cidade com um "lindo sortimento de fazendas, como sejam chitas, cetins, sêdas de várias qualidades, fitas, rendas, pentes e muitos objetos", que pretendia vender por preço módico "por ter pouco tempo a demorar-se"[52].

Como casas de negócio mais destacadas nesse tempo citou Spencer Vampré, historiando a existência da Academia de Direito, a do relojoeiro Fox, a loja de fogos de artifício de Manuel Joaquim da Paixão Teco e a dos pioneiros do comércio francês e "introdutores do bom gôsto na cidade", Estêvão e Celestino Bourroul[53]. Podendo-se acrescentar ainda, em meados do século, a loja de bengalas, chapéus de sol e de chuva, bijuterias, óculos e lunetas, do francês Marmottant, na rua de Santa Teresa[54]. Mas além de Fox havia já outros relojoeiros ou joalheiros estabelecidos em São Paulo nessa época (em 1857 êles seriam dez)[55], sendo um de seus fornecedores de peças de bijuteria o artesão francês que aprendera o ofício com um dos melhores artistas parisienses e que o reverendo Kidder foi descobrir em 1839 morando em um sítio na Penha. Casado com uma brasileira filha de padre, e "identificado com a terra e seus costumes", fazia-as tais peças e ainda plantava arroz e criava carneiros[56]. Quem sabe se se tratava de Pedro Chiquet, um francês que conheceu depois Fagundes Varela e que afirmava ter salvo em certa

52 *O Farol Paulistano,* n.º 345, de 22 de maio de 1830.

53 Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 327.

54 Június, op. cit., e *Almanaque* de 1857, cit., pags. 137-139.

55 *Almanaque* de 1857, cit., pags. 149-151.

56 D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 210.

ocasião a vida de Victor Hugo[57]. Henrique Fox se tornou bastante conhecido entre os paulistanos e simbolizou bem na cidade a pontualidade famosa dos britânicos. No andar térreo do sobrado onde morava, êsse Fox tinha loja de jóias, relógios e instrumentos de música. Isso na rua da Imperatriz. Em 1842 êle construiu o relógio da tôrre da igreja da Sé e foi seu zelador durante quarenta e nove anos, até 1891, quando morreu. A Sé nunca atrasou um minuto — escreveu o cronista Cursino de Moura, acrescentando: — "Fox tôdas as tardes, erecto, de suíças, dobrava a esquina da Sé pelo lado da rua Capitão Salomão e entrava na catedral para inspecionar a sua obra"[58].

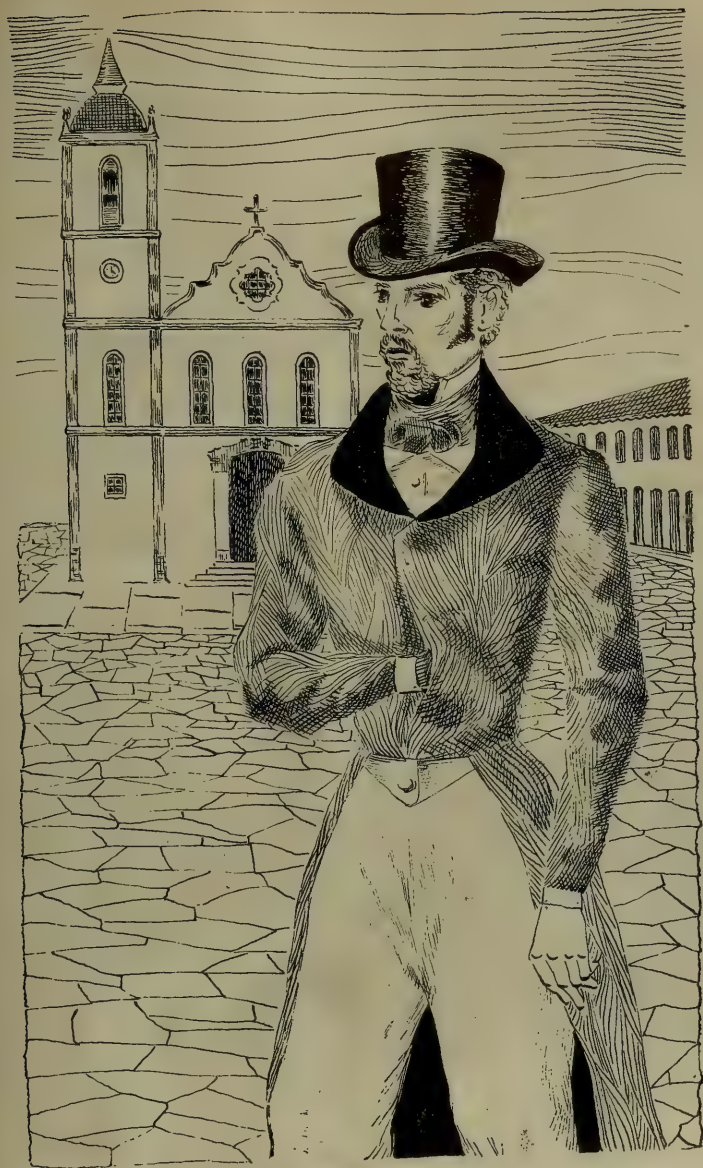
Ainda em meados do século dezenove alguns alemães se destacaram na cidade como pioneiros de certos ramos de comércio e como animadores de outros. Um dêles o exportador Theodor Wille, fundador da casa que teve o seu nome e que funcionava no largo do Ouvidor esquina de José Bonifácio[59]. Outros alemães foram donos de lojas que se tornaram também conhecidas em tôda a cidade: Luís Bamberg, que em 1858 fundou uma casa de jóias e relógios na rua da Imperatriz, e mais tarde Cristiano Clausen, com loja de calçados na rua Direita[60]. Nesse tempo deviam as lojas paulistanas apresentar um movimento e uma animação sensìvelmente superiores aos que se verificavam no comêço do oitocentismo. Bem significativo dessa mudança é um parecer da Comissão Permanente da Câmara em 1845 no sentido de que a polícia não pudesse punir os que tivessem suas casas de negócio abertas

---

[57] Alexandre Haas, citado por Afonso Schmidt, *Jornal de São Paulo.*

[58] Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora,* pag. 237.

[59] Cursino de Moura, op. cit., pag. 236.

[60] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pags. 146-148.

87 — Henrique Fox, lojista famoso na cidade em meados do século passado, construtor e zelador do relógio da torre da Sé.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

depois do toque de recolhida. "O que se diria de uma cidade populosa — perguntavam os vereadores — onde às oito horas da noite não se achasse uma casa de negócios aberta?" "Não se pode negar que as casas de negócio abertas e iluminadas — acrescentavam — dão muita animação às ruas nas primeiras horas da noite, em que há mais freqüência de povo e que também nessas horas tais casas são muito freqüentadas". Terminava êsse parecer recomendando que as lojas pudessem ficar abertas até às nove horas, de 1.º de abril a 30 de setembro, e até às dez no resto do ano[61].

A variedade de mercadorias das lojas de São Paulo Saint-Hilaire notara ser quase tão grande como as do Rio. Quase, porque o comércio da cidade não podia, como é evidente, pelo menos em determinados ramos, se emparelhar com o da Côrte na primeira metade do século passado. No período de 1844 a 1850 a gente pode encontrar um reflexo dessa desigualdade na correspondência do poeta Álvares de Azevedo, a todo momento pedindo para os seus parentes "fluminenses" a remessa de coisas que não encontrava nas lojas de São Paulo: fivelas de calça, luvas, perfumes, vidros para o candeeiro que se quebrara[62]. Sobretudo em artigos de moda ou na confecção de roupas devia haver diferença bem nítida entre o mercado fluminense e o paulistano. Almeida Nogueira citou um episódio ocorrido no período de 1851 a 1855, entre um lente e um estudante da Academia de Direito, que é bastante expressivo. Veiga Cabral — um professor dado a admirar os trajes elegantes — perguntou

---

61 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 160.

62 Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pags. 446, 447, 464, 470 e 490.

ao estudante Felisberto Jardim onde mandara fazer o belo colête que exibia. E diante da resposta, de que fôra na Côrte, teria replicado: "Bem se vê, bem se vê. Por aqui não há tão bonitos padrões"[63]. Alguns anos depois, em carta a seu amigo Luís Cornélio, queixava-se o poeta Castro Alves: "Possui esta terra de São Paulo estúpidos alfaiates. Preciso de algum fato do Rio"[64]. E evocando os meados do oitocentismo observou Dona Maria Pais de Barros que as "toilettes" das senhoras de recursos eram encomendadas no Rio de Janeiro visto como em São Paulo "não havia sêdas para êsse fim nem modistas que as confeccionassem"[65]. As cariocas eram até particularmente admiradas, quando em São Paulo, pela elegância de seus vestidos. Assim aconteceu em relação por exemplo com as filhas do Barão de Itaúna, nomeado presidente da província em 1868[66].

O movimento pequeno de gente nas ruas em paralelo com a Côrte, assinalado ainda em 1865 pelo Visconde de Taunay[67], e a pobreza da iluminação representavam elementos negativos para o desenvolvimento das lojas. Da modéstia dêsse comércio paulistano de meados do século — apesar do seu progresso sôbre o do começo do oitocentismo — deve ser um reflexo a particularidade de que sendo poucos os comerciantes de cada ramo, não era raro que êles se tornassem conhecidos por apelidos tirados de seu negócio: Antônio Egídio Martins lembrou o de Bom-

---

63 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 164.
64 Castro Alves, *Obras Completas,* II, pag. 566.
65 Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pags. 45-47.
66 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 204.
67 Citado por Vanderlei Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado,* pag. 85.

Fumo, dado ao comerciante Bernardino Antônio de Azevedo, que era o único que vendia fumo de qualidade superior[68], e o de Sinhá Maria Paneleira, à dona de uma loja da rua da Cruz Preta onde se vendiam panelas de barro feitas em São Miguel e em São Bernardo[69].

A partir de 1860 talvez fôsse possível encontrar certos indícios de um comêço de enriquecimento dêsse comércio paulistano. Nessa época todavia os estabelecimentos pràticamente ainda não faziam propaganda. Servindo de ponto obrigatório para a conversa de todos os dias — observou Afonso A. de Freitas — "o círculo de suas operações comerciais era limitadíssimo e tudo quanto os anúncios pudessem informar já seria sabido e "de visu" conhecido da população paulistana"[70]. Parece que em geral as lojas ainda nem ostentavam tabuletas ou letreiros em suas fachadas[71]. Mas às vêzes tinham um emblema como o Veado de Ouro da Farmácia Alemã, que certa ocasião desapareceu, provàvelmente tirado por estudantes da Academia em uma de suas troças[72]. Em 1860 Zaluar repetia a informação dada quarenta anos antes por Saint-Hilaire: a de que nas lojas elègantes de São Paulo já se podia encontrar em quantidade tudo quanto se pudesse desejar "tanto para a satisfação das exigências da vida, como para os desejos mais requintados do luxo e da moda" quase pelo mesmo

---

[68] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 24-25.

[69] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 120-121.

[70] Afonso A. de Freitas, *A Imprensa Periódica de São Paulo,* pag. 6.

[71] Afonso Schmidt, "Ainda São Paulo em 1860", *A Tribuna,* Santos.

[72] V. de P. Vicente de Azevedo, "O Roubo da Cruz Preta", *Revista do Brasil,* setembro de 1919.

preço por que se comprava na Côrte[73]. Dois anos depois o francês Frédéric Houssay escrevia que as lojas de São Paulo "encerravam os mil objetos de um luxo remarcado"[74]. E seis anos mais tarde o viajante inglês William Hadfield dizia que elas eram numerosas e bem aparelhadas com o necessário para as conveniências e o confôrto da cidade[75].

O comércio de modas, depois de 1860, concentrou-se nas mãos de franceses e de francesas, estabelecidos quase sempre nas ruas da Imperatriz, de São Bento e do Ouvidor. Antônio Egídio Martins citou, entre as donas dêsses estabelecimentos, Madame Pruvot, Madame Martin, Madame Rochat e Madame Pascau. Esta última, casada com o francês Pascau, dono também de uma loja de roupas feitas chamada "Ao Profeta"[76]. Nessa época os franceses se tornaram famosos na cidade também como cabeleireiros e perfumistas. Havia então estabelecidos na rua da Imperatriz os barbeiros e cabeleireiros Henrique Biard, Francisco Bossignon, José Pruvot e Pedro Teyssier. Êste último se retirou para a França em 1871. E seu empregado Inácio Pinto, que ficou com o estabelecimento localizado junto ao largo do Tesouro, passou a se assinar Inácio Pinto Teyssier[77], evidentemente para que o seu salão não perdesse o prestígio. Mas os franceses, é claro, não monopolizavam o ramo. Havia na época a barbearia do negro Aleixo, na rua do Ouvidor (José Bonifácio), com a particularidade curiosa de possuir uma atraente coleção de borbole-

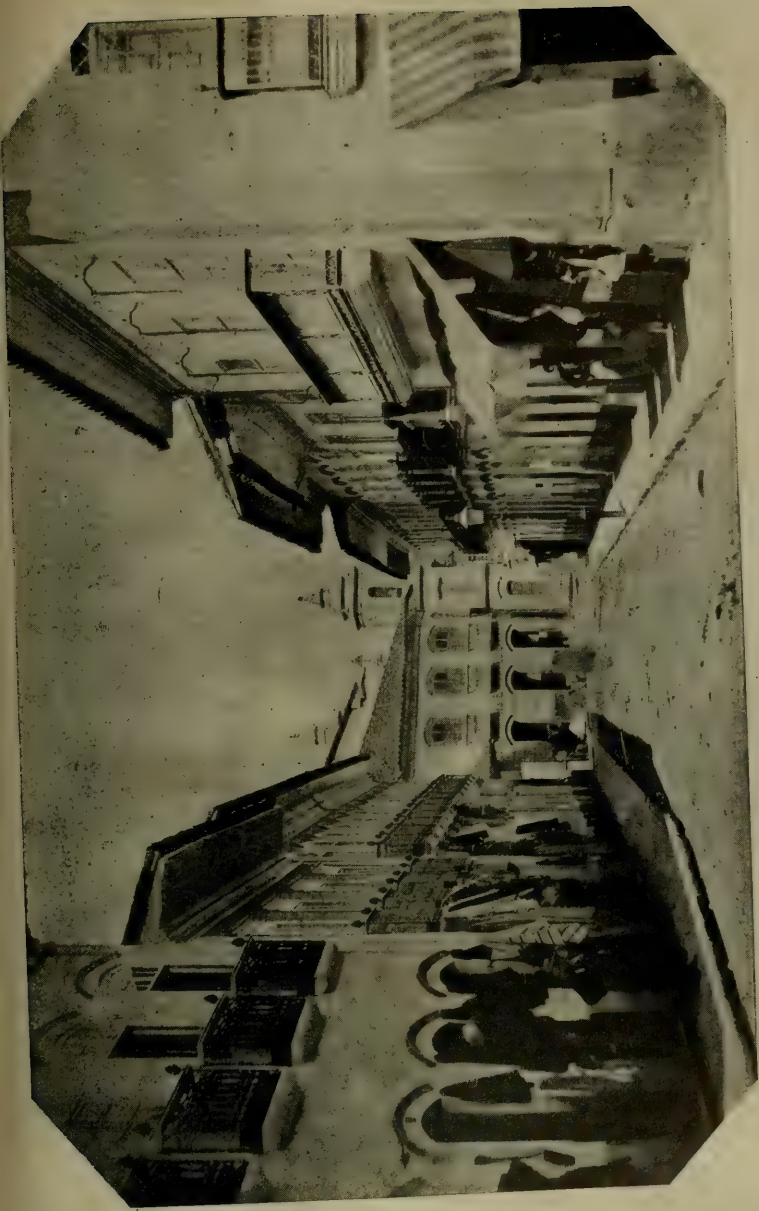
---

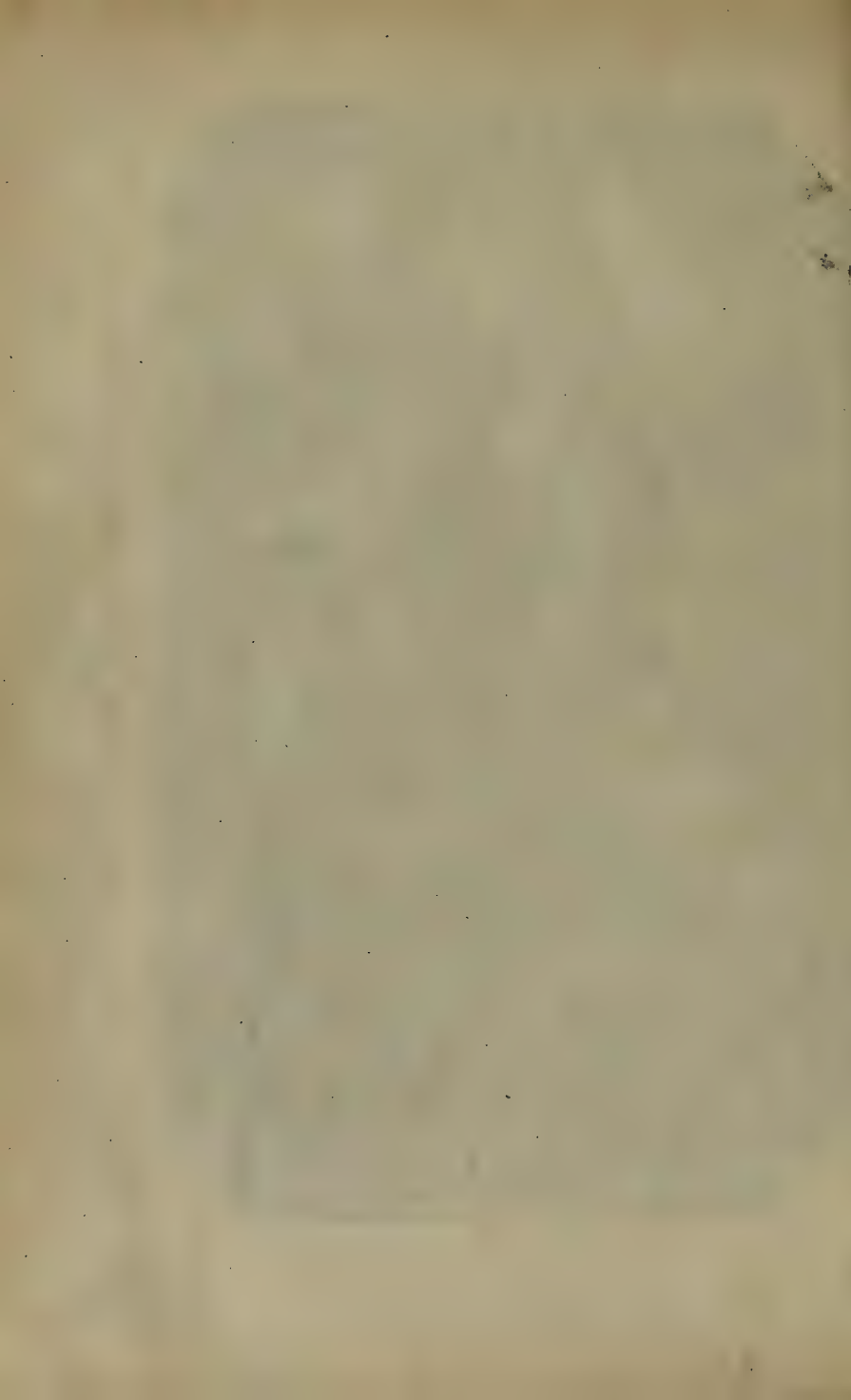
[73] Emílio Zaluar, op. cit., pag. 138.

[74] Frédéric Houssay, op. cit., pag. 72.

[75] William Hadfield, op. cit., pag. 67.

[76] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 121.

[77] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 44-45.

88 — Lojas de fazendas na rua Direita (1860-1870), exibindo panos pendurados pelas portas.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

tas[78]. O italiano Antônio Pontrimoli foi uma espécie de precursor das modernas "lojas americanas". Ficara com o apelido de Duzentos Réis porque durante muitos anos vendera por essa importância tôdas as coisas que mascateava pelas ruas. Montando uma casa de armarinho na rua da Imperatriz, continuou vendendo por duzentos réis todos os objetos do seu ramo[79]. Também de italianos eram os dois únicos armarinhos existentes na cidade em tôrno de 1868: o chamado Armarinho Acadêmico, de Domingos Odoardo, e o chamado Armarinho Brasileiro, de Justi — todos os dois estabelecidos na rua do Comércio[80]. Também italiano era o comerciante Lourenço Gneco, que na época foi o dono da Loja do Pombo, na rua da Imperatriz[81]. Ainda nesse tempo — de acôrdo com as referências de Antônio Egídio Martins — foi que apareceram nas lojas paulistanas as pequenas caixas de fôlha-de-flandres com fósforos de cêra, substituindo os antigos fósforos de enxofre, que produziam fumaça como o diabo[82].

Mas ainda em tôrno de 1870 havia notável mistura de mercadorias nas lojas. Mostrava-se na Câmara em 1869 que uma loja de ferragens da Sé vendia vinhos e perfumarias. Que a loja de fazendas de Celestino Bourroul negociava também com chá. Que outros armazéns de fazendas vendiam bebidas. Que a casa de couros de Henrique Fox fazia negócio também com fitas, toucados e enfeites para senhoras[83]. E Afonso A. de Freitas observou que ao lado das

---

78 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 45.
79 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 87.
80 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 226.
81 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pags. 191-192.
82 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 122.
83 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L V, pag. 82.

lojas elegantes das francesas, das joalherias e dos estabelecimentos dos livreiros, havia forjas de ferreiro, tamancarias e talhos de carne verde disputando lugares no Triângulo[84].

O que não se modificou substancialmente, durante a primeira metade do século dezenove, foi o panorama industrial da cidade. Aliás em todo o Brasil — como observou Von Eschwege no comêço do oitocentismo — o estabelecimento de emprêsas e a realização de planos industriais de certo vulto esbarrariam com obstáculos muito difíceis de vencer. Os técnicos estrangeiros ganhavam salários despropositados e faziam exigências de tôda sorte. O produto manufaturado no país acabava ficando dez vêzes mais caro que o similar europeu[85]. Em São Paulo foram se estabelecendo na época apenas indústrias rudimentares e pequenas oficinas artesanais. Entre elas podem ser assinaladas uma fábrica de velas de cêra, na rua da Constituição; uma fábrica de curtimento de couro, nas vizinhanças da cidade, na estrada que ia para Santo Amaro[86]; uma fábrica de licores — a do alemão Bresser — no Marco da Meia Légua; e a fábrica de fundição e galvanismo de João Guilherme Embliger.

A algumas dessas indústrias se referiram Daniel Pedro Muller, no seu Qüadro Estatístico, e Antônio Egídio Martins nas crônicas do seu *São Paulo Antigo*. Mas foram aparecendo outras, de cuja organização e atividade se encontram referências bastante freqüentes e interessantes nas atas da Câmara. Sabe-se que

---

84 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, pag. 20.

85 Von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, II, pags. 436 a 438.

86 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 239.

em 1835 Hugo Frazer tinha uma fábrica de chapéus[87] e que alguns anos depois funcionava outra indústria do mesmo ramo — a de Jacó Michels — na ladeira de São Francisco[88]. Ainda outro fabricante de chapéus era Carlos Chumaker ou Schumaker, estabelecido na rua do Rosário[89]. E que na rua do Imperador existia uma fábrica de colchões[90]. Em 1840 Vicente Ferreira de Abreu pedia à municipalidade permissão para encanar um pouco de água que se espalhava pela várzea, para servir a um curtume que estabelecera na estrada da Moóca[91]. Sabe-se que nessa época era sobretudo no Brás — entrada da cidade para os que vinham do Rio de Janeiro — que ficavam muitas oficinas de seleiros e fabricantes de arreios, de cangalhas e também de estribos e caçambas de prata[92]. Mas a oficina de carros e arreios, de Germano Rohe, ficava no Piques, outra bôca da cidade voltada para o sertão[93].

As pequenas indústrias de bebidas já eram também numerosas nesse tempo. Havia a fábrica de licores, genebras e "mais bebidas espirituosas" — de

---

87 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVIII, pag. 73.

88 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 152.

89 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 77.

90 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 153.

91 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pag. 43.

92 Veiga Miranda, *Álvares de Azevedo,* pag. 22.

93 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 10.

Bernardo Martins Pereira — na rua do Comércio[94]. Outra de licores, na rua Alegre, empregando como matérias-primas água, aguardente, açúcar, essência de rosas, canela e cravo, e utilizando como vasilhame alambiques de cobre[95]. Ainda outra — a de Henrique Wienan — estabelecida em uma chácara da freguesia do Brás[96]. E mais uma — a de Henrique Henriksen Araújo, na freguesia de Santa Ifigênia, junto da ponte do Piques — empregando como matérias-primas aguardente, açúcar, essência de rosa, limão, canela, cravo, aniz, erva-doce, bagas de zimbro, e servindo-se também de alambiques de cobre[97]. Funcionavam por outro lado a fábrica de cerveja — do chapeleiro Michels — na ladeira de São Francisco[98]; a indústria, também de cerveja, de Henrique Tut[99]; e uma fábrica de vinagre na rua Alegre, pertencente a Simão Claesyens[100].

As velas parece que eram em geral fabricadas por mulheres, pois sabe-se que em meados do século passado funcionavam as indústrias de velas de sebo de Manuela do Nascimento, ao lado da ponte do Piques[101], e a de Ana Joaquina da Cruz, na rua de São

---

[94] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 155.

[95] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 155.

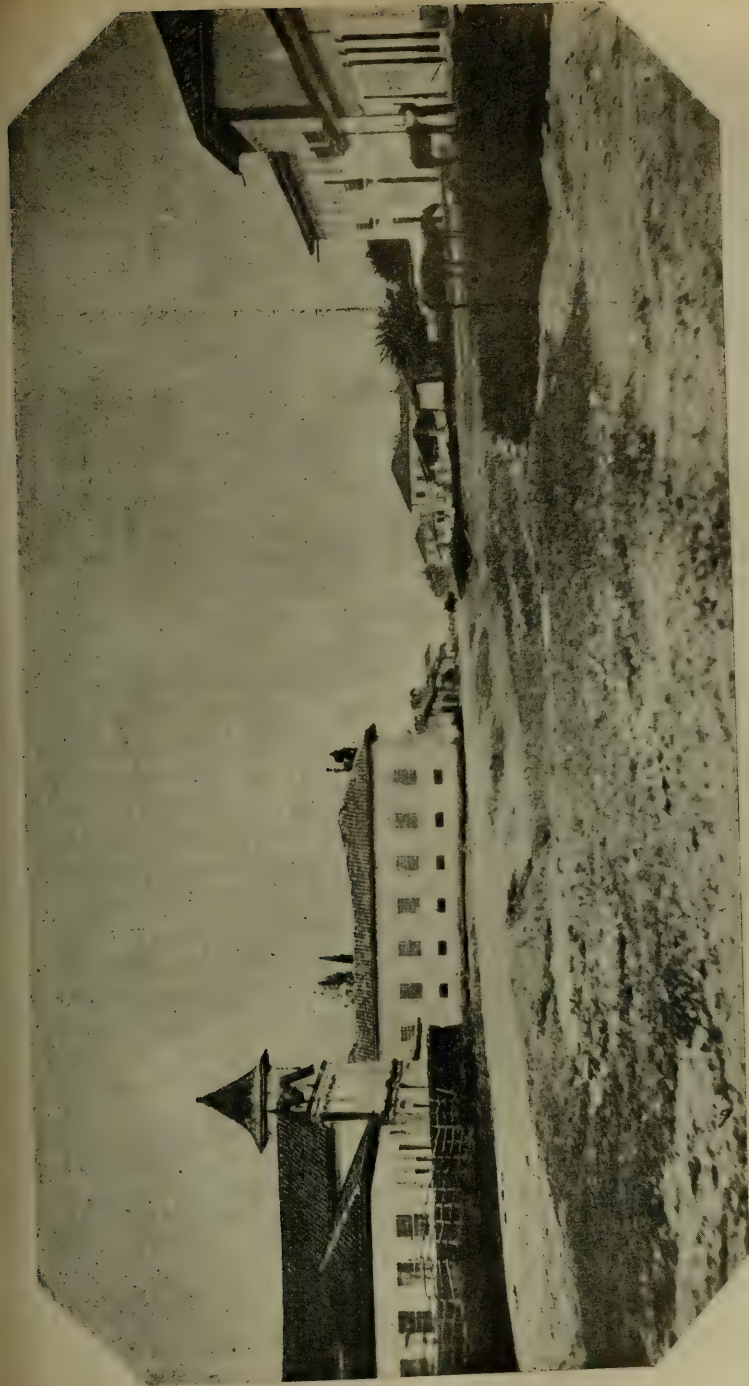
[96] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 153.

[97] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 169.

[98] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 152.

[99] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 160.

[100] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 155.

[101] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 153.

89 — O largo do Brás (1860), onde se localizavam numerosas oficinas de seleiros e cangalhas.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

Bento[102]. Aliás no ano de 1855 a Câmara tomava medidas contra o funcionamento dessas fábricas em locais impróprios, determinando que os depósitos de sebo e coisas semelhantes, dessas indústrias, só fôssem lançados em lugares para isso designados. E que elas só pudessem continuar trabalhando dentro da cidade se suas fornalhas e caldeiras fôssem assentadas em quintais distantes das habitações[103].

O *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* referindo-se às fábricas da cidade, mencionava entre as de chapéus finos de castor seis estabelecimentos: os de Antônio Soares Teixeira, Dona Bárbara Bierrenbach, Carlos Chumaker, Henrique Bossel, Jacó Michels e João Pedro Schwindt. E no setor da indústria de tecidos, a fábrica de Antônio Ribeiro de Miranda, trabalhando em lã, sêda e algodão[104]. Êsse Antônio Ribeiro de Miranda, no ano seguinte, pedia à Câmara que ela atestasse se a sua fábrica, que há três anos estabelecera em São Paulo, era de vantagem para a província, não só pelo consumo de matérias-primas que fazia, como pelo abastecimento do mercado com tecidos, por preços menores que os dos importados[105]. A Comissão Permanente da municipalidade deu parecer reconhecendo que essa indústria de Miranda era útil à província, não apenas pela sua produção, como ainda por proporcionar trabalho a certa classe que não poderia se empregar em qualquer

---

102 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 177.

103 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 131.

104 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 148.

105 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 19.

outra atividade[106]. Aliás, de alguns anos antes — 1854 — conhece-se uma portaria do govêrno da província pedindo informações sôbre se tinham sido feitas tentativas, no município de São Paulo, para introdução da lã, e se havia pessoas que queriam se entregar a essa indústria[107].

A fundição de Guilherme Embliger é que não ia para diante, em meados do século. Em 1851 concedeu-se como empréstimo a importância de seis contos de réis a Embliger, obrigando-se êle a manter como aprendizes oito meninos maiores de doze anos, do Seminário de Santana[108]. Mas o presidente da província Nabuco d'Araújo, no ano seguinte, dizia no seu relatório: "A fábrica de fundição e galvanismo de Guilherme Embliger, tendo chegado a um ponto que tanta esperança dava parece hoje decadente: todavia não denegueis [dirigia-se aos componentes da Assembléia Legislativa] a uma indústria tão nova como útil à província, a proteção que lhe começastes a dar, sem que sejam bem averiguadas as causas da sua decadência". Nesse relatório de Nabuco há ainda um rápido balanço dos recursos industriais da província, sabendo-se por êle que além das fábricas de chapéus, de tecidos, de aguardentes, de velas, de charutos e curtumes, havia na capital uma fábrica de gás hidrogênio, de propriedade de Afonso Milliet[109].

Poucos anos depois — de 1855 a 1858 — cogitava-se de instalar em São Paulo outras indústrias:

---

106 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pags. 20-21.

107 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 153.

108 Citado por José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 522.

109 *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pags. 33 e seguintes.

uma de velas, que Alexandre Monteiro da Silva Roland pretendia estabelecer na sua chácara do caminho de Santo Amaro[110]. Outra de cerveja, que George Kleinz e Kunz queriam estabelecer na rua da Pólvora, empregando cevada e lúpulo[111]. E uma fábrica de vinagre e sabão, que F. de Paula Cunha Braga procurava abrir na rua da Boa Morte, sendo as matérias-primas, para o vinagre, aguardente e açúcar, e as vasilhas de madeira, e para o sabão, soda e toicinho, trabalhando com tachos de cobre[112]. Ainda nessa época sabe-se que se instalou na cidade a primeira grande fábrica de tijolos, no Bom Retiro[113].

Mas tudo isso era muito rudimentar. "Não se pode qualificar como indústria fabril — escrevia José Joaquim Machado d'Oliveira em sua informação sôbre o estado da indústria de São Paulo em 1856 — essas pequenas fábricas de chapéus, charutos, licores, etc., algumas das quais duram pouco ou são como apêndices de casas comerciais". Machado d'Oliveira fazia exceção para a fábrica de chapéus montada em edifício adequado e utilizando já o vapor: a de Jacó Michels. Acrescentando ao seu antigo maquinismo novos aparelhos "de moderna invenção" — escrevia êle — e admitindo operários habilitados para o seu meneio, contratados na Europa, tinha êsse esta-

---

110 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLI, pag. 177.

111 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 48.

112 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLII, pag. 7.

113 Ezéchias Galvão da Fontoura, *Vida do Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio J. de Melo, Bispo de São Paulo,* pag. 87.

belecimento capacidade para uma grande produção de chapéus de pêlo, de sêda, de castor e de lebre[114]. Êsse no entanto era um caso excepcional. Ainda em 1860, conhecendo a cidade, Emílio Zaluar tinha motivos para afirmar que a capital da província não possuía indústrias montadas em grande escala[115]. E a mesma opinião, no mesmo ano, foi dada pelo suíço Tschudi, que diante da idéia de se transferir para a Côrte o Curso Jurídico, escreveu que com isso muito haveria de sofrer São Paulo, pois eram limitados os seus recursos em vista do seu comércio insignificante e da sua indústria pouco importante[116]. Deve-se mesmo observar que durante o período de 1828 a 1870 ou 1872 outras cidades se anteciparam à capital da província de São Paulo em iniciativas que representavam progresso industrial. A primeira máquina a vapor introduzida em território paulista — em 1836 — foi montada na refinação de açúcar de um comerciante alemão de Santos. E a primeira fábrica de tecidos de algodão movida a vapor se instalou em 1850 em Sorocaba[117]. Aliás achava-se arraigada ainda nessa época a crença de que a indústria fabril era quase impossível na província porque dependia essencialmente de escravos cujos preços tornavam necessário o emprêgo de capitais avultados. "Se algum cidadão de mais largas vistas — dizia-se em um rela-

---

[114] *O Industrial Paulistano* (jornal), 1856.

[115] Emílio Zaluar, op. cit., pag. 142.

[116] Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 130.

[117] Paulo Rangel Pestana, *A expansão econômica do Estado de São Paulo num século,* pag. 26.

tório do govêrno da província na segunda metade do oitocentismo — manifestava tendência de montar um estabelecimento industrial de qualquer gênero que fôsse era imediatamente qualificado como imprudente" e os capitalistas procurados para isso "fechavam os seus cofres"[118].

[118] *Relatório do presidente da província Francisco Xavier Pinto Lima em 1872*, pags. 18-19.

VII — FEBRES E CRIMES

Foi decerto menos dramática no oitocentismo do que nos tempos coloniais a luta dos moradores da cidade de São Paulo contra as doenças, as epidemias e os crimes. Em grande parte, como é evidente, em conseqüência das próprias transformações sociais, econômicas e políticas, não apenas de sua região como de todo o país. Entretanto essa luta não deixou ainda de assumir aspectos por vêzes marcadamente graves. Certos fatôres continuaram concorrendo para que as condições de salubridade da povoação não fôssem tão satisfatórias quanto seria de esperar de sua localização e, de modo geral, de seu clima. O matadouro e o curral da cidade, por exemplo, ficavam em posição vizinha e sobranceira a ela, e na direção dos ventos dominantes. O próprio Anhangabaú recebia os res-

tos dos bois abatidos e atravessava com êles ruas e bairros inteiros. Por outro lado a estagnação das águas no Tamanduateí continuava dando margem a que se formassem nas suas várzeas — várzeas no entanto cuja beleza seria posta em destaque por José de Alencar e Bernardo Guimarães — depósitos perigosos de cisco e de bichos mortos. A própria limpeza das ruas — apesar das preocupações maiores do poder municipal nesse sentido que em outros tempos — era ainda bastante precária, acontecendo até às vêzes que se derramassem nelas desastradamente os conteúdos dos "tigres".

O fato é que mesmo com a relativa melhoria da higiene urbana (talvez relativa demais...), o aumento de recursos médicos e a instituição da vacinação, no começo do século dezenove, não puderam ser eliminadas por exemplo as epidemias terríveis que vinham dos tempos coloniais. Os surtos de bexigas sobretudo continuaram estabelecendo o pânico e dando trabalho ao poder municipal e aos moradores. No ano de 1858 a cidade chegou a ficar quase deserta por causa da intensidade de uma epidemia dessas. Também os casos de febre tifóide parece que eram freqüentes em meados do século passado. Os leprosos, por outro lado — em face da pobreza do lazareto que se estabelecera — não podiam contar com qualquer assistência efetiva. Nem os alienados, no pequeno recolhimento fundado em 1829 e transferido em meados do século para edifício um pouco mais amplo. Só o hospital da Santa Casa de Misericórdia, estabelecido na velha Chácara dos Inglêses e mudado depois para edifício mais adequado, quase no mesmo local, em 1840, podia oferecer recursos um tanto mais perfeitos no setor da assistência médica.

Também o que se poderia chamar de assistência social se manteve pràticamente inexistente na cidade, embora entre os objetivos da Santa Casa já figurasse na época o de dotar algumas meninas pobres do Seminário e criar os meninos expostos na Roda dos Enjeitados. Alguns conventos distribuíam esmolas aos necessitados. E só em 1859 surgiram instituições como a Sociedade Portuguêsa de Beneficência e a Sociedade Artística Beneficente.

A assistência policial aos moradores da cidade foi que nesse período de sua história acusou avanço considerável sôbre a época setecentista ou os primeiros anos do oitocentismo. Dirigida ainda, sobretudo contra escravos fugidos e aquilombados nos arredores da povoação e contra cativos que depois do toque de silêncio andavam ainda pelas ruas e pelos largos, em jogos, danças e ajuntamentos que davam margem a crimes e desordens. Em 1831 resolveu-se criar o chamado Corpo de Permanentes e em 1858 a Guarda Urbana, esta última para acompanhar os galés encarregados de serviços públicos. O que não havia ainda era organização de bombeiros. Para lutar contra os incêndios contava a cidade apenas com os próprios destacamentos de Permanentes, ajudados por populares e sobretudo pelos aguadeiros.

Nas suas *Viagens* escreveu Delessert que sob o ponto de vista da salubridade de sua posição a cidade de São Paulo não cedia a primazia a nenhum outro lugar na América Meridional[1]. Por seu lado Ferreira de Resende observou que a salubridade da capital da província de São Paulo era muito maior em tôrno de 1850 — quando estivera estudando na sua Academia de Direito — do que em fins do século

---

[1] Eugene Delessert, *Voyages dans les deux océans*, pag. 34.

passado[2]. Entretanto certos fatôres parecem ter contribuído, durante êsse período, para que não fôssem assim tão satisfatórias as condições de salubridade de São Paulo propiciadas pelas suas condições de localização e de clima. Em 1830 observava-se na Câmara que era contrária ao bem público a conservação do matadouro e do curral no lugar em que êles se achavam, pois situados em uma posição vizinha e sobranceira ao centro da cidade, a direção dos ventos dominantes ainda contribuía para acarretar sôbre a povoação tôdas as exalações pútridas que dali se elevavam em grande quantidade, do sangue e dos demais restos das reses que se matavam[3]. Além disso o Anhangabaú, atravessando êsse matadouro público, recebia o sangue dos bois abatidos. E os moradores do Piques, do Acu e da zona da ponte da Constituição, por onde êle passava, assistiam a partir das duas horas da tarde ao deslizar da vermelha torrente fedorenta[4]. Não são de estranhar assim as referências feitas em 1845 ao Córrego das Almas — o Anhangabaú também teve êsse nome — por Bernardo Guimarães, descrevendo seu aspecto em um romance: "Transponhamos depressa a ponte sôbre o Anhangabaú, triste nome que bem corresponde ao miserável regato que aí corre, separando a freguesia central da cidade da de Santa Ifigênia. Se o nome é dissonante e lúgubre como o piar do môcho, não o é menos o ribeiro turvo e lodoso que parece esconder-se, envergonhado, no fundo do seu imundo

---

[2] Ferreira de Resende, *Minhas Recordações*, pag. 253.

[3] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXV, pag. 201.

[4] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 29.

leito"[5]. Não oferecia aborrecimentos menores, do ponto de vista da higiene urbana, o outro rio histórico que banhava a cidade. Em 1835, entre os mais urgentes problemas do município, enunciava-se o da necessidade de encanamento do Tamanduateí para se evitar a estagnação de suas águas, o que não podia deixar de ser prejudicial à saúde pública[6]. Em 1852 dizia-se a propósito da várzea do Carmo, no relatório do govêrno da província: "A grande valeta que se construiu na referida várzea [do Carmo] preenchia o fim de esgotar mais fàcilmente as águas pluviais, que ali se acumulam longo tempo, mas mudando o curso do Tamanduateí e arredando-o para longe, o tornava difícil e imprestável para o uso da população; a Câmara Municipal, atendendo ao clamor público, com tolerância minha, fêz voltar o rio para seu leito natural, tapando a sua comunicação com a dita vala: está satisfeita a ansiedade da população, mas não preenchido o desiderato daqueles que, pela consideração valiosa da salubridade pública, tem como essencial o pronto esgôto das águas pluviais que, demoradas e estagnadas, são focos de infecção"[7]. Dois anos depois dizia-se ainda na Câmara que restava muito trabalho a se fazer para que se conseguisse a limpeza completa do rio Tamanduateí e para que êle ficasse preservado dos aguapés e do capim-guaçu que impediam a correnteza, formando-se imensos depósitos de ciscos, "conjuntamente com animais mortos que é costume desgraçadamente mandarem lançar no

---

[5] Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 15.

[6] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVIII, pag. 16.

[7] *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pag. 53.

rio"[8]. A própria limpeza das ruas deixava muito a desejar ainda em 1867, quando se dizia que a municipalidade fizera desaparecer "o triste e miserável espetáculo" que duas vêzes por dia se dava na cidade "com o vergonhoso sistema por que era feito o despejo da Cadeia". "Desgraçadamente, para vergonha nossa — dizia-se nas atas da Câmara — o despejo do quartel continua com o maior escândalo possível a ser feito, pois que desde as 7 às 11 horas, e das 3 às 6 da tarde andam, pelo centro da cidade, quatro e às vêzes seis pessoas, a conduzirem mais de quarenta barris em contínuo balancete por irem pendurados em um pau, de sorte que muitas vêzes vão derramando matérias fecais pelas ruas"[9].

O fato é que mesmo com a relativa melhoria das condições higiênicas (pois antes tinha sido pior), o aumento de recursos médicos e a existência de uma instituição de vacinação desde o comêço do século dezenove, não puderam ser eliminadas, no oitocentismo paulistano, as terríveis epidemias do período colonial. Os surtos de bexigas, por exemplo, continuaram dando trabalho e estabelecendo o pânico. Em 1837 a Câmara pedía ao govêrno da província que tomasse medidas urgentes para atalhar o flagelo das varíolas "que é público e notório achar-se infelizmente disseminado em vários pontos da cidade"[10]. No ano seguinte havia presos, na Cadeia, atacados de bexigas, tendo o fiscal, de acôrdo com o Cirurgião do Partido, ordenado que se queimasse breu em tôdas as prisões, por ser "êsse antídoto mais eficaz que o de fôlhas aromá-

---

[8] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 229.

[9] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LIII, pag. 10.

[10] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXX, pags. 169-170.

ticas"[11]. Alguns anos mais tarde — em 1845 — o chefe de polícia comunicava ter mandado para a chácara da Glória, por ter manifestado bexigas na enfermaria, o africano livre sem nome, número 61[12]. É possível que tenha havido em seguida uma trégua, pois em 1853 o Médico do Partido da Municipalidade informava que era o melhor possível o estado sanitário do município, não lhe constando que tivessem aparecido enfermidades agudas com caráter epidêmico, observando-se apenas alguns casos de moléstias crônicas que se revestiam de sintomas agudos[13]. Mas as bexigas se manifestariam de novo. Em 1858 o flagelo grassava com intensidade e os hospitais improvisados se encheram de doentes[14]. A ponto de os tropeiros, que costumavam trazer à cidade gêneros de Minas e da zona de Franca, venderem seus produtos em Campinas e em outras cidades, não chegando a São Paulo[15]. Sabe-se aliás que nesse ano de 1858 a cidade ficou quase deserta, as próprias solenidades da Semana Santa — como escreveu o cronista Antônio Egídio Martins — tendo sido assistidas por um número insignificante de fiéis[16]. Ainda alguns anos depois — em 1863 — receava-se que a falta de asseio nos quintais da cidade fizesse com que a epidemia de varíola tomasse ainda maiores pro-

---

[11] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXI, pag. 71.

[12] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXV, pag. 175.

[13] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 10.

[14] Nuto Santana, *Metrópole,* pag. 11.

[15] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 116.

[16] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pag. 53.

porções do que acusava então[17]. Em 1865 declarava-se em uma ata da Câmara que "grassava ainda infelizmente entre nós a epidemia das bexigas"[18]. Fato curioso assinalado alguns anos depois por ocasião de outra epidemia foi que as bexigas respeitaram o bairro do Brás. "É para mim fora dúvida — escrevia o autor de um relatório sôbre o Hospital Público da Cidade de São Paulo — que o bairro do Brás, em épocas anteriores devastado pela moléstia, foi agora poupado graças à presença do gasômetro; que o próprio fluido gasoso teve uma poderosa influência sôbre o número limitado de doentes nos estabelecimentos que possuem êste gênero de iluminação"[19].

Além das bexigas outras moléstias continuavam, de forma sistemática, fazendo vítimas na cidade. Em meados do século, por exemplo — segundo escreveu Almeida Nogueira — eram bastante comuns os casos de febre tifóide[20], embora Álvares de Azevedo, referindo-se a essa mesma época, tivesse observado em uma de suas cartas para o Rio de Janeiro: "A febre que eu tive não foi coisa de muita importância, mesmo porque São Paulo não é clima de febres"[21]. Quase do mesmo tempo no entanto conhece-se uma referência do Barão de Paranapiacaba sôbre o receio que havia de se contraírem febres no aterrado do

---

[17] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIX, pags. 118-119.

[18] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LI, pag. 284.

[19] Cândido Barata, *Relatório Médico sôbre o Hospital Público da Cidade de São Paulo durante a Epidemia de Varíola de 1873 e 1874,* pags. 11 e seguintes.

[20] Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* I, pag. 125.

[21] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pag. 475.

90 — O caminho do Aterrado do Brás em 1870, zona insalubre que dava trabalho na época às autoridades municipais.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

Brás, isto é, na zona que marginava o Tamanduateí[22]. E ainda em 1870, a propósito de casos numerosos de tifo e febres semelhantes, o *Correio Paulistano* atribuía essas ocorrências à falta de higiene que se observava na cidade: às "imundícies que infetavam as suas ruas principais e principalmente as várzeas do Tamanduateí e Anhangabaú", que "por consentimento tácito da Câmara e da Polícia" tinham se convertido em esterquilínios, onde noite por noite se fazia o despejo da cidade[23].

Por outro lado nessa época o hospital dos lázaros, fundado em 1803, continuou até 1851 prestando serviços aos morféticos — embora serviços restritos em vista da pobreza de suas instalações. Em 1831 a chamada Comissão de Visitas denunciava que se encontravam ali nove mulheres e cinco homens, quase nus, queixando-se de que passavam fome, e desamparados de qualquer assistência médica[24]. O viajante Kidder, em 1839, escreveu que havia no lazareto paulistano vinte e seis doentes, observando ainda que os leprosos em geral não suportavam a prisão representada pela hospitalização e ameaçavam sempre fugir para irem viver da caridade pública pela beira dos caminhos[25]. Em 1851 os cuidados com o lazareto ficaram a cargo da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e São João Batista, para o que ela recebia auxílio da Santa Casa de Misericórdia[26]. Mas continuava o estabelecimento sendo uma coisa precária.

---

22 Citado por Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 33.

23 *Correio Paulistano* de 18 de maio de 1870.

24 Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, pag. 221.

25 D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 252.

26 José Lourenço de Magalhães, *A morféia no Brasil, especialmente na província de São Paulo,* pags. 69-70.

"Lá para os distritos do belo e pitoresco bairro paulistano que se diz da Luz — escrevia um jornal em 1854 — bem perto das margens do formoso Tietê encontram-se uns casebres que se dizem hospital dos lázaros. Quem por aí passar pensará antes que serão apenas ruínas ou taipas caídas"[27]. Alguns anos mais tarde — em 1858 — o lazareto, de acôrdo com o relatório do govêrno da província, oferecia proporções para ser aumentado com pequena despesa, ficando com capacidade para admitir de trinta a quarenta enfermos, número que provàvelmente não seria atingido — dizia-se — porque havia poucos morféticos nas circunvizinhanças da cidade[28]. Também muito pobre foi o recolhimento para alienados, que se estabeleceu em 1829 com auxílio do poder municipal, em uma casa da rua das Flôres, a cargo da Santa Casa de Misericórdia. Permaneceu assim o serviço de assistência a êsses enfermos até meados do século[29]. Em 1852 foi transferido o hospício de alienados para uma casa da rua de São João nas proximidades do largo dos Curros[30], onde funcionou até 1862 ou 1864[31], passando então para a chácara da ladeira da Tabatingüera[32]. O hospital principal da cidade — o da Santa Casa de Misericórdia — funcionava na Chácara dos Inglêses (mais tarde largo São Paulo) até provàvelmente 1836, quando se inaugurou no mesmo local

---

[27] *Correio Paulistano* de 13 de julho de 1854.

[28] *Relatório do presidente da província Fernandes Tôrres em 1858*, pag. 13.

[29] Afonso A. de Freitas, *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico, Ilustrado do Município de São Paulo*, I, pag. 91.

[30] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 52.

[31] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 53.

[32] Franco da Rocha, *Hospício e Colônias de Juqueri*, pags. 56-57.

ou perto da antiga sede (que era uma velha casa de chácara adaptada) um novo edifício construído expressamente para servir de hospital. Destinava-se a enfermos pobres e ao recebimento dos expostos[33]. Êsse novo prédio para onde se transferiu o hospital — segundo Afonso A. de Freitas em 1840 e não em 1836 — ficava na esquina da rua da Glória com a dos Estudantes, ponto que representava um dos limites extremos da chácara[34].

Nesse hospital da Santa Casa prestou serviços durante vinte e cinco anos, morrendo em 1872, o médico Guilherme Ellis[35]. Sabe-se que em 1839 havia na cidade apenas cinco médicos, quatro cirurgiões e sete farmacêuticos[36]. Em 1857, doze médicos, dos quais quatro homeopatas[37]. E em 1865 apenas seis farmácias ou boticas, a mais antiga das quais era a Farmácia Veado de Ouro, de Gustavo Schaumann. As outras eram a de Antônio José de Oliveira, na rua Direita; a de Joaquim Pires de Albuquerque Jordão, na rua do Comércio; a de Júlio Lehmann, no pátio do Colégio; a de Luís Maria da Paixão, no hospital da Santa Casa de Misericórdia, na rua da Glória; e a de Manuel Rodrigues Fonseca Rosa, na

---

[33] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Ano II, n.os 1, 2 e 3, e Francisco Martins de Almeida, *Primeiro Relatório sôbre a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de São Paulo*, pag. 23.

[34] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas*, pag. 13.

[35] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 58.

[36] Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, pag. 185.

[37] *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, pag. 135.

rua do Ouvidor[38]. Entre as drogas mais comuns nesse tempo podem ser registradas aquelas lembradas em livro recente por D. Maria Pais de Barros: sal amargo, maná, sene, ruibarbo, linhaça, vidros de Opodeldock, vermífugos, láudano, bálsamo tranqüilo, óleo de meimendro e de amêndoas, arnica, além dos remédios caseiros como o purgante de Leroy, o xarope de agrião, e os preparados de limão com ferros velhos, "que se ministravam contra a opilação, além de pomadas, pós e ungüentos"[39]. A que talvez pudessem ser acrescentadas as Pílulas Paulistanas, anunciadas com tanta insistência nos jornais de meados do século passado, de cujo preparador e de cujas qualidades dizia a *Revista Paulistana* em 1857: "O sr. Carlos Pedro Etchecoin, residente nesta província há quinze anos, depois de muito trabalho e longas experiências, conseguiu com o auxílio de plantas vegetais formar umas pílulas que denomina Paulistanas, com as quais se propõe curar tôdas as enfermidades, ainda as mais crônicas, e também a mortífera febre amarela"[40].

Relativamente ao que poderia se chamar — com muito exagêro — de assistência social, e mais acertadamente apenas de caridade foi muito pouco o que se fêz na cidade nesse período de sua existência. Entre os objetivos da Santa Casa de Misericórdia — segundo o Quadro Estatístico de Daniel Pedro Muller, em 1836 — estavam, além dos de curar os enfermos, aquêles de dotar algumas meninas do Seminário e de criar os meninos expostos[41]. O sistema adotado

---

[38] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 64.

[39] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pags. 60-61.

[40] *Revista Paulistana,* n.º 4, de 17 de abril de 1857.

[41] Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio dum Quadro Estatístico da Província,* pag. 250.

para a criação dêsses expostos, na chamada Roda da Santa Casa, era o de confiar essas crianças a famílias pobres que viviam em geral da pequena lavoura, no distrito de Santo Amaro[42]. Felizmente — escrevia o marechal Muller referindo-se à Santa Casa — êsse estabelecimento ia tendo grande rendimento de propriedades que alugava, de jóias de Irmãos e de avultadas esmolas de legados[43]. Também os conventos — ou pelo menos alguns conventos — prestavam através de esmolas alguma assistência aos necessitados. Sabe-se que os Franciscanos repartiam pelos mendigos, todos os dias, na portaria da rua do Riachuelo (que por isso mesmo naquele tempo se chamava da Casa Santa), um caldeirão de feijão[44]. E os pobres da cidade recebiam ainda socorros das religiosas do convento da Luz, as quais, não tendo fundos aplicados à sua manutenção, era das esmolas de fiéis que davam uma parte aos necessitados[45]. Finalmente em meados do século, o *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857* mencionava uma entidade que pelo nome devia fazer também algo pelos mendigos: a Sociedade de Beneficência Amor à Pobreza[46].

Já organização de outro caráter foi a empreendida em 1859 por Luís Simeão Ferreira Viana, um portuguesinho que não contava mais de dezoito anos de idade, e modesto caixeiro da Casa Paiva, à rua do Rosário. Teve êle a idéia de fundar uma associação que se destinasse a prestar auxílios morais e materiais aos seus patrícios radicados em São Paulo que pre-

---

42 Francisco Martins de Almeida, op. cit., pags. 25-26.
43 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 250.
44 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.
45 Daniel Pedro Muller, op. cit., pag. 252.
46 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 121.

cisassem de ser socorridos. Essa foi a origem da Sociedade Portuguêsa de Beneficência[47]. No mesmo ano — 1859 — fundou-se a Sociedade Artística Beneficente[48].

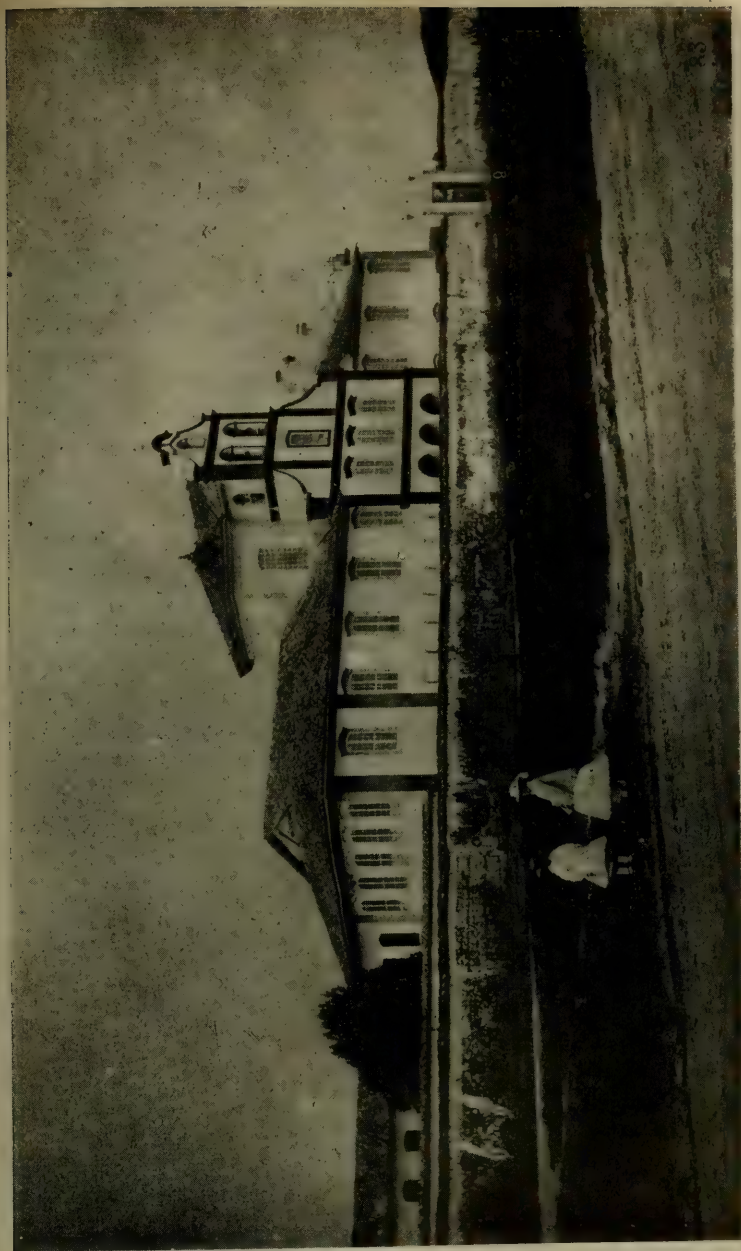
A assistência policial aos moradores da cidade é que apesar de suas deficiências revelou avanço considerável, sob certos aspectos, em relação ao setecentismo e aos primeiros anos do oitocentismo. Ainda na primeira parte do século passado continuavam dando trabalho quase constante e exigindo medidas de repressão policial os escravos — principalmente os fugidos e aquilombados nos arredores da cidade. Sabe-se que uma postura de 1831 estabelecia que sofressem cinqüenta açoites os negros que fôssem encontrados fazendo desordens, ou mesmo apenas com armas nas mãos[49]. As capoeiras e os capinzais que havia em tôrno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam o Anhangabaú e o riacho Saracura, serviram sempre de esconderijo onde se aquilombavam negros cativos e desordeiros. Era o que dizia em 1831 o requerimento apresentado por várias pessoas ao govêrno da cidade, pedindo permissão até para fecharem os lugares por onde passava o ribeiro Anhangabaú, para a parte do Bexiga, em cujas margens se acoitavam ladrões e escravos fugidos[50]. O tropel dos capitães do mato — escreveu um cronista — deve ter soado muitas vêzes pelas

---

[47] Tolstoi de Paula Ferreira, "Subsídios para a História da Assistência Social em São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, LXVII, pág. 5.

[48] *Almanaque da Província de São Paulo para 1885*, pag. 186.

[49] Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico*, II, pag. 186.

[50] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXVI, pag. 62.

91 — Convento da Luz (1870) cujas religiosas distribuiam parte das esmolas que recebiam entre os pobres da cidade.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

suas barrocas e pelos seus precipícios[51]. Em 1846 a Câmara oficiava ao chefe de polícia pedindo providências também contra escravos que andavam pela rua depois do toque de recolhida; contra as casas onde faziam jogos proibidos; e contra o "jôgo denominado capoeira"[52]. Alguns anos depois — em 1857 — apresentava-se à municipalidade um projeto de postura no sentido de não se permitir licença para "os folguedos denominados Caiapós, e outros de reunião de pretos"[53]. Para castigar os escravos capturados depois das fugas, ou mesmo para "ensinar" aquêles que não serviam direito aos seus senhores brancos, havia algumas chácaras bem aparelhadas, nas vizinhanças da cidade. Uma delas ficou tristemente famosa, e um de seus nomes nasceu mesmo de sua função nesse tempo: a do Telégrafo ou Quebra-Bunda, onde agora é o bairro do Paraíso[54]. Por outro lado os assassinatos ocorriam com bastante freqüência particularmente para os lados do Moinho, da Água Branca, de Pinheiros e do Areal, onde cenas de sangue e de barbaria eram comuns — escrevia-se em 1857 na *Revista Paulistana* — "muito depondo contra a civilização de uma das mais ilustradas províncias do Império"[55].

Entretanto nessa época a cidade passou a contar — para dar combate sobretudo aos desordeiros e

---

[51] "Ruas e Praças de São Paulo", série publicada no *Correio Paulistano.*

[52] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 59.

[53] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 107.

[54] Citado por Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora,* pags. 87-88.

[55] *Revista Paulistana,* n.º 1, de 24 de janeiro de 1857.

calhambolas — com destacamentos policiais que pelos seus efetivos e sua organização estavam bem melhor aparelhados que os quadrilheiros da era colonial. Foi em 1831 que se resolveu criar na cidade o chamado Corpo de Guardas Municipais. O brigadeiro Rafael Tobias mostrou então ser conveniente a existência de uma companhia de infantaria, com efetivo de cem praças e os respectivos oficiais, e uma seção de cavalaria, com trinta soldados comandados por um tenente[56]. Essa primeira Guarda Municipal Permanente — que seria extinta em 1866, quando se criou a Guarda Municipal da província — tinha um efetivo de cento e trinta homens, portanto[57]. O primeiro quartel dêsse Corpo Policial Permanente — como passou a ser conhecido — foi uma das dependências do velho convento do Carmo. Em 1850 estava a corporação com um efetivo já de quatrocentos homens dos quais no entanto apenas noventa e sete destinados ao policiamento da cidade, e os restantes espalhados por outras localidades ou em diligências no interior. Êsse efetivo não era muito reduzido, a gente tendo em conta que se havia muito calhambola dando trabalho nos caminhos dos arredores, parecem ter sido raros os ladrões até certa época. Evocando o 1852 paulistano, escreveu o cronista Június em suas *Notas de Viagem*: "... podíamos dormir, em qualquer casa, tendo as portas e janelas abertas durante tôda a noite; nada nos faltaria no dia seguinte, quando acordássemos"[58]. Situação que logo em seguida, porém, se modificou. "Raro é o dia — escrevia um jornal

---

[56] Euclides Andrade e Heli F. da Câmara, *A Fôrça Pública de São Paulo — Esbôço Histórico*, pags. 4 e seguintes.

[57] Euclides Andrade e Heli F. da Câmara, op. cit., pags. 4 e seguintes.

[58] Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem*, pag. 59.

92 — Capitão do mato procurando negros fugidos e aquilombados nas barrocas e precipícios do Vale do Anhangabaú.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

em 1854 — em que um caso de roubo ou de furto não seja os "bons dias" que pela manhã quase todos recebemos". Entre as causas dessas ocorrências apontavam-se a falta de policiamento, o crescimento da população e a alta de tudo o que era indispensável à sua subsistência, sobretudo de casas para alugar. "Ainda há pouco — acrescentava-se — não havia em São Paulo o que se chama indigência; hoje os sacrifícios e privações da classe pobre tocaram ao extremo"[59].

Cogitou depois o govêrno da província de criar a chamada Companhia de Pedestres, com as atribuições que teria no futuro a Guarda Civil: atribuições comuns ao policiamento da cidade, na época, sobretudo as de acorrer aos locais dos incêndios, prender escravos fugidos e fiscalizar os sentenciados empregados nos serviços públicos[60]. Para êstes últimos serviços — os de acompanhar os presos nos serviços públicos — criou-se em 1858, no entanto, a Guarda Urbana, composta de oito cidadãos "maiores de dezessete anos, robustos e de bom procedimento". Com suas sobrecasacas azuis, de botões amarelos, e seus bonés com as iniciais G. U.[61], êles saíam pelas ruas fiscalizando as "correntes de galés" que partiam para o trabalho às cinco e meia da manhã no verão e às seis e meia no inverno[62]. Mas "correntes" de presos que às vêzes burlavam a vigilância dos guardas: uma delas, no ano de 1862, foi surpreendida pelo fiscal

---

59 *Correio Paulistano* de 24 de julho de 1854.

60 Euclides Andrade e Heli F. da Câmara, op. cit., pags. 12 e 16.

61 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 12.

62 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV pag. 14.

da cidade vendendo oito garrafas do azeite que havia sido distribuído para a iluminação da Cadeia[63]. Aliás êsses galés passeavam em geral garbosos pelas ruas da cidade (como se não fôssem condenados) — segundo a nota de um jornal em 1854 — negociando até com chapéus de palha, cuias, pentes e outras coisas assim[64].

Sabe-se por outro lado que durante essa época não havia em São Paulo — o mesmo acontecendo com certeza nas outras cidades brasileiras da mesma importância — nem organização nem material especializado de que os homens do govêrno, ou mais particularmente os da polícia, pudessem se utilizar quando pegava fogo em alguma casa. Essa situação foi exposta em 1852 pelo presidente da província Nabuco de Araújo quando dizia que o incêndio ocorrido em dezembro de 1851, na travessa da rua do Rosário para a da Boa Vista, mostrara "que não havia providências a tomar na cidade para êsses casos"[65]. O fogo só fôra dominado depois de muito esfôrço, e sobretudo com a ajuda de uma pequena bomba emprestada pelo francês Marcelino Gerard. Essa bomba do francês Gerard, que era portátil e "podia ser levada ao alto das casas", foi então comprada pela Câmara Municipal, ao mesmo tempo que o govêrno mandava consertar uma outra que descansava inutilizada no chamado Depósito de Artigos Bélicos[66].

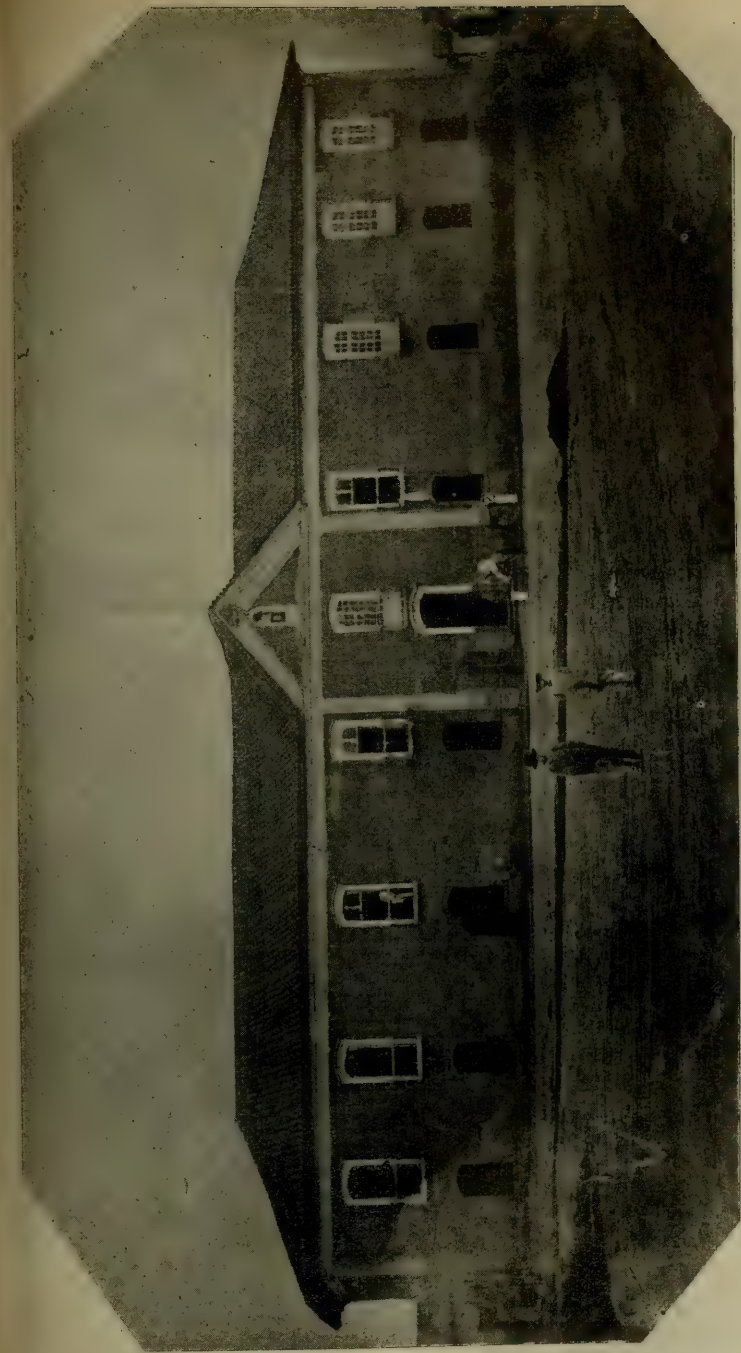
Não havendo um Corpo de Bombeiros, o serviço de extinção de incêndios estava a cargo do próprio

---

63 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIX, pag. 17.

64 *Correio Paulistano* de 17 de agôsto de 1854.

65 *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852,* pags. 53-54.

66 *Relatório do presidente da província* cit., pags. 53-54.

93 — O edifício da Câmara e Cadeia cêrca de 1860.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

Corpo Policial Permanente. Logo que havia sinal de fogo era mandado para o local um contingente de praças dessa corporação[67]. Mas êsse contingente era decisivamente ajudado por homens e por mulheres, livres e escravos, que davam a sua colaboração transportando água em potes, em baldes, em barris. E sobretudo era auxiliado pelos vendedores de água. Êstes, com as suas carroças de pipa, eram os primeiros populares que acudiam logo que os sinos de alguma igreja davam alarme de fogo[68]. O combate contra um incêndio assumia assim o aspecto de uma batalha um tanto desordenada, de que participava o povo, e dava margem para que se exprimisse o heroísmo popular. Foi o que aconteceu por ocasião de um dos maiores incêndios ocorridos na cidade em meados do século passado: aquêle que em uma noite de dezembro de 1863 se manifestou em um velho edifício da rua do Comércio esquina da rua da Quitanda, ocupado pelo francês Sauvage, estabelecido com café e com bilhares. No combate contra o fogo se destacaram duas moças negras — Florência Maria Elídia e Maria Augusta Malvina — seu esfôrço e sua coragem tendo sido elogiados no relatório do chefe de polícia[69]. Êsses incêndios e outros acidentes ocorridos na época em estabelecimentos do centro da cidade eram quase sempre ocasionados pelo fato de ser rara a casa comercial que não mantivesse em estoque — apesar da proibição das posturas municipais — muitos quilos de pólvora e dinamite, latas de querosene e pipas de aguardente e álcool. Ainda em 1870 sabe-se que a

---

67 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 66.

68 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 66.

69 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 65.

deflagração de pólvora levou para os ares o telhado de uma dessas vendas[70].

O policiamento da cidade sofreu na sexta década do oitocentismo restrição considerável em conseqüência da guerra do Paraguai. O Corpo Municipal Permanente tendo sido mandado para a frente de batalha, criou-se em sua substituição o chamado Corpo Policial Provisório, que acabou sendo remetido também para o sul. E em seu lugar se organizou em 1866 a Guarda Municipal da Província. Finda a campanha, reorganizou-se o Corpo Policial Permanente com um efetivo de trezentos homens, aumentado em 1871 para quatrocentas e vinte e nove praças. Para auxiliar êsse Corpo criou-se ainda a Polícia Local, com quinhentas praças[71].

---

[70] Euclides Andrade e Heli F. da Câmara, op. cit., pag. 216.

[71] Euclides Andrade e Heli F. da Câmara, op. cit. pags. 16 e seguintes.

VIII — FESTAS DE BRANCOS E DE NEGROS

Ainda que como burgo de estudantes continuasse a povoação de São Paulo envolvida pelo sentimento religioso, marcada pela presença de seus símbolos e pela pompa de suas manifestações é fora de dúvida que nessa fase de sua existência começaram a perder algo de sua importância e de sua significação, para o conjunto da coletividade, as cerimônias da Igreja Católica[1]. É verdade que os templos continuaram sendo, enquanto não se abriram alguns cemitérios

[1] Algo de semelhante ocorreu, em meados do século passado, em outras cidades brasileiras. Por exemplo em Belém do Pará, onde o naturalista Walter Bates observou que as festas religiosas, que ocupavam grande parte do tempo e das preocupações do povo, decaíram depois de 1853, quando se introduziram na Amazônia as linhas regulares de vapores, e a vida comercial ganhou uma intensidade até então desconhecida.

maiores que o dos Aflitos, em meados do século, os locais onde principalmente se enterravam os mortos. Mas também é certo que nessas igrejas se cometiam abusos de tôda espécie durante as solenidades religiosas, provocando ainda na metade do oitocentismo a reação enérgica de um bispo — Dom Antônio Joaquim de Melo — sobretudo no sentido de se proibir que se executassem nos templos músicas de dança e outras peças profanas.

Por outro lado já se criara ambiente na cidade nessa época para que na própria Câmara Municipal se cogitasse de protestar contra o que se considerava um abuso ou um excesso: o repique de sinos de igreja a todo momento, como sem contraste costumara ocorrer na era colonial. E para que os estudantes do Curso Jurídico, em suas troças, se atrevessem a atentar contra símbolos tradicionais como a cruz de madeira da rua do Príncipe e o cruzeiro de cantaria erguido no largo do Ouvidor. Os próprios conventos antigos que restavam como propriedades monacais — o do Carmo e o de São Bento — haviam decaído sensìvelmente de sua importância primitiva, sendo habitados em regra apenas por um ou dois religiosos e hospedando às vêzes algum estudante de poucos recursos.

As procissões — embora em 1831 fôsse proibido durante a sua realização o uso de máscaras — é que conservaram algo do aparato e por vêzes certos aspectos burlescos que ostentavam no setecentismo e no começo do século dezenove. Na frente da procissão

---

(Henry Walter Bates, *O Naturalista no Rio Amazonas*, I, pags. 121-122). O poeta Álvares de Azevedo em 1845 admirava-se de ter visto apenas uma ou duas famílias na Sé paulistana em uma quarta-feira de cinzas, escrevendo significativamente: "Se fôsse para um fogo, para uma iluminação, êstes hoje apelidados fiéis para lá iriam!" (Álvares de Azevedo, *Obras Completas*, II, pag. 448).

dos Passos, até meados do século, ainda caminhava a figura do Farricoco, investindo com um chicote contra a molecada das ruas. A de Corpus Christi era ainda acompanhada pela cavalgata de São Jorge. A do Entêrro exibia aspectos um tanto carnavalescos, criticados já na época pela imprensa mais irreverente. Por ocasião de tôdas essas procissões atapetavam-se as ruas de flôres e de fôlhas de laranjeira e enfeitavam-se as janelas das casas com toalhas ricas e colchas de damasco. É que a par de seu sentido religioso — que talvez já não tivesse nessa época, como tivera no setecentismo, a fôrça de arrastar para as ruas tôda a população da cidade e das vizinhanças — eram as procissões, para os moradores de São Paulo, a recreação máxima, o motivo maior de atração.

As outras diversões de rua era reduzidas: passeios aos velhos locais de recreio, como certos pontos da várzea do Tamanduateí e o sítio da Luz, e danças de pretos no pátio do Rosário, freqüentemente combatidas pelas autoridades. Em 1857 começou a surgir na cidade o festejo carnavalesco em sua feição moderna, substituindo o entrudo primitivo: apareceram então os bailes de máscaras, os carros carnavalescos e o primeiro cordão: o dos Zuavos. Outros passatempos e diversões apareceram ou se desenvolveram então na cidade sob a influência provável da presença de estudantes numerosos: o bilhar, o jôgo de bola e até as "caixas óticas", as fantasmagorias e os cosmoramas, sem falar nos circos de cavalinhos. Mas os bailes, ainda em meados do século, eram modestos em face dos da Côrte e acabavam muito cedo, provincianamente. A Concórdia Paulistana era nesse tempo a única sociedade recreativa.

Os esportes se mantiveram quase desconhecidos em seu aspecto moderno embora entre os cativos e

até entre certos estudantes da Academia fôsse costumeira a prática, aliás proibida, do jôgo da capoeira, e ainda entre os cursistas de Direito se praticassem a ginástica — com trapézio ou barra-fixa armados nos quintais das repúblicas — e o jôgo do sabre e do florete. A natação era praticada, mas não como esporte, em algumas curvas mansas do Tamanduateí, perto de suas margens sombreadas por grandes árvores. De vez em quando havia cavalhadas. E corridas de cavalo, que se faziam em alguns locais dos arredores da cidade, em pistas retas.

Até meados do século passado ainda prevalecia um costume que vinha dos tempos primitivos da povoação: o das mulheres permanecerem nas igrejas, durante o culto, sentadas no chão, pois não havia assentos. Foi o que escreveu Francisco de Assis Vieira Bueno referindo-se à época em tôrno de 1830[2]. E foi o que lembrou D. Maria Pais de Barros com referência a época posterior: que ao contrário do que ocorria em algumas outras cidades brasileiras, onde as escravas levavam tapêtes para assento de suas senhoras, êsse uso não se observava em São Paulo. Por ocasião da missa no templo de São Bento, os homens iam para as naves laterais e as senhoras penetravam no corpo do edifício, sentando-se no chão[3]. Do que se aproveitavam os moleques, no ofício de Trevas, quando a igreja ficava às escuras, para pregarem disfarçadamente no assoalho os vestidos das donas[4]. Também como na era colonial, nas igrejas se enterravam os mortos enquanto não houve cemité-

---

[2] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

[3] Maria Pais de Barros, *No Tempo de Dantes,* pag. 34.

[4] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

94 — A igreja e o convento de São Bento em 1870.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

rios: na da Misericórdia, na da Boa Morte, na do Rosário. Júlio Franck, o misterioso alemão que apareceu em São Paulo e foi professor de História no Curso Anexo à Academia de Direito, não póde por motivo de crença religiosa ser enterrado — morreu em 1841 — nesses cemitérios de igreja. Por isso foi sepultado em um pequeno pátio do antigo edifício da Faculdade[5]. O enterramento nas igrejas ou nos cemitérios contíguos a elas eram feitos às vêzes por africanos que à medida que jogavam terra sôbre o cadáver e socavam com mão de pilão, cantavam assim: "Zóio que tanto vê. Zi bôca que tanto fala. Zi bôca que tanto zi comeu e zi bebeu. Zi corpo que tanto trabaiou. Zi perna que tanto andô. Zi pé que tanto zi pisou". Os moradores das vizinhanças mudavamse logo que podiam, fugindo do suplício de acordarem aterrados — noite velha — com o baque ritmado do socamento e as cantigas soturnas dos negros[6]. Os enterros só deixaram de se fazer nas igrejas em meados do século passado, embora pelo menos desde 1829 se cogitasse na Câmara de escolher um local conveniente para se fundar um cemitério além do pequeno já existente, e de se pedir esclarecimento ao bispo sôbre se havia qualquer obstáculo para que desde então os enterros fôssem feitos fora do recinto dos templos, como dispunha uma lei do ano anterior[7]. Em 1851 foram inaugurados o Cemitério dos Alemães e o chamado Cemitério dos Protestantes no campo da Luz (Avenida Tiradentes). Em 1858 começou a ser utili-

---

[5] Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* I, pags. 261-263.

[6] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* II, pags. 84-85.

[7] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXIV, pags. 335-336.

zado o da Consolação, que estivera projetado para o Campo Redondo (largo dos Guaianases), localização combatida então pelo engenheiro Carlos Rath[8]. Em 1868, junto ao dos Protestantes, foi feito o da Ordem Terceira do Carmo[9]. Além dos enterramentos, ainda nas igrejas é que se faziam, até 1881, as eleições, depois das quais era celebrada a Missa do Espírito Santo, assistida pelos mesários, pelos chefes políticos e pelo povo todo que votava[10].

Mas como em outras cidades do Brasil na mesma época, cometiam-se abusos por ocasião das próprias solenidades que se realizavam nas igrejas, contra o que reagia em 1852 o bispo Dom Antônio Joaquim de Melo, observando que "convindo à decência do culto e ao esplendor da Religião" recomendava aos mestres de capela que fiscalizassem tôdas as músicas que tivessem de ser tocadas nas igrejas, nas diversas solenidades do ano, não consentindo "que se enchessem os intervalos das cantorias com pedaços de contradanças, tão impróprias de Deus e do Templo"[11]. Abuso referido por Kidder em 1839: os parisienses que em companhia do reverendo assistiram a uma missa na Sé observaram que muitas músicas tocadas durante a cerimônia eram conhecidas na França como "peças profanas e licenciosas"[12].

Os sinos das igrejas repicavam ainda a todo momento. A ponto de ter-se esboçado aos poucos uma reação contra êsse costume ou pelo menos contra os

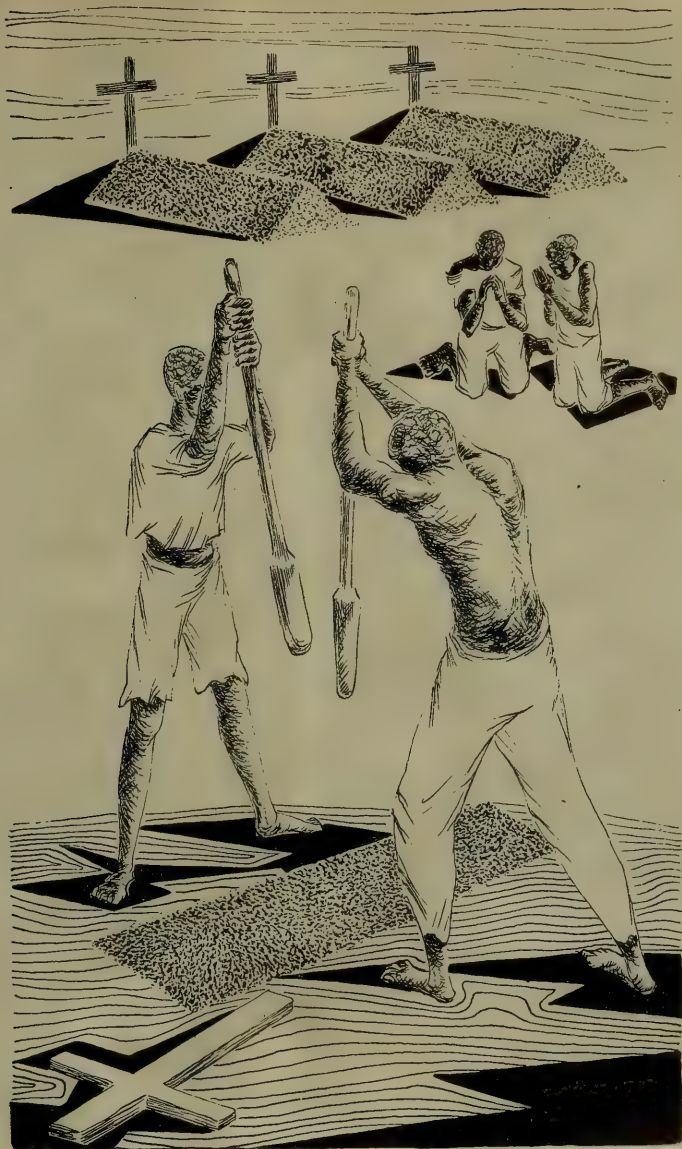
---

8 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 5.

9 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 7.

10 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 23, e Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* IV, pag. 221.

11 José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* III, pag. 178.

12 D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 193.

95 — Sepultamento nos cemitérios das igrejas: africanos socando, com mão de pilão, a terra lançada sobre o cadáver.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

seus excessos. Em 1831 propunha um vereador na Câmara que se representasse às autoridades eclesiásticas sôbre os inconvenientes do grande número de dobres de sinos que se faziam na cidade por ocasião da morte de algum morador, pedindo que cessasse "um luxo tão prejudicial pelo incômodo que causava, como pelas excessivas despesas acarretadas" — dizia-se irônicamente nas atas — "aos cidadãos vivos"[13]. E vários anos depois — em 1858 — propunha-se na Câmara que só fôssem prolongados os dobres dos sinos quando houvesse necessidade de chamar o povo para acudir a algum incêndio, desmoronamento ou inundação. Os que se fizessem por ocasião da morte de qualquer pessoa ou por ofícios de defunto, fôssem breves, não excedendo cada toque mais de três minutos, como estabelecera a "Constituição do Arcebispado da Bahia"[14].

As associações religiosas mantinham todavia nesse tempo todo o seu prestígio e tôda a sua importância. Em 1836 os vinte e cinco mil moradores de São Paulo contavam com quatro ordens religiosas, três confrarias e vinte e uma irmandades[15]. Os irmãos da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco — gente da aristocracia paulistana — nos dias de missa solene iam de casa para o templo e do templo para casa revestidos de hábitos complicados e debaixo de um enorme guarda-chuva[16]. Havia por outro lado ainda nomes de santos em uma porção de ruas. Altares ou "passos" e ni-

---

[13] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pag. 102.

[14] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 35.

[15] Nuto Santana, op. cit., III, pags. 59-60.

[16] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 158.

chos — como o de Nossa Senhora da Lapa, encravado em um prédio de esquina da rua de São Bento[17] — na frente de algumas casas. Cruzes de pedra de cantaria como a que existiu até 1870 no largo do Ouvidor. Era composta de três enormes blocos de granito lavrados em cantaria. Em seus últimos tempos tinha êsse cruzeiro os braços caídos, em conseqüência da travessura de um estudante — contou Almeida Nogueira — que em troça noturna com outros colegas trepara por êle para dali discursar[18]. E ainda cruzes de madeira como aquela que os estudantes em certa noite arrancaram de um sobrado da rua da Cruz Preta e jogaram no Anhangabaú. Essa cruz preta devia ter sido levantada entre 1800 e 1828, ignorando-se a que assassinato se referia[19]. Segundo contou o Visconde de Araxá nas suas memórias — êle ajudou, quando estudante, a derrubar e atirar a cruz ao rio — o povo da cidade fazia festas e rezava diante dela, e os braços do cruzeiro excediam a altura das sacadas do sobrado[20]. Mantinham-se de outra parte, nas casas e nas escolas, costumes que indicavam ainda a presença muito viva do senso religioso na existência da cidade. Nas escolas públicas de instrução primária e na Escola Normal (de 1846 a 1867) era costume na abertura das aulas os alunos, de joelhos e de mãos postas, recitarem a oração de São Tomás e no fim das aulas a de Nossa Senhora[21]. E em

---

17 Nuto Santana, op. cit., I, pag. 277.

18 Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*, V, pags. 55-56.

19 V. de P. Vicente de Azevedo, "O roubo da Cruz Preta", *Revista do Brasil*, setembro de 1919, pag. 38, e Visconde de Araxá. *Reminiscências e Fantasias*, I, pags. 132-133.

20 V. de P. Vicente de Azevedo, op. cit., e Visconde de Araxá, op. cit., I, pags. 132-133.

21 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 69.

96 — Cruzeiro de pedra de cantaria existente no largo do Capim (do Ouvidor), até 1870.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

quase tôdas as casas de famílias abastadas havia capelas onde, com licença da nunciatura apostólica, os capelães celebravam missas nos domingos e nos dias santificados[22].

Os conventos no entanto haviam decaído, e de sua significação de outros tempos só guardavam bem dizer a aparência. O dos Jesuítas se convertera em palácio do govêrno e o dos Franciscanos em sede do Curso Jurídico. Restavam, dos conventos mais antigos, como propriedades monacais, o do Carmo e o de São Bento. O do Carmo, em 1836, segundo Daniel Pedro Muller, apesar de possuir trinta e uma casas de aluguel, seis estabelecimentos de agricultura, uma fazenda para criação e mais de cento e trinta escravos, era habitado apenas por dois religiosos. O dos Beneditinos, com setenta e uma casas de morada na cidade, quatro fazendas e uma olaria, e mais de cem escravos, era morada de um único religioso[23]. Depois de meados do século — em tôrno de 1859 — êsses dois conventos, segundo o romancista Bernardo Guimarães, eram habitados só por dois ou três frades, servindo de guardiães a "êsses imensos edifícios descolados, tristes e mergulhados em silêncio tumular". Ou então tendo às vêzes por companhia — ainda na observação do autor de *O Seminarista* — algum estudante que "por escassez de meios ou por qualquer outro motivo lá era admitido por especial favor a partilhar o pão e o teto das ricas confrarias"[24]. Situação que o viajante William Hadfield acharia chocante em 1868. Depois de se referir elogiosamente

---

22 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 158.

23 Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio dum Quadro Estatístico da Província,* pag. 251.

24 Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pags. 212-213.

ao gôsto com que fôra reformado o enorme edifício do mosteiro beneditino, escreveu que parecia absurdo que um só homem ocupasse aquela habitação tôda[25].

Em 1831 foi proibido o uso das máscaras durante as procissões. Embora as mascaradas tivessem desaparecido há muito tempo, ainda se viam no comêço do oitocentismo, em dias de solenidades religiosas, mascarados avulsos perambulando pelas ruas. Naquele ano desapareceram[26]. As procissões conservaram no entanto o aparato e por vêzes os aspectos burlescos que apresentavam durante o setecentismo, embora fôssem perdendo com o tempo alguns de seus traços dos tempos coloniais. A chamada procissão de São Paulo, que saía da catedral percorrendo as ruas mais importantes da cidade, foi descrita em 1839 pelo reverendo Kidder: "Duas irmandades, uma de pretos, outra de brancos — escreveu êle — marchavam em alas, cada irmão levando uma vela de cêra de comprimento suficiente para servir de bordão, e com uma opa branca, vermelha ou amarela, nos ombros, indicando a Ordem a que pertencia"[27]. Das mais curiosas era a procissão do Senhor dos Passos, feita na segunda sexta-feira da quaresma. Adiante dela — isso mais ou menos até 1856 — ia o pregoeiro chamado Farricoco ou A Morte, vestido com uma camisola de pano prêto e um chapéu da mesma côr, carregando uma trombeta e um chicote para escorraçar os moleques que investiam contra êle a pe-

---

25 William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868*, pag. 68.

26 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo*, XXI. pag. 5.

27 D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 193.

97 — O episódio da cruz de madeira arrancada de um sobrado da rua da Cruz Preta (Quintino Bocaiuva) por estudantes, e atirada ao córrego Anhangabaú.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO)

dradas[28]. Os "passos" eram feitos na rua, em oratórios que ficavam junto de certas residências, na rua do Carmo, na da Imperatriz, na da Boa Vista, na Direita, na do Imperador (Marechal Deodoro, depois desaparecida), das Flôres (Silveira Martins) e no convento do Carmo[29]. Êsses oratórios eram enfeitados com murtas e com flôres, particularmente o mangericão verde e roxo que as mulheres chamavam de Flor do Senhor dos Passos[30]. O inglês Hadfield em 1868 assistiu a uma dessas procissões, descrevendo assim o altar: "... com uma cruz e pequenas imagens de santos, forrado de ouropéis de prata e ouro e com festões de flôres artificiais arranjados com gôsto, e todo iluminado por imenso número de velas, muitas das quais postas em candelabros de prata, dados ou emprestados pelos devotos"[31]. Também curiosa era a cavalgata de São Jorge, que continuava sendo feita — 1872 foi o último ano em que saiu à rua[32] — por ocasião da procissão de Corpus Christi. Atrás de um grupo de cavaleiros, com chapéus de pena e fitas de côres, e do Anjo da Guarda, também a cavalo, iam dois soldados firmando na sela o Santo Cavaleiro, acompanhado pela Guarda Nacional, o Corpo Permanente e tôdas as outras fôrças armadas da cidade. O pajem do santo era chamado Casaca de Ferro por causa da sua couraça de fôlha-de-flandres pintada. O cavalo branco montado por São Jorge — que era oferecido por alguma das pessoas de recursos da terra — aparecia de crinas trançadas, cheio de fitas e com

---

[28] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 43.

[29] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 42.

[30] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 45, e II, pag. 89.

[31] William Hadfield, op. cit., pag. 74.

[32] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 16.

os cascos revestidos de enfeites de fôlhas[33]. Na véspera do dia em que se fazia a procissão de São Jorge tinha lugar à noite uma passeata com archotes, pelas ruas, dos animais que deveriam figurar no cortejo, já enfeitados. E durante o trajeto sujeitos brincalhões soltavam buscapés para fazer com que os bichos corcoveassem e espantassem o povo. Chamavam Timbales a essa festa[34]. A cavalgata de São Jorge ainda se fazia com muita pompa em tôrno de 1860. Nesse ano escrevia um cronista do *Correio Paulistano*: "Valia bem a pena de verem-se as ruas apinhadas de povo... e aquela procissão imensa, com o santo todo cheio de majestade, entre o seu lindo anjo e o famoso Casaca de Ferro: os atabales a rufar, os clarins a despedir seus sons bélicos e vibrantes, a música marcialmente tocando, os foguetes a subir para o ar, os sinos repicando, batalhões e irmandades a acompanhar..."[35] Entretanto dez anos depois — em 1870 — o mesmo jornal noticiava: "Há hoje a procissão de São Jorge, há anos caída em desuso nesta capital"[36]. E fazendo daí a dias a reportagem dela: "A respectiva Irmandade fêz o que pôde para renovar a usança com as solenidades de outros tempos, mas a Guarda Nacional é que não estêve pelos autos, gazeou quase tôda, deixando o Santo General sem tropa para comandar"[37]. Com muita solenidade se fazia por outro lado a procissão do Entêrro, que saía da Ordem Terceira do Carmo. E a propósito da qual Antônio Egídio Martins contou uma particularidade

---

[33] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 155, e Nuto Santana, op. cit., III, pags. 214 e 217.

[34] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 155.

[35] *Correio Paulistano* de 12 de junho de 1860.

[36] *Correio Paulistano de* 16 de junho de 1870.

[37] *Correio Paulistano de* 18 de junho de 1870.

interessante: as pessoas que faziam parte da Guarda Romana saiam, depois da procissão, por um portãozinho discreto que havia na rua da Boa Morte, para não serem maltratados por moleques que na sua devoção apaixonada não queriam saber de nada: acreditavam que os causadores da morte de Cristo fôssem de fato os "Judeus do Carmo"[38]. Essa procissão do Entêrro, tal como era feita na cidade, já em 1830 recebia críticas da imprensa mais irreverente. Noticiando a que teve lugar naquele ano escrevia irônicamente o semanário humorístico *O Pensador*: "Procissão do Entêrro do Carmo. Não estêve ruim: cartuchos de doces, amêndoas, anjinhos e mascaradas; ora, que prazer! E o Centurião? Mas que diabo trazia o tal sr. Centurião na cabeça? Sim, era o espanador dos altares servindo de penacho; ora, bravos à lembrança! E quem eram aquêles outros figurões de saiote? Eram o Nicodemus e o José de Arimatéia, que iam preparar o sepulcro. Os outros eram os Farricocos, que acompanharam antes o Senhor, cada qual com sua azagaia e borzeguins". "Só ela [a Venerável Ordem Terceira do Carmo] — dizia ainda o jornal — no século dezenove nos podia dar tão bonito espetáculo de mascaradagem no mais tocante ato da Religião Cristã"[39]. Prestigiosa aos olhos da maioria do povo era também a "procissão de Cinza" feita na quarta-feira de cinzas pela Ordem Terceira de São Francisco, com grande número de andores, em que eram conduzidas as imagens de Santo Ivo, São Luís, Santa Rosa de Lima, Santa Margarida, São Francisco, Santo Antônio, o Santo Padre com

---

[38] Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 45.

[39] Citado por Afonso A. de Freitas, *A Imprensa Periódica de São Paulo,* pag. 74.

dois cardeais, a Divina Justiça, Nossa Senhora da Conceição, Santa Rita, Santa Isabel, o Calvário e outras[40]. E ainda a procissão do Triunfo, a cargo da Ordem Terceira do Carmo, constando de uma série de imagens: Jesus no Hôrto; Jesus na prisão; Jesus atado à coluna; Jesus coroado de espinhos; Ecce Homo; Jesus com a cruz às costas; e Jesus no Calvário[41].

Por ocasião dessas procissões de maior importância as ruas eram atapetadas de flôres e de fôlhas de laranjeira, enquanto que os moradores enfeitavam as janelas de suas casas com toalhas ricas e com colchas de damasco[42]. Era um privilégio morar nessas ruas por onde as procissões passavam. As casas até se valorizavam por isso, mostrando Antônio Egídio Martins que elas eram alugadas por quantias muito maiores pela razão de ficarem situadas em "ruas de passar procissão"[43]. Muito significativo é nesse sentido um requerimento feito por vários moradores da freguesia do Brás à municipalidade em 1854: pediam diversos melhoramentos para as ruas daquele arrabalde, "por onde possam algum dia passar procissões"[44]. O trajeto de quase tôdas as procissões principais — inclusive a de Corpus Christi — mostrou Martins que era feito pela travessa da Sé, rua do Carmo, pátio e travessa do Colégio, rua da Imperatriz, largo do Rosário, rua da Boa Vista, largo de São Bento, ruas de São Bento e Direita e largo da Sé, onde ficava a catedral[45]. Pouco mais que o contôrno

---

40 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 40.
41 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 43.
42 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 33.
43 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 156.
44 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 155.
45 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 156.

98 — Imagem de São Jorge que figurava, montada a cavalo, na procissão do Corpo de Deus.
(Fotografia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São Paulo).

do Triângulo. Em 1854 deliberou-se na Câmara que fôssem tapados os buracos existentes na rua do Carmo, de preferência defronte da igreja de Santa Teresa, por ser essa uma das ruas de trânsito das procissões, e "isso com urgência"[46]. Além do aspecto de devoção religiosa mantinham decerto êsses cortejos o seu prestígio alimentado pela fôrça da tradição que remontava aos tempos coloniais, quando o acompanhamento era obrigatório não só para os membros do Conselho como para todos os mestres de ofício com seus estandartes, e pràticamente para todo o povo da cidade, pois havia multa para aquêle que não comparecesse[47]. É que a procissão religiosa — como compreendeu o naturalista inglês Richard Burton, referindo-se ao Brasil em geral, na segunda metade do século — servia a uma intenção útil, mesmo que não fôsse encarada no plano religioso: a de promover a reunião do povo. Ela reunia o passeio, a visita, o piquenique, e representava de fato a única válvula através da qual podia se exibir a vaidade humana, que não encontrava aqui as oportunidades que tinha na Europa[48]. Na falta de outras diversões — assinalou Francisco de Assis Vieira Bueno — as festividades religiosas eram o "great attraction" "sendo que boa parte dos concorrentes não as assistiam por devoção, mas por passatempo"[49]. Sobretudo para a porção feminina da população. Considerando a sua existência melancólica e monótona — escreveu William Hadfield em 1868 — essas festas religiosas representavam para ela um acontecimento, qualquer que

---

[46] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 150.

[47] Nuto Santana, op. cit., III, pags. 60-61.

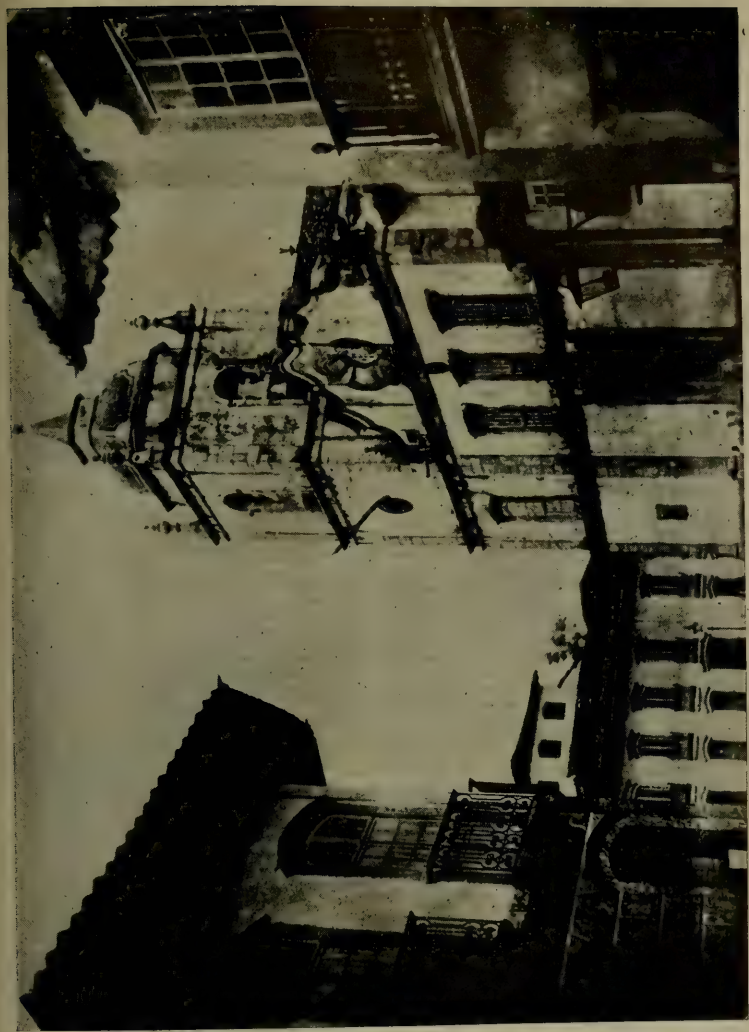
[48] Richard Burton, *Viagens aos Planaltos do Brasil,* I, pag. 192.

[49] Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

fôsse o motivo[50]. Aliás já em 1860 eram as procissões encaradas dessa forma pelo *Correio Paulistano,* quando escrevia: "Entre nós as procissões não são mais que um divertimento como qualquer outro: um batalhão de moleques à guisa de batedores, precede a cruz da Irmandade... Segue-se finalmente a guarda dos voluntários, isto é, indivíduos de tôdas as qualidades e feitios, uns contando anedotas... outros fumando seu charuto, com o chapéu enterrado até as orelhas"[51]. Aliás em tôrno dessa época já era visível a redução da importância de que se revestiam as procissões. "Aperta-se o coração do verdadeiro católico — escrevia-se em 1860 no *Correio Paulistano* — ao contemplar o estado deplorável de abandono e indiferentismo a que se acham reduzidos o culto e festividades religiosas desta capital, outrora tão notàvelmente afamadas pelo espírito de devoção e de fervorosa religiosidade de seus habitantes". Êsse comentário fôra sugerido pelo espetáculo de duas procissões que se fizeram em janeiro dêsse ano: a do

---

[50] William Hadfield, op. cit., pag. 76. O francês Biard, descrevendo em meados do século passado uma procissão no Rio de Janeiro, observou que dela participavam meninas de oito a doze anos de idade, exibindo mantos de sêda e saias-balão. Andando, parecia que dançavam, com ar de faceirice, "como se já soubessem que eram os mais belos ornamentos do cortejo". Algumas eram acompanhadas por homens, certamente seus pais, "que marchavam com ar solene, metidos em opas de côres, debaixo de chapéus-de-sol, mas de cigarro na bôca". (F. Biard, *Dois Anos no Brasil,* pag. 48). E Burton, em procissão que viu em São João del Rei, notou que crianças espertas, com pequenas saias, sapatos de cetim e asas de fantasia — os anjinhos — "aprendiam eficientemente a arte de ser vaidosas". (Burton, op. cit., I, pag. 191).

[51] *Correio Paulistano* de 23 de setembro de 1860.

99 — A igreja matriz, no largo da Sé, em tôrno de 1860.
(Arquivo do Departamento de Cultura).

Rosário dos Homens Pretos e a do padroeiro São Paulo, saída da catedral[52].

Ao lado entretanto das solenidades e das procissões de maior projeção havia outras de proporções mais modestas, interessando apenas por certo aos moradores de uma ou de algumas zonas da cidade. Como a que se fazia partindo de uma casa da rua da Liberdade e promovida por João Nhá Mãe, em louvor de São João Batista. A procissão saía pouco antes da meia-noite. Perto sussurravam decerto as águas escuras do Anhangabaú, no fundo das barrocas misteriosas em que por vêzes os quilombolas se escondiam. Caminhavam os devotos por um atalho, com mato dos dois lados, talvez sob a vaga impressão de mistério do lugar e da hora, carregando uma imagem de São João que era depois mergulhada no tanque do matadouro velho da rua Humaitá[53]. Festas de São João muito alegres e concorridas se faziam por outro lado, a partir de meados do século passado, na chácara do doutor João Ribeiro da Silva, no vale dos Pinheiros, reunindo-se ali pessoas de famílias importantes da cidade e alguns estudantes[54].

Ainda aspectos do forte domínio do elemento religioso na vida da cidade durante uma parte dêsse período — e de certa forma participando do caráter de procissão — eram as visitas repetidas da imagem de Nossa Senhora da Penha, com tôdas as suas jóias e alfaias, à catedral. Essa visita se fizera pela primeira vez no ano de 1814, tornando a se fazer uma porção de vêzes até 1845. Depois disso, ainda em 1858 e depois de 1870[55]. Nessas ocasiões os morado-

---

52 *Correio Paulistano* de 4 de fevereiro de 1860.

53 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 112.

54 Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 191.

55 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 127.

res da estrada da Penha mandavam levantar em frente de suas chácaras arcos enfeitados com murtas e com flôres naturais, e pequenas cestas contendo outras flôres que se esparziam sôbre a Virgem da Penha quando ela passava[56]. Para receber a imagem na catedral comparecia a Câmara incorporada, e o govêrno da província mandava música militar e guarda para prestar "as honras do costume"[57]. A transferência dessa imagem, de sua igrejinha para a Sé, tinha por objetivo afugentar duas calamidades que ameaçavam os moradores em certos anos: a epidemia de bexigas e a sêca brava. Em 1841, por exemplo, vários moradores da cidade fizeram uma representação ao Bispo Diocesano para que êle autorizasse a trasladação da imagem de Nossa Senhora da Penha de França, de sua igreja matriz para a catedral, "a fim de aí receber as orações e súplicas dos devotos" para que cessasse a calamidade da sêca com suas terríveis conseqüências[58]. Também os bandeireiros do Divino — numerosos grupos barulhentos, angariadores de donativos para a Folia do Espírito Santo[59] — vagueavam pelas ruas da cidade em meados do século passado, representando na época talvez um aspecto local um tanto característico, pelo menos em relação à Côrte, pois foram muito notados, como coisa original, por um jornalista que acompanhou Dom Pedro II em sua pri-

---

56 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pags. 37-38.

57 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pags. 162-163.

58 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pags. 160-161.

59 Afonso A. de Freitas, "Folia do Espírito Santo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* XXIII, pag. 115.

meira visita à província de São Paulo[60]. Noticiando a festa do Divino Espírito Santo que teve lugar em 1860 na freguesia de Santa Ifigênia, escrevia um jornal paulistano: "Às quatro horas da tarde para mais de trinta carradas de lenha, tôdas enfeitadas de bandeirolas e ramos, com seus bois todos pintados e faceiros, desceram pela rua da Consolação precedidos de um bando de mascarados com acompanhamento de música"[61].

Fora das procissões e das festas religiosas eram poucos os divertimentos com que os moradores da cidade podiam contar. Entre os locais de recreio, ou apenas de passeio, que vinham do setecentismo e do primeiro quartel do oitocentismo, contavam-se as várzeas do Tamanduateí (alguns de seus trechos) e o sítio da Luz. Em meados do século dezenove êsses pontos de interêsse como diversão parecem ter se condensado particularmente em tôrno da ponte do Fonseca e do lugar em que se edificou a estação da primeira estrada de ferro, embora o viajante Június, referindo-se a essa época, tivesse escrito que na cidade de São Paulo "não havia o hábito do passeio, nem por diversão do espírito, nem por necessidade higiênica"[62]. Em 1841 falava-se na conveniência que haveria na construção de uma nova ponte no Fonseca, pois o local "serviria de recreio aos moradores da cidade"[63]. E em 1866 propunha-se na Câmara que se mandassem colocar bancos junto à grade e ao redor da árvore

---

60 Aluísio de Almeida, "Primeira Visita Imperial à Província de São Paulo", *O Estado de São Paulo* de 27 de dezembro de 1945.

61 *Correio Paulistano* de 3 de junho de 1860.

62 Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem*, pag. 47.

63 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXXIII, pag. 119.

existente no lugar da estação da estrada de ferro, pois para ali "afluía muita gente por negócio ou por passeio"[64]. Por outro lado em 1860 faziam-se passeios de barca aos domingos — a barca "Santa Cruz", pelo Tietê, largando da Ponte Grande pelo rio acima, até o sítio do Ajudante Mariano, "com música" — vendendo-se os bilhetes de passagem no pátio do Chafariz[65].

Ainda em meados do século parece que os bailes paulistanos — comparados com os da Côrte — revelavam excessivo caipirismo e acabavam melancòlicamente à meia-noite. Pelo menos segundo o depoimento de Álvares de Azevedo. Em carta de 1844 êle dizia que apesar de já estar banida dos clubes de São Paulo "a caipirice das cartas para os pares", nos bailes do Concórdia teimavam em que fôssem os mestres-sala que escolhessem as damas para os cavalheiros. Como eram em geral velhotes êsses mestres-sala — acrescentava o poeta — escolhiam para êles e os amigos as moças, sobrando para os jovens as velhotas ou então as meninas que estavam aprendendo a dançar ou que iam aos bailes "por causa dos doces"[66]. Embora em 1853 Bento Joaquim de Sousa Castro pedisse permissão ao govêrno para edificar "um teatro e casa para baile" no lugar denominado Buracão, na ladeira do Carmo[67], em 1857 um almanaque da província mencionava apenas uma sociedade de fins recreativos: ainda a Sociedade Concórdia Paulis

---

64 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LII, pag. 114.

65 *Correio Paulistano* de 31 de agôsto e de 16 de setembro de 1860.

66 Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pags. 463 e seguintes.

67 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 75.

tana citada na carta de Álvares de Azevedo[68]. Dona Maria Pais de Barros, evocando a sociedade paulistana aproximadamente em tôrno de 1865-1870, falou em professôras de dança italianas que davam suas lições a moças de famílias abastadas, "começando pela base, isto é, as quatro primeiras posições, a que se seguiam a valsa, a "schottish", a polca e outras danças em moda na época, como a tarantela, o bolero e o solo-inglês"[69]. Nesse tempo, segundo Afonso A. de Freitas, chamavam-se "partidas" as reuniões promovidas pelas sociedades recreativas, bailes as organizadas com antecedência, "por gente de tratamento", exigindo a observância de certas etiquêtas, e "brinquedos" ou "assustados" as organizadas à última hora[70].

Faziam-se por outro lado danças populares de rua. De 1833 conhece-se um requerimento de certo João Amaro à municipalidade pedindo licença para fazer no dia 6 de janeiro "danças de pretos no pátio do Rosário"[71]. Afonso A. de Freitas escreveu que após as procissões faziam-se junto às igrejas de São Bento ou do Rosário, congadas, batuques, sambas e moçambiques que, reprimidos pelas autoridades, foram sendo substituídos pela dança dos Caiapós, "arremêdo dos costumes daqueles selvícolas, sem valor étnico, organização artificiosa que era de pretos crioulos da capital"[72]. Ainda em 1860 e mesmo em 1863 — observou êsse cronista — pelas festas religiosas ou

---

68 *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* pag. 121.

69 Maria Pais de Barros, op. cit., pag. 45.

70 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 84.

71 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pag. 67.

72 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", cit.

dias santos de guarda reunia-se no pátio de São Bento. depois de obtida licença oficial, a escravatura da cidade, na realização de seus folgares religiosos, que eram suas danças características[73]. Mas parece ter havido engano de Freitas ao escrever que reprimidas algumas daquelas danças, a dos Caiapós tomou o lugar delas. Pois também o folguedo dos Caiapós era combatido pelo poder municipal, como se verifica em um projeto de postura de 1857[74]. Uma dessas danças de negros promovida pela Irmandade dos Homens Pretos quando havia festa no Rosário — pelo jeito, congada[75] — acompanhava a chamada música do Tambaque: negras faceiras então requebravam no largo, enfeitadas com rodilhas de pano branco na cabeça, pulseiras de prata e no pescoço rosários de contas vermelhas ou de ouro[76]. Aliás Kidder já observara o requinte de luxo de algumas escravas: "Às vêzes o ouro ou pedraria comprados para refulgirem nos salões são vistos cintilando pelas ruas na pele negra das domésticas"[77]. Os negrinhos filhos de africanos também

---

[73] Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", cit.

[74] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIII, pag. 107.

[75] As eleições do Rei do Congo — segundo Luís da Câmara Cascudo — se faziam no Brasil desde o século dezessete e alcançaram os fins do século passado. "Havia solenidade com ritual pomposo, presença de vasta escravaria e exibição de danças coletivas e cantos." (Luís da Câmara Cascudo, nota ao livro de Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil,* pag. 365). Jacques Raimundo definiu "congos" como indivíduos que com trajes de reis e príncipes davam guarda de honra a rainhas pretas no acompanhamento das procissões de S. Benedito e N. S. do Rosário. (Jacques Raimundo, *O clemento afro-negro na língua portuguêsa,* pag. 122).

[76] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 82.

[77] D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 193.

100 — A igreja do Rosário dos Pretos, ao fundo da rua da Imperatriz (Quinze de Novembro), no período 1860-1870.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

apareciam na festa do Rosário, com seus gorros de lã na cabeça e seus rosários cheios de bugigangas — dentes de onça, figas de Guiné, olhos de cabra, pacovás — para que ficassem livres, escreveu Martins, de algum mau-olhado ou de alguma feitiçaria: quiçaça, matirimbimbe, picuanga. Depois das danças o "rei" e a "rainha" com sua côrte, composta de grande número de titulares e de damas que se apresentavam muito bem vestidas, iam para a casa dos primeiros, onde lhes ofereciam um jantar, mandando-se distribuir bebidas pelos tocadores[78]. Em vários números do *Correio Paulistano* de 1860 pode-se acompanhar a polêmica que se travou entre dois candidatos ao pôsto de Rei do Congo para as festividades de Nossa Senhora do Rosário. Depois de terem sido adiadas as eleições por várias vêzes, a pedido do "rei intruso" (segundo uma nota assinada pelo "Procurador da Coroa Africana"), elas foram feitas com a presença de sessenta e sete pretos de diversas Nações, sendo eleito rei, por cinqüenta e oito votos, o mestre Pedro Congo de Morais Cunha. O derrotado, João Rodrigues, não se conformou com o resultado, escrevendo então que a eleição só cabia nos casos em que não houvesse "príncipes de sangue", e que o rei que acabava de ser eleito não era congo e pretendia reerguer a "escola mandingueira". Resultado: alguns dias depois o jornal dizia que a instituição do Rei do Congo estava tomando um aspecto perigoso: "Quem possui escravos não quer essa maçonaria de incontestáveis perigos. Já muitos crimes se têm cometido por aí além, todos por influência das doutrinas incutidas por

---

[78] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 82.

êsses pretos forros, especuladores do pecúlio de seus parceiros escravos..."[79]

Entre os passatempos já eram comuns na época o jôgo da bola (que dera seu nome a uma rua) e o bilhar. O primeiro jôgo público de bilhar que houve na cidade — escreveu José Jacinto Ribeiro — foi o da casa de Manuel d'Oliveira, na rua Detrás da Cadeia (Assembléia). Manuel conseguira licença para isso, da Câmara Municipal, no ano de 1839[80]. Parece que houve engano do autor da *Cronologia.* Os bilhares apareceram um pouco antes. Segundo Afonso A. de Freitas, em 1822 já havia duas casas de bilhares[81]. De acôrdo com as atas da Câmara todavia o primeiro pedido de licença para êsse jôgo parece ter sido o de Antônio Galvão de França, em 1831, seguindo-se no mesmo ano os de Raimundo José Rodrigues e Manuel do Sacramento da Assunção, aos quais se deu autorização com a condição de não admitirem em seus estabelecimentos filhos-famílias nem cativos[82]. Em 1832 e em 1837 fizeram a mesma solicitação Nazário Antônio de Miranda[83] e João Batista Pittaluga[84]. Depois de Manuel d'Oliveira, em 1839, pediram licença ainda para estabelecimentos dêsse gênero, em 1840, Jacinto Pereira de Carvalho (na rua

---

79 *Correio Paulistano* de 31 de janeiro, de 24 de março e de 28 de abril de 1860.

80 José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 39.

81 Afonso A. de Freitas, "São Paulo no dia 7 de setembro de 1822", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo,* XXII, pag. 3.

82 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pags. 140 a 148.

83 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pag. 309.

84 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXX, pags. 77-78.

do Carmo) e Marcelino Gerard (no segundo pavimento de sua loja de fazendas, na rua do Rosário)[85]. Em 1854 Luís Perigaut pediu para abrir um jôgo de bilhar no seu Tívoli da Luz[86]. O bilhar se alastrava assim ràpidamente pela cidade, decerto como conseqüência da presença de estudantes numerosos. Os primeiros hotéis mais ou menos regulares que apareceram em São Paulo, em meados do século, costumavam ter também um jôgo de bilhar ou um jôgo de bolas, ou os dois. Neste último caso estava o Hotel da Providência, de Madame Lagarde, na rua do Comércio, fundado em 1855[87]. Nessa época o reverendo Fletcher, visitando a cidade, observou que muitos estudantes de Direito passavam boa parte da noite jogando bilhar, "e a julgar pelo som das bolas rolando e pelas belas tacadas em hora tão adiantada, era fácil imaginar que teriam pouca oportunidade para prepararem as suas lições" para o dia seguinte[88]. Jogava-se bilhar, em meados do oitocentismo — confirmou Almeida Nogueira — no Recreio Paulistano, na rua da Imperatriz, no Hotel Universal de Lefebre — a cujo jôgo fêz referência na sua peça *Meia Hora de Cinismo,* o teatrólogo França Júnior[89] — no Hotel Paulistano e no da Providência, e ainda em um outro salão pertencente a Galdino & Gerin, na rua do Comércio. Depois, também no Hotel da Itália, no Hotel Brasil e nos de Fretin e Planet[90]. Foi sem dúvida o jôgo

---

85 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXIII, pags. 26 e 59.

86 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 138.

87 Spencer Vampré. op. cit., I, pag. 466.

88 D. P. Kidder e J. C. Fletcher, *O Brasil e os Brasileiros,* II, pags. 72-73.

89 França Júnior, *Meia Hora de Cinismo,* pag. 5.

90 Almeida Nogueira, op. cit., II, pags. 240-241, e III, pag. 254.

das carambolas o passatempo predileto da parte masculina da população de São Paulo nos dias comuns, em meados do século passado. Os estabelecimentos de Planet, do Peru, do Phreiss e do Pedro Galino foram outros tantos locais onde — segundo uma referência de Afonso A. de Freitas — se jogou então o bilhar em São Paulo[91]. O boliche, êsse ganhou animação particularmente depois que se fundaram, na Vila Mariana e na estrada da Penha, recreios de tipo alemão, onde havia também bebidas e danças ao ar livre[92].

Mas havia casas em que sob a capa do bilhar se praticavam decerto jogos de azar combatidos pelas autoridades. Em 1831 a Câmara, autorizando a abertura de algumas casas de bilhares, impunha a condição de que seus donos não admitissem "outra qualidade de jogos"[93]. Em 1839 recusava autorização para que um dêsses estabelecimentos tivesse um jôgo de víspora[94]. E em 1846 pedia a municipalidade providências à polícia contra casas onde se praticavam "jogos proibidos"[95]. Jogos que no entanto se faziam em plena rua e às vêzes com a participação de moleques. Em 1854 o *Correio Paulistano* falava no costume de se fazerem reuniões para jôgo "nas abas da cidade": sobretudo nos dias santificados, para as bandas do Campo Redondo[96]. E em 1860 o mesmo

---

91 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 21.

92 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 63.

93 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pags. 147-148.

94 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXX, pags. 77-78.

95 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 59.

96 *Correio Paulistano* de 18 de agôsto de 1854.

jornal fazia referência ao grande número de moleques que se juntavam no próprio largo de São Francisco "para jogarem com dinheiro à maneira do jôgo do pinhão"[97]. Por outro lado no Cambuci — de acôrdo com uma evocação de Moreira Pinto — os estudantes jogavam "o democrático marimbo e os aristocráticos voltarete e lansquenete"[98]. De haver perdido "uns magros dez mil-réis" em um malfadado lansquenete" queixava-se um dos personagens da comédia de França Júnior *Meia Hora de Cinismo,* que focaliza costumes de estudantes paulistanos em meados do oitocentismo[99]. E sabe-se que o código do voltarete, tal como se jogou em todo o Brasil, foi redigido em São Paulo, em meados do século passado, por uma comissão de que faziam parte os doutôres Martim Francisco e Bento de Paula Sousa, e o estudante Antônio Dias Novais[100].

Outros divertimentos populares, no período de 1840 a 1860, foram os circos ou companhias de cavalinhos, que armavam suas barracas de lona no largo de São Bento, no do Bexiga (do Riachuelo) ou em algum dos muitos quintais não utilizados pelos moradores[101]. Circos para os quais muitas vêzes os freqüentadores tinham de mandar levar cadeiras de casa — como se verifica em anúncios do *Correio Paulistano* de 1856[102]. Entre essas companhias de circo foi muito apreciada particularmente a de Antônio Carlos do Carmo, artista brasileiro originário da França[103].

---

[97] *Correio Paulistano* de 7 de julho de 1860.

[98] Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900,* pags. 7, 8 e 9.

[99] França Júnior, op. cit., pag. 5.

[100] Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 170-171.

[101] Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 69.

[102] *Correio Paulistano* de 27 de junho de 1856.

[103] Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 275.

Também eram comuns as brigas de galo, um de seus locais tendo sido a casa onde Batuíra teve depois o seu teatrinho, na rua da Cruz Preta[104]. Uma vez ou outra apareciam divertimentos diferentes — provàvelmente trazidos para a cidade por estrangeiros — para passatempo e embasbacamento dos paulistanos. Em 1834 João Jacques Vioget pedia licença para abrir na cidade uma "câmara ótica para divertimento público" ou um "divertimento de caixas óticas"[105]. Cobrava a municipalidade um impôsto especial dos que armavam "cosmoramas, fantasmagorias e outros divertimentos semelhantes"[106].

O primeiro carnaval de feição moderna em São Paulo parece que foi feito em 1855, não conhecendo o paulistano até essa época senão o entrudo primitivo, que há muito tempo vinha sendo combatido pelo poder municipal. Já em 1832 reafirmava-se mais uma vez na Câmara o propósito de se proibir a venda de bolas ou limões de cheiro — cujo uso era "oposto aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos" — e de se extirpar "êsse jôgo bárbaro [o entrudo], que nos envergonhava e tornava desprezíveis aos olhos dos estrangeiros"[107]. O costume (brincadeiras do entrudo) é muito desagradável aos estrangeiros — notara o inglês John Mawe — e não raro provoca brigas de conseqüências graves[108]. Posturas de 1832 estabeleciam penalidades para tôda pessoa que no tempo

---

[104] Nuto Santana, op. cit., V, pag. 74.

[105] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 472 e 477.

[106] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XLIV, pag. 69.

[107] *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVI, pag. 274.

[108] John Mawe, *Viagens ao Interior do Brasil,* pag. 93.

do entrudo jogasse água ou qualquer outra coisa nos outros, nas ruas, nas praças ou das janelas e portas das casas[109]. E já em 1860 o *Correio Paulistano* falava do desprêzo em que caíra o "rançoso limão de cheiro, bárbaro e desengraçado vício de um bárbaro e desengraçado brinquedo". "Há cinco anos que o carnaval raiou — acrescentava o jornal — e sempre com maior brilhantismo"[110]. Em 1857 apresentaram-se ao público, segundo Afonso A. de Freitas, os primeiros carros carnavalescos, "de platibandas altas, vedando avaramente aos gulosos olhares da multidão as formas esculturais e esbeltas de elegantes pajens à Luís XV e de vivandeiras gentis"[111]. Já três anos depois — em 1860 — fizeram-se bailes de carnaval na chácara localizada entre as ruas agora chamadas Américo de Campos e Barão de Iguape, saindo dali também um bando ou cordão intitulado "Os Zuavos", com comerciantes, funcionários públicos e outros figurões da cidade[112]. Cordão decerto organizado pela Sociedade Carnavalesca Piratininga, com gente a pé, a cavalo e de carro, fazendo um longo trajeto: partida da chácara do capitão Joaquim Sertório, na rua da Glória, pátio da Cadeia, rua de São Gonçalo, travessa do Santíssimo, ruas das Flôres e da Boa Morte, pátio do Carmo, rua de Santa Teresa, pátios do Colégio e da Sé, rua do Rosário, pátio do Rosário, ruas Boa Vista,

---

109 Citado por Nuto Santana, op. cit., V, pag. 56.

110 *Correio Paulistano* de 18 de janeiro de 1860.

111 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", cit.

112 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 110. Sabe-se que no Rio de Janeiro o primeiro baile a fantasia fôra realizado alguns anos antes — em 1846 — datando dessa época, segundo Cruls, o carnaval em sua feição moderna, com sociedades entre as quais a dos Zuavos, como em São Paulo. (Gastão Cruls, *Aparência do Rio de Janeiro*, II, pags. 406-407).

São Bento e Direita. Avisavam os promotores do cortejo que eram lícitos os jogos como os de flôres sôltas, coroas, grinaldas, palmas, ramalhetes, esferas ôcas feitas de cêra, fingindo frutas, cheias de flôres, malacachetas, fitas, papéis picados e versos, passarinhos, confeitos e invólucros de doces secos. Os participantes poderiam levar seus pajens ou criados para seu serviço, desde que êles fôssem fantasiados, "devendo ser colocados de modo que não se misturassem nas alas e não perturbassem o aspecto e a marcha do Congresso"[113]. Poucos anos mais tarde — em 1864-1866 segundo Freitas — inauguraram-se os célebres bailes de máscaras do Hotel das Quatro Nações, do Tívoli Paulistano e do Teatro São José[114], os dêste último local promovidos pelas próprias companhias teatrais que atuavam no momento[115], havendo no entanto referências a um baile "masqué" no teatrinho do pátio do Colégio já no período de 1855 a 1859[116], e também em 1860, quando um jornal anunciava que grandes bailes mascarados seriam realizados no sábado e nos três dias de carnaval, acrescentando: "... uma bela banda de música executará brilhantes quadrilhas, "schottish" e valsas, terminando todos os bailes com o entusiástico Galope Infernal"[117]. Entretanto algumas notas do cronista da Academia de Direito Almeida Nogueira relativas aos anos de 1870 a 1872 permitem supor que até essa época o entrudo não havia desaparecido completamente, continuando arraigado nos

---

113 *Correio Paulistano* de 27 de janeiro de 1860.

114 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", cit.

115 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LVIII, pag. 24.

116 Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 216.

117 *Correio Paulistano* de 16 de fevereiro de 1860.

costumes paulistanos, a despeito dos editais da polícia[118].

Os esportes é que eram pràticamente desconhecidos na fase da história da cidade compreendida aproximadamente nos dois quartéis centrais do século passado, embora entre os escravos negros fôsse muito costumeira a prática da capoeira, sempre combatida pelas autoridades. Em 1832 o govêrno da província recomendava à Câmara a confecção de posturas contra êsse jôgo, e no ano seguinte estabelecia penas para aquêles que "nas ruas, praças, casas públicas ou em qualquer outro lugar também público" praticasse ou exercesse "o jôgo denominado de capoeiras ou qualquer outro gênero de lutas"[119]. E em 1846 oficiava-se no mesmo sentido ao chefe de polícia[120]. Entretanto a prática da capoeira, em meados do século passado, chegou a estar em voga entre os próprios estudantes da Academia de São Paulo[121]. Mas o morador da cidade até 1870, como escreveu Afonso A. de Freitas, não conhecia o futebol, o ciclismo, os frontões ou o "rowing". Apenas gostava do jôgo da peteca (de que um dos pontos preferidos era o antigo Largo da Fôrca) e da natação. A molecada das es-

---

118 Almeida Nogueira, op. cit., VII, pag. 290.

119 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXVII, pags. 7 e 82.

120 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVI, pag. 59.

121 Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 205. O mesmo ocorreu na Bahia. Depois de dizer que a capoeira era uma espécie de jôgo atlético, que consistia em rápidos movimentos de mãos, pés e cabeça, em certas desarticulações do tronco e particularmente na agilidade de saltos para a frente, para trás, para os lados, tudo em defesa ou ataque corpo a corpo, escreveu Manuel Querino: "Por muito tempo os exercícios de capoei-

colas cabulava aulas para ir nadar no Tamanduateí, de preferência no trecho paralelo à rua Glicério, "entre a antiga ponte dos Inglêses e a capela de Santa Cruz"[122]. Certamente por ser êsse na época um trecho ainda bastante tranqüilo do Tamanduateí, correndo êsse rio aí entre campos e chácaras, antes de beirar a zona mais povoada da cidade. Mas não só meninos, também homens feitos tomavam parte nessas brincadeiras. E sem roupa. "Jamais alguém se lembrara — escreveu Almeida Nogueira — desde a fundação de São Paulo de se banhar nas águas do Tamanduateí ou do Tietê de outro modo do que aquêle usado pelas tribos de Tibiriçá e Piquerobi ou os netos de João Ramalho". Êsse cronista observou mesmo que em 1868 as lojas paulistanas ainda ignoravam o que fôsse um calção de banho[123]. Isso apesar de quatro anos antes — em 1864 — ter sido aprovada pelo poder municipal uma postura proibindo "lavar-se alguém nu, durante o dia", nos lugares públicos ou nos rios que cercavam a cidade[124]. E de em 1868 ter sido aprovada outra postura no mesmo sentido, acrescentando-se que as pessoas deviam se banhar "com os vestidos próprios para tal fim e de modo a garantir a decência"[125].

Entretanto algumas outras modalidades de esporte ou de exercícios ginásticos haviam tido seus adeptos

---

ragem interessaram não só aos indivíduos da camada popular, mas também às pessoas de representação social; estas porém como um meio de desenvolvimento e de educação física". (Manuel Querino, *Costumes Africanos no Brasil,* pags. 270-272).

122 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 87.

123 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pags. 225-226.

124 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* L, pag. 15.

125 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* LIV, pag. 56.

101 — A Marquesa de Santos, personalidade em evidência na sociedade paulistana de meados do oitocentismo, e animadora de muitos de seus divertimentos.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

desde antes de meados do século dezenove, particularmente entre os estudantes da Academia. Sabe-se que nas rodas acadêmicas estêve em voga nessa época o jôgo do florete e do sabre[126], sobretudo quando em meados do oitocentismo apareceu na cidade Msieur Perigout, mestre de armas francês que organizou no vasto salão do pavimento superior da Faculdade um "assalto de armas", destacando-se o encontro entre êsse professor e um estudante rio-grandense[127]. Em 1854 o *Correio Paulistano* anunciava um "assalto de armas" acompanhado de música, no salão de Joaquim Elias[128]. De outra parte era rara a república de estudantes que não tivesse no seu quintal barra-fixa e trapézio volante[129]. Couto de Magalhães, evocando seus tempos de acadêmico nessa época, escreveu que êle e seus colegas de república faziam ginástica e jogavam a espada[130]. E Lúcio de Mendonça, nas suas memórias, contou que muitas tardes, em frente da chácara em que morava com outros estudantes, costumava jogar a malha até ao anoitecer "sob os olhares amáveis de umas vizinhas"[131].

As cavalhadas — misto de esporte e de diversão — ainda se faziam na cidade em meados do oitocentismo, no largo do Curro, e nesses torneios muitas vêzes se salientou, pelas suas qualidades de cavaleiro, o rio-grandense do sul Francisco Carlos de Araújo Brusque, que estudava na Academia de São Paulo[132].

---

126 Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 242.

127 Almeida Nogueira, op. cit., IX, pags. 124-125.

128 *Correio Paulistano* de 26 de setembro de 1854.

129 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 134.

130 Couto de Magalhães, *Os Guaianases*, 1.ª edição, pag. VIII.

131 Lúcio de Mendonça, *Horas do Bom Tempo*, pags. 231-232.

132 Almeida Nogueira, op. cit., II, pags. 107-108.

As corridas de cavalo, essas eram disputadas nas raias da Penha, da Luz[133] ou da Moóca, tendo na Marquesa de Santos uma de suas animadoras principais. Segundo Alberto Rangel, ela comparecia no seu carro, com um saco de veludo em que recolhia as apostas dos plantadores, dos tropeiros e dos funcionários entusiastas[134]. As corridas se faziam em raias preparadas em linhas retas e paralelas. Não havia arquibancadas nem fechos de espécie alguma. Para lá concorriam, nas tardes de corridas, damas e cavalheiros da sociedade paulistana e ali, em pé ou em cadeiras próprias — escreveu Almeida Nogueira — assistiam "ao alegre e pitoresco divertimento apostando mùtuamente em todos os páreos"[135]. Parece que foram introduzidas, ou pelos menos passaram a ser mais freqüentes, as corridas na cidade em 1860. "No domingo de Páscoa, 8 de abril — escrevia o *Correio Paulistano* em um número de março dêsse ano — tem de haver nesta cidade um dos divertimentos mais apreciados pelos inglêses, e muito em moda no interior de nossa província, mas notàvelmente nas do Paraná e Rio Grande; queremos falar nas carreiras de cavalos. Prepara-se na Luz, um dos nossos mais lindos arrabaldes, o lugar do páreo"[136]. No dia 14 de abril o jornal *O Calcidoscópio* revelava a animação de que se revestiu o acontecimento: "Ali pelo voltar das quatro horas da tarde a cidade tôda despejava-se por aquela rua da Constituição abaixo e lá pela rua Alegre que era mesmo uma maravilha. Daí a pouco estava aquêle largo imenso do jardim botânico juncado de cente-

---

[133] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 15.

[134] Citado por Vanderlei Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado*, pag. 83.

[135] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 179.

[136] *Correio Paulistano* de 20 de março de 1860.

nares de pessoas a cavalo, a pé e de burro, umas passeando de um lado e de outro, estas sentadas, aquelas trepadas pelas árvores, pelos muros, em tôda parte enfim, a esperarem ansiosas a anunciada corrida dos dois mais célebres cavalos que ainda se viu por estas alturas. Até os pretos apostaram a sua pinguinha"[137]. Também na Moóca se fizeram corridas de cavalo antes da fundação do Jóquei Clube. "Os amadores escolheram aquela aprazível região, tôda opulenta de várzeas e flôres — escreveu Pessanha Póvoa em 1861 — e essa preferência está justificada: a Moóca correspondeu às exigências da arte eqüestre". E descrevendo um domingo de carreiras: "Foi um recreio para tôdas as classes. Os homens ricos apostaram grandes somas; os estudantes, as mesadas de um ano; as moças, presentes de doce das freiras da Luz"[138].

---

[137] *O Caleidoscópio* (jornal) n.º 2, de 14 de abril de 1860, pags. 13-14.

[138] Pessanha Póvoa, *Anos Acadêmicos,* pag. 303.

IX — A PRESENÇA DOS ACADÊMICOS

Bem ao contrário do que ocorrera nos tempos coloniais, São Paulo pôde de 1828 a 1872 cumprir de forma satisfatória — dentro das limitações da época e do estilo de ensino dominante em todo o país — sua missão de núcleo urbano e de centro regional e mesmo nacional no campo das atividades educativas e literárias. A presença de estudantes numerosos, do seu Curso Jurídico, além do destaque que conferiu ao pequeno burgo provinciano como centro intelectual, contribuiu aliás para alterar profundamente a existência da cidade, através de suas iniciativas, de suas troças e mesmo de sua simples habitação no primitivo arraial jesuítico, que êles enriqueceram com as suas repúblicas, as suas revistas literárias, os seus divertimentos, o ruído de suas expansões.

Embora vivessem alguns dêsses estudantes sòzinhos, às vêzes em chácaras dos arredores, e outros em celas de conventos, quase todos se agrupavam em repúblicas, muitas vêzes em casas expressamente construídas para isso e em ruas, como observou um cronista, mais ou menos especializadas para estudante morar. Com seus criados e suas cozinheiras, êles formavam como que uma sociedade à parte dentro da população da cidade. Que se destacava pelas suas brincadeiras, indo desde o exibicionismo inofensivo até às rapinagens mais afoitas, de que resultavam choques mais ou menos graves com as autoridades policiais. Essa população flutuante e transitória no entanto se integrava na atmosfera da pequena cidade. E apesar de tôdas as suas loucuras — que espantavam os moradores tradicionais, alheios ao "corpo acadêmico" — conservava certo acatamento pela opinião geral, não passeando nem se divertindo por exemplo a não ser nas quartas-feiras e nos sábados, para que prevalecesse a crença de que estava sempre às voltas com os livros, quando às vêzes estava mas era às voltas com o bilhar ou com outras coisas menos inocentes.

Além disso o funcionamento do Curso Jurídico, direta ou indiretamente, concorreu para que outros estabelecimentos de ensino se fundassem na cidade, como o "Curso Anexo", o Gabinete Topográfico, para formação de engenheiros de estradas, a Escola Normal, o Seminário Episcopal, e uma porção de liceus, colégios e escolas particulares. Contribuiu por outro lado a Academia para que a cidade e seus moradores — é verdade que através de um processo muito lento e cheio de obstáculos — tivessem mais possibilidades de contacto com os livros do que no seu passado de rude centro de sertanismo. Na terceira e

principalmente na quarta década do oitocentismo começaram a se imprimir alguns livros na cidade, em geral de autoria de alunos e professôres da Academia. Só em meados do século as tipografias paulistanas passaram a contar com melhores condições de desenvolvimento e a cidade pôde ter os seus primeiros jornais diários. Os livreiros é que ainda eram poucos e seus estabelecimentos modestos, certos livros precisando ser encomendados na Côrte.

A transformação de São Paulo, de povoação onde pràticamente não havia lugar para a literatura, em centro intelectual dos mais importantes do país se deveu ainda à presença dos estudantes de Direito, sobretudo através das suas sociedades e revistas literárias, que foram numerosas e tiveram sua fase de apogeu em tôrno de 1860. Muitos estudantes, desde os primeiros tempos da Academia, se tornaram em seguida figuras de projeção muito grande nas letras brasileiras, bastando lembrar que passaram pela escola de São Paulo, como se sabe, Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, José de Alencar, Castro Alves, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

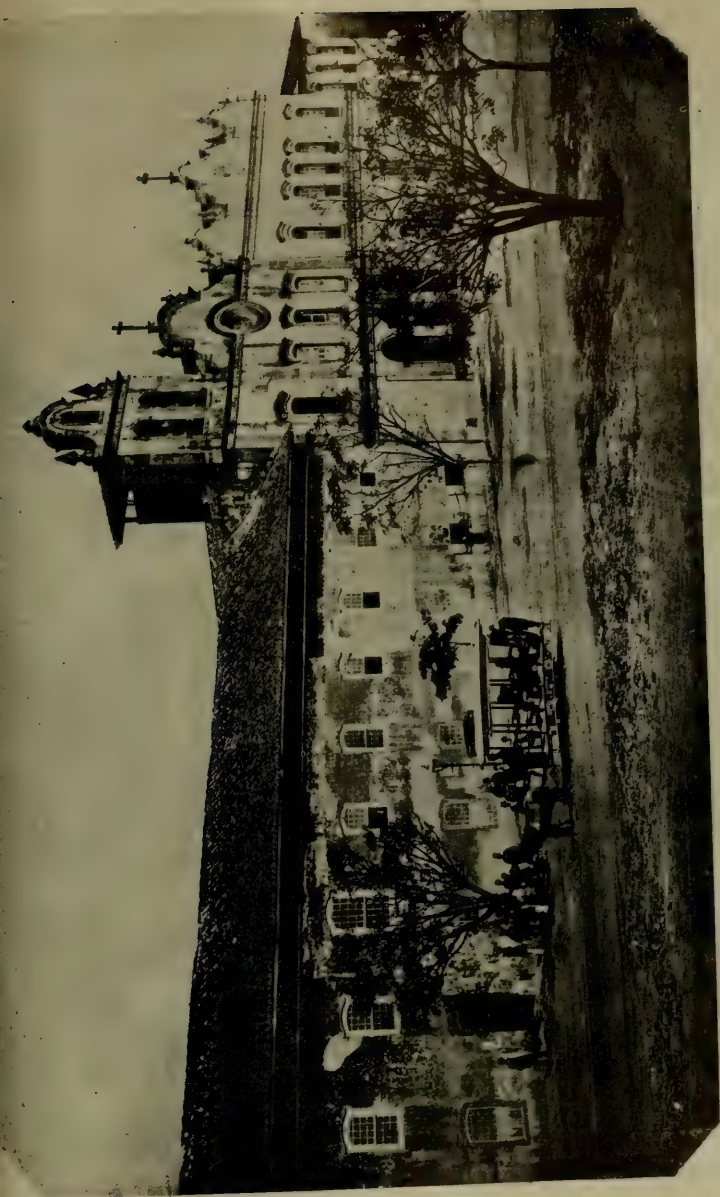
A história da cidade de São Paulo, de 1828 a 1872, girou por isso sobretudo em tôrno do funcionamento da Academia de Direito. O Curso Jurídico — atraindo gente do interior, do Rio e de outras províncias — marcou o início de uma porção de fenômenos diferentes na existência da capital de São Paulo. Antes de mais nada êsse afluxo de gente para a cidade criou o problema da moradia. Sabe-se que nos primeiros vinte e cinco anos de funcionamento da Academia se formaram seiscentos e quinze estudantes, dos quais cento e oitenta e um do Rio, cento e trinta e oito de São Paulo (mas muitos do interior da província), cem de Minas, cinqüenta e seis da Bahia,

quarenta e oito do Rio Grande, onze do Maranhão, nove de Mato Grosso[1]. E dos mil setecentos e setenta e sete bacharéis formados entre 1831 e 1875, apenas vinte e seis por cento eram da província de São Paulo, sendo trinta e três por cento da cidade e da província do Rio de Janeiro, dezenove por cento de Minas, seis por cento do Rio Grande, seis por cento da Bahia e oito e meio por cento de outras províncias[2]. Não era de estranhar por isso que houvesse estudantes, logo depois de fundado o Curso Jurídico, que morassem em celas do próprio convento que havia sido dos Franciscanos — edifício que como sede da Academia conservou por dezenas de anos a sua humilde aparência setecentista, com seu telhado de beirada larga, suas pequenas janelas, e como única entrada a antiga portaria do convento[3]. Ofícios de 1828 e 1829, de Arouche de Toledo Rendon, diretor da Academia, ao Ministro do Império, diziam: "Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que achando-se vazio o convento que foi dos Franciscanos, e convindo por uma parte que seja habitado para se não corromperem as madeiras, e convindo por outro favorecer a mocidade estudiosa, que com a chegada do batalhão não acha casas para alugar, tenho resolvido admitir alguns alunos que forem bem morigerados". "E porque a falta de casas se aumenta, já se acham seis estudantes em celas do dito convento, um dos quais foi a pedido do presidente da província e todos pela razão de não acharem casas

---

[1] *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, pag. 184.

[2] Richard N. Morse, *São Paulo — Raízes Oitocentistas da Metrópole*, pag. 461.

[3] Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Ano II, n.ºs 1. 2 e 3.

102 — O edifício da Academia de Direito, na sétima década do século passado, conservando ainda a fachada de aspecto conventual.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

para alugar[4]. Em compensação os frades franciscanos continuavam freqüentando as arcadas, que se comunicavam, por meio de corredores, com as tribunas de sua igreja no sobrado e com a sacristia no pavimento térreo. "Depois das aulas vinham os frades passear entre os arcos, que assumiam então até ao cair da noite — escreveu Vampré — uma seriedade e silêncio monásticos, em vivo contraste com a ruidosa freqüência do período da manhã"[5].

Mas também em outros conventos, além do dos Franciscanos, houve estudantes que continuaram morando até meados do século dezenove pelo menos. É do romancista Bernardo Guimarães, focalizando aspectos da cidade em tôrno de 1859, a observação de que nos do Carmo e de São Bento os frades tinham às vêzes por companhia alguns estudantes sem recursos[6]. Um dêsses pensionistas do convento do Carmo, no período de 1850 a 1865, o prêto Camilo Augusto Maria de Brito, estudante inteligente que seria mais tarde presidente da província de Goiás[7]. Outro — mas só durante algumas temporadas — Sizenando Nabuco, irmão de Joaquim Nabuco[8]. Do convento dos Beneditinos, em 1856-1860, os fluminenses Domiciano de Sales Viana de Resende[9] e João Batista Pereira[10], e ainda Júlio Amando de Castro, o "Bocage

---

4 Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo,* IV, pags. 31-32.

5 Spencer Vampré, "A demolição do antigo prédio da Faculdade de Direito e as reminiscências que desperta", *Revista da Faculdade de Direito,* vol. XXXIII, fascículo III, pag. 439.

6 Bernardo Guimarães, *Rosaura, a Enjeitada,* pag. 213.

7 Almeida Nogueira, op. cit., I, pags. 221-222.

8 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 302.

9 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 237.

10 Almeida Nogueira, op. cit., VII, pags. 192-193.

Acadêmico", no dizer de Couto de Magalhães[11]. "O convento do Carmo antigamente — escreveu Antônio Egídio Martins sem precisar a data — admitia estudantes, dando a êstes aulas e comida, e sustentando doze estudantes que nêle moravam"[12]. E houve também acadêmicos que — à semelhança de muitos lentes da Faculdade — moravam em chácaras, então bastante comuns e numerosas nos arredores da cidade. Ferreira de Resende, que estudou em São Paulo em meados do século, contou nas suas memórias que em 1853 alugou uma chácara logo adiante do Tanque do Arouche, onde havia duas pequenas casas e dois pastos grandes, e além de ter ali um cavalo para montaria, criou galinhas e foi dono de uma vaca[13].

Em geral porém os estudantes moravam nas suas repúblicas, a mais célebre delas tendo sido provàvelmente aquela em que viveram Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães, na chamada chácara dos Inglêses, quando depois de 1840 foi transferido dali o hospital mantido pela Irmandade da Misericórdia. O edifício ficava sôbre a elevação do terreno, depois arrasada, existente no largo da Glória, entre a rua da Glória, a travessa Conselheiro Furtado e a rua Bonita (Tomás de Lima)[14]. Era um sobrado alto e vistoso — escreveu Ferreira de Resende, que também morou ali — tendo pela frente o cemitério (dos Aflitos) e pelos fundos o Tamanduateí[15]. Uma re-

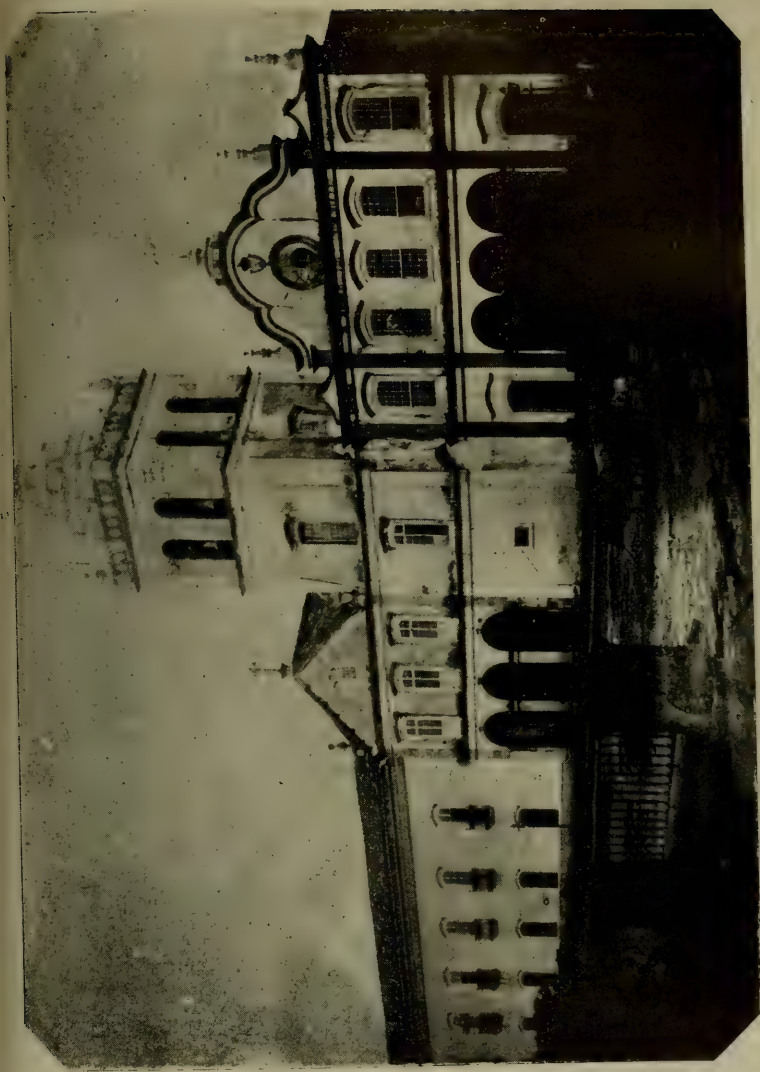
---

11 Almeida Nogueira, op. cit., IX, pags. 115-119.

12 Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pag. 81.

13 Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pags. 256-266.

14 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 13.

15 Ferreira de Resende, op. cit., pag. 243.

103 — Igrejas do Carmo e da Ordem Terceira do Carmo e parte do convento dos Carmelitas (1870), onde moraram acadêmicos de Direito.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

pública portanto um pouco isolada. Outras se acotovelavam em ruas mais ou menos especializadas para estudante morar. Pois sabe-se que houve pessoas — como Martiniano Rubim César — que eram proprietárias de prédios construídos expressamente para moradia de acadêmicos[16]. Rua para estudante morar foi a da Palha (Sete de Abril), com suas casas humildes, algumas não passando mesmo de casebres. As que não eram de estudantes, habitadas por gente muito pobre ou então por mulheres da vida[17]. E ainda mais acadêmica era em meados do século dezenove a dos Bambus (trecho da Visconde do Rio Branco) particularmente na parte que ficava para o lado do campo. "De tôdas as suas casas — assinalou Resende — não havia uma única talvez que não fôsse ocupada por estudantes"[18]. Por isso mesmo as famílias paulistanas tinham receio na época de passar por essas bandas, como notou Almeida Nogueira: no mínimo se arriscavam a encontrar por ali estudantes trocistas, montados em cabos de vassoura e vestidos apenas de camisola[19]. Houve também repúblicas estabelecidas em casas da rua da Constituição (Florêncio de Abreu), como aquela descrita em meados do século por Bernardo Guimarães: com as janelas da sala de jantar abrindo-se "para as extensas vargens alagadiças cortadas pelo Tamanduateí, separando a cidade do arrabalde de São Brás"[20]. Havia por ou-

---

16 Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 290.

17 Ferreira de Resende, op. cit., pag. 252.

18 Ferreira de Resende, op. cit., pag. 259.

19 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 141.

20 Bernardo Guimarães, op. cit., pag. 9. O escritor mineiro descreveu em seu romance, tendo como local essa república, uma cena passada cêrca de nove horas da noite, observando: "Em uma cidade pouco populosa e de pouco movimento

tro lado zonas e mesmo freguesias da cidade onde não moravam acadêmicos — talvez pela distância enorme em que ficavam do largo de São Francisco. O Brás, por exemplo. Uma informação de 1843, do vigário do Brás, dizia: "Tenho a informar que, não residindo nesta freguesia estudante algum, sòmente por aqui aparecem nas ocasiões das festas paroquiais"[21].

Na formação de cada república juntavam-se ordinàriamente os filhos de uma mesma província — observou Zaluar em 1860 — "conservando-se dêsse modo, no meio da promiscuidade de suas relações gerais, o espírito de provincianismo que sempre distingue os diversos ramos da população nacional"[22]. Era sobretudo entre os estudantes da província de Minas — que se destacavam, na Academia, segundo o autor da *Peregrinação,* pela dedicação ao estudo — que se notava com mais vigor êsse espírito de fraternidade regional[23]. Grupos de três a cinco estudantes — raramente seis — escreveu o cronista Spencer Vampré que formavam uma república, alugando casa e contribuindo todos para a manutenção comum. A mesada do estudante variava em meados do século passado entre quarenta e oitenta mil réis, sendo muito raras as inferiores a trinta[24]. Nos primeiros tempos da Academia essas mesadas tinham sido ainda mais

---

comercial como era então São Paulo, já o remanso e o silêncio reinavam por tôda a parte; a rua era um deserto". (Bernardo Guimarães, op. cit., pag. 9).

21 Citado por Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 89.

22 Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* pag. 140.

23 Emílio Zaluar, op. cit., pag. 140.

24 Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* II, pag. 67.

modestas, sendo invejados e apontados como opulentos os poucos estudantes que recebiam por mes os seus cinqüenta mil réis[25]. Entretanto em 1860 parecia haver já mais confôrto nessas pensões de acadêmicos do que nos primeiros anos do Curso Jurídico. É de Zaluar a observação de que na época já tinham caído em desuso nas repúblicas paulistanas a cadeira sem fundo, a mesa de pés quebrados e a velha garrafa servindo de castiçal[26]. Mas devia ainda haver nelas muita desarrumação e pouco espaço. Só estudantes abastados, como Paulino José Soares de Sousa, podiam se dar ao luxo de morar sòzinhos em uma casa: Paulino morou em prédio de vários cômodos na rua das Flôres (Silveira Martins) e conta-se que seus livros estavam sempre bem arrumados[27]. Nas repúblicas comuns todos os compartimentos da casa — menos a varanda ou sala de jantar e a cozinha — se transformavam em aposentos de dormir e de estudar, ficando sempre os menos confortáveis para os calouros[28]. Mas havia também os estudantes nômades, que comiam e dormiam na república em que se encontrassem no momento[29]. A mobília comum de uma república de acadêmicos se resumia em uma mesa de jantar, camas, mesas para estudo e cadeiras. Às vêzes uma estante, alguma cadeira preguiçosa ou de balanço[30].

Quase sempre tomava conta de cada uma dessas casas uma cozinheira. Teodomiro Alves Pereira, em sua *Vida Acadêmica,* em 1861, escrevia: "O estado

25 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.
26 Emílio Zaluar, op. cit., pag. 141.
27 Almeida Nogueira, op. cit., III, pags. 194-195.
28 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 212.
29 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 209.
30 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 167.

da república é a guerra. À noite diz um que não quer chá, mas chocolate; outro prefere o café; e um terceiro só gosta de mate. Pois bem: o do chocolate toma o chá, o do café o mate, o do mate o café... e a luta se trava, terminando por tremenda descompostura em outra alimária — indispensável à república — a princesa da cozinha, a cozinheira"[31]. Mas havia também um ou mais criados, em geral escravos de pais de estudantes, que acompanhavam os seus senhores durante o tempo dos estudos. Era de praxe quando o acadêmico recebia sua carta de bacharel conceder a de alforria ao negro[32]. Um dêsses escravos de república de estudante — o prêto Leôncio — acompanhou sempre Leôncio de Carvalho, foi cozinheiro de república e se tornou mais tarde beberrão e tipo popular da cidade, fazendo discursos bestialógicos no largo de São Francisco[33]. É curioso — como contou Almeida Nogueira — que os escravos de estudantes formavam uma espécie de subclasse acadêmica à sombra dos seus senhores. "Eram, como êles, calouros ou veteranos", e os de ano superior mandavam os outros "medir a distância que os separava"[34].

A lavagem de roupa dos acadêmicos representava uma das indústrias domésticas principais com que contavam certas famílias de São Paulo por volta de 1860. Empenhavam-se essas famílias em obter a freguesia acadêmica, muitas vêzes recompensando a constância de alguns fregueses com doces ou com

---

31 Teodomiro Alves Pereira, *Vida Acadêmica,* I, pag. 78.

32 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 169-170.

33 Afonso Schmidt, "O prêto que não era Leôncio", *A Tribuna,* Santos.

34 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 168-169.

104 — Chácara dos Ingleses (largo São Paulo, agora Almeida Júnior). Foi sede da república de estudantes em que moraram Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães.

(Desenho de Pedro Alexandrino reproduzido do n.º 23 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*).

flôres[35]. Deviam ser também os cursistas da Academia os maiores consumidores dos cigarros, que eram muitas vêzes feitos em casa, formando cestas e jarros, para serem vendidos. Há um poema de Raimundo da Mota de Azevedo Correia, tio de Raimundo Correia e estudante no período de 1861 a 1865, com êstes versos:

"Chego à porta" — disse eu
Bato palmas — ela vem,
E disfarço perguntando
— Bons cigarros aqui tem?...

Que lembrança... bem cabida!
Pois aqui na Paulicéia
Tôda moça faz cigarros.
E com tôda a perfeição
Dêles sabem fazer elas
Lindas cestas, lindos jarros"[36].

Referindo-se à época em tôrno de 1852 Június observava: "Em nosso tempo [de estudante em São Paulo] se não tínhamos provisão dos célebres cigarros de Campinas ou se de repente nos faltava o fumo, não nos seria fácil alimentar o vício"[37]. Daí talvez o uso ou o abuso do charuto, tão freqüente em bôca de estudante em meados do século, pelo menos nas novelas de Bernardo Guimarães[38] e de Teodomiro Alves Pereira[39]. Mas já em tôrno de 1860 havia

---

35 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 169-170.

36 Citado por Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, II, pag. 120.

37 Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem*, pag. 116.

38 Bernardo Guimarães, op. cit., pags. 19, 32 e 294.

39 Teodomiro Alves Pereira, op. cit., I, pag. 4, e II, pags. 21 e 59.

casas que tinham sempre cigarros para vender. Na rua de São Gonçalo havia cigarros muito bons, dizia a um colega filante um personagem da *Meia Hora de Cinismo,* de França Júnior[40].

As brincadeiras e mesmo as rapinagens de estudantes iam longe. Exerciam-se, como é sabido, principalmente sôbre galinhas e perus soltos em quintais menos policiados. Essas brincadeiras não tinham por objetivo o furto. O seu atrativo maior estava nas emoções provocadas pela aventura. As cautelas que se tomavam, as informações colhidas de véspera sôbre o local, os perigos que se arrostavam, a espera na sombra noturna, a possibilidade de ataques de cães ou mesmo de cacetadas e de tiros — tudo isso é que representava, mostrou Almeida Nogueira, o encanto dessas expedições de estudantes aos quintais ou às chácaras de São Paulo[41]. Uma ocasião até o Veado de Ouro, emblema da farmácia alemã da rua de São Bento, desapareceu misteriosamente. Schaumann, o dono da botica, conseguiu reconquistar o emblema graças a um anúncio assim: "Farmácia Veado de Ouro. O ilustríssimo senhor ladrão que levou do frontispício dêste estabelecimento o veado de ouro que lhe servia de emblema, terá a bondade de vir ou mandar restituir nesta casa, à rua de São Bento. Garante-se absoluto segrêdo e uma gratificação de cinqüenta mil-réis"[42]. Outras vêzes era apenas o exibicionismo inofensivo. Caetano Pinto — estudante no período 1851-1855 — contou Almeida Nogueira que se dirigia de casa para a cidade carregando um longo varejão com o qual, "transformado em maromba, fa-

---

[40] França Júnior, *Meia Hora de Cinismo,* pag. 5.

[41] Almeida Nogueira, op. cit., I, pags. 130-131.

[42] V. de P. Vicente de Azevedo, "O roubo da Cruz Preta", *Revista do Brasil,* setembro de 1919, pag. 38.

zia de funâmbulo, caminhando por cima do tênue parapeito da ponte do Acu". Depois, com a mesma enorme vara, passeava pela cidade ou fazia o trajeto até a Academia, às vêzes trepado em uma carroça ou em um carro de boi[43]. Uma das repúblicas mais famosas, sob o ponto de vista da troça — como então se dizia — foi a chamada Comuna, localizada na rua Senador Feijó. Em uma de suas sacadas de frente (era sobrado) os moradores colocaram um manequim cuja bôca se comunicava, por um tubo de fôlha-de-flandres, com o interior da sala, e dessa forma o boneco falava, cumprimentava as pessoas e vaiava os lentes da Academia que passavam[44]. Estudante que particularmente se celebrizou pelas suas gaiatices foi o Luz, que no último ano em que viveu na cidade — segundo a evocação de Lúcio de Mendonça — saía muitas vêzes para a rua, depois de meia-noite, vestido de mulher e armado de palmatória, acompanhado por um pretalhão que conduzia um lampião aceso na cabeça. O acadêmico cercava transeuntes retardatários e lhes dava bolos nas mãos em nome da moralidade, dizendo-se a Opinião Pública. Quando era preciso, o negrão ajudava[45]. Foi aliás Lúcio de Mendonça nas suas *Horas do Bom Tempo* — evocações dos seus anos de Academia — quem escreveu que era incrível o grau de perfeição, na troça e na gaiatice, a que chegara a cidade de São Paulo que êle alcançou como estudante[46]. Certas brincadeiras, porém, às vêzes punham em choque acadêmicos e autoridades policiais, em incidentes que assumiam feição de certa gravidade. Em 1843, por exemplo, durante uma repre-

---

43 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 141.

44 Lúcio de Mendonça, *Horas do Bom Tempo,* pags. 6-7.

45 Lúcio de Mendonça, op. cit., pags. 16 e seguintes.

46 Lúcio de Mendonça, op. cit., pag. 34.

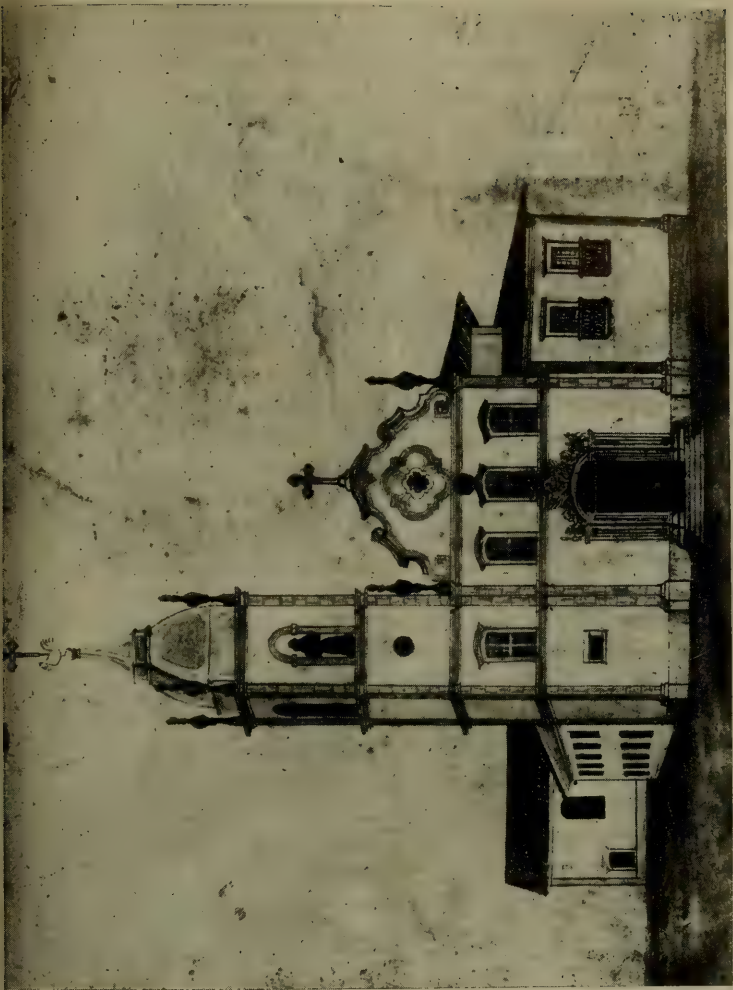
sentação no Teatro da Ópera, alguns estudantes começaram a tossir de tal forma que o espetáculo não pôde continuar. O presidente da província, que estava presente, ordenou ao chefe de polícia que efetuasse a prisão de um acadêmico que se mostrava mais teimoso e insistente que os seus colegas. E daí se originaram cenas desagradáveis, acabando por ser detidos numerosos estudantes por vários dias[47]. Com o objetivo de evitar talvez a repetição de incidentes dessa espécie foi nomeado em certa época delegado de polícia o conselheiro Furtado, professor da Academia. Êle, pela ascendência que tinha sôbre os acadêmicos, evitou que muitas desordens se agravassem[48]. Almeida Nogueira se referiu também detalhadamente ao que ocorreu entre acadêmicos da turma de 1864-1868 e guardas policiais postados em um dia de festa religiosa na porta da igreja da Sé. Estando impedido para os estudantes o ingresso no templo, essa notícia atraiu ao lugar um bom número de acadêmicos. "Nunca se manifestara tanto fervor religioso na classe acadêmica". E a coisa acabou mal: até castiçais dos altares da Sé foram utilizados como armas na luta que então se travou entre estudantes e guardas[49].

Eram os estudantes ainda, em conseqüência de sua existência boêmia, os maiores freqüentadores dos restaurantes e das confeitarias que primeiro se estabeleceram na cidade. E ainda das doceiras. As mais famosas eram as Lessas, na rua da Boa Vista, que forneciam geléias, pudins, bolos e confeitos para as "opas" ou festas de formatura de estudantes, e Nhá Umbelina, estabelecida cêrca de 1860 no largo

---

[47] Almeida Nogueira, op. cit., II, pags. 67 e seguintes.

[48] Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 66.

[49] Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 157.

105 — A igreja da Sé (1847), onde ocorreu sério conflito entre estudantes de Direito e policiais.

(Desenho de Miguel Arcanjo Benício Dutra — Museu Paulista).

de São Francisco, em frente à Academia. No intervalo das aulas recebia os estudantes na sala de jantar de sua casa, servindo para êles café, chocolate, mingaus, pastéis, amendoim torrado, refrescos e doces[50]. A varanda de Nhá Umbelina era quase como se fôsse uma dependência do próprio Curso Jurídico.

Um dos passatempos preferidos por muitos acadêmicos de Direito parece ter sido o passeio a pé pelos arrabaldes paulistanos. Vieira Bueno, em sua autobiografia, lembrando os tempos em que cursou a Academia (entre os anos de 1830 e 1840) escreveu: "Fazíamos a pé grandes caminhadas, indo às vêzes até a Penha; de uma feita fomos a Santo Amaro e voltamos no mesmo dia"[51]. Ainda em 1860, entretanto, representavam diversões principais dos estudantes os passeios a pé ou a cavalo pelos bairros e pelos arrabaldes da cidade. A cavalo, até a Penha, a Freguesia do Ó, Pinheiros, Santana, Barro Branco e — no dia 7 de setembro — ao Ipiranga[52]. A tôdas as festas religiosas — que se realizavam na Penha e nas santas-cruzes do Pocinho, da Tabatingüera, do Arouche, do Bexiga, de Santana, do Cambuci, do Tatuapé, em Santo Amaro, em Pinheiros e até em Guarulhos e Pirapora — comparecia o "corpo acadêmico", sem o qual não havia nada que tivesse graça nem animação. Podiam ser lembrados ainda — no capítulo dos divertimentos de estudante — o passeio de canoa e a natação no Tietê e no Tamanduateí, o baile e a serenata. Tôdas essas diversões, porém, se faziam aos sábados e nas quartas-feiras, depois das aulas. Nos outros dias quase não apareciam os estudantes nas ruas, nem faziam

---

[50] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 169-170.

[51] Francisco de Assis Vieira Bueno, *Autobiografia*, pag. 13.

[52] Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 68.

passeios, nem apareciam em festas. "E assim se abstinham — contou Almeida Nogueira — para prevalecer a presunção de que estavam aplicados ao estudo"[53]. Pois a cidade era pequena e de tudo se sabia. Nos primeiros tempos de funcionamento do Curso Jurídico, por exemplo, os moradores da cidade, que conheciam os estudantes e viam alguns dêles sempre passeando, de dia ou de noite, ficavam espantados quando sabiam que êles tinham sido aprovados no fim do ano[54]. Mas o prestígio do estudante parece que não se abalava muito com isso. Pode-se entender também assim aquela estrofe de um poema humorístico de Fagundes Varela:

"Pode bem ser que livros não abrisse
Que não votasse amor à sábia casta
Mas tinha o nome inscrito entre os alunos
Da escola de São Paulo, e é o quanto basta"[55]

Era uma população — essa constituída pelos cursistas da Academia — flutuante e transitória. São Paulo — observou um cronista — foi uma dessas pousadas de anos, onde reinaram a boêmia e a indisciplina de uma população acriançada e travêssa, de hóspedes mais ou menos demorados, que esperavam só a carta de formatura para dar lugar aos outros que vinham. "Era portanto uma cidade tradicional, de galhardas aventuras e inverossímeis feitos cômicos, onde o curso que chegava enegrecia mais as paredes que o transato já achara sujas, estragava ainda as casas que

---

[53] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 171.

[54] Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 15.

[55] Citado por Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 143.

o passado encontrara já velhas"[56]. Mas essa população flutuante não deixava também de se integrar na atmosfera da pequena cidade ainda um tanto sonolenta em que passava alguns anos de vida. De se sentir marcada pela sua paisagem. De carregar depois a sua saudade para o Rio, para Minas, para a Bahia, para o Rio Grande. Fazia por certo um apêlo a essas ligações que se estabeleciam entre o estudante de fora e a cidade o anúncio que o *Correio Paulistano* publicou em certo número de 1860: "Álbum com trinta vistas dos principais edifícios e ruas desta cidade. Vende-se por cômodo preço na rua Direita 36, loja. Estas vistas são tomadas à fotografia. Os senhores quintanistas, que têm de retirar-se desta cidade para o seio de suas famílias e que quiserem levar consigo êste álbum terão assim uma recordação agradável da cidade onde passaram talvez a melhor época da vida e onde vieram receber um pergaminho e habilitar-se para ocuparem os altos cargos sociais, o que sem dúvida será também agradável às suas famílias que, não conhecendo a capital de São Paulo, podem por meio dêste álbum fazer uma idéia dos principais edifícios e ruas dela. Jesus Christus Muller"[57].

Entretanto outros estabelecimentos de ensino funcionaram na cidade durante o século dezenove, muitos como decorrência do próprio funcionamento do Curso Jurídico. Seção importante da Academia foi o seu Curso Anexo, com aulas de geografia e história, línguas modernas, matemática e geometria, e filosofia[58]. Criado por lei de 1835 passou a funcionar por outro

---

[56] Sousa Pinto, *Terra Moça — Impressões Brasileiras,* pags. 340-341.

[57] Afonso Schmidt, "Ainda São Paulo em 1860", *A Tribuna,* Santos.

[58] Richard N. Morse, op. cit., pag. 462.

lado, no antigo palácio dos governadores, o chamado Gabinete Topográfico, tendo seus alunos cartas de engenheiros de estradas[59]. Essa escola de "engenheiros de estradas" não teve porém muita duração: estêve aberta de 1836 a 1838, depois foi reaberta em 1842 apenas com vinte e três alunos, extinguindo-se em 1849[60]. Em 1846 fundou-se a Escola Normal de São Paulo, que nos primeiros tempos de sua existência era freqüentada só por alunos do sexo masculino, e que desde a sua fundação até 1867 só conseguiu diplomar dezoito professôres. Continuaram funcionando também as antigas aulas de latim, então regidas pelo cônego José Custódio de Siqueira Bueno; de teologia dogmática, pelo cônego Ildefonso Xavier Ferreira, freqüentada por vinte e seis alunos[61]; e de teologia moral, pelo cônego Joaquim Anselmo de Oliveira. Tôdas essas aulas, como também as da Escola Normal, eram dadas no edifício pegado à catedral[62].

Mas em relação aos próprios seminários (o do Acu, para meninas e o de Santana, para meninos) parece que não havia muito interêsse. No dos meninos, êles se desviavam da aplicação ao ensino porque eram obrigados a cuidar, por suas próprias mãos, de seus alimentos[63]. Em 1845 assinalava-se até o estado de ruína em que estavam os edifícios em que funcionavam êsses dois educandários[64]. Em 1852 o

---

59 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 68.

60 Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, pag. 158.

61 Primitivo Moacir, *A Instrução e as Províncias*, II, pags. 316-317.

62 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pag. 32.

63 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XXIX, pag. 113.

64 Primitivo Moacir, op. cit., II, pags. 316-317.

Seminário de Santana estava carecendo de oficinas e os educandos — dizia em seu relatório dêsse ano o inspetor de Instrução Pública — "não trajavam de modo decente, porém é muito difícil trazer, quanto aos trajes, sempre em asseio grande número de meninos, todos em tenra idade; não deixo porém de lamentar que os filhos adotivos da Província vivam descalços em um país onde só o infortúnio da escravidão ou a miséria da pobreza subscreve semelhante uso"[65]. E as alunas adultas do Seminário do Acu pouco aprendiam de leitura — talvez pela falta de livros — e de matemática, como verificaram em 1831 os componentes de uma comissão fiscalizadora[66], revelando sempre grande atraso nos estudos[67]. Além disso, segundo o regulamento dos fundadores do Seminário das Educandas do Acu, as moças deviam ser preparadas para o professorado. Estatutos posteriores falsearam êsses objetivos, orientando-se as alunas para o serviço doméstico. Aliás inùtilmente. Em 1860 o viajante Tschudi surpreendia-se de que essas moças muito raramente conseguissem colocação. É que era ainda muito grande — observou Taunay — entre as famílias mais abastadas da cidade, o preconceito de que os serviços domésticos só podiam ser feitos por cativos[68].

Mas em meados do século dezenove foi fundado um novo estabelècimento de ensino, êsse de certo relêvo na cidade: o Seminário Episcopal, que em 1862

---

65 *Relatório da Instrução Pública* (documentos que acompanham o *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*), pag. 66.

66 Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, pags. 203-204.

67 Primitivo Moacir, op. cit., II, pag. 331.

68 Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 131.

contava com duzentos e vinte e nove estudantes, lecionando-se ali matemáticas, línguas, astronomia e física, retórica, filosofia, história universal, história sagrada e teologia[69]. Entre os seus professôres destacou-se Frei Germano de Annecy, que traçou um gnomo em uma das paredes do pátio interno do estabelecimento e que em seu jardim construiu um interessante relógio de sol[70]. Surgiram também na cidade em meados do oitocentismo vários liceus, colégios e escolas particulares, observando Fernando de Azevedo que o desenvolvimento do ensino secundário particular, em todo o país, recebeu nessa época impulso notável em conseqüência do regime de descentralização instituído pelo Ato Adicional[71]. Em São Paulo fundou-se já em 1844 o Colégio Fonseca. O *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857,* mencionava o Colégio Emulação, na travessa do Colégio; o Colégio Ipiranga, na rua do Acu; o Colégio Culto à Ciência, na rua da Constituição; o Colégio de João Carlos da Fonseca, na travessa de Santa Teresa; o Colégio de Santana e o Colégio de Dona Rita Leopoldina da Silva, na rua Direita; e o Ateneu Paulistano, na ladeira que ia da Boa Vista para o Pôrto Geral[72]. Em 1865 fundaram-se o Colégio de Santa Rosa e o Ginásio Literário. Funcionaram ainda nesse tempo — segundo as notas de Antônio Egídio Martins — o Liceu Paulistano, a Escola Madeirense e a Escola das Abran-

---

69 Primitivo Moacir, op. cit., II, pag. 340.

70 Padre Sena Freitas, "Frei Germano de Annecy", *Poliantéia,* pags. 13-14.

71 Fernando de Azevedo, op. cit., pags. 331-332.

72 *Almanaque* de 1857, cit., pags. 131-132.

ches[73]. Em alguns dêsses colégios deve ter lecionado Jules Martin, francês que se fixou em São Paulo em 1870, abrindo na cidade um curso de desenho e de pintura. Em 1871 fundou êle o primeiro estabelecimento de litografia que existiu em São Paulo, e publicou o primeiro mapa da província, além de uma planta de sua capital[74].

Paulatinamente no entanto foram sendo suprimidos muitos dos estabelecimentos que houvera até meados do século, como o Gabinete Topográfico, a Escola Normal, os seminários e as aulas de teologia moral e dogmática. Lamentava isso, em 1871, o inspetor geral da Instrução Pública Diogo de Mendonça, observando que essa situação ocorrera precisamente quando o desenvolvimento dos colégios particulares denunciava a necessidade que sentiam as famílias do interior de uma casa acreditada a que confiassem os filhos destinados ao ensino superior e que ainda não estivessem em idade de serem abandonados a si próprios[75].

Desenvolveram-se também durante o século dezenove as escolas de primeiras letras. Em 1836 havia na cidade apenas dois professôres de primeiras letras, um na freguesia da Sé e outro na de Santa Ifigênia; o padre Bento José Pereira e Carlos José da Silva Teles, ambos partidários dos castigos corporais[76]. Uma dessas escolas foi visitada em 1839 pelo reverendo Kidder e considerada pelo viajante norte-ame-

---

73 Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 68 e seguintes.

74 Plínio Airosa, "Nomenclatura das Ruas de São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal,* vários números.

75 Primitivo Moacir, op. cit., II, págs. 360-361.

76 Nuto Santana, "O mestre-escola", citado por Fernando de Azevedo, op. cit., pag. 343.

ricano a mais florescente que êle vira em todo o Império. Os alunos — que eram cento e cinqüenta e seis, em sua maioria brancos, mas com "ligeiros salpicos" representados por alguns mulatinhos e negrinhos — respondiam com vivacidade e inteligência às perguntas que lhes eram feitas, mostrando seu adiantamento. Vigorava aí o sistema lancasteriano[77]. Menos de vinte anos depois havia meia dúzia de professôres de primeiras letras na cidade: dois na Sé, dois em Santa Ifigênia e dois no Brás[78].

Mas não havia no burgo paulistano, no período de 1828 a 1872, fartura de livros com que se ocupassem não só os estudantes como os intelectuais ou os curiosos. Aparecia decerto quase como novidade, bem fora do comum, o pequeno anúncio publicado em 1831 pelo *Novo Farol Paulistano*: o de que na rua do Rosário n.º 25 vendiam-se "livros latinos" de Horácio, de Virgílio, de Tito Lívio[79]. A própria Biblioteca Pública, anexa à Academia de Direito, não estava em muito boas condições. Em 1839, quando o reverendo Kidder estêve na cidade, ela continha sete mil volumes, não sendo muitos os seus livros de Direito e Literatura. Era muito deficiente também, segundo o americano, no que se referia aos assuntos científicos. "A compensação única para tão lamentáveis lacunas era um elevado número de livros de Teologia ainda não lidos e que certamente jamais o serão"[80]. Mesmo nas escolas primárias — devido à falta de livros — observou ainda Kidder que se utilizavam, para o ensino da leitura, uns cartões com tre-

[77] D. P. Kidder, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil,* I, pag. 251.

[78] *Almanaque* de 1857, cit., pag. 70.

[79] *Novo Farol Paulistano* (jornal), n.º 40, de 2 de dezembro de 1831.

[80] D. P. Kidder, op. cit., I, pags. 211-212.

chos das Escrituras Sagradas[81]. Poucos anos antes — em 1836 — a comissão fiscalizadora do Seminário das Educandas sugeria que o poder municipal providenciasse para que aquêle estabelecimento pudesse pelo menos contar com alguns livros para a educação moral das suas alunas, citando o catecismo de Colbert, o *Bom Homem Ricardo,* de Franklin, a *Arte de ser Feliz,* de Droz, o *Tesouro das Meninas* e a *Recreação Moral e Científica*[82].

De acôrdo com as notas de Daniel Pedro Muller — na época da viagem de Kidder — a Biblioteca Pública dispunha de seis mil e quarenta e cinco volumes. Entre êles, alguns livros antigos de valor, ainda em bom estado. Faltavam porém tôdas as obras modernas, mesmo as relativas à Jurisprudência. E havia uma Enciclopédia, tôda truncada[83]. Foi mais ou menos nesse tempo que ela se enriqueceu com os livros doados pelo desembargador Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Sousa Chichorro[84]. Em 1860, quando o suíço Tschudi estêve em São Paulo, contava a biblioteca com cêrca de oito a nove mil volumes, na maior parte "antigas obras jurídicas, históricas, filológicas e enciclopédias. O grande salão em que ela estava instalada era o único claro e agradável dentro do velho casarão da Academia"[85]. Assim pareceu ao

---

81 D. P. Kidder, op. cit., I, pag. 251.

82 Citado por Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* II, pags. 211-212.

83 Daniel Pedro Muller, *São Paulo em 1836 — Ensaio dum Quadro Estatístico da Província,* pag. 257.

84 Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 322.

85 Citado por Afonso de E. Taunay, *Amador Bueno e outros ensaios,* pag. 129.

viajante. Mas o certo é que os livros estavam ali ameaçados de destruição. Clemente Falcão de Sousa Filho, em sua *Memória Histórica da Academia* nesse mesmo ano, depois de dizer que o edifício do Curso Jurídico se achava em ruínas, com grandes lagoas no assoalho em dias de chuva e com grandes manchas nas paredes, da água que se coava pelos telhados, acrescentava: "É sobretudo desolador que na própria sala da Biblioteca assim acontece, expondo-se a livraria que aí existe a uma completa deterioração"[86].

Entretanto, com o estabelecimento das primeiras oficinas de tipografia na cidade, multiplicaram-se os pequenos jornais e se criaram condições para a impressão de alguns livros. *O Farol Paulistano,* que foi o primeiro jornal impresso em São Paulo — tendo aparecido em 1827 — era de feitio pequeno (trinta por vinte e um centímetros), com quatro páginas, dando o noticiário da Secretaria do Govêrno e da Câmara Municipal; Correspondência (cartas e reclamações de leitores), transcrição de alguns trabalhos; pequenas Notícias Marítimas de Santos (entradas e saídas de embarcações) encimadas pela figura de dois naviozinhos — e anúncios. O primeiro jornal diário só foi publicado em 1853: *O Constitucional,* com quatro páginas. No ano seguinte, o *Correio Paulistano*[87], que entretanto depois de pouco mais de um ano de existência teve de passar a ser publicado apenas duas vêzes por semana[88]. Nos primeiros tempos foi impresso em prelo de pau e depois em prelo manual.

---

86 Citado por Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 79.

87 Freitas Nobre, *História da Imprensa de São Paulo,* pags. 29 e 49.

88 Alberto Sousa, *Memória Histórica sôbre o "Correio Paulistano",* pag. 28.

De 1863 em diante, em máquina Alauzet, a primeira que apareceu na cidade, também movida a braço, e a partir de 1869 movida a vapor[89].

Ainda na terceira década do oitocentismo as tipografias paulistanas começaram também a imprimir livros. O *São Paulo em 1836 — Ensaio dum Quadro Estatístico da Província,* de Daniel Pedro Muller — editado em 1838 pela tipografia de Costa Silveira, estabelecida na rua de São Gonçalo n.º 14 — Taunay acha que foi um dos primeiros, se não o primeiro dos livros feitos em território paulista[90]. Na mesma tipografia foi impresso no ano seguinte — em 1839 — o *Resumo de História Universal* "para uso da Aula de História e Geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais desta cidade de São Paulo", volume I, "contendo a História Antiga e a da Idade Média", organizado por Júlio Franck, cujo nome não figurava no volume porque as lições eram simplesmente adaptadas do historiador alemão H. L. Poelitz[91]. Livros impressos poucos anos depois em São Paulo foram a *Harpa Gemedora,* de Cardoso de Meneses (Barão de Paranapiacaba), na tipografia de Silva Sobral, com data de 1847 mas que só apareceu em 1849 "por obstáculos materiais da tipografia"[92]; na Tipografia do Govêrno, no mesmo ano, *Caetaninho ou O Tempo Colonial,* drama histórico brasileiro em

---

[89] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 100-101.

[90] Afonso de E. Taunay, "Um patriarca da estatística no Brasil", *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,* vol. 21, pag. 354.

[91] Afonso Schmidt, *A sombra de Júlio Franck,* pag. 195.

[92] João Cardoso de Meneses (Barão de Paranapiacaba), *A Harpa Gemedora,* pag. 126.

três atos, de Paulo Antônio do Vale; e na Tipografia Liberal, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, estabelecida no largo da Sé n.º 3, em 1849 o volume de poesias *Rosas e Goivos,* de José Bonifácio, o moço, e em 1852 os *Cantos da Solidão,* "poesias do bacharel Bernardo Joaquim da Silva Guimarães".

No período de 1855 a 1859 escreveu Almeida Nogueira que não havia mais que três tipografias na cidade: a Dois de Dezembro, de Antônio Lousada Antunes, instalada no pavimento térreo do palácio do govêrno, no pátio do Colégio, e depois na rua das Flôres (Silveira Martins) n.º 35; a Tipografia Literária — que só imprimia obras avulsas — na rua do Ouvidor esquina de São Bento, e depois na rua do Imperador n.º 12; e a mais importante delas, a Tipografia Imparcial, na rua do Ouvidor, onde se imprimiam três jornais e duas revistas[93]. Na Dois de Dezembro foram feitos numerosos livros: em 1853 as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,* de D. Sebastião Monteiro da Vide (que haviam sido impressas em 1719 em Lisboa e em 1720 em Coimbra); em 1854 o *Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia;* em 1856 os *Elementos do Processo Criminal,* de Joaquim Inácio Ramalho; em 1857 o *Código de Instrução Pública da Província de São Paulo,* organizado por uma comissão composta de Antônio Joaquim Ribas, João Dabney de Avelar Brotero e Diogo de Mendonça Pinto; em 1858 os *Estudos Históricos Brasileiros* de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. Na Tipografia Literária, em 1858 os *Esboços Biográficos* de Marcondes Homem de Melo; em 1859 as *Primeiras Trovas Burlescas,* de Luís Gama; em 1861 *Os Dois Mundos* —

[93] Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 143.

Academia-Teatro, de Pessanha Póvoa; em 1861-1862 a *Vida Acadêmica* (Gennesco), de Teodomiro Alves Pereira, fixando aspectos da existência paulistana e sobretudo da acadêmica em meados do século passado. Na Tipografia Imparcial, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques (como a antiga Liberal), em 1856 os *Fragmentos Geológicos e Geográficos para a parte estatística das províncias de São Paulo e Paraná,* de Carlos Rath; em 1860 "o conto histórico sôbre a fundação de São Paulo" *Os Guaianás,* de José Vieira Couto de Magalhães: em 1861 as *Noturnas,* em 1863 *O Estandarte auriverde* (cantos sôbre a questão anglo-brasileira) e em 1864 as *Vozes da América,* obras de autoria de Fagundes Varela; ainda em 1864 o *Quadro Histórico da Província de São Paulo para o uso das escolas de instrução pública,* de José Joaquim Machado d'Oliveira; e em 1867 o *Estudo sôbre algumas questões internacionais,* de Antônio Pereira Pinto. Outras tipografias que na época surgiram e editaram livros na cidade — na sexta década do oitocentismo — foram a Tipografia da Lei, na rua do Jôgo da Bola n.º 5, que em 1860 editou *Passeio à Minha Terra,* de Salvador José Correia Coelho; a Garraux, de Lailhacar & Cia., que em 1865 publicou (parece que a impressão foi feita na França) os *Cantos e Fantasias* de Fagundes Varela; a Tipografia Americana, que em 1868 lançou a *Crônica Literária de São Paulo,* de Vicente Xavier de Toledo (Ulrico Zwingli); e a Tipografia de Henrique Schroeder, que no ano seguinte publicou a *Notícia sôbre a Província de Mato Grosso* e o *Itinerário de Viagem de Cuiabá a São Paulo,* de Joaquim Ferreira Moutinho. Nessa época aparelhava-se para se tornar uma das melhores casas tipográficas do país o estabelecimento de Jorge Seckler, que se originara

de uma pequena oficina de encadernação fundada em 1850 pelo alemão U. Knosel[94].

Os livreiros no entanto eram muito poucos, e suas lojas bastante modestas, particularmente até a metade do século passado: Bernardo José Tôrres de Oliveira, estabelecido na rua da Imperatriz; Gustavo Gravesnor, na rua de São Bento; e José Fernandes de Sousa, apelidado "O Pândega"[95]. Êste último negociava quase que só com livros de Direito, de jurisconsultos e praxistas de Portugal, tendo uma ou outra vez volumes de romances e poesias escritos ou traduzidos na antiga Metrópole[96]. Em certos casos é claro que os compradores de livros tinham de recorrer à Côrte. O caso da Álvares de Azevedo, de quem se conhece uma carta de São Paulo para o Rio, em 1849, pedindo para a família dois livros que vira anunciados em jornais "fluminenses": a *Démocratie en France,* de Guizot, e o *Rafael,* de Lamartine[97]. Depois, ao lado da livraria do "Pândega" — contou Almeida Nogueira — "ou mesmo numa seção dela e à sua sombra" veio se instalar em fins de 1859 um pequeno balcão além do qual "a figura simpática e sorridente de um homem loiro, com grandes bigodes, dotado da amabilidade característica dos franceses, oferecia à venda papéis para cartas, penas, lápis e mais objetos de escritóro, além de exemplares avulsos da *Illustration* e do *Monde Illustré.* Essa modesta quitanda, dirigida por Msieur. Anatole Garraux, era o ôvo de onde tinha de sair a grande e suntuosa Casa Garraux"[98], que se instalou definitivamente em 1860,

---

[94] José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista,* I, pag. 51.
[95] Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 467.
[96] Június, op. cit.
[97] Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pag. 495.
[98] Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 144.

SEG.da FEIRA 26 DE JUNHO DE 1854.

CORREIO PAULISTANO.

SÃO PAULO. ANNO I. N.º 1.

CAPITAL. PREÇOS ADIANTADOS. POR UM ANNO.... 12$000 POR 6 MEZES..... 7$000

INTERIOR. PREÇOS ADIANTADOS. POR UM ANNO.... 16$000 POR 6 MEZES.... 9$000

PROSPECTO.

O CORREIO PAULISTANO, que hoje enceta sua carreira jornalistica, vem tambem abrir uma nova hera á imprensa desta provincia.

Entre nós, forcoso é confessal-o, a imprensa não tem correspondido por um modo satisfactorio á sua sublime missão. Os jornaes que tem visto a luz nesta provincia, quasi exclusivamente occupados dos interesses de sua parcialidade politica, e o que é mais, de questões muitas vezes pessoaes, tem transviado a nossa imprensa de seu santo ministerio. Circunscritos a essa discussão acanhada e desagradavel as folhas puramente politicas bem depressa começão por experimentar uma especie de tibieza na propria opinião que ellas se propõem sustentar.

Por outro lado, os interesses reaes da provincia, que tanto convém promover e advogar, erão postos de parte, porque os interesses de partido tem tudo desnaturado e confundido.

Nestas circumstancias, entendemos fazer um importante serviço á nossa bella provincia publicando o CORREIO PAULISTANO, cuja missão é a de offerecer uma IMPRENSA LIVRE. A sociedade, o governo tem grande interesse no conhecimento da verdade; e nós offerecendo as columnas do CORREIO PAULISTANO á discussão de todas as opiniões, de todos os pleitos, teremos contribuido com o nosso contingente para o conseguimento daquelle grandioso fim.

O CORREIO PAULISTANO, pois, aspira nesta provincia o caracter de publicação imparcial. Seus leitores encontrarão em suas paginas a linguagem da franqueza e lealdade; só assim teremos imprensa livre, acobertos das considerações que a adulterão. Se porem não realizar-mos estas vistas não o será por ausencia de esforço.

Cremos ter explicado o nosso programma.

A redacção só é por tanto moralmente responsavel pelo que for publicado sob o titulo especial desta folha.

O CORREIO PAULISTANO.

No dia 24 do mez que corre, as portas da cidade se abrirão ao Sr. Dr. José Antonio Saraiva, e grande concurso de cidadãos concorreu á recepção da nova entidade, em cujas mãos se depositarão os destinos da provincia.

Hoje, nos paços da camara municipal, foi apresentada a carta imperial, e a solemnidade religiosa se fez ouvir, prestando o novo presidente o juramento sagrado.

Saudamos ao Sr. Dr. Saraiva, e de animo sincero, lhe desejamos que as amarguras semeadas pela carreira presidencial desta vez não perturbem seu caminho na direcção dos negocios publicos.

Assaz precaria se tem tornado a cadeira presidencial, nos ultimos tempos. A provincia de S. Paulo, de entre as filhas do estado a mais benevola, cheia de recursos, hospitaleira, tem visto, como que por fatalidade, succederem-se os presidentes com a rapidez do raio.

E os seus interesses, e as variações do systema administrativo, e os esperanças (?) que nellas se vêm cada um destes fenomenos não soffrerão quebra, como resultado necessario desse preconceito que já passa inconcusso— que S. Paulo é o sorvedouro de presidentes?

E força, confessemos todos que estas cousas tenham um paradeiro, que a nossa terra não ratifique o conceito de indomita e ingovernavel.

Com que meios? Suffocando as tendencias egoistas do partidario, antepondo á utilidade publica ao interesse domestico, evitando a divergencia no proprio credo que se alimenta, coadjuvando o governo, emquanto este nome merecer, para que os negocios publicos, que são nossos negocios, não sejam lançados ao olvido para se considerar essas rixas intestinas que nos dilacerão.

Na presidencia que hoje chegou a seu termo temos o exemplo que cumpre arredar.

Veio um cidadão honesto collocar-se á testa de seus negocios, empregou esforços que, ainda que o quizessemos, não poderiamos esquecer. Invidou emfim as suas forças para que a inconveniencia de sua marcha só lhe pudesse ser imputada.

Mas veio a estrella negra da eleição; contra ella não ha a lutar.

E esse homem, breve vai mar em fóra, levando de nossa provincia a verdadeira imagem da desorganisação da associação partidaria.

Que elementos pois vem encontrar a nova governança? Um partido desunido, muitos de seus membros feridos da peleja senatorial, esquecendo o nosso futuro, que risonho pode ser.

E o outro? Como que morto pelas novas idéas da situação, separado da scena publica, soffrendo a deserção da flor de seu exercito, não podendo entorpecer qualquer marcha que se venha estabelecer na provincia.

Por outro lado uma provincia opulenta, com os germens de grande

107 — O primeiro número do *Correio Paulistano* (1854), o mais antigo dos jornais diários da cidade de São Paulo.

(Reprodução do original existente na redação do *Correio Paulistano*).

como filial da Livraria da Casa Imperial do Rio de Janeiro[99]. Seu proprietário assinalou ainda a sua presença na cidade por uma inovação no seu ramo de comércio. Foi êle o introdutor do envelope em São Paulo. Até então — mostrou Almeida Nogueira — escreviam-se as cartas em fôlha dupla de papel — "papel de pêso", como se dizia — e a segunda fôlha era dobrada de modo a capear a correspondência e pregada com pequenas obréias em forma de hóstias minúsculas. O envoltório, já preparado e gomado, representou um progresso que se deveu em São Paulo ao fundador da Casa Garraux. A livraria do francês passou a ser além disso o centro de reunião dos intelectuais da época, e onde estudantes e professôres procuravam os tratados de Direito. Com algum preparo e seguro critério, pode se dizer que Garraux divulgou então na cidade muita coisa nova, exercendo uma influência ponderável sôbre a vida intelectual paulistana[100]. "Em grande parte a êle se devia — escreveu Június em suas *Notas de Viagem* — a vulgarização de elementos da ilustração pública"[101]. Seria no entanto difícil determinar quais os trabalhos vendidos pelas livrarias paulistanas — sobretudo àntes da fundação da Casa Garraux — nesses meados do século dezenove, além dos editados na própria cidade. Apenas como èxemplo — e de acôrdo com anúncios do *Correio Paulistano* em 1854 e em 1856 — podem ser citados trabalhos de Locke e de Leibnitz, de Bossuet, de Lammenais, de Rousseau, de Guizot, de Victor Hugo, Chateaubriand, Lamartine, Alfred de Vigny, Dumas, "obras eruditas" de Alexandre de

---

99 *Correio Paulistano* de 18 de abril de 1860.

100 Citado por Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 467.

101 Június, op. cit.

Gusmão e "clássicos portuguêses" — além de livros como as histórias de Carlos Magno, da Princesa Magalona, da Donzela Teodora, de D. Francisca do Algarve, "a qual foi escrava do Imperador dos Turcos" e o *Dicionário do Bom-Tom ou Genuína Linguagem das Flôres e Frutas*[102]. Por outro lado, os já referidos *Cantos da Solidão,* de Bernardo Guimarães, *A Praia da Glória,* "romance brasileiro do dr. M. F. Correia" — Manuel Francisco Correia, que se formara em 1854 pela Academia de Direito[103] — e o *Sermão da Paixão,* "pregado na Sé Catedral pelo Reverendíssimo Arcipreste J. A. de Oliveira"[104]. Em 1865, no volume *Cantos e Fantasias,* de Varela, figurava um catálogo de livros de poesia em português, mencionando-se nêle obras de Camões, Gil Vicente, Gonzaga, Silva Alvarenga, Domingos de Magalhães, Frei Francisco de São Carlos, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, A. Feliciano de Castilho, Tomás Ribeiro, Basílio da Gama, Norberto de Sousa e Silva, Casemiro de Abreu, José Bonifácio, Bernardo Guimarães, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Machado de Assis. Entre os poetas de outras línguas, Homero, Virgílio, Dante, Petrarca, Byron, Boileau, Gauthier, Heine, Hugo, Lamartine, Milton, Murger, Musset, Ronsard, Schiller e Vigny[105].

As sociedades e as revistas literárias acadêmicas, tão numerosas em São Paulo no decorrer do século dezenove, tiveram importância considerável sôbre o desenvolvimento, na cidade, do gôsto pela literatura

---

[102] *Correio Paulistano* de 25 de julho, de 2 de agôsto, de 14 de agôsto e de 23 de outubro de 1854.

[103] Almeida Nogueira, op. cit., IX, pag. 182.

[104] *Correio Paulistano* de 27 de junho de 1856.

[105] Fagundes Varela, *Cantos e Fantasias.*

e na criação de condições para que se tornasse possível o aparecimento dos livros de algumas figuras que se tornaram salientes na história literária do país. Já em 1833 fundava-se a chamada Sociedade Filomática, que teve como conseqüência imediata — segundo Paulo Antônio do Vale — desenvolver o entusiasmo pela glória literária e pôr em relêvo alguns "talentos verdadeiros"[106]. Organizaram-se depois outras entidades do mesmo gênero: o Ensaio Filosófico Paulistano, em 1850, o Ateneu Paulistano, em 1852, a Arcádia Paulistana, a Associação Culto à Ciência, a Sociedade Brasília, a Associação Amor à Ciência, a Associação Recreio Instrutivo, a Associação Tributo às Letras, o Ensaio Literário — clubes intelectuais que parecem ter atingido a plenitude de sua atividade em tôrno de 1860[107]. Essas associações editavam revistas e jornais em que se debatiam temas filosóficos políticos e jurídicos, em que se fazia a crítica literária e teatral e se publicavam trechos de peças teatrais, romances ou poemas — e dêsses jornais e revistas se encontram várias coleções na biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo.

Todavia entre os elementos que fizeram parte das primeiras gerações que estudaram em São Paulo no Curso Jurídico houve alguns que tiveram projeção na história literária do Brasil: Justiniano José da Rocha, ensaísta e jornalista[108]; Francisco Bernardino Ribeiro, que colaborou, quando estudante, em 1831,

---

106 Paulo Antônio do Vale, *Parnaso Acadêmico Paulistano*, pag. 7.

107 Emílio Zaluar, op. cit., pag. 141.

108 Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, V, pag. 238, e Almeida Nogueira, op. cit., V, pags. 86 e seguintes.

no jornal *A Voz Paulistana*[109]; Firmino Rodrigues da Silva, autor da nênia famosa intitulada "Niterói"[110]; e o jurisconsulto Antônio Joaquim Ribas (estudante em 1835-1839). De alguns anos depois — na quarta década do oitocentismo — Francisco Otaviano de Almeida Rosa, poeta da fase inicial do romantismo[111], João Cardoso de Meneses (o Barão de Paranapiacaba), autor da *Harpa Gemedora*[112] e que já em 1844 publicou o "Cântico do Tupi", composição no gênero do "I-Juca-Pirama", de Gonçalves Dias[113]; o catarinense João Silveira de Sousa, que cursou a Academia no período 1845-1849[114] e foi autor de *Minhas Canções*[115]; o próprio José de Alencar viveu nessa época na cidade cursando a sua Faculdade, embora só depois de formado tivesse dado início à sua notável produção literária.

Surgiram logo em seguida — e a sua história está ìntimamente ligada à existência da cidade nesta fase — aquêles elementos que formaram a Primeira Escola Paulista do período romântico, na classificação de Sílvio Romero: sobretudo Álvares de Azevedo, Aureliano Lessa e Bernardo Guimarães[116]. Para o universalismo literário dessa fase do nosso romantismo — escreveu Romero — parece ter sido de grande influxo a ação mental exercida sôbre a mocidade do tempo por um punhado de estrangeiros ilustradíssimos, especialmente inglêses e alemães, que eram então a

---

109 Sílvio Romero, op. cit., III, pag. 66.
110 Sílvio Romero, op. cit., III, pag. 75.
111 Sílvio Romero, op. cit., III, pag. 190.
112 Sílvio Romero, op. cit., III, pags. 202-203.
113 Almeida Nogueira, op. cit., III, pags. 66-67.
114 Almeida Nogueira, op. cit., I, pags. 116 e seguintes.
115 Sílvio Romero, op. cit., III, pag. 203.
116 Sílvio Romero, op. cit., V, pags. 425 e seguintes.

glória do magistério secundário do Brasil: Planitz, Tautphoeus, Calógeras, Freese, no Rio, e Júlio Franck em São Paulo[117]. Júlio Franck, elevando os estudos de História ao alto ponto de vista em que êles se achavam na Alemanha — observou Paulo Antônio do Vale — concorreu para o progresso de nossa mocidade, fazendo com que São Paulo fôsse o único lugar do Brasil em que essa ciência fôsse estudada como tal[118]. A mocidade acadêmica até o ano de 1856 — notara Pessanha Póvoa — tinha sido historiadora. "Na imprensa e na tribuna o seu gênio se consagrava ao estudo da história. Estavam em voga César Cantù e Lamartine. Antes tinha sido filósofa"[119]. Talvez tenha contribuído por outro lado para o vigor da produção literária da época — tendo como centro a Academia de São Paulo — o estudo de clássicos portuguêses como João de Barros, Frei Luís de Sousa e Filinto, a partir de 1850-1851 — lembrou o autor do *Parnaso Acadêmico* — enquanto que Herculano e Garrett eram citados já em jornais de 1830 e 1840[120].

Foi São Paulo de outra parte que deu a Álvares de Azevedo — no depoimento de Sílvio Romero — o gôsto de escrever, a emulação, o entusiasmo, a vida livre do acadêmico, o desvairamento da poesia da época[121]. "Azevedo — observou êle — é um produto local, indígena, filho de um meio intelectual, de uma academia brasileira; arranca-nos de uma vez da influência exclusiva portuguêsa"[122]. Êsse ambiente e suas figuras principais foram retratados nestas pala-

117 Sílvio Romero, op. cit., III, pag. 268.
118 Paulo Antônio do Vale, op. cit., pag. 8.
119 Pessanha Póvoa, *Anos Acadêmicos*, pag. 117.
120 Paulo Antônio do Vale, op. cit., pag. 10.
121 Sílvio Romero, op. cit., III, pags. 268-269.
122 Sílvio Romero, op. cit., III, pags. 266-267.

vras de Bernardo Guimarães referindo-se ao seu companheiro Aureliano Lessa: "Achava êle então em São Paulo um círculo numeroso de moços apaixonados pela poesia, no meio dos quais não podia deixar de dar larga expansão ao seu extraordinário gôsto pelas belas letras. Aureliano, Álvares de Azevedo, José Bonifácio, Cardoso de Meneses, Silveira de Sousa, Paulo do Vale, Ferreira Tôrres, Lopes de Araújo, o português Agostinho Gonçalves e vários outros mancebos, entre os quais se contava também o autor destas linhas — acrescentava Bernardo — eram como um bando de canários que perturbavam com os seus constantes gorjeios os severos estudos dos alunos de Têmis; eram uma verdadeira Arcádia no seio da Academia"[123]. Estudantes que nos quartos humildes de suas repúblicas, "em tôrno do fogareiro sôbre o qual fumava um candeeiro de azeite", como escreveu Couto de Magalhães em carta a Pessanha Póvoa, em noites de inverno, cobertas "dessa bruma pardacenta que acordava a imaginação", falavam de letras e liam os seus autores favoritos[124]. O ambiente que se criara em São Paulo — com centenas de estudantes de tôdas as partes do país vivendo em repúblicas, longe de suas famílias e entregues à boêmia e à pagodeira — tornou possível não só as aventuras macabras descritas em *A Noite na Taverna,* como o impulso que tomou então a comédia entre as produções teatrais, e as primeiras notas humorísticas da poesia brasileira — excetuando-se Gregório de Matos — sobretudo em Álvares de Azevedo e em Bernardo Guimarães. Recordando a existência do estudante na cidade em

[123] Citado por Sílvio Romero, op. cit., III, pags. 285-287.

[124] Couto de Magalhães, no livro de Pessanha Póvoa, *Anos Acadêmicos,* pag. XI.

108 — Álvares de Azevedo, uma das figuras mais representativas da existência intelectual da cidade em meados do século passado.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

meados do século passado, "livre de tôda coação e tutela dos pais, dos professôres e dos mentores", dizia Couto de Magalhães: "Vive-se numa alegria frenética, passeia-se por todos os cantos da cidade, ri-se, procura-se o divertimento lícito ou ilícito com uma sêde tanto mais ardente quanto maiores forem as privações"[125].

Entretanto outras figuras dêsse tempo ou posteriores, de relêvo maior ou menor na literatura brasileira, viveram também em São Paulo, recebendo quase tôdas da Academia e do ambiente intelectual que se criara no burgo piratiningano parte pelo menos dos estímulos ou das sugestões para a sua atividade literária: Fagundes Varela — êste então profundamente ligado à existência da cidade, pois vivia ora no Brás, na Penha, em São Bernardo, em Santa Ifigênia, ora nas fazendas dos Beneditinos ou dos Carmelitas[126]; Lafaiete Rodrigues Pereira, estudante em 1853-1857[127]; Pedro Luís, que foi na república de estudantes da Chácara dos Inglêses, onde antes havia morado Álvares de Azevedo, que leu a colegas da Academia o seu poema famoso dedicado à memória de Nunes Machado[128]; o sergipano Bittencourt Sampaio[129]; Couto de Magalhães, que já em 1860 publicava o seu romance histórico *Os Guaianases;* Ramalho, com seus tratados de Direito; Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, que durante os anos em que cursou a Faculdade (1854 a 1858) já revelara sua predileção pelos estudos históricos[130]; o ensaísta Tavares Bastos,

---

125 Couto de Magalhães, op. cit., pag. IX.
126 Citado por Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 137.
127 Almeida Nogueira, op. cit., VII, pag. 218.
128 Pessanha Póvoa, op. cit., pags. 216-217.
129 Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 187.
130 Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 171.

que cursou a Academia paulistana no período de 1855 a 1858, colaborando na *Revista do Ensaio Filosófico*[131], e Luís Guimarães Júnior, que desde os tempos acadêmicos se revelou jornalista, comediógrafo e romancista[132]. Entre as figuras intelectuais do tempo estranhas à Academia, o Luís Gama das *Primeiras Trovas Burlescas* e o poeta e teatrólogo Paulo Eiró. Alguns anos depois passaram pelo Curso Jurídico as figuras de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Castro Alves[133]. Tinha motivos poderosos em 1867 Adolphe D'Assier para escrever da cidade de São Paulo: "um centro intelectual de primeira ordem"[134].

Foi também a Academia de Direito, segundo Afonso A. de Freitas, que contribuiu principalmente para a formação de uma certa literatura popular paulistana de origem erudita. "Se no estudo das manifestações do espírito da população de nossa capital nos aprofundarmos na tradição, descendo até a época contemporânea à criação dos cursos jurídicos, encontraremos vastíssima coletânea de quadrinhas sôltas, cujo assunto é invariàvelmente o viver acadêmico; de odes irônicamente panegíricas aos "bichos" e "calouros" crônicos, de sátiras rimadas aos velhos cos-

---

131 Almeida Nogueira, op. cit., I, pag. 141.

132 Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 189.

133 Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 224.

134 Adolphe d'Assier, *Le Brésil Contemporain,* pag. 239. Referindo-se especialmente à cultura jurídica em São Paulo e em Pernambuco o Professor Spencer Vampré observou: "Se procurarmos a feição predominante da Academia paulistana não desacertaremos talvez dizendo que lhe constitui o traço fundamental a investigação do direito positivo, em contraposição à Academia recifense, mais notável pelos debates filosóficos." (Spencer Vampré, "A Academia de São Paulo na história intelectual do Brasil", *Revista de Cultura Judiciária,* vol. VI, n.º 1.)

tumes provincianos de nossa gente". "Bestialógicos" chamavam-se algumas das produções dessa literatura pitoresca[135]. O bestialógico era no entanto mais pròpriamente um discurso em prosa ou composição em verso, de estilo empolado e com propositais absurdos — definiu Almeida Nogueira — engraçados pela extravagância: "Cremos que o inventor do bestialógico ou pelo menos o seu introdutor na Academia de São Paulo foi Bernardo Guimarães"[136].

---

135 Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pags. 115-116.

136 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 209.

X — ENTRE COMÉDIAS E SERENATAS

Foi de importância considerável para a existência do teatro (casas de espetáculo, estudo, peças, representações, interêsse popular) na cidade de São Paulo, nesta fase de sua história, a contribuição dos estudantes da Academia de Direito. A própria Casa da Ópera, que funcionava raramente e estivera fechada por alguns anos no começo do século dezenove, passou a ser aproveitada, a partir de 1829, sobretudo pelos elementos do chamado Teatro Acadêmico, que utilizavam igualmente para suas representações o teatrinho existente em um salão do pavimento térreo do palácio dos governadores. Quando a Casa da Ópera chegou a tamanho estado de decadência e ruína que não era possível que continuasse a servir, edificou-se o Teatro São José, inaugurado em 1864, com capacidade para mais de mil e duzentos espectadores e que apesar de

acusar defeitos de construção e não ter acústica muito boa, serviu por vários anos para as representações teatrais mais importantes levadas a efeito na cidade.

Entretanto muitos estudantes, desde os primeiros tempos da Academia, escreveram e representaram as suas peças e mais os dramalhões estrangeiros em voga na época. Sob o influxo de publicações especializadas — em que se refletia por vêzes o estudo acurado, por parte de alguns acadêmicos, do teatro antigo e moderno — foi se elevando aos poucos o nível das peças produzidas e representadas em São Paulo, começando a aparecer, particularmente depois de meados do século — e isso na ocasião não podia deixar por si só de significar melhoria — uma ou outra composição focalizando ambientes ou temas locais ou nacionais. Peças de Martins Pena, de Alencar, de Macedo, de França Júnior e de outros autores de projeção menor passaram a contar com aceitação talvez maior que a tributada aos antigos dramalhões. Parece todavia que não teve duração muito grande èsse surto de teatro em São Paulo.

Expressão bem menor que o teatro teve nessa época na cidade a música erudita. Só em meados do século aproximadamente repercutiu em São Paulo de forma acentuada o processo de laicização da música observado no Rio de Janeiro logo em seguida à fixação da família real portuguêsa. Passou a haver então interêsse, entre os moradores mais abastados da cidade, pelo piano e pelo canto, e começou a figurar uma "Filarmônica" entre as instituições de arte paulistanas. Também entre os cursistas da Academia de Direito houve musicistas que formaram pequenos conjuntos e davam concertos ou se exibiam em serenatas, ao mesmo tempo que alguns concertistas estrangeiros de certo renome começaram a se fazer ouvir na ci-

dade. Tiveram nessa época contacto com os acadêmicos de Direito de São Paulo — um como estudante, outro como hóspede — os compositores Brasílio Itiberê da Cunha e Carlos Gomes. Êste último, foi enquanto estêve hospedado em uma república paulistana que compôs o Hino Acadêmico e a modinha "Quem Sabe?".

A música popular, como desde tempos mais remotos, essa continuava se fazendo ouvir pelos quatro cantos da cidade e suas redondezas. Inclusive no local em que estacionavam mercadores e quitandeiros. E sobretudo depois do recolhimento de algumas procissões, junto das igrejas de São Bento ou do Rosário dos Pretos, quando os cativos cantavam e dançavam os seus sambas, os seus batuques, os seus caiapós.

De significação quase nula foram por outro lado na época as artes plásticas na capital da província[1]. O *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857* registrava a existência na cidade de uma Escola de Pintura, a do professor Jorge José Pinto Védia (retratista e paisagens), estabelecido na ladeira do Piques n.º 85[2]. Êsse professor — cujo nome Antônio Egídio Martins grafou Jorge José Pinto Vedras — fôra contratado em 1849 para a aula de pintura e desenho criada pelo govêrno em 1846. Aula que contava, em 1852,

---

[1] Aliás, no país todo. "As artes são muito desprezadas no Brasil — escreveu Agassiz — e é medíocre o interêsse que despertam. São tão raros os quadros quanto os livros nas casas brasileiras. Conquanto o Rio de Janeiro possua uma Academia de Belas Artes e uma escola de escultura, tudo isso ainda está por demais na infância para merecer um comentário ou uma crítica". (Luís e Elisabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil*, pag. 566).

[2] *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857*, pag. 136.

com a matrícula de dez alunos[3], e em 1855, de vinte e três[4]. Durante o ano de 1857 executaram os alunos de Védia numerosos trabalhos de pintura, em geral de assuntos religiosos, mas figurando também entre êles alguns de temas históricos, paisagens e costumes: os intitulados "O pobre pedindo esmola a uma jardineira", "Duas moças no jardim", "Uma paisagem", "Múcio Scevola queimando a mão na pira", e "Camões na gruta de Macau"[5]. Funcionou apenas até 1865 essa escola de artes plásticas, em uma sala da Academia de Direito, e nela sabe-se que se executaram vários painéis de assuntos religiosos que foram colocados na igreja do Colégio, no recolhimento de Santa Teresa, no hospital da Misericórdia e no convento da Luz[6].

Grande foi particularmente a influência do Curso de Direito sôbre a existência do teatro em São Paulo. A Casa da Ópera, que tinha ficado fechada durante alguns anos, passou a ser aproveitada, a partir de 1829, pelos fundadores do Teatro Acadêmico, que eram estudantes do Curso Jurídico. Em carta de 1830, do presidente da província bispo D. Manuel Joaquim ao ministro do Império, Marquês de Caravelas, dizia-se: "...e já aqui não há teatro, porquanto faltando cômicos ficou a casa em desuso e vendida a um negociante espanhol que a comprou para outros fins. Constava-me contudo que vários estu-

---

[3] *Relatório da Instrução Pública* (documentos que acompanham o *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852)*, pag. 69.

[4] *Relatório do presidente da província José Antônio Saraiva em 1855,* pag. 63.

[5] Documentos que acompanham o *Relatório do presidente da província Fernandes Tôrres em 1858,* pag. 28.

[6] Antônio Egídio Martins, *São Paulo Antigo,* I, pag. 50.

109 — Parte da Casa da Ópera (com um lampião na frente), no pátio do Colégio, por volta de 1870.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

dantes do Curso Jurídico alugaram a casa por cinco anos para a terem como teatro particular destinado a seus divertimentos"[7]. Almeida Nogueira escreveu positivamente que os estudantes arrendaram por cinco anos a casa de espetáculos do pátio do Colégio[8]. As representações dos acadêmicos também se faziam porém em um salão dos baixos do palácio do govêrno[9]. Não se pagava entrada, mas os convites custavam muito empenho e eram prova de consideração[10]. Êsse teatro existente no edifício do palácio também foi pleiteado na mesma época — em 1832 — para seus espetáculos, pela Sociedade Harmonia Paulistana[11], ganhando então a denominação de Teatro Harmonia Paulistana[12]. Êsse teatrinho do Palácio — como também era chamado — funcionava ainda pelo menos em 1860, quando ali estreou uma nova sociedade — a União e Constância — "composta em geral de jovens artistas e negociantes"[13].

Mas deveu-se ainda aos estudantes de Direito a existência de outros teatros, bem mais modestos que a Casa da Ópera, na primeira metade do século passado. Um dêles, o teatrinho que o estudante Gabriel José Rodrigues dos Santos, da turma de 1832-1836, fêz construir na chácara de sua mãe, no Cambuci, "e no qual se recreava — assinalou Almeida Nogueira — com seus colegas e amigos mais afeiçoa-

---

[7] Citado por Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo*, IV, pag. 18.

[8] Almeida Nogueira, op. cit., IV, pag. 53.

[9] Citado por Estêvão Leão Bourroul, *Hércules Florence*, pag. 13.

[10] Citado por Estêvão Bourroul, op. cit., pag. 13.

[11] Antônio Egídio Martins, op. cit., II, pags. 150-151.

[12] *Revista da Sociedade Filomática*, n.º 2, julho de 1833.

[13] *Correio Paulistano* de 17 de abril de 1860.

dos"[14]. Em 1843-1847 existiu ainda outro teatrinho na freguesia de Santa Ifigênia, "cômico e burlesco, destinado a despertar hilaridade"[15]. Mas era na Casa da Ópera — a partir de 1840 conhecida também pelo nome de Teatro de São Paulo — que se realizavam os principais espetáculos teatrais promovidos pelos estudantes do Curso Jurídico. E sempre aos sábados e quartas-feiras, vésperas dos dias de folga na Academia[16].

Projetaram-se depois outras casas de espetáculo que não chegaram a ser edificadas. Em 1848 a Sociedade Dramática Constância pedia um terreno no lugar denominado Cisqueiro, na cabeceira da ponte do Acu, para construção de um teatro[17]. A Comissão Permanente da Câmara deu parecer favorável, estabelecendo porém que se no prazo de quatro anos o prédio não estivesse edificado, a Sociedade perderia o direito a êle e às benfeitorias que já tivesse feito[18]. De alguns anos mais tarde — 1853 — conhece-se um requerimento de Bento Joaquim de Sousa Castro pedindo permissão para construir um teatro no lugar chamado Buracão, na ladeira do Carmo[19]. Essas iniciativas não tiveram nenhum resultado prático apesar de que a velha Casa da Ópera ia se reduzindo nesse tempo a um estado de ruína completa. Já em 1852 o *Relatório* do govêrno da província assinalava que ela se achava em péssimo estado, estando por conse-

---

14 Almeida Nogueira, op. cit., VII, pag. 38.

15 Almeida Nogueira, op. cit., VIII, pag. 99.

16 Almeida Nogueira, op. cit., V, pag. 148.

17 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pag. 18.

18 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XXXVII, pags. 22-23.

19 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo,* XL, pag. 85.

qüência "há muito tempo suspensos os espetáculos"[20]. Dois anos depois o *Correio Paulistano* publicava reclamações contra o teatrinho do pátio do Colégio, "êsse sarcasmo arquitetônico que aí está no largo do Colégio — escrevia-se — com grave insulto de nossa civilização". "Sem forma exterior de teatro — dizia ainda o jornal — limitado, sem fôrça para as operações cênicas, ameaçando ruína, incômodo para os que aí consomem o seu dinheiro, êsse edifício ainda está em pé: melhor fôra que o não tivéssemos"[21]. É verdade que nesse tempo já se cogitava da edificação do Teatro São José, conhecendo-se uma portaria do govêrno da província em que se mostrava ser inconveniente a sua construção no pátio do Colégio, e que o parecer dos engenheiros indicava como mais apropriado o local da rua do Carmo onde a Câmara tinha um barracão[22]. Êsse barracão da rua do Carmo no entanto serviu apenas para depósito dos materiais com que Antônio Bernardo Quartim começou a construção do novo teatro[23], no largo de São Gonçalo esquina da rua do Imperador[24].

Em 1860 continuava no entanto de pé o teatrinho do pátio do Colégio e contra êle se renovavam as críticas da imprensa: "Os melhoramentos notáveis que apareceram no longo decurso de dez anos — escrevia-se em 1860 no *Correio Paulistano* — foram quanto a arranjos do teatro o gradeamento dos camarotes de segunda e terceira ordem e a fatura de

---

20 *Relatório do presidente da província Nabuco de Araújo em 1852*, pag. 50.

21 *Correio Paulistano* de 8 de julho de 1854.

22 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XL, pag. 179.

23 José Jacinto Ribeiro, *Cronologia Paulista*, I, pag. 78.

24 *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, XLIV, pag. 81.

mochos de palhinha para os mesmos". "O pano de bôca é vergonhoso — continuava o jornal — há muito que pede reforma; os panos que formam as poucas vistas que possui o teatro estão no mesmo estado, não falando na pouca propriedade com que foram pintados. A mobília que se apresenta em cena é ridícula, e serve a mesma, quer a ação do drama se passe em Portugal na época atual ou na Alemanha há trezentos ou quatrocentos anos"[25]. A decoração e a cenografia do teatro em São Paulo — queixava-se no mesmo ano Pessanha Póvoa — não favoreceu a tôdas as representações "porque não há aqui cenógrafo algum que possa em tão pequeno espaço figurar paisagens e outras vistas que estão ao alcance dos teatros da Côrte"[26]. Mas o São José, que seria o substituto da Casa da Ópera, não havia meio de ficar pronto. Zaluar se referiu a êsses dois teatros de São Paulo em sua época, "um a cair de velho e o outro a parodiar a eternidade das obras de Santa Engrácia"[27], o mesmo dizendo dois anos depois o viajante Houssay[28]. O São José foi afinal inaugurado em 1864, no largo de São Gonçalo (praça João Mendes) que era então ajardinado com grandes árvores. O teatro ficava encaixado entre as ruas da Esperança e do Imperador (depois desaparecidas), ocupando o lugar onde estão agora os fundos da catedral[29]. Uma gravura da época mostra essa casa de espetáculos ainda sem estar

---

25 *Correio Paulistano* de 19 de setembro de 1860.

26 Pessanha Póvoa, "Revista de Teatro", *Revista Dramática,* 1860, pag. 30.

27 Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo,* pag. 137.

28 Frédéric Houssay, *De Rio de Janeiro a São Paulo,* pag. 73.

29 Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo,* II, pag. 197.

110 — O Teatro São José, no largo do Teatro ou da Cadeia (praça João Mendes), em 1870 (Arquivo do Departamento de Cultura).

terminada, pois "o desgracioso casarão foi inaugurado assim mesmo inacabado — escreveu Almeida Nogueira — tal era a ansiedade de sair-se afinal do velho e histórico teatrinho da Ópera"[30]. "O vosso novo teatro — dizia-se em um relatório do govêrno da província — se não é um monumento de arte, sobretudo em relação à arquitetura exterior, que podia ser mais elegante, é contudo um dos mais vastos do Império"[31]. Tinha dois pavimentos, o térreo com três portas no centro e três janelas de cada lado. Só ficaria acabado definitivamente em 1874. Dispunha de acomodações para mil duzentas e cinqüenta e três pessoas: quatrocentas e trinta nos camarotes, setenta e quatro nas poltronas, duzentas e oitenta e cinco nas cadeiras de primeira, cento e sessenta e quatro nas gerais e trezentas nas galerias[32]. Tinha entretanto — segundo observação do viajante Június — defeitos de construção: o proscênio era de proporções reduzidas, sem o espaço necessário para a satisfação dos serviços e exigências de certas peças, e sem as acomodações precisas para os atores nos intervalos dos atos. Notava-se ainda no São José, segundo êsse cronista, inobservância das regras de acústica[33]. Ali muita gente assistiu a espetáculos, sentada em cadeiras levadas pelos escravos, na platéia de chão batido — escreveu outro cronista — ou quando muito de tijolos vermelhos[34]. Em 1867 o Visconde de Taunay — que achou o São José de "bonitas proporções e acústica regular" —

30 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 176.

31 *Relatório do presidente da província João Jacinto de Mendonça em 1862,* pag. 34.

32 *Almanaque da Província de São Paulo para 1885,* pag. 198.

33 Június, *Em São Paulo — Notas de Viagem,* pag. 77.

34 Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora,* pag. 79.

escreveu que a assistência era quase inteira de homens, "vendo-se poucas famílias pelos camarotes"[35]. Os espectadores aliás parece que não se mostravam em geral muito atentos às representações. Teodomiro Alves Pereira, em sua *Vida Acadêmica,* escrita alguns anos antes e referindo-se provàvelmente a um espetáculo ainda na Casa da Ópera notava que no melhor da cena havia moças com os olhos fitos "no infalível namorado" ou bocejando ou ainda chupando doces ou saboreando "queimadinhos"[36]. Mas além do Visconde de Taunay o inglês William Hadfield ficou bem impressionado com o São José. "O estrangeiro — escreveu êsse viajante — não deixa de se surpreender ao encontrar um lugar tão amplo, com três filas de camarotes, completamente cheias de senhoras bem vestidas, e a galeria, com acomodações para quinhentas pessoas, quase apinhada"[37]. A assistência excepcional se explicava — observou o inglês — por ser a cidade dependente de temporadas casuais, querendo por isso tôda a gente aproveitar as oportunidades. A aparência e os trajes das senhoras paulistanas durante êsses espetáculos podiam ser comparados favoràvelmente — acrescentou — com os de qualquer outra cidade sul-americana[38].

Mais ou menos dentro do período de 1860 a 1870 funcionou na cidade um outro teatro de proporções

---

[35] Citado por Vanderlei Pinho, *Salões e Damas do Segundo Reinado,* pag. 58.

[36] Teodomiro Alves Pereira, *Vida Acadêmica,* I, pag. 66.

[37] William Hadfield, *Brazil and the River Plate in 1868,* pag. 79.

[38] William Hadfield, op. cit., pag. 79. Isso parece confirmar o que no mesmo ano escreveu outro inglês que viajou pelo Brasil, Richard Burton: que a matriz e o teatro eram duas coisas essenciais à existência de uma cidade brasileira. (Richard Burton, *Viagens aos Planaltos do Brasil,* I, pag. 315).

bem mais modestas que o do antigo largo de São Gonçalo: o do Batuíra, na rua da Cruz Preta (Quintino Bocaiúva), que ficava no trecho compreendido entre as ruas do Jôgo da Bola (Benjamin Constant) e da Freira (Senador Feijó) e dispunha de um palco pequeno, platéia e uma ordem só de tribunas, com a lotação máxima de duzentas pessoas[39], tudo improvisado nos fundos de uma taverna[40]. Segundo informação de Alexandre Haas, a casa em que funcionou êsse teatrinho de Antônio Gonçalves da Silva Batuíra foi aquela em que depois estêve estabelecida a colchoaria de Guilherme Schoen. Porque era a única ali que dispunha de salão e varanda, que serviam também para bailes e outras festividades[41]. Em 1870, em conseqüência de seu estado de ruína, arrasou-se a Casa da Ópera, no pátio do Colégio. O incumbido da demolição foi o português Antônio dos Santos Chumbinho, "que possuía também veia dramática — escreveu Alberto Sousa — assinalada pelos grandes lances trágicos, e que representara várias vêzes na Ópera". Conta-se que uma noite Chumbinho foi visto chorando junto dos escombros do teatro. E tempos depois seus olhos cegaram incuràvelmente — contou também êsse cronista — "quem sabe se para não reverem nunca mais o local onde antigamente se erguera o teatro de suas glórias artísticas"[42].

Por outro lado desde os primeiros tempos da existência da Academia de Direito os estudantes es-

---

39 Nuto Santana, *São Paulo Histórico,* V, pag. 74, e Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 266.

40 Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de São Paulo em 1900,* pags. 7, 8 e 9.

41 Citado por Nuto Santana, op. cit., V, pag. 74.

42 Alberto Sousa, *Memória Histórica sobre o "Correio Paulistano",* pags. 46-47.

creveram e representaram peças nos teatros paulistanos. Organizado o chamado Teatro Acadêmico, foram apresentadas composições como "O Filantropo", "O Triunfo da Natureza" — escreveu Vampré[43] — e porventura também "O Juiz de Paz da Roça", "Manuel Mendes Enxúndia" e outras peças chocarreiras da época. E ainda o "Sganarello"[44]. Os estudantes — observou Martim Francisco — representavam os Sete Infantes de Lara, a Pobre das Ruínas, e deliciavam a platéia com os versos do Meirinho e da Pobre...[45]. À frente dêsse Teatro Acadêmico sabe-se que figuraram de início Fernando Sebastião Dias da Mota, José Maria de Sousa Pinto, Bernardo de Azambuja e Josino do Nascimento. E durante muitos anos estudantes que eram ao mesmo tempo atores excelentes — José Maria Frederico, Azambuja Facão, Teixeirinha e outros — proporcionaram de graça, segundo Almeida Nogueira, espetáculos teatrais de tôda espécie ao público[46]. Predominando provàvelmente o dramalhão. O caso de "Os salteadores da Saxônia", drama "da escola antiga", como escreveu Almeida Nogueira, representado em 1843 na Casa da Ópera[47]. Ou de "A Máscara Negra", peça apresentada por ocasião da primeira visita do imperador Pedro Segundo a São Paulo em 1846, e depois da qual o violonista Ribbio "tocou o seu instrumento,

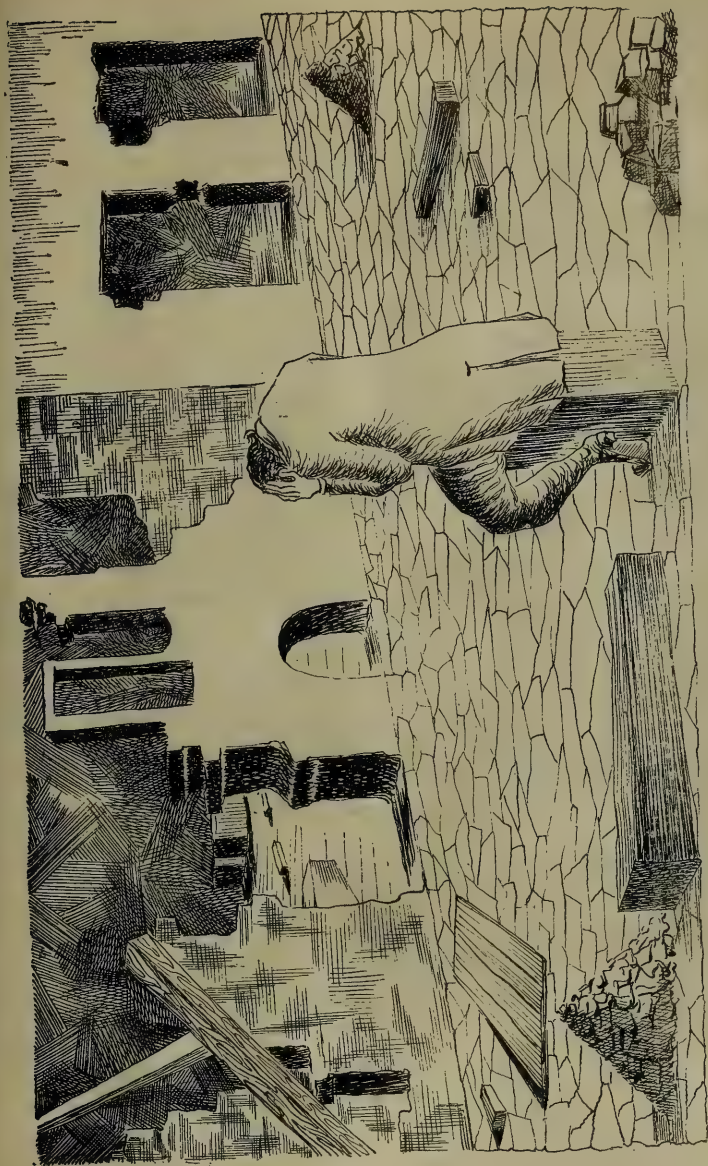
---

43 Spencer Vampré, op. cit., I, pag. 193.

44 Francisco de Assis Vieira Bueno, "A Cidade de São Paulo", *Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes,* Campinas, Ano II, n.ºs 1, 2 e 3.

45 Citado por Estêvão Leão Bourroul, op. cit., pag. 13.

46 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pags. 61-62, e Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

47 Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 67.

111 — O português Antônio dos Santos Chumbinho chorando diante das ruinas da Casa da Ópera, por êle demolida em 1870.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

imitou jumentos e chiou como carro de boi"[48]. Parece que fêz sucesso também nessa época um drama de autoria de Martim Francisco, então estudante de Direito, intitulado "Januário Garcia ou O Sete Orelhas"[49]. Do nível dos espetáculos em que se apresentavam êsses dramalhões existe o depoimento — pessimista, como sempre — de Álvares de Azevedo, em 1849, em carta escrita à mãe: "Quinta-feira aqui houve teatro. Nunca vi coisa tão ruim..."[50]. Entretanto sabe-se que em 1848 estreara no Teatro da Ópera o drama histórico em três atos "Caetaninho ou O Tempo Colonial", de Paulo Antônio do Vale, representado pela Sociedade Dramática Constância[51]. Alberto Sousa, falando do repertório da companhia dramática que atuava em São Paulo poucos anos depois, em tôrno de 1854, escreveu: "O punhal, o veneno, o trabuco, o incêndio e outros agentes mortíferos incumbiam-se de eliminar do palco cênico, um a um, os diversos personagens, envolvidos na grande catástrofe elaborada pelo gênio do dramaturgo"[52]. Citava o dramalhão em cinco atos "A Família Morel", extraído do romance de capa e espada "Os Mistérios de Paris", "O Sonho ou O Terrível Fim do Usurpador", "A Última Assembléia dos Condes Livres" e "O Triunfo de Cecília ou O Esmalte de Roma"[53]. Podiam se acrescentar muitos outros em vista das notícias

---

48 Aluísio de Almeida, "Primeira Visita Imperial à Província de São Paulo", *O Estado de São Paulo,* de 27 de dezembro de 1945.

49 Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 131.

50 Álvares de Azevedo, *Obras Completas,* II, pag. 494.

51 Paulo Antônio do Vale, *Caetaninho ou O Tempo Colonial.*

52 Alberto Sousa, op. cit., pags. 14-15.

53 Alberto Sousa, op. cit., pags. 17 a 19.

publicadas pelos jornais da época: "Joana de Flandres", "Os Filhos de Eduardo", "Os Seis Degraus do Crime", "Pedro Sem", "A Graça de Deus", "Dom César de Bazan", "Artur ou Dezesseis Anos Depois", "Maria Joana, a Mulher do Povo ou A Pobre Mãe", "Os Pobres de Paris", "André Gerard, o Gravador", "O Homem de Mármore", "Maria Simão ou A Condenada", "29 ou Honra e Glória", "Modesta", "O Marinheiro de São Tropez", "A Estátua de Carne", "A Borralheira", "Rafael". De Alexandre Dumas, "A Escrava Andréia" e "Kean ou Desordem e Gênio". De Camilo Castelo Branco, "Abençoadas Lágrimas" e "O Marquês de Tôrres Novas". De Mendes Leal, "Abel e Caim" e "O Homem da Máscara Negra". Isso além das farsas ou dos entremezes que completavam o espetáculo: "As Memórias do Diabo", "A Afilhada do Barão", "O Noivo em Mangas de Camisa", "O Galego Lorpa", "Maricota ou Os Efeitos da Educação", "O Sapateiro Homeopata", "A Distração de um Marido", "A Corda Sensível", "Ciúmes de um Pedestre". Muitas dessas peças eram extraídas, por estudantes da Academia, de romances estrangeiros. O caso também de "Os Dois Embuçados", "Berengária", "Frederico, o Carvoeiro", "Ruínas da Tôrre Velha", "Egas Muniz" e "Agobar, o Sarraceno". Raras eram as produções locais e originais como "Caetaninho", "O Mundo à parte" e "Capitão Leme ou A Palavra de Honra", de Paulo Antônio do Vale, "A Mendiga", de Félix Xavier da Cunha, "Diana e Cipriana", de Joaquim Cândido de Azevedo Marques e "Rosina", de Tito Nabuco de Araújo[54].

---

[54] *Correio Paulistano* de 28 de janeiro e de 10 de fevereiro de 1860.

Mas aos poucos foi se elevando o nível das peças e das representações, em parte sob a influência de algumas revistas especializadas que apareceram entre os acadêmicos de Direito: particularmente a *Revista Dramática,* tendo como redator-chefe Pessanha Póvoa[55]. As colaborações dessas revistas revelaram, por parte de alguns acadêmicos, o estudo do teatro antigo e dos autores teatrais franceses, inglêses, alemães, italianos e espanhóis[56]. Por outro lado essa elevação do nível das peças e das representações talvez fôsse o reflexo, com atraso de alguns anos, das apresentações na Côrte dos chamados "dramas de casaca", que marcaram em 1852 — segundo H. Marinho — o comêço da agonia do dramalhão[57]. O certo é que em tôrno de 1860 foram escritas e apresentadas em São Paulo algumas peças focalizando ambientes ou temas nacionais — o que parecia ainda constituir exceção, pois como lembrou Lafaiete Silva, em seu ensaio histórico sôbre o assunto no Brasil, "o teatro local, brasileiro, pintura dos nossos costumes, apresentação de nossas figuras, começou a aparecer com Martins Pena (1815-1848). Antes dêle as farsas apresentadas provinham de Portugal, passavam-se em ambientes e descreviam costumes que nos eram desconhecidos"[58]. Noticiando a representação de "Sangue

---

55 Citado por Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 62.

56 Almeida Nogueira, op. cit., IV, pags. 60-61.

57 Henrique Marinho, *O Teatro Brasileiro — Alguns apontamentos para a sua história,* pag. 87.

58 Lafaiete Silva, *História do Teatro Brasileiro,* pags. 133-134. Foi o que estranhou o viajante inglês John Luccock, no comêço do século passado, assistindo a uma representação teatral em Vila Rica. Que se via no palco "uma mulher sentada, não no chão e de pernas cruzadas, como é costume aqui — observou êle — mas numa cadeira européia e costurando à maneira nossa". (Luccock, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil,* pag. 333).

Limpo", drama abolicionista do poeta Paulo Eiró, em 1861, dizia o *Correio Paulistano* que seu autor era digno de elogio porque o que levava à cena passava-se no Brasil[59]. Da representação dessa peça se encarregou a Companhia Dramática de que faziam parte artistas de renome, como Eugênia Câmara, Antônio Correia Vasques e Joaquim da Câmara[60], alguns dêles provàvelmente atores da Companhia Dramática permanente dirigida por Joaquim Augusto Ribeiro de Sousa e contando também com Henrique José da Costa, Francisco Gonçalves, José Vitorino, Joaquim Augusto Filho, João Elói Quesada[61], Gustavo Pinheiro, João Luís Paiva, Militão Augusto de Sousa, Paulo Petit, Minelvina, Deolinda de Sousa, Maria Veluti e Júlia de Azevedo[62]. Já alguns anos antes formara-se na cidade uma emprêsa dramática tendo como primeira dama essa atriz Minelvina. E tão pronunciada era

---

59 Citado por José A. Gonçalves em Afonso Schmidt, *A vida de Paulo Eiró,* pag. 278.

60 Afonso Schmidt, *A vida de Paulo Eiró,* pags. 125-126.

61 A propósito de uma falsa apresentação de muitos dêsses artistas na época em um teatrinho de Santo Amaro, contou Almeida Nogueira uma brincadeira de estudantes paulistanos chefiados por Sizenando Nabuco. O programa anunciava a representação de um drama de Nabuco, "Miguel, o Taverneiro", da comédia "Tipos da Atualidade", de França Júnior, da cena cômica "O Sapateiro Homeopata", de uma "mandolinata" por violino e da polca "Bourroul" pela orquestra. Tudo isso a cargo de notabilidades paulistanas e fluminenses — escreveu Nogueira — como Furtado Coelho, Joaquim Augusto, João Elói, Vasques, Eugênia Câmara, Júlia Azevedo, e o violinista francês Paul Julien, cujos verdadeiros nomes eram porém Sizenando Nabuco, Luís Ernesto Xavier, Ferreira Alves, Rodrigo Leite, Venancinho Costa e outros. "A população santamarense tomava como autênticos aquêles nomes". (Almeida Nogueira, op. cit., VI, pags. 297-298).

62 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 176.

a influência dos acadêmicos de Direito sôbre a vida teatral paulistana que êles forçaram os empresários a aumentar o salário dessa artista[63]. Na mesma época — em tôrno de 1860 — França Júnior, que teria tamanho relêvo na história do teatro brasileiro, começou a escrever suas peças na cidade de São Paulo, fazendo representar algumas comédias de costumes acadêmicos: "Meia Hora de Cinismo", "República Modêlo"[64] e parece que também "Tipos da Atualidade"[65].

Poucos anos depois, em 1864, a inauguração do Teatro São José foi feita com a peça "Túnica de Nessus", do estudante Sizenando Nabuco, e por aí se vê — notou Vampré — a influência preponderante do elemento acadêmico na vida teatral[66]. A inauguração do novo teatro do largo de São Gonçalo acentuou a tendência de se substituírem "os dramalhões sinistros da escola do passado", como escreveu Alberto Sousa, pelas peças nacionais de Alencar, de Macedo, de Martins Pena e de outros, "leves, bem feitas, irônicas, joviais"[67]. Sizenando Nabuco escreveu também na época "Otávio", "Olga", "Mulher do Século", "História de um Artista" e "Cínico", esta última, peça de costumes acadêmicos[68]. Pessanha Póvoa, referindo-se ao mesmo período, escreveu que gostaria de ver representado o drama de Paulo Antônio do Vale, "Feiras de Pilatos", que recordava "os erros do passado viver de nossos estultos avoengos"[69].

---

[63] Almeida Nogueira, op. cit., IX, pags. 74-75.
[64] Lafaiete Silva, op. cit., pag. 161.
[65] Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 298.
[66] Spencer Vampré, op. cit., II, pag. 197.
[67] Alberto Sousa, op. cit., pag. 46.
[68] Pessanha Póvoa, *Anos Acadêmicos*, pags. 12 a 14.
[69] Pessanha Póvoa, op. cit., pag. 147.

Ainda do mesmo tempo foram as três peças de Rodrigo Otávio de Langaard Meneses, intituladas "Jorge", "Amor e Túmulo" e "Haabas"[70]. E ainda a comédia "Amor que não falha" e o drama "Coração de Mulher", do estudante Teotônio da Costa Pereira. Trabalhos êsses, de Rodrigo Otávio e de Costa Pereira[71], que serviram de pretexto para o crítico Ulrico Zwingli fazer esta observação em 1867: "Vivemos sempre nos extremos em São Paulo; uns, como o sr. Meneses, temperam as suas composições com sal alemão, isto é, inatingível à nossa platéia por seu sabor metafísico; outros, como o sr. Teotônio, animam as suas comédias com chalaças de pouco sabor"[72]. "As composições de Rodrigo Otávio — escrevia por sua vez Pessanha Póvoa — trazem um cunho democrático e circunscrevem-se a pensamentos filosófico-sociais. "Jorge" é a crônica da vida acadêmica com seus episódios de sofrimento e gôzo. "Amor e Túmulo", a história íntima de um amor infeliz. "Haabas" é um grito contra a escravidão, é um protesto santo e justo contra a usurpação consagrada sob o título de direitos"[73].

A uma das representações da época — em 1865 — assistiu o Visconde de Taunay, que observou: "A companhia é suportável e, bem que deslocado, prima o muito conhecido artista senhor Joaquim Augusto. Por diversas vêzes os lances acharam-se bem desempenhados e o espetáculo tornou-se digno da afluência

---

[70] Antônio de Alcântara Machado, *Cavaquinho & Saxofone*, pag. 406.

[71] Ulrico Zwingli (Vicente Xavier de Toledo), *Crônica Literária de São Paulo*, 1867, pag. 71.

[72] Ulrico Zwingli, op. cit., pag. 72.

[73] Pessanha Póvoa, *Os Dois Mundos — Academia-Teatro*, pag. 45.

que concorreu ao teatro"[74]. Poucos anos depois — em 1868 — representou-se, também no São José, o drama de um outro estudante de Direito: o poeta Castro Alves. O famoso "Gonzaga" teve um de seus papéis a cargo da atriz Eugênia Câmara. Ainda com a amante de Castro Alves e outros artistas — João Elói Quesada, Joaquim Augusto — assistiam-se na época a peças como "Fantasma Branco", de Joaquim Manuel de Macedo e as comédias de França Júnior[75]. E também as peças de Clemente Falcão de Sousa Filho, incluído por Sílvio Romero, ao lado de Macedo, Alencar, Agrário, Machado de Assis, Sizenando Nabuco e outros no que, em sua *História da Literatura Brasileira,* chamou de "segundo momento de criação romântica no teatro"[76]. Escreveu Falcão "O Mendigo de São Paulo", "Coração e Dinheiro", "O Libertino", dramas que foram representados em São Paulo e em outras cidades do Brasil. Sabe-se aliás que além dessas peças escreveu outras, apenas conhecidas dos amigos e que nunca foram levadas à cena ou publicadas[77]. Além de Falcão Filho, J. Floriano de Godói citava em um de seus livros mais alguns dramaturgos de certo de prestígio puramente local: Brotero, Diogo de Mendonça — que escreveu, entre outros, os dramas "O Conde de Ourém" e "Nêmesis"[78] — Carlos Ferreira, José Felizardo, João Ludovico, Américo de Campos e Ubaldino do Amaral[79].

---

[74] Visconde de Taunay, *Viagens de Outrora,* pag. 93.

[75] Afonso A. de Freitas, *Tradições e Reminiscências Paulistanas,* pag. 21.

[76] Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira,* V, pag. 432.

[77] José Jacinto Ribeiro, op. cit., I, pag. 388.

[78] Almeida Nogueira, op. cit., IX, pags. 31-38.

[79] Joaquim Floriano de Godói, *A Província de São Paulo,* pag. 95.

Mas parece que não foi de muita duração na cidade êsse surto de teatro, êsse interêsse pela produção teatral. Já em 1867 Zwingli escrevia: "Teatro é coisa que já não existe entre nós. A vida que arrastou desde o ano passado foi uma agonia letal. Êste ano ocuparam a atenção pública antigualhas já fastidiosas, tais como o Noviço, a Porta-Falsa, Entre Primos, Escacha-Pessegueiro, Joaquim Sacristão, Campanólogos"[80]. E no ano seguinte o viajante William Hadfield, embora elogiasse o teatro e o interêsse do público em São Paulo, notou que a representação era normalmente "a compilação de algum rebotalho de novela francesa". Apesar do que a assistência se mostrava atenta, sentada pacientemente durante as cinco ou seis horas tomadas então pelo espetáculo — coisa que êle achou muito desagradável[81].

Bem menor expressão que o teatro teve a música erudita nessa fase da história da cidade. Embora perdurasse até meados do século dezenove o domínio da música religiosa no Brasil — escreveu Fernando de Azevedo — já se esboçava na época de Dom João VI a sua laicização, com o desenvolvimento da vida urbana, o brilho das festas musicais e com a chegada em 1811 de Marcos Portugal e em 1816 de Sigismundo Neukomm[82]. Em São Paulo possìvelmente isso tenha ocorrido com vários anos de atraso em relação à Côrte[83]. Sabe-se que em meados do século a orquestra

---

80 Ulrico Zwingli, op. cit., pag. 70.

81 William Hadfield, op. cit., pag. 79.

82 Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*, pag. 256.

83 Aliás, ainda em 1859 escrevia Macedo Soares na *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*: "... entre nós [no Brasil] até ùltimamente ainda triunfavam as velhas idéias, os carunchosos e infundados preconceitos contra a música e máxime contra os músicos, a ponto de parecer antinômica com

112 — As serenatas feitas por estudantes de Direito animavam frequentemente as noites paulistanas em meados do século dezenove.

(DESENHO DE CLOVIS GRACIANO).

dirigida pelo mestre de capela Antônio José de Almeida (Antoninho Almeida) executava composições variadas quando se realizava qualquer festa na catedral[84]. Em geral, composições do próprio maestro Antoninho[85]. Outras talvez de Paulo Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade, presbítero secular que compunha músicas sacras e de salão e que foi também o autor da partitura da ópera-cômica "Palavra de Rei", representada sem sucesso em 1861[86]. Ou ainda do padre Mamede (Mamede José Gomes da Silva), que estudou de 1850 a 1854 na Academia de Direito e que compunha missas, ladainhas, antífonas e te-deuns para o culto e também — observou Penteado de Rezende — peças de sabor popular adequadas à comédia e ao "vaudeville", como árias, modinhas, coplas e danças, tendo sido cantada anos a fio no teatro local a sua "Ária da Califórnia"[87]. Outro compositor ligado à Academia de Direito foi João Bernardino Batista, que em tôrno de 1860 compôs, além de diversas valsas e polcas, a chamada "Quadrilha Acadêmica": "Harmonizou o pessoal que dança — escrevia-se na *Revista Dramática* — na escala sucessiva dos anos

---

o caráter do homem de bem esta profissão. Felizmente tudo isso vai passando: a criação da Ópera Nacional e a importância social dos nomes que campeiam à frente dessa patriótica instituição no-lo garantem; já se mostra mais desassombrado o futuro da música no belo país que viu nascer José Maurício..." ("Literatura Musical", *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano,* nova série, n.º 1, abril de 1859).

84 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 33.

85 Antônio Egídio Martins, op. cit., I, pag. 33.

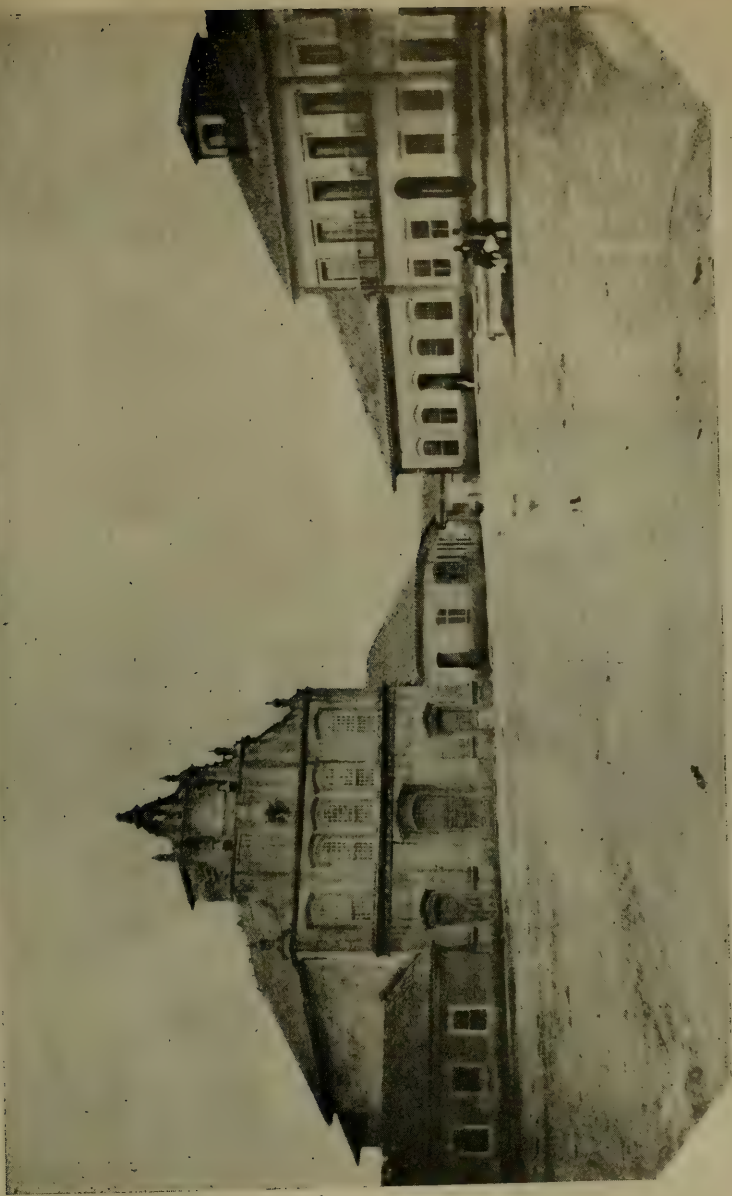
86 Carlos Penteado de Resende, "Cronologia Musical de São Paulo (1800-1859)", *Correio Paulistano* de 25 de junho de 1950.

87 Carlos Penteado de Resende, loc. cit., e Almeida Nogueira, op. cit., IX, pag. 176.

do Curso Jurídico. Consta de cinco partes e nestas entram os cursistas, do primeiro ao quinto ano, de modo que a hierarquia acadêmica funciona naquele círculo, distinta no exercício de seus representantes, e tendo cada número de determinado ano de entrar por sua vez"[88]. Os mestres de capela parece que tomaram mais cuidado com as músicas executadas nas igrejas a partir de 1852, depois de uma ordem severa do bispo Dom Antônio Joaquim de Melo, fazendo ver o absurdo de que nos intervalos das cantorias se tocassem trechos de contradanças[89].

Bernardo Guimarães, em um de seus romances, focalizando São Paulo em 1845, falou de uma jovem paulistana que já "dedilhava com agilidade e desembaraço o seu teclado e cantava sem gaguejar a sua àriazinha italiana: era porém mais forte em modinhas e lundus, de que possuía um interminável repertório"[90]. Aliás em uma de suas cartas de 1848 o poeta Álvares de Azevedo falava já de uma Filarmônica onde ouvira algumas de suas patrícias "cantarem sofrìvelmente"[91]. O *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial* de 1857 não mencionava já nenhuma Filarmônica entre as instituições de arte da cidade[92]. Mas registrava a existência de oito professôres de música[93]. Um dêles talvez Madame Carlota Oswald, que em 1854 anunciava pelo *Correio Paulistano* que dava aulas de piano "tanto em sua casa como pelas casas particulares"[94].

---

88 *Revista Dramática*, 1860, pags. 42-43.
89 José Jacinto Ribeiro, op. cit., III, pag. 178.
90 Bernardo Guimarães, *Rousaura, a Enjeitada*, pag. 25.
91 Álvares de Azevedo, op. cit., II, pag. 453.
92 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 121.
93 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 136.
94 Citado por Carlos Penteado de Resende, *Dois Meninos Prodígios de Outrora em São Paulo*, pag. 22.

113 — Largo da Cadeia e igreja dos Remédios em 1860, época em que eram comuns aí as serenatas de estudantes.

(Arquivo do Departamento de Cultura).

Além de Madame Oswald anunciavam naquele jornal, no mesmo ano, o professor de piano Gustavo Helond, na rua da Casa Santa, e Mademoiselle Ignez Duvel, professôra de piano e canto[95]. Sabe-se no entanto que ainda alguns anos depois — no período de 1861 a 1864 — eram raros os bons concertos musicais que se davam em São Paulo. E êsses, a cargo do violinista francês Paul Julien (discípulo de Alard), de Emílio do Lago, da cantora Raquel de Almeida, do flautista Reichert, do clarinetista Cronner e do trompista Cavalli[96].

Entretanto desde meados do século passado — segundo as narrativas do cronista Almeida Nogueira — em noites de luar alguns estudantes de Direito costumavam apresentar verdadeiros concertos musicais no largo de São Gonçalo, ouvidos por famílias que ficavam passeando pelo local ou se sentavam nas escadarias da igreja da Sé. Um dêles, João Capistrano Ribeiro Alkmin, também compositor e autor de uma coleção de serenatas[97]. As serenatas feitas por acadêmicos, sobretudo em tôrno de 1860, ficavam em geral a cargo de um quarteto: flauta, cavaquinho, violão e clarineta[98]. No período de 1862 a 1866 houve também entre os estudantes de Direito alguns musicistas, recordando Almeida Nogueira um grupo de acadêmicos — um pistonista, um tocador de rabeca e outro de cavaquinho e um violonista — que davam concertos ou faziam serenatas, às vêzes mesmo em

---

95 Carlos Penteado de Resende, "Cronologia Musical de São Paulo", cit.

96 Carlos Penteado de Resende, *Dois Meninos Prodígios de Outrora em São Paulo,* pag. 31.

97 Almeida Nogueira, op. cit., III, pag. 247.

98 Almeida Nogueira, op. cit., VI, pag. 172.

uma de suas repúblicas[99]. Deve-se assinalar por outro lado que entre 1866 e 1870 freqüentou o Curso de Direito o compositor Brasílio Itiberê da Cunha, que em 1869 publicou "A Sertaneja", composição para piano considerada por muitos como a primeira manifestação de nacionalismo na música erudita brasileira, se bem que Carlos Penteado de Resende tenha descoberto, em um anúncio do *Correio Paulistano* em 1857, entre as músicas de Carlos Gomes à venda na Casa Oswald (à rua da Casa Santa) uma intitulada "A Caiumba", "dança de negros, música original e de um gôsto todo novo, para piano"[100]. Sabe-se aliás que em 1859 Carlos Gomes e seu irmão Santana Gomes vieram a São Paulo, se hospedaram em uma república de estudantes — a do baiano José Gonçalves da Silva, na rua de São José (Líbero Badaró), república reputada de luxo, porque dispunha de um velho piano-armário — e durante essa estada o famoso compositor escreveu o Hino Acadêmico e a modinha "Quem Sabe?", ambos com letra do quintanista Bittencourt Sampaio. E que logo depois os estudantes, sob a direção de Henrique Luís Levi, organizaram um concêrto em que predominaram composições inéditas do maestro campineiro[101].

A música popular, essa se fazia ouvir, desde a

---

[99] Almeida Nogueira, op. cit., II, pag. 184.

[100] Carlos Penteado de Resende, "Cronologia Musical de São Paulo", cit. "Caiumba" era a denominação, provàvelmente regional, da dança executada pelos pretos na congada. "Congada era o nome genérico da função; caiumba era pròpriamente o nome da dança." (Rafael Duarte, *Campinas de Outrora*, pag. 207).

[101] Francisco Morato, "O Hino Acadêmico", *Revista da Faculdade de Direito*, vol. XXIII, fascículo I, pags. 9 e seguintes.

primeira parte do oitocentismo, pelos quatro cantos da cidade e seus arredores. Na área em que estacionavam os mercadores e quitandeiros, os caboclos das redondezas cantavam de noite as suas modinhas e batucavam a toque de viola[102]. Sabe-se que em meados do século havia em São Paulo três fabricantes de violas[103]. Ouviam-se também, depois do recolhimento de algumas procissões, junto às igrejas de São Bento ou do Rosário, "o ruído sêco do reque-reque, o som rouco e soturno dos tambus, das puítas e dos urucungos que, com a marimba solitária, formavam a coleção dos instrumentos africanos conhecidos em nossa terra"[104]. E ao som dos quais os negros paulistanos cantavam e dançavam seus batuques, seus sambas, suas congadas e moçambiques, seus caiapós. "Hoje houve aqui — registrava o poeta Álvares de Azevedo, em uma de suas cartas de 1848 — a "interessante" festa dos Caiapós — ainda estou atordoado do barulho dos malditos tambores"[105]. Ouviam-se também pelas ruas, em certas épocas, os tamborins das Folias do Espírito Santo[106].

---

102 Francisco de Assis Vieira Bueno, loc. cit.

103 *Almanaque* de 1857, cit., pag. 156.

104 Afonso A. de Freitas, "Folganças Populares do Velho São Paulo", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo,* XXI, pag. 5.

105 Álvares de Azevedo, op. cit., II, pag. 466.

106 *Cabrião* (jornal), n.º 3, 1866.

anhia Melhoramentos de São Paulo, Indústrias de Papel — São Paulo — 1954

ANO DE 1877

*

TERMINOU-SE A REEDIÇÃO DESTA OBRA EM JULHO DE 1954, NO 4.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO A CONFECÇÃO TIPOGRÁFICA FOI REALIZADA NAS OFICINAS DA EMPRÊSA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., À RUA CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,

PARA A

LIVRARIA *JOSÉ OLYMPIO* EDITORA,

RIO DE JANEIRO.

*